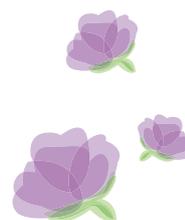


Gênero na
Amazônia



Belém, n. 21, janeiro/junho, 2022



Construindo a Rede de Estudos
de Gênero na Amazônia

GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero

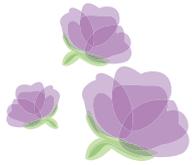


Coordenação

Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)
Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA)
Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA)
Maria Angelica Motta Maués (UFPA)
Telma Amaral Gonçalves (UFPA)

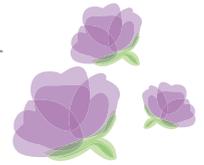
Conselho Científico

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA); Adriane Lima (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA) - *In Memoriam*; Cecilia Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo (UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Hildete Pereira de Melo (UFF); Iraildes Caldas Torres (UFAM); Jorge Lyra (UFPE); Jussara Reis Prá (UFRGS); Laura Duque Arrazola (UFRPE); Ligia Melo (Fundação Joaquim Nabuco); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Luiz Augusto Pinheiro Leal (UFPA); Marcia Tavares (NEIM/UFBA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP); Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); Maria Mary Ferreira (UFMA); María Rosal Nadales (Universidad de Córdoba/Espanha); Mercedes Arriaga Flórez (Universidad de Sevilla/Espanha); Scarleth Yone O’hara Arana (UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).



REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 21, janeiro/junho, 2022



Editoras

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É coordenadora do GEPEM/UFPA e coordenadora do Observatório Regional Norte da Lei Maria da Penha.

Eunice Ferreira dos Santos é Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); graduada em Letras; mestrado em Teoria Literária; doutorado em Letras (UFMG); vice-coordenadora do GEPEM e coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/GEPEM. Desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

Maria Cristina Alves Maneschy é Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Graduada em Ciências Sociais pela UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e Doutora em Sociologia pela Universidade Toulouse-Le Mirail, na França. Realiza pesquisas sobre gênero, desenvolvimento e meio ambiente.

Maria Angelica Motta Maués é Professora associada 2 (IFCH/UFPA); graduada em História pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Antropologia Social/UnB; doutorado em Sociologia/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. Atua na área de antropologia, com ênfase em gênero, família, infância e identidade. Coordena a Linha de Pesquisa do GEPEM - Gênero, Identidade e Cultura.

Telma Amaral Gonçalves é Professora Adjunto 4 (IFCH/UFPA); Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA); graduada em Ciências Sociais/UFPA; mestrado em Antropologia/UFPA; doutorado em Ciências Sociais/PPGCS/UFPA. Coordena a linha de pesquisa Gênero, Corpos e Sexualidades (GEPEM/UFPA). Área temática: gênero, afetividades, sexualidades, diversidade sexual.

Adelma Pimentel é Professora Titular na UFPA. PHD em Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento pela UEVORA-PT; Orientadora de mestrado e doutorado na UFPA, linha de pesquisa: Fenomenologia: teoria e Clínica.

Copyright ©-2022/Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/ 19.02.1998.

STAFF EDITORIAL

Edição

Adelma Pimentel
Maria Luzia Miranda Álvares
Maria Cristina Alves Maneschy
Telma Amaral Gonçalves

Web Designer

Leandro Machado de Sousa

Projeto Gráfico

Ana Carolina Álvares Branco

Formatação Eletrônica

Ana Carolina Álvares Branco

Capa (criação e arte)

André Stenico

Revisão Técnica

Responsabilidade dos/as autores/as a revisão gramatical final do texto.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/ GEPEM.
- n. 21 (jan./jun. 2022). - Belém: GEPEM, 2022.

ISSN 2238-8184

Qualis B2

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).
Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110
Fone: (91)3201-8215.

E-mails: generonaamazonia@gmail.com; aninha.branco@hotmail.com;
luziamiranda@gmail.com

Sites: www.generonaamazonia.com/www.generonaamazonia.ufpa.br

Blogs: www.gepemacontece.blogspot.com.br; www.observatorioregional-gepem.com.br

Fanpage: www.facebook.com/projetogepem **Instagram:** [@gepemufpa](https://www.instagram.com/gepemufpa)

Sumário/Sumario/Contents

APRESENTAÇÃO 11

Maria Luzia Miranda Álvares

Adelma Pimentel

Ana Carolina Álvares Branco

SEÇÃO A

Pesquisas Bibliográficas e Documentais

A (Sub) Representação de Mulheres na Política Brasileira: entre lutas e conquistas 15

La (Sub) Representación de las Mujeres en la Política Brasileña: entre luchas y logros

The (Sub) Representation of Women in Brazilian Politics: between struggles and achievements

Adriana Benedita Azevedo da Silva

Maria Antonia Cardoso Nascimento

Vereadoras de Belém do Pará: indicadores quali-quantitativos sobre as eleitas entre 2000-2020 33

El Perfil de las Mujeres Concejales de Belém do Pará: un análisis sobre las elegidas entre 2000-2020

The Profile of Councilor Women from Belém: an analysis on those elected between 2000-2020

Tamires Lúcia Pinheiro

Rayza Sarmiento

Maria Dolores Lima da Silva

Feminismos Decoloniais e “América Latina”: comentários sobre as mobilizações do conceito 49

Feminismos Decoloniales y “América Latina”: comentarios acerca de las movilizaciones del concepto

Decolonial Feminisms and “Latin America”: commentaries on the mobilization of the concept

Maria Clara Martins Cavalcanti

Izabel é Dona de Si e Não se Rende: produção de corporalidades e moralidades em Bragança/PA (1916-1940) 65

Izabel se Posee y No se Rinde: la producción de corporeidad y moralidad en Bragança/PA (1916-1940)

Izabel Owns Herself and Does Not Surrender: the production of corporeality and morality in Bragança/PA (1916-1940)

Alessandra Patricia de Oliveira Dias Campos

Reflexões Iniciais da Literatura Científica em Terapia Ocupacional Sobre Transexualidade 79

Reflexiones Iniciales de la Literatura Científica en Terapia Ocupacional Sobre Transexualidad

Initial Reflections of Scientific Literature in Occupational Therapy on Transexuality

Marcília Andrade da Silva

Nayara da Silva Costa Maciel

Ingrid Bergma da Silva Oliveira

Débora Ribeiro da Silva Campos Folha

Vítimas Indiretas do Femicídio na Jurisprudência Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará 93

Víctimas Indirectas de Femicidio en la Jurisprudencia Penal del Tribunal de Justicia del Estado de Pará

Indirect Victims of Femicide at the Criminal Jurisprudence of the Court of Justice of the State of Pará

Débora Dias dos Santos

Emy Hannah Ribeiro Mafra

Jessica Katharine Gomes Marques

Luanna Tomaz de Souza

Sexualidade e Gênero: possibilidades para pensar a prática de professores homens na educação infantil 109

Sexualidad y Género: posibilidades para pensar la práctica de los profesores varones en la educación infantil

Sexuality and Gender: possibilities to think about the practice of men teachers in early childhood education

Renan Mota Silva

Tatiane da Rosa Vasconcelos

Anderson Silva Pinheiro

SEÇÃO B

Relato de Experiência

“Mulheres que Gingam no Meio do Mundo”: capoeiragem feminista em Macapá 121

“Mujeres que Gingam en la Mitad del Mundo”: capoeiragem feminista en Macapá

“Women who Gingam in the Middle of the World”: capoeiragem feminist in Macapá

Maria Zeneide Gomes da Silva

Jeniffer dos Santos Pereira

SEÇÃO C
Relato de Pesquisa

As Consequências Psicológicas da Tentativa de Apagamento Social da Bissexualidade: um relato de pesquisa 135

Las Consecuencias Psicológicas del Intento de Borrar Socialmente la Bisexualidad: un informe de investigación

The Psychological Consequences of the Attempt to Socially Erase Bisexuality: a research report

Ana Vitória Moreira de Souza

Eloísa Amorim de Barros

Paulo Henrique Pargas Santos

Yan Walter Pena

Tia Pê (1915-1976): mulher, identidade negra e cultura do carimbó amazônico paraense na cidade de Vigia 149

Tia Pê (1915-1976): mujer, identidad negra y cultura del carimbó amazónico paraense en la ciudad de Vigia

Tia Pê (1915-1976): woman, black identity and culture of the paraense amazonian carimbó in the city of Vigia

Raimundo Paulo Monteiro Cordeiro

Assunção José Pureza Amaral

SEÇÃO D

Análise de Livro

- A (R)Existência de Kehinde, em *Um defeito de cor* 169
La (R)Existencia de Kehinde en *Un Defecto de Color*
The (R)Existence of Kehinde in *A Color Defect*
Francelina Ribeiro Barreto
- A Representação da Mulher Negra na Obra *Clara dos Anjos* do Autor Lima Barreto 181
La Representación de la Mujer Negra en la Obra *Clara dos Anjos* de Lima Barreto
The Representation of Black Women in the Work *Clara dos Anjos* by Lima Barreto
Luisa Gonçalves Monteiro

SEÇÃO E

Entrevista

- Dra. Ana Cristina Álvares Guzzo - Médica 205
Personalidade na Saúde Infantil
- NORMAS DE PUBLICAÇÃO** 209



ReSisTir é o nosso nome

A Revista Gênero na Amazônia, em sua dinamicidade, atualiza as normas de publicação no periódico. Recomendamos que visitem o site para conhecê-las e observar que elas estão em sintonia com as diretrizes das revistas brasileiras. A grande contribuição da adoção das atualizações está na facilidade para indexação dos textos publicados. Por sua vez, a adoção do ORCID permite a localização internacional da autoria.

Neste volume, algumas questões são fios condutores: 1) a presença das mulheres no âmbito da participação e representação política brasileira, um assunto indispensável às práticas democráticas inclusivas que produzem projetos e ações coletivas a todos os segmentos populacionais, especialmente aos vulneráveis econômica e socialmente; 2) a teoria, o debate e a exposição sobre rupturas com as formas de colonização cultural e econômica que, ainda, são impostas às mulheres; 3) o olhar sobre o patriarcado, os corpos femininos, a sexualidade e a educação infantil tornando-se eixos de questionamentos nos desvendamentos em pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica e epistemologias feministas, favorecendo análise de processos de “defloramento” e “rapto” ocorridos em tempos pretéritos numa cidade paraense; 4) análise da literatura sobre a mulher negra; 5) história, memória e relatos de experiência de danças do carimbó e da capoeira.

Os textos repercutem resistências, lutas e mobilizações coletivas para recuperação e manutenção da liberdade, entendida como autonomia e princípio ao guiar a vida que circula o corpo e os gêneros. Quanto à forma, há pesquisas envolvendo a metodologia da análise documental; revisão de literatura; pesquisa empírica; e relatos de experiência. No campo da Terapia Ocupacional, houve contribuição significativa, assim como discussão sobre violência doméstica com o foco nas vítimas indiretas do feminicídio.

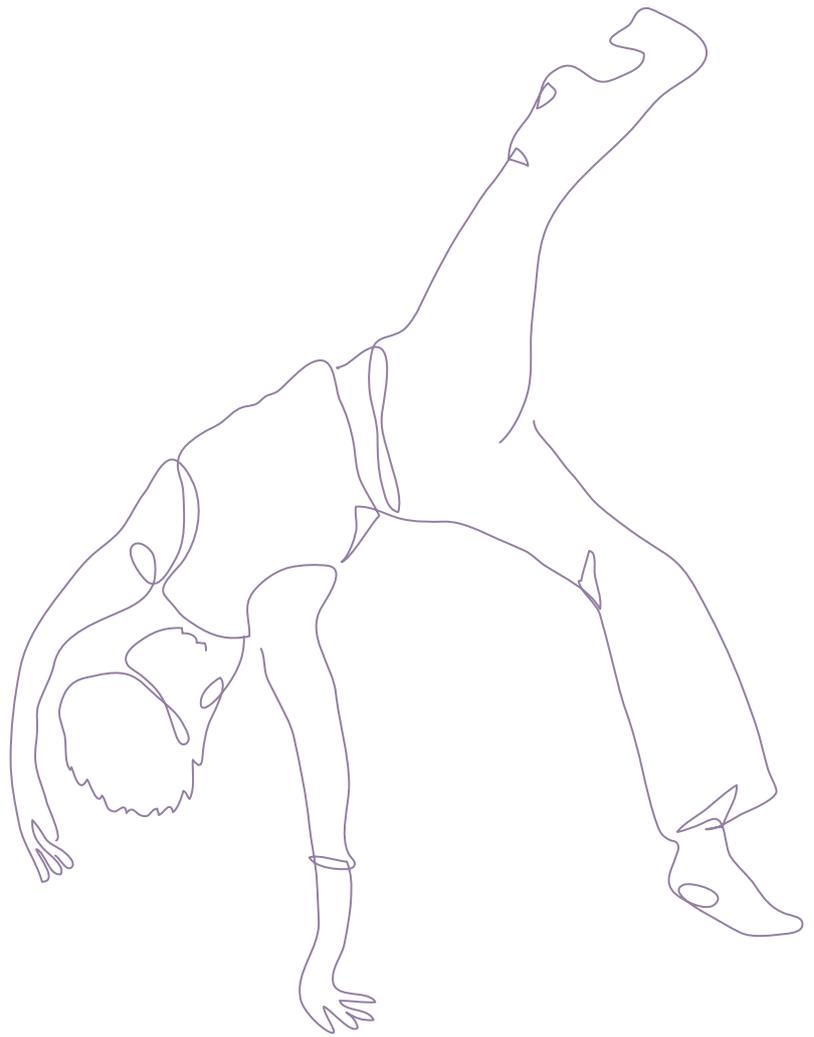
E, na categoria entrevistas, temos o relato da Dra. Ana Cristina Álvares Guzzo, médica, importante personalidade que atua na área da saúde materno-infantil.

Em todos esses estudos e depoimentos, nota-se o esforço em produzir conhecimentos sobre as formas de resistência, as lutas, as ousadias e as conquistas de espaços para as mulheres, sejam amazônidas, brasileiras e latino-americanas.

ReSisTir é o nosso nome!

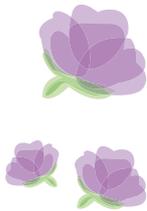
Belém/PA (Amazônia/Brasil), julho de 2022.

Luzia Álvares, Adelma Pimentel, Ana Carolina Branco

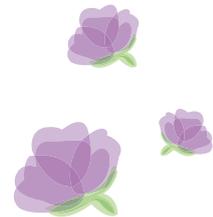




Seção



A



**Pesquisas Bibliográficas e
Documentais**



A (Sub) Representação de Mulheres na Política Brasileira: entre lutas e conquistas*La (Sub) Representación de las Mujeres en la Política Brasileña: entre luchas y logros**The (Sub) Representation of Women in Brazilian Politics: between struggles and achievements***Adriana Benedita Azevedo da Silva****Maria Antonia Cardoso Nascimento**

Resumo: Neste artigo, buscamos trazer para a discussão aspectos relativos à sub-representação feminina na política, com destaque para a particularidade brasileira. Para tanto, foi realizada uma abordagem que traz elementos históricos da luta feminina em torno da participação política, da movimentação internacional em busca de contribuir com a paridade de gênero, da implementação de cotas de gênero no Brasil. Por fim, analisamos os reflexos da divisão sexual do trabalho na inserção das mulheres nos espaços de poder político. A metodologia do trabalho consistiu em revisão bibliográfica, assim como pesquisa documental em sites de organismos nacionais e internacionais. Concluímos que, no Brasil, apesar de se ter avanços, a desigualdade política ainda persiste e demonstra que não se trata apenas de desigualdade sexual, mas também racial.

Palavras Chave: Participação Política. Paridade de Gênero. Divisão sexual.

Resumen: En este artículo, buscamos traer a la discusión aspectos relacionados con la subrepresentación femenina en la política, con énfasis en la particularidad brasileña. Para ello, se llevó a cabo un enfoque que trae elementos históricos de la lucha de las mujeres en torno a la participación política, de el movimiento internacional con el fin de contribuir a la paridad de género, la implementación de cuotas de género en Brasil. Finalmente, analizamos los reflejos de la división sexual del trabajo en la inserción de las mujeres en los espacios de poder político. La metodología del trabajo consistió en la revisión bibliográfica, así como en la investigación documental en sitios web de organismos nacionales e internacionales. Concluimos que en Brasil, a pesar de los avances, la desigualdad política aún persiste y demuestra que no es solo desigualdad sexual, sino también racial.

Palabras Claves: Participación política. Paridad de género. División sexual.

Abstract: In this article, we seek to bring to the discussion aspects related to female under-representation in politics, with emphasis on the Brazilian particularity. To this end, an approach was carried out that brings historical elements of the women's struggle around political participation, international movement in order to contribute to gender parity, the implementation of gender quotas in Brazil. Finally, we analyze the reflexes of the sexual division of labor in the insertion of women in the spaces of political power. The methodology of the work consisted of bibliographic review, as well as documentary research on websites of national and international organizations. We conclude that in Brazil, despite advances, political inequality still persists and demonstrates that it is not only sexual inequality, but also racial.

Key-words: Political Participation. Gender parity. Sexual division.

¹ Este artigo foi escrito a partir de dados obtidos mediante pesquisa bibliográfica e documental para a elaboração do Projeto de Tese de Doutorado, no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Adriana Benedita Azevedo da Silva – Assistente social, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Doutoranda em Serviço Social (PPGSS/UFPA). Bolsista da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). E-mail: adriana100azevedo@hotmail.com

Maria Antonia Cardoso Nascimento – Professora Dra. Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Professora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: mariaant@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Conquistar o direito de votar e ser votada se constituiu em uma significativa vitória para as mulheres na luta pela cidadania política, contudo isso não tem sido suficiente para transpor as barreiras em relação a equidade de gênero, considerando que as mulheres não têm conseguido atingir a mesma proporção dos homens nos assentos parlamentares. Desse modo, a (sub) representação das mulheres na política é um dado que se apresenta na maioria dos países do mundo, inclusive no Brasil, em que pese no país mesmo que as mulheres constituam mais da metade do eleitorado brasileiro, elas estão sendo (sub) representadas pelos homens nos espaços da política institucional.

A formação capitalista, patriarcal, racista da sociedade, com destaque para a brasileira, relegou por muito tempo as mulheres à invisibilidade dos espaços públicos, sendo a participação política a mais difícil de enfrentar, por ser a política o lugar das decisões e do poder, historicamente usufruído pelos homens. O movimento feminista² contribuiu para transpor esse limite, principalmente no que diz respeito às mulheres brancas, oriundas de segmentos de classe alto e médio (ALVARES, 2011; MATOS, 2011; COSTA, 2011; ERUNDINA, 2008). Nesse sentido, Erundina (2008) em seu texto “Mulher e política no parlamento”, indica que:

(...) Confinadas nos espaços privados, elas ficaram quase sempre fora dos espaços públicos, submersas no silêncio e na invisibilidade da vida privada, dedicadas à família e pouco conscientes do próprio valor e do seu papel na sociedade. Aos poucos, essa invisibilidade e esse silêncio se rompem e as mulheres começam a emergir e a ocupar espaços públicos, antes reservados exclusivamente aos homens, tanto no mundo do trabalho como nos demais campos da vida em sociedade. (ERUNDINA, 2008, p. 40)

Estudos (HIRATA; KERGOAT, 2003; KERGOAT, 2002; KERGOAT, 2009) apontam que a dicotomia histórica entre público e privado – uma das expressões do pensamento cartesiano – que delineia uma divisão de atribuições determinadas pelo sexo, as mulheres foram assumindo de forma predominante as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos, sendo tal processo colocado como algo natural, predominando o biologismo na definição do ser feminino e do ser masculino, na qual as mulheres foram afastadas das atividades públicas. Ainda que as mulheres tenham conquistado o direito de participar de espaços públicos, elas ainda são desvalorizadas com relação aos homens, ocupando postos de trabalho menos valorizados, ganhando salários inferiores e, em casos de assumirem cargos de chefia ou cargos que são predominantemente masculinos, têm que lidar com diversas formas de exploração/opressão estruturais como o machismo e o racismo.

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo contribuir para a discussão sobre a (sub) representação da mulher na política brasileira, a partir do que mecanismos legais, como a lei de cotas de gênero preconizam e como elas são refletidas no processo de inserção da mulher na política institucional. A metodologia utilizada neste trabalho consistiu na análise bibliográfica e documental sobre a participação da mulher na política, políticas de ações afirmativas e divisão sexual do trabalho, bem como dados percentuais relativos à eleição do ano de 2020 que foram obtidos através de sites governamentais.

²Esclarece-se que a despeito das várias tendências que constituem as teorias e movimentos sociais, como o feminismo, adota-se, aqui, a expressão no singular – movimento feminista –, objetivando assegurar a dimensão coletiva e orgânica desta prática social.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. No primeiro momento, apresenta-se uma breve reconstituição relativa aos aspectos da cidadania seletiva na modernidade. Em seguida, são apresentados os marcos internacionais que objetivavam a construção de políticas para o alcance da paridade de gênero na política. No terceiro momento, é realizada uma discussão sobre a Lei de cotas de gênero e os desafios no cumprimento da mesma. Por fim, discute-se a relação da divisão sexual do trabalho com a inserção da mulher na política, trazendo dados da participação feminina no processo eleitoral do ano de 2020; seguida das considerações finais.

1. Os Ideais Modernos e a Luta Feminina

A baixa representação feminina na política institucional, tanto a nível internacional quanto na particularidade brasileira, vem sendo objeto de estudos de pesquisadoras e também pesquisadores que vêm problematizando o processo histórico de exploração, discriminação e opressão das mulheres. A construção histórica de divisão de atribuições entre homens e mulheres relegou à mulher a esfera privada e a invisibilidade nos espaços públicos, com destaque para os espaços de poder político, historicamente usufruído pelos homens. E mesmo que no cenário contemporâneo as mulheres tenham obtido significativos avanços no campo dos direitos, a inserção das mulheres na política ainda se constitui em um desafio a ser superado, para que se possa alcançar a paridade de gênero na política institucional.

Álvares (2011), em seu texto “O direito do voto e a participação política: a formação da cidadania feminina na “invenção democrática””, aborda aspectos históricos relativos aos modelos de democracia e de cidadania seletiva que em diferentes épocas relegou aos homens o poder, a participação nas decisões e que privou as mulheres dos direitos políticos e civis. Nesse sentido, a desigualdade política encontra alicerce na dicotomia histórica dos papéis atribuídos a homens e mulheres nos espaços público e privado, que desde a antiguidade está fundamentada no sistema patriarcal, assim, “(...) ao definir a constituição da esfera pública para a participação de cidadãos na “política” – diferentemente da esfera privada, naturalmente assumida pelas mulheres -, esse sistema estabelece regras diferenciadas de inclusão e de exclusão (...)” (ÁLVARES, 2011, p. 57).

Ainda segundo a referida autora, o nascimento das democracias modernas com seus ideais iluministas de igualdade e liberdade conferia aos indivíduos um novo estatuto de cidadania, na medida em que houve uma nova perspectiva de direitos, ou seja, “nas doutrinas iluministas do século XVIII, o indivíduo (...) passa a ter direitos naturais e universais que lhe dão prerrogativas de cidadania (...)” (ÁLVARES, 2011, p. 56). A proclamação da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, em 26 de agosto de 1789, se traduz em um documento que marca esse modelo de cidadania, contudo, tal cidadania não ocorreu de forma ampla na medida em que se constituía em um modelo que era restrito, em que apenas os homens podiam exercer os direitos políticos civis, participar das decisões políticas, ficando as mulheres relegadas a um papel secundário nesse cenário (ÁLVARES, 2011).

Os ideais de liberdade e igualdade trazidos com a modernidade não alteraram as formas históricas de participação nas decisões de poder em âmbito público em que apenas os homens tinham direitos de exercer a sua cidadania, diante disso, coube às mulheres questionarem a sua participação na esfera pública. Segundo Álvares (2011), em finais do século XVIII, começa a ocorrer esse movimento de contestação quando, no ano de 1791, a francesa *Olympe de Gouges* escreve o documento a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, reivindicando tratamento igual para homens e

mulheres; da mesma forma, em 1792, a inglesa *Mary Wollstonecraft* escreve *Vindications on the Rights of Woman*, em que busca demonstrar que a discriminação que envolvia as mulheres contribuía para o afastamento delas de exercer os seus direitos.

Vale ressaltar que em acordo com pesquisa realizada pelo Instituto UPDATE³, intitulada “Eleitas Mulheres na Política” (2020), o livro escrito por *Wollstonecraft* só foi publicado no Brasil em tradução livre no ano de 1832, século XIX, pela professora e ativista Nísia Floresta, que foi uma das pioneiras brasileiras no que diz respeito à luta pelos direitos das mulheres.

A despeito da supremacia do patriarcado, cabe salientar casos de sedição, no século XIX, em que as inglesas tiveram um defensor de suas causas no parlamento, John Stuart Mill, o qual, em sua obra “A sujeição das mulheres”, defendia que o processo histórico de sujeição das mulheres aos homens não era correto e que homens e mulheres deveriam ter os mesmos direitos.

A subordinação legal das mulheres não foi adotada em primeiro lugar porque a comparação e a experiência de outros arranjos sociais provaram que isso seria o melhor para a humanidade. O simples fato da força física superior dos homens foi convertido em um direito legal e sancionado pela sociedade. Períodos transcorreram antes que os pensadores questionassem a legitimidade da força legalmente aceita. A sujeição das mulheres não repousa hoje em considerações de conveniência social; é a escravidão primitiva que perdura. A única presunção a seu favor, a ser tirada da sua existência, é que ela perdurou até agora. (MILL, 2021, p. 9)

Mill (2021), em relação as funções políticas, também defendia que as mulheres deveriam ter direitos quanto a participação política, inclusive defendia o sufrágio feminino. Para ele, a exclusão das mulheres da vida política tinha como objetivo a perpetuação das mulheres ao domínio privado, as suas atribuições no campo doméstico.

Limitarei a minha consideração a funções de caráter público. Em primeiro lugar, quanto ao sufrágio. As pessoas que não podem conduzir o governo poderiam ter o direito de escolher os governadores. O voto é um meio de autoproteção; e quaisquer que sejam as garantias necessárias no caso dos homens para evitar um mau uso do voto evitariam que as mulheres o utilizassem indevidamente. E quando os interesses das mulheres diferem dos dos homens, as mulheres requerem especialmente o sufrágio como garantia de justa consideração. (MILL, 2021, p. 21)

Nesse sentido, Álvares (2011) indica que o processo defendido por Mill e também por Condorcet, na França, em relação ao direito ao voto e a participação política, só se materializou tempos depois, em específico no século XX, quando o sufrágio universal foi instituído em 1918 (CRAMPE-CASNABET, 1991 apud ÁLVARES, 2011), e, no caso da França, apenas em 1944.

Além disto, cabe mencionar ainda que no século XIX, especificamente no ano de 1851, foi realizada a primeira “Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres dos Estados Unidos”.

³ O Instituto UPDATE se trata de uma organização da sociedade civil que pesquisa e fomenta a inovação política na América Latina, tendo por foco principal os seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. Tem como missão fortalecer a democracia na América Latina aproximando os cidadãos da política por meio do resgate da confiança, da atualização das práticas políticas e da busca por maior representatividade nos espaços de poder.

Essa convenção suscitou debates acerca das diferentes realidades das mulheres; isso foi possibilitado pela fala de *Sojourner Truth*, que era uma mulher negra, abolicionista e ativista dos direitos das mulheres. *Sojourner* trazia para a reflexão o fato de que a condição econômica e de raça da mulher negra não anulava a sua condição de sexo e que, portanto, a reivindicação de direitos pelas negras era tão legítima quanto das brancas, que, no período, já estavam se organizando nos movimentos feministas (UPDATE, 2020).

Essa breve reconstituição histórica do feminismo contra a discriminação e visibilidade da mulher como ser capaz de construir seu próprio caminho tem como marco o século XVIII, mas é no século XIX que alguns países começam, mediante a luta feminista, garantir o sufrágio feminino. Há referência que, no ano de 1870, as mulheres do estado norte-americano *Wyoming* puderam exercer pela primeira vez o direito de votar (ÁLVARES, 2011). Contudo, a universalização para as brancas data de 1920. É de fato durante o século XX que a conquista do sufrágio feminino foi alcançando os países gradativamente, incluindo o Brasil.

Apesar da conquista do sufrágio feminino se constituir em um avanço, ele não foi suficiente para transpor as barreiras da desigualdade entre homens e mulheres, em que pese a desigualdade política persiste, exigindo luta constante que assegure a participação das mulheres nas instâncias de poder político partidário. Diante disso, destaca-se a movimentação histórica de organizações internacionais na busca de superar a desigualdade entre homens e mulheres e contribuir para a consolidação de um Estado verdadeiramente democrático, através de mecanismos que contribuam para a promoção de oportunidades a grupos historicamente discriminados, com destaque para a mulher, a fim de que estas possam, em condições de igualdade com os homens, usufruir de seus direitos políticos.

2. As Organizações Internacionais e a Luta Pelos Direitos Políticos das Mulheres

Ante o cenário histórico de desigualdade política entre homens e mulheres, organizações internacionais há décadas vêm somando esforço em relação à superação dessa desigualdade. Essa atuação tem se expressado por meio de assembleias, convenções, conferências, seminários, que possibilitaram traçar estratégias e diretrizes que buscam enfrentar as desigualdades de gênero. Em acordo com o texto “Cotas de participação e eleições no Brasil”, de Costa (2011), essa mobilização de Organizações internacionais, países, Organizações Não Governamentais (ONGS), ocorre em virtude da insuficiência das alterações socioeconômicas como fatores determinantes na redistribuição de poder, por isso a necessidade de intervenções diretas no que concerne à participação feminina na política.

Em nível internacional, desde o final da década de 1940 do século XX, a Organização das Nações Unidas (ONU), sob pressão do feminismo internacional, começou a buscar formas de enfrentamento à desigualdade entre homens e mulheres na sociedade, o que incluiu a desigualdade nos espaços de poder político partidário. A Declaração Universal de Direitos Humanos, promulgada em 10 de dezembro de 1948, representou um avanço quando destacou a igualdade entre homens e mulheres expressa em seu Art. 2º: “Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação” (ONU/RESOLUÇÃO 217-A (III), 1948, *on-line*).

Nas décadas seguintes, a instituição elaborou uma série de tratados que tinham como objetivo o enfrentamento a situações consideradas prioritárias no que diz respeito à discriminação relativa à mulher. Merece destaque a “Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher”, de 1953. Essa Convenção buscava pôr em execução o princípio da igualdade entre homens e mulheres, expresso na Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Participaram dessa Convenção Estados signatários membros das Nações Unidas, incluindo o Brasil, sendo que ela foi instituída pelo Documento das Nações Unidas nº 135, de 31 de março de 1953, sendo aprovada pelo Decreto Legislativo nº 123, de 30 de novembro de 1955, ratificada pelo Brasil em 13 de agosto de 1963 e em vigor no país desde 11 de novembro de 1964 (BRASIL, 1963).

A Convenção de 1953 reconheceu que tanto homens quanto mulheres têm o direito de participar das decisões políticas de seu país, bem como ter acesso em condições de igualdade no que concerne ao exercício dos direitos políticos, conforme seu Art. 1º, em que expressa que “as mulheres terão, em igualdade de condições com os homens, o direito de voto em todas as eleições, sem nenhuma restrição” (BRASIL, 1963).

O documento da Convenção de 1953 reafirma o direito de voto que já vinha sendo conquistado pelas mulheres em alguns países e vai mais além, ao sinalizar que as mulheres devem participar e exercer em condições de igualdade com os homens de cargos políticos públicos, assim expressa em seu Art. 2º, que “as mulheres serão, em condições de igualdade com os homens, elegíveis para todos os organismos públicos de eleição, constituídos em virtude da legislação nacional, sem nenhuma restrição”, além deste, o Art. 3º, indica ainda que “as mulheres terão, em condições de igualdade, o mesmo direito que os homens de ocupar todos os postos públicos e de exercer todas as funções públicas estabelecidas em virtude da legislação nacional sem nenhuma restrição” (BRASIL, 1963).

As deliberações da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher em 1979, mas que entrou em vigor em 1981, é considerada a primeira normativa internacional a dispor sobre os direitos das mulheres, visando promover a igualdade de gênero e reprimir qualquer discriminação contra as mulheres nos Estados signatários da ONU. Essa Convenção foi ratificada por 165 Estados membros e trouxe recomendações normativas em relação ao combate às formas de discriminação contra a mulher a serem adotadas pelos Estados signatários. Dentre as recomendações, destaca-se o combate à desigualdade política entre homens e mulheres e as medidas que deverão ser tomadas (ONU, 1979).

Outra conquista normativa das mulheres em nível internacional diz respeito à IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, na China, no ano de 1995. Essa Conferência foi intitulada “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz” e suas discussões partiram da avaliação dos avanços obtidos nas três Conferências realizadas anteriormente, que ocorreram, respectivamente, no México, em 1975, em Copenhague, no ano de 1980, e em Nairobi, no ano de 1985. A Conferência de Pequim também partiu da análise dos obstáculos que necessitavam ser superados para que as mulheres pudessem exercer plenamente os seus direitos (ONU, 1995).

Nessa conferência, foram identificadas doze áreas consideradas prioritárias em relação ao enfrentamento das desigualdades concernentes à mulher na sociedade, ficando explícito que uma das áreas dizia respeito à “desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias” (ONU, 1995, p. 148). Desse modo, ela também se configurou um marco normativo internacional que trouxe para pauta a discussão da necessidade de serem adotadas estratégias volta-

das à promoção da equidade entre homens e mulheres, tendo como um dos objetivos aumentar a participação das mulheres na política formal e alcançar níveis mais elevados de igualdade.

Em síntese, na Conferência de Pequim, houve o reconhecimento da necessidade de as mulheres participarem ativamente da vida política de seus países, em especial, reconheceu que, para se alcançar ou equiparar homens e mulheres em níveis de igualdade, era necessário que pudessem decidir acerca de seus interesses. As diretrizes internacionais são avaliadas pelas estudiosas como de significativa importância no que concerne ao direcionamento e às medidas que os países deveriam adotar para enfrentar a desigualdade de gênero, mas permanece a sub-representação apesar do aumento de mulheres ocupando cargos políticos nos últimos anos.

Ademais, documento publicado pela ONU (2021, tradução nossa), intitulado “Plano Estratégico para 2022-2025”, organizado pela Diretoria Executiva da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e *Empoderamento* das Mulheres, afirma que, depois de 26 anos da declaração da Plataforma de Pequim, ela continua sendo um marco transformador no que diz respeito a alcançar a igualdade de gênero e o *empoderamento* das mulheres, reconhecendo a persistência das barreiras estruturais que impedem a igualdade de gênero.

3. As Cotas de Participação e os Desafios na Paridade de Gênero na Política no Brasil

Uma das formas para atender às pressões do movimento feminista internacional em relação a maior presença das mulheres na política partidária diz respeito às ações afirmativas, ou cotas de participação na política. Em acordo com Costa (2011), as cotas de participação se constituem em regras que estabelecem um dado número de vagas para serem ocupadas por membros de um determinado grupo social, sendo que o critério para a definição dos grupos a serem alcançados pelas cotas pode ser baseado no sexo, na religião, na origem étnica, etc. Vários países adotaram cotas de participação da mulher na política, destacando aqui o Brasil.

No caso das cotas por sexo, o objetivo é aumentar, por voto ou indicação, a presença de mulheres em instituições como governos, parlamentos e conselhos locais. Seus defensores buscam legitimá-las com base no discurso da exclusão, segundo o qual a principal razão para a baixa presença feminina na política formal são as práticas excludentes dos partidos políticos e do sistema político como um todo. (DAHLERUP, 2005, apud COSTA, 2011, p. 190)

Nesse sentido, segundo Álvares (2014, p. 159) em seu texto “Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira – quem vota? Quem se candidata?”, durante a década de 1990, a “demanda mundial pelo aumento do número de mulheres aos assentos parlamentares” suscitou debates acerca da implantação de cotas partidárias para mulheres; ante as discussões, a Plataforma de Pequim (1995) dispôs medidas a serem adotadas pelos países signatários no que se refere a formas de contribuir para uma maior participação das mulheres na política.

A Declaração de Pequim (1995) acolheu a adoção de ações afirmativas em favor das mulheres em seus parágrafos 187 e 190, ao indicar que os governos devem adotar medidas que visem o equilíbrio entre homens e mulheres nos espaços de poder, governos entre outras; para tanto, indica a adoção de medidas que visem aumentar o número de mulheres, a fim de alcançar uma repre-

sentação paritária entre homens e mulheres e, em caso de necessidade, que sejam adotadas ações afirmativas em favor das mulheres com intuito de alcançar tal objetivo.

Dados do Relatório “As mulheres no parlamento 2020 perspectiva anual”, publicado pela ONU e pela União Inter parlamentar (2021, tradução nossa), indicam que, no ano de 2020, de 57 países em que se teve eleições, 25 países instauraram as cotas legislativas, sendo que, em média, os parlamentos que utilizaram as cotas elegeram 11,8% mais mulheres para as câmaras simples e baixas (câmara de deputados) e 7,4% mais mulheres para câmaras altas (senado) em relação aos parlamentos que não utilizaram as cotas. Segundo o Relatório no ano de 2020, as cotas de gênero tiveram significativo papel frente a retrocessos dos direitos humanos em curso.

Na avaliação do referido documento, os países que adotaram cotas nas eleições conseguiram avanços consideráveis em relação aos países que não a adotaram. Nos países em que se teve cotas legislativas em assembleias de eleição direta, teve-se um aumento médio de representação das mulheres de 3,2 pontos, em contrapartida, as câmaras eleitas diretamente dos países que não adotaram nenhum tipo de cotas a média foi de 2,2 pontos. Além do mais, destaca-se que, em 2020, as assembleias legislativas de eleição direta sem cotas tiveram um avanço médio de 8,8, bem como os órgãos de eleições diretas com cotas de candidaturas tiveram um incremento em média de 8,4 pontos a despeito da violência contra as mulheres na política (ONU, 2021, tradução nossa).

Segundo a supramencionada fonte, a região das Américas saiu na frente das demais regiões do mundo em relação a representatividade das mulheres no parlamento. Em 2020, as mulheres ocuparam 32,4% dos assentos parlamentares. Nas câmaras únicas e baixas, os maiores avanços ocorreram na Jamaica, em que se teve um incremento de 11,1 pontos, e na Guiana, que foi de 5,2 pontos. Nas câmaras altas, se destacaram Jamaica, que teve um incremento de 14,2 pontos; Belice, com 13,2 pontos; e Trinidad e Tobago, com 8,4 pontos (ONU, 2021, tradução nossa).

Nos Estados Unidos também foi observado aumento nos níveis de representação feminina, sendo o percentual de 26,9% em ambas as câmaras, destacando que, pela primeira vez na história do país, uma mulher, Kamala Harris, foi eleita vice-presidente. Na América Latina, destaca-se que a Bolívia, que já tinha alcançado a paridade de gênero, teve uma queda na última eleição passando de 53,1% para 46,2%, ou seja, uma queda de 6,9 pontos, sendo que essa é a primeira vez desde 2014 que a representação de mulheres no parlamento boliviano fica abaixo dos 50%, contudo, ainda continua próximo da paridade (ONU, 2021, tradução nossa).

Segundo o Instituto UPDATE (2020), a América Latina se constitui na região que mais teve mulheres à frente dos cargos de chefia nos países na primeira década do século XXI⁴, como foi o caso das presidentes eleitas democraticamente: Mireya Moscoso (Panamá), Violeta Chamorro (Nicarágua), Cristina Kirchner (Argentina), Dilma Rousseff (Brasil), Michelle Bachelet (Chile) e Laura Chinchilla (Costa Rica). Backes (2020), ao proceder comparação de eleição de mulheres entre 1997, 2012 e 2020 na América Latina, evidencia que, no ano de 1997, as mulheres constituíam 13% dos assentos das câmaras baixas; em 2012, esse percentual subiu para 23% e, em 2020, para 26%.

⁴ Essa condição da América Latina deve-se à mobilização dos movimentos feministas que, desde a década de 1960, lutam contra a opressão patriarcal, principalmente durante as ditaduras militares, a exemplo da organização de mulheres que se opunham ao regime ditatorial brasileiro de 1964 a 1985 e do chileno de Augusto Pinochet. No Brasil, após o fim da ditadura e o fortalecimento das lutas sociais, as reivindicações feministas e de mulheres se constituíram base para o que foi denominado de “lobby do batom”, como ficou conhecida a atuação de 26 deputadas pela igualdade de direitos na Assembleia Nacional Constituinte. A visibilidade alcançada pela mobilização do feminismo internacional nos últimos vinte anos tem rebatimento direto na América Latina e no Brasil (INSTITUTO UPDATE, 2020).

Esse quadro, todavia, não pode ser analisado sem considerar as violações, humilhações e acusações machistas do qual essas presidentes foram alvos, principalmente destacando o processo deplorável que culminou com o *impeachment* da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

Ademais, a sub-representação da mulher na política partidária, em especial no caso brasileiro, ainda se expressa quando os números da última eleição demonstraram que apenas 15% de assentos parlamentares foram ocupados por mulheres, ou seja, 85% das vagas em cargos políticos institucionais estão ocupadas por homens, brancos, heterossexuais e com poder aquisitivo elevado, isso após 25 anos depois da Lei que instituiu as cotas de candidaturas femininas, evidenciando um percentual que se configura na metade do quantitativo estipulado pela lei de cotas, que é de 30% atualmente.

Cabe mencionar que, no Brasil, a Lei 9.100, de 29 de setembro de 1995, deixou expresso que 20% das vagas de candidaturas deveriam ser preenchidas por mulheres. No ano de 1997, a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, alterou esse percentual, sendo o mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo (ÁLVARES, 2014).

Segundo Ramos et al (2020), no estudo “Candidatas em jogo: um estudo sobre os impactos das regras eleitorais na inserção de mulheres na política”, após dez anos desde a instituição das leis de cotas no Brasil, elas pareciam não gerar os resultados esperados no que diz respeito ao aumento de candidaturas femininas. Dados demonstravam que entre 1998 e 2006 a proporção de mulheres nas candidaturas subiu de 10% para 13%, os autores indicam ainda que, junto com a mudança do percentual mínimo destinado às cotas de gênero, vieram também um aumento do limite legal do número total de candidaturas que teriam que ser indicadas pelos partidos; isso fez com que o percentual de cotas ficasse de certo modo apagado dentro desse aumento. Além do mais, se tinha o entendimento de que a legislação não obrigava os partidos a compor sua lista dentro do que era indicado em termos de proporção de gênero, mas sim de que era apenas obrigatório a reserva de assentos.

A fim de resolver tal problema de não cumprimento em relação a cotas de gênero, no ano de 2009, se teve uma alteração no dispositivo legal que orientava a cota de gênero: a Lei Federal nº12.034 mudou o texto da norma de “deverá reservar” para “preencherá”. Tal alteração trouxe resultados mais significativos, em especial, os tribunais eleitorais passaram a entender que a cota de gênero era uma obrigatoriedade; diante disso, a proporção de candidaturas femininas cresceu, sendo que, em 2010, o percentual de candidaturas femininas subiu mais de 20% e, em 2014 e 2018, ficou em torno de 30% (RAMOS et al, 2020).

Desse modo, observa-se que a lei de cotas no Brasil, em face de um processo de irregularidades quanto ao seu cumprimento, incide diretamente no objetivo de alcance da paridade de gênero nos espaços políticos institucionais e essa concretização ainda se mostra limitada quando comparada a outros países latino-americanos.

Trata-se, entretanto, de uma conquista meramente formal, já que os partidos políticos não a cumprem totalmente, sem que, por isso, sofram qualquer sanção. Além disso, as mulheres não dispõem de condições objetivas para superar dificuldades nas disputas eleitorais, tais como, falta de recursos financeiros, insuficiente capacitação política, invisibilidade na mídia. (ERUNDINA, 2008, p. 42)

Para Ramos et al (2020), os desafios para o real cumprimento das cotas de gênero no Brasil ainda necessitam ser superados, sinalizam ainda que a proibição das coligações em eleições pro-

porcionais tende a dificultar a concretização da paridade de gênero, isso porque muitos partidos acabam por não cumprir o que é exigido em relação às cotas de gênero.

Ao levarmos em consideração listas de coligações ou partidos que disputam sozinhos (antes da proibição das coligações) a eleição para a Câmara Federal em 2018, identificamos 68 (21,5%) listas em descumprimento com a cota de gênero. Essa proporção cresce para 43,5% quando os partidos são analisados individualmente. Das 866 listas partidárias nos estados, 377 teriam menos de 30% de mulheres. Com menos mulheres candidatas, há menos candidaturas femininas com potencial de serem eleitas e, conseqüentemente, com menos chances de acesso à política institucional. Neste cenário, o comprometimento dos partidos em selecionar o mínimo legal exigido de 30% de mulheres candidatas, e preferencialmente mais do que o mínimo, é essencial para ampliar a representação de mulheres nas Casas legislativas. (RAMOS et al, 2020, p. 11)

Souza (2018), em texto intitulado “Mulheres na política: histórias de protagonismo feminino na Amazônia e a luta contra o preconceito de gênero nas instâncias de poder político”, indica que as mulheres se constituem em mais da metade do eleitorado brasileiro e, ainda assim, continuam sub-representadas nos espaços de poder político. A autora chama atenção ainda para manobras que são realizadas pelos partidos, diante do que necessita ser cumprido em relação ao que predispõe a lei de cotas e que, de certo modo, acabam por contribuir para o não alcance da paridade de gênero na política institucional.

Os partidos abrem suas portas as mulheres somente em vésperas de eleição, quando precisam preencher suas cotas e esquecem que essas mesmas mulheres a partir daquele momento têm direitos e obrigações tanto quanto os candidatos homens, mas infelizmente, ainda que tenhamos uma política de ação afirmativa, pouco ou quase nada os partidos tem feito pelas mulheres além de filia-las para cumprir o que determina a lei com a justificativa de que estão apoiando a paridade de gênero na política. (...). Mas percebe-se que os partidos têm buscado burlar a lei quando apenas aceitam mulheres para o preenchimento das cotas e não para lançá-las como candidatas recebendo o devido apoio do partido. (SOUZA, 2018, p. 29)

A mencionada autora revela ainda que o processo eleitoral se trata de algo que vai além de fazer campanhas e do ato de votar em si, isso porque os partidos políticos possuem interesses que começam a ser articulados antes mesmo de se iniciar o processo de propagandas políticas. E, mediante as estratégias políticas que são montadas nesse processo, são formados blocos políticos dentro dos partidos em que os homens são os mais beneficiados, recebendo mais apoio e subsídios dos partidos (SOUZA, 2018).

Para Souza (2018), apesar das leis de cotas, muitas mulheres que participam do processo de disputa na política institucional acabam não conseguindo ganhar as eleições. A autora indica ainda que isso se constitui em reflexo do pensamento androcêntrico enraizado nas estruturas de poder político que historicamente exclui as mulheres desses espaços.

Na realidade brasileira, a desigualdade de gênero persiste; apesar dos mecanismos legais, o país ainda tem muito o que avançar em relação ao alcance da paridade de gênero na política. Nesse

sentido, cabe destacar que, segundo o Projeto intitulado “ATENEA”, implementado na América Latina pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela ONU-Mulheres sobre os direitos políticos das mulheres e divulgado no ano de 2020, o Brasil está entre os piores indicadores da América Latina em relação aos direitos políticos das mulheres e à paridade política. O projeto analisou 40 indicadores que foram categorizados em oito dimensões que dizem respeito ao tema e que possibilitaram fazer um cálculo sobre o Índice de Paridade Política (IPP). Os resultados desse índice demonstraram que a média obtida pelo Brasil em relação ao avanço no exercício dos direitos políticos das mulheres e na paridade de gênero foi de 39,5 pontos, deixando o país em nono lugar em uma lista de 11 países, colocação próxima ao Chile, que fez 38,2 pontos, e Panamá, que fez 37 pontos.

Comparando o desempenho do Brasil com outros países da América Latina no que diz respeito ao alcance da paridade de gênero na política partidária, os avanços que se teve no país foram baixos quando se observa que países como Argentina atingiram o percentual de 42% de mulheres ocupando o Senado e 39% a câmara dos deputados; a Bolívia, que apesar da queda no percentual de mulheres com assentos no parlamento na última eleição, já atingiu a marca de 52%; e no México, em que o Senado foi ocupado por uma maioria de mulheres (UPDATE, 2020).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2021), o Brasil ocupa a posição 142 de um total de 193 países no ranking de representatividade feminina no parlamento, sendo que, atualmente, as mulheres ocupam um pouco mais de 15% dos assentos na Câmara e 12,4% no Senado, ou seja, no Senado são 12 (doze) senadoras para 68 (sessenta e oito) senadores, conforme os resultados da última eleição.

Diante disso, cabe destacar em acordo com Biroli (2015) em seu texto “Uma posição desigual: mulheres, divisão sexual do trabalho e democracia”, que o acesso seletivo à política institucional, destacando a particularidade brasileira, tem como um elemento fundamental a diferença histórica de atribuições de papéis sociais a homens e mulheres, o que se chamou de divisão sexual do trabalho.

4. A Divisão Sexual do Trabalho e a Representatividade da Mulher na Política: Desigualdade de Classe, Sexual e Racial no Parlamento Brasileiro

Esse artigo se orienta pela discussão sobre a representatividade da mulher na política, com enfoque na realidade brasileira. Nesse sentido, compreende-se ser necessário pensar a representatividade da mulher na política considerando a divisão sexual do trabalho, a qual evidencia que, historicamente, homens e mulheres foram assumindo papéis sociais distintos, em que, na sociedade capitalista patriarcal e racista, essa divisão acaba sendo intensificada a fim de atender aos imperativos do capital, conforme chamam atenção estudiosas e estudiosos feministas. Apesar da articulação entre divisão sexual do trabalho e inserção da mulher em espaços políticos, Biroli (2015) assevera que:

A análise de como se organiza essa divisão permite levar em conta o espaço doméstico, com atenção ao modo como as fronteiras se desenham: são produtos sociais, efeitos das normas e dos costumes. Além disso, é importante o entendimento de que as relações de poder perpassam as diferentes esferas. A posição das mulheres na vida doméstica é constitutiva das suas possibilidades de

atuação no mundo do trabalho e no da política e restrições a sua autonomia que se definem na vida doméstica não se encerram nela. (BIROLI, 2015, *online*)

Nesse sentido, é importante destacar que, no cenário contemporâneo, a discussão a respeito da divisão sexual do trabalho ganha destaque, em especial a partir da década de 1970 do século XX, quando passa a ser objeto de estudos que buscam explicar as relações sociais de sexo que se encontram presentes na divisão social do trabalho. Apesar desta temática durante a década de 1970 se constituir central nas pesquisas em vários países, é na França, sob o impulso do movimento feminista, que as bases desse conceito analítico se consolidam, conforme aponta Kergoat (2009) em seu texto “Divisão Sexual do Trabalho e Relações de Sexo”.

A divisão sexual do trabalho assume formas históricas e, de acordo com Kergoat (2009), ela diz respeito a uma forma de divisão social do trabalho que se baseia no sexo e se adapta a cada sociedade, ou seja, ela não é estática e tem como característica a destinação prioritária dos homens à esfera pública, produtiva, e das mulheres à esfera privada, reprodutiva. Em síntese: a luta de classe é também a luta de sexo.

A divisão sexual enquanto uma forma da divisão social do trabalho possui dois princípios de organização: o primeiro é o da separação, ou seja, há trabalho de homem e trabalho de mulher; e o segundo é o da hierarquização, em que o trabalho de homem vale mais do que o trabalho de mulher, com isso há uma valorização do trabalho do primeiro em detrimento da segunda. Essas formas de organização são válidas para todas as formas de sociedade estruturadas pela propriedade privada e acaba sendo reforçado pela ideologia naturalista que relega o gênero ao sexo e reduz práticas sociais a papéis sociais distintos para homens e mulheres. “Os dois princípios – separação e hierarquia – se encontram em toda parte e se aplicam sempre no mesmo sentido (...)” (KERGOAT, 2009, p. 70).

Ao destacar que a divisão sexual do trabalho não é estática, a referida autora remete à questão da noção de tempo e de espaço buscando explicitar que, apesar de os princípios organizadores permanecerem os mesmos, as suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil, etc.) variam.

A discussão concernente à dicotomia público e privado e, conseqüentemente, à criação de estereótipos e lugares atribuídos pautados no gênero, acaba por se constituir em entraves à participação das mulheres na política institucional, as quais estão historicamente sendo (sub) representadas nos espaços de poder político, predominantemente ocupado pelos homens. Desse modo, a divisão sexual do trabalho também se encontra expressa na política institucional.

Responsabilizadas prioritariamente pela vida doméstica, em que se destaca o cuidado com as crianças e o trabalho sistemático para a reprodução da vida, as mulheres são desde pequenas socializadas para esse papel. Mas sua realização, em que o casamento tem uma função importante, as coloca numa posição que se desdobra em menor controle sobre suas vidas, menor tempo e participação mais restrita na vida pública, o que implica também renda menor, trabalho precarizado, e mais obstáculos à participação política. (BIROLI, 2015, *online*)

Apesar do exercício do poder por muitas mulheres, mediante às lutas e ao ativismo feminista, a mulher como coletividade plural ainda continua sendo responsável pela esfera privada e, no âmbito da participação da macro política, continua sendo (sub) representada. É diante disso que

se destaca que, na realidade brasileira, ainda que as mulheres sejam a maior parte do eleitorado brasileiro, a participação delas na política institucional ainda é inferior à dos homens. Isso pode ser evidenciado quando os dados da última eleição demonstram que o número de assentos parlamentares ocupados por mulheres é relativamente inferior ao dos homens, sendo que essa realidade é ainda acentuada em relação às mulheres oriundas dos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora, majoritariamente enegrecido.

Nesse contexto, os dados da eleição de 2020, divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), indicam que foi recebido o número de 179.692 (cento e setenta e nove mil seiscentos e noventa e dois) candidaturas femininas, sendo que a proporção de candidatas eleitas no primeiro turno foi de 15,7%; esse percentual teve um aumento de 2,3% em relação ao primeiro turno da eleição do ano de 2016, em que foram eleitas 13,4% de mulheres para todos os cargos (INESC, 2020; GÊNERO E NÚMERO, 2020).

De acordo com dados disponibilizados no site “Gênero e Número” (2020), o Brasil elegeu 658 (seiscentos e cinquenta e oito) prefeitas, sendo um percentual de 13% contra 4.800 (quatro mil e oitocentos) prefeitos (87%) pelo país, evidenciando ser este um percentual baixo em relação ao total, além disso, nenhuma capital elegeu mulher ao cargo. Do quantitativo de eleitas, 32% são mulheres negras, 66,5% brancas, 1,1% amarelas, e 0,15% indígenas. Para o cargo de vereadora, o percentual de mulheres eleitas foi de 16%, dos quais 39,3% são negras e 59% brancas (INESC, 2020). Os dados evidenciam não apenas uma desigualdade sexual na política institucional brasileira, mas também de classe e racial.

Para Souza (2018), uma das formas de preconceito e discriminação contra as mulheres nas candidaturas diz respeito a um processo de falta de credibilidade, em que as mulheres se candiditam à política e acabam não recebendo o apoio necessário para que possam concorrer às eleições de forma equitativa com os homens, sendo que há na política partidária e nas próprias formas de financiamento de candidaturas o privilegiamento das candidaturas masculinas, que disputam entre si em decorrência do pertencimento de classe, raça e sexualidade.

Ramos *et al* (2020) indica que, apesar de as novas regras de financiamento eleitoral mostrarem melhorias no que diz respeito à diminuição da desigualdade de gênero na distribuição de recursos do Fundo Eleitoral de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário, a maior parte dos recursos ainda é destinada aos homens. Além disso, os recursos destinados a candidaturas femininas demonstraram que mulheres brancas e negras são afetadas de formas desiguais em relação ao financiamento, pois, levando em consideração a injunção raça, as mulheres negras se constituem no grupo mais subfinanciado.

Desse modo, o cenário da última eleição brasileira demonstrou que as mulheres brancas se constituem maioria entre as eleitas; nesse sentido, o desafio da representação política partidária da mulher no Brasil permanece sendo de classe, gênero e raça. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 54% por cento da população brasileira é negra (pretos e pardos), sendo que, deste total, 28% representam o número de mulheres negras. Contudo, as mulheres negras têm baixa representatividade no parlamento em comparação às mulheres brancas.

Maravalho (2008), em artigo intitulado “Mulher negra: participação política e democracia”, indica que, durante o período colonial e a primeira república, a população negra se encontrava totalmente à margem das estruturas de poder político no Brasil. No século XX, a resistência negra se acentua em busca de igualdade e direitos. No período de redemocratização do país, nos anos de

1970 e 1980, a reorganização do movimento negro e a contribuição de parlamentares negros na construção do texto da carta magna contribuíram para que demandas históricas da população negra fossem transformadas em leis, organicidade que tem aumentado nesses vinte anos do século XXI.

Isso evidencia que, apesar de historicamente a população negra se encontrar alijada dos espaços de poder hegemônico, foi em virtude de sua luta que algumas de suas reivindicações têm sido respondidas pelo Estado brasileiro, principalmente nos anos que antecederam agosto de 2016. Dessa forma, considera-se que, mesmo que se tenha tido alguns avanços em relação à população negra, muitas barreiras ainda precisam ser rompidas, em especial aquelas impeditivas do exercício de poder, uma vez que a população negra – destacando aqui as mulheres negras – ainda continua sendo (sub) representada pela população branca, tanto masculina quanto feminina, nesses espaços.

Os números da última eleição revelaram que 84.418 (oitenta e quatro mil quatrocentos e dezoito) mulheres negras se candidataram à vereança, mas apenas 3.634 (três seiscientos e trinta e quatro) se elegeram, representando um percentual de 6%. Para o executivo de 856 (oitocentos e cinquenta e seis) candidaturas femininas negras, apenas 209 (duzentos e nove) se elegeram à prefeitura, se constituindo em 4% o número de mulheres negras nas prefeituras brasileiras. Além disso, cabe mencionar ainda que, em 2.952 (dois mil novecentos e cinquenta e dois) municípios do país, nenhuma mulher negra conseguiu se eleger. Em linhas gerais, o percentual de mulheres negras ocupando assentos nos parlamentos é de 4,54%, o que constitui um número de 4.026 (quatro mil e vinte e seis) mulheres (GÊNERO E NÚMERO, 2020; INESC, 2020).

Para Maravalho (2008), a (sub) representação política, com destaque para a mulher negra, implica diretamente na questão da efetivação da democracia no Brasil, uma vez que traz dificuldades de negociação no âmbito político de questões essenciais que dizem respeito ao cotidiano da população brasileira, com destaque para as questões que dizem respeito às mulheres negras, parcela mais excluída dentre os excluídos no país.

Já para Biroli (2015), apesar das modificações ao longo dos anos, em especial quando pensamos nas mulheres dos setores médios da classe trabalhadora, nas mulheres brancas, essas continuam (sub) representadas na política institucional, apesar dos mecanismos legais vigentes e que buscam atingir a paridade de gênero na política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão trazida neste artigo evidencia uma preocupação: os desafios da luta feminista para maior inserção da mulher nos espaços de poder político partidário, espaços em que as mulheres historicamente foram excluídas e, por um longo período, foram impedidas do exercício do poder público. Esses espaços, historicamente, foram ocupados por homens nas mais diferentes sociedades, de tal forma que eles, em sua maioria, lutam por seus próprios interesses e, portanto, acabam por decidir as questões relacionadas à mulher sob a ótica masculina.

No entanto, estudos indicam que tal processo encontra resistência que se expressa na luta feminista por igualdade de direitos, pelo exercício do dizer não às imposições patriarcais, racistas e classistas, que vem contribuindo para ultrapassar as limitações da participação feminina nos espaços de poder e para desestabilizar a pretensa onipresença das estruturas de exploração e opressão. Essas formas de sedição das mulheres constituem exercício de poder a despeito da cultura hegemônica. A visibilidade do feminismo contemporâneo no mundo e no Brasil tem sido inegável,

como a permanência da supressão das tendências mais críticas dele, cuja maior expressão reside no feminicídio político que vitimou uma das figuras mais emblemáticas dos estigmas da pobreza, do racismo negro, da homofobia: a vereadora Marielle Franco.

Esse e outros casos menos evidenciados de barbárie chamam atenção para a ambiguidade da lei, para o caráter classista, sexista, racista e homofóbico das legislações, que respondem às lutas das mulheres, principalmente as vinculadas ao exercício do poder político partidário, o que explica que a concretização da paridade de gênero ainda se mostra limitada, com destaque para o cenário brasileiro.

Assim, a breve reconstituição histórica das conquistas alcançadas pelas mulheres que, por meio da organização coletiva no qual se destacou a participação política partidária, ilustra um Brasil em que vige a sub-representação feminina, um quadro que tende a se alterar considerando os números da última eleição: um desafio ao instituído. Embora a formação social, política, econômica e cultural brasileira pouco tenha surpreendido brasileiras e brasileiros ativistas de processos republicanos e democráticos, as lutas feministas antirracistas, anticlassistas e homofóbicas estão na “vanguarda”, como se dizia em outros tempos, por um Brasil que concretize a condição igualitária de cidadania.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira – quem vota? Quem se candidata?. In: *Cadernos Pagu* (43). Jul.-Dez. 2014.

_____. O direito do voto e a participação política: a formação da cidadania feminina na “invenção democrática”. In: *Mulheres, política e poder / Organizadora, Denise Paiva.* – Goiânia: Cânone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

BACKES, Ana Luiza. *Mulheres na Política*. Consultoria Legislativa - Estudo Técnico. Jun. 2020.

BIROLI, Flávia. *Uma posição desigual: mulheres, divisão sexual do trabalho e democracia*. In: Blog da Boitempo. 2015. Disponível em: Uma posição desigual: mulheres, divisão sexual do trabalho e democracia – Blog da Boitempo

BRASIL. Decreto nº 52476 de 12 de setembro de 1963. 1963. Disponível em: DECRETO Nº 52476, DE 12 DE SETEMBRO DE 1963. Promulga a Convenção Sobre os Direitos Políticos da Mulher, Adotado por Ocasão da VII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. - 17 de Setembro de 1963 - Atos Legislativos publicados no DOU - Legislação - VLEX 34147909

_____. *Convenção sobre os direitos políticos da mulher*. 1963. Disponível em: Convenção Sobre os Direitos Políticos da Mulher (camara.leg.br)

COSTA, Thiago Cortez. Cotas de participação e eleições no Brasil. In: *Mulheres, política e poder* / Organizadora, Denise Paiva. – Goiânia: Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

ERUNDINA, Luiza. Mulher e política no parlamento. In: *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano II, N. 1, Dez. 2008.

GÊNERO E NÚMERO. *Quantidade de pessoas trans eleitas em 2020 é quatro vezes maior que em 2016*. 2020. Disponível em: Quantidade de pessoas trans eleitas em 2020 é quatro vezes maior que em 2016 - Gênero e Número (generonumero.media)

_____. *Em 53% das cidades brasileiras, nenhuma mulher negra ocupará a câmara municipal em 2021*. 2020. Disponível em: Em 53% das cidades brasileiras, nenhuma mulher negra ocupará a Câmara Municipal em 2021 - Gênero e Número (generonumero.media)

_____. *No segundo turno, nenhuma capital elegeu uma mulher para prefeitura*. 2020. No segundo turno, nenhuma capital elegeu uma mulher para a prefeitura - Gênero e Número (generonumero.media)

_____. *Em Recife e Porto Alegre, resultados das eleições espelham forças de oligarquias e violência política contra mulheres*. 2020. Disponível em: Em Recife e Porto Alegre, resultados das eleições espelham força de oligarquias e violência política contra mulheres - Gênero e Número (generonumero.media)

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: *Cadernos de Pesquisa*. V. 37, N. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBGC. *Mulheres e política: acesso feminino aos cargos políticos*. Disponível em: IBGC | Mulheres e Política: acesso feminino aos cargos políticos

INSTITUTO UPDATE. *Eleitas Mulheres na Política*. 2020. Disponível em: [Eleitas-MulheresNaPolíticaLatamEstudo.pdf](#)

INESC. *Eleições 2020: perfil das candidaturas eleitas em 1º turno*. Disponível em: Eleições 2020: perfil das candidaturas eleitas em 1º turno – INESC

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Dicionário crítico do feminismo*. Editora Unesp, 2009.

_____. A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão. In: *Pro-Posições*. Vol. 13, N.1 (37), jan./abril, 2002.

MARAVALHO, Ana Paula. Mulher negra: participação política e democracia. In: *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano II, N. 1, Dez. 2008.

MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. Tradução de Karen Clavery Macedo. Petrópolis-RJ: Vozes, 2021.

ONU. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. Pequim, 1995. Disponível em: [inst_int.pdf](#) (onumulheres.org.br)

_____. *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher*. 1979. Disponível em: [mecanismos_ite rn_14jun.pmd](#) (onumulheres.org.br)

_____. *Las mujeres en el parlamento 2020: perspectiva anual*. 2020. Disponível em: <<https://www.bing.com/search?q=Las+mujeres+en+el+parlamento+2020%3A+perspectiva+anual.&form=ANN-TH1&refig=90d8fa770eef41ae8b3cff8970d1e4c8>>



_____. *Plan Estratégico para 2022-2025*. 2021. Disponível em: UN Women Strategic Plan 2022–2025 | Digital library: Publications | UN Women

ONU. *Declaração universal dos direitos humanos*. Disponível em: Declaração Universal dos Direitos Humanos (unicef.org)

ONU-Mulheres. *Marco Normativo para consolidar a democracia paritária*. PARLATINO, 2018. Disponível em: [Marco-Normativo-Democracia-Paritaria_FINAL.pdf](#) (onumulheres.org.br)

_____. *ATENEA – Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe*. 2020. Disponível em: [ATENEA_Brasil_FINAL.pdf](#) (onumulheres.org.br)

RAMOS, Luciana de Oliveira (et al). *Candidatas em jogo: um estudo sobre os impactos das regras eleitorais na inserção de mulheres na política*. São Paulo: FGV-Direito, 2020. Disponível em: [Livro_versão para celular.pdf](#) (fgv.br)

SOUZA, M. R. Mulheres na política: histórias de protagonismo feminino na Amazônia e a luta contra o preconceito de gênero nas instâncias de poder político. In: REVES - *Revista Relações Sociais*, Vol. 01 N.01, 2018. Disponível em: Vista do MULHERES NA POLÍTICA: HISTÓRIAS DE PROTAGONISMO FEMININO NA AMAZÔNIA E A LUTA CONTRA O PRECONCEITO DE GÊNERO NAS INSTÂNCIAS DE PODER POLÍTICO (ufv.br)



Vereadoras de Belém do Pará: indicadores quali-quanti sobre as eleitas entre 2000-2020*El Perfil de las Mujeres Concejales de Belém do Pará: un análisis sobre las elegidas entre 2000-2020**The Profile of Councilor Women from Belém: an analysis on those elected between 2000-2020***Tamires Lúcia Pinheiro****Rayza Sarmento****Maria Dolores Lima da Silva**

Resumo: Este trabalho apresenta as vereadoras eleitas na Câmara Municipal de Belém do Pará entre as eleições de 2000 e de 2020, objetivando identificar o quantitativo das mulheres nomeadas. A metodologia utilizada foi de pesquisa qualitativa, do tipo análise documental de documentos públicos, disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contendo os dados oficiais das eleições; e de materiais informativos jornalísticos, em que as fontes foram portais de notícias, redes sociais. Os dados foram coletados no mês de abril de 2021, de forma online. As análises resultaram na criação das categorias: Capital familiar; Capital político e *Outsiders*. Concluímos que o capital familiar está relacionado à trajetória das mulheres que fazem parte da história política do município de Belém, portanto, dispõe de um capital político; enquanto as *outsiders* e as que possuem capital familiar dispõe de outros aportes logísticos, como iniciar as carreiras políticas em movimentos sociais.

Palavras Chave: Vereadoras. Mulheres. Política. Trajetórias. Capital-político. Capital-familiar.

Resumen: Este trabajo presenta a las concejalas elegidas para el Ayuntamiento de Belém do Pará entre las elecciones de 2000 y 2020, con el objetivo de identificar el número de mujeres nombradas. La metodología utilizada fue una investigación cualitativa, del tipo de análisis documental de documentos públicos, disponibles en la página web del Tribunal Superior Electoral (TSE) que contienen los datos oficiales de las elecciones; y de materiales informativos periodísticos, en los que las fuentes fueron portales de noticias y redes sociales. Los datos se recogieron en abril de 2021, en línea. Los análisis condujeron a la creación de las categorías: capital familiar, capital político y externo. Concluimos que el capital familiar está relacionado con la trayectoria de las mujeres que forman parte de la historia política de la ciudad de Belém, por lo que tienen capital político; mientras que las foráneas y las que tienen capital familiar tienen otras contribuciones logísticas, como el inicio de carreras políticas en movimientos sociales.

Palabras Claves: Concejales. Mujeres. Política. Trayectorias. Capital política. Capital familiar.

Abstract: This paper presents the councilwomen elected in the City Council of Belém do Pará between the elections of 2000 and 2020, aiming to identify the number of women appointed. The methodology used was qualitative research, of the documental analysis type, of public documents available on the website of the Brazilian Superior Electoral Court (TSE) showing the official data of the elections; and also journalistic informative materials, news portals and social networks were the main sources. The data were collected online on April 2021. The analysis resulted in the creation of the following categories: family capital, political capital, and outsiders. As conclusion is that family capital is related to the trajectory of women who are part of the political history of Belém city, therefore they have political capital; while outsiders and those who have family capital have other logistical contributions, such as starting political careers in social movements.

Key-words: Councilwomen. Women. Politics. Trajectories. Political-capital. Family-capital.

Tamires Lúcia Pinheiro – Mestranda do Programa de Pós graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará. E-mail: tamireslpinheiro@gmail.com

Rayza Sarmento – Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará, onde coordena o do Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade (GCODES). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: rayzasarmento@ufpa.br

Maria Dolores Lima da Silva – Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará. E-mail: mdls@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Em abril de 2021, a ex-senadora brasileira e premiada ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, mulher negra e nortista, falou em sua rede social sobre ser recorrentemente chamada de “Marina sumida”. Ela relatou que, por mais que participe de eventos, construa política partidária, esteja constantemente se posicionando e debatendo política nas suas plataformas digitais, ainda assim, quando se posiciona sobre algo de maior visibilidade, as manchetes de jornais tratam sua manifestação sobre a suposta “quebra de um longo silêncio”. Marina questionou qual seria este silêncio. Expôs o, intencional ou não, processo de abafamento de sua voz e o apagamento de sua história, entendendo-o como um marco na invisibilização da sua e de tantas outras trajetórias de mulheres na política brasileira.

A história da arena política brasileira tem sido escrita a partir de uma cultura política excludente com as minorias políticas que nela estão inseridas. Este trabalho se apresenta como mais um passo para documentar as trajetórias das vereadoras eleitas na Câmara Municipal de Belém do Pará e como um convite para aprofundar a análise das potências políticas femininas na capital paraense.

A pergunta que move esta pesquisa é: **Quais os perfis das mulheres eleitas para a Câmara Municipal de Belém e como ocorrem as formas de ingresso na carreira política das mesmas?** O objetivo da análise é identificar os perfis das mulheres com sucesso eleitoral, categoria medida a partir da conquista de uma cadeira na câmara de vereadores em primeiro turno, no cargo de vereadoras em Belém no período de 2000 a 2020. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, cujas informações foram obtidas através de portais de notícias, de redes sociais e, também, apoia-se em dados quantitativos obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A coleta dos dados ocorreu no mês de abril de 2021, de forma online.

Nas próximas seções, desenvolvemos a análise, tratando, inicialmente, na primeira e segunda sessões da discussão acadêmica acerca do tema de representação e presença política. Na terceira seção, apresentamos dados eleitorais sobre as vereadoras eleitas entre os anos propostos para a análise e a metodologia utilizada para o levantamento de informações sobre suas trajetórias. Na quarta, damos continuidade à discussão, apresentando dados quantitativos da cidadania política feminina em Belém do Pará e as desigualdades enfrentadas por essas mulheres no âmbito eleitoral, com o não cumprimento da legislação de cotas e sobre o quadro das candidaturas e dos partidos políticos. Na quinta, nos debruçamos sobre os dados qualitativos e analisamos os perfis das vereadoras eleitas na capital paraense, agrupando-as nas categorias analíticas que propomos.

1. Mulheres e o Campo Político

A discrepância entre os dados demográficos e a composição das câmaras federais, estaduais e municipais brasileiras é facilmente percebida e, mais facilmente ainda, naturalizada. Na média nacional, segundo o TSE, em 2018, a Câmara Federal foi composta por 15,01% de mulheres e 84,99% de homens, as câmaras estaduais foram compostas em média por 15,36% de mulheres e 84,64% de homens, e as câmaras municipais, em 2020, por 16,01% de mulheres e 83,99% de homens, sendo um eleitorado 52,5% feminino e 47,5% masculino. Este é o melhor patamar atingido, quando comparado às eleições anteriores.

Estes dados levantam a discussão sobre a resultante construção de nosso projeto-nação: feita pelas mãos excludentes de uma elite colonial e escravocrata. A cidadania brasileira é racializada e a

“super-cidadania” é masculina (GUIMARÃES, 2012). Sendo assim, a estrutura do Estado brasileiro e as microsferas de poder reproduzem e são reproduzidas sob as óticas sexistas e racistas [sob o pano] do discurso liberal universalizante.

As contribuições da teoria política feminista são importantes para pensar este cenário. Anne Phillips (2001) discute os prós e os contras de uma política de ideias, centrada na representação das demandas e deliberações dos grupos marginalizados, e da política de presença, centrada na representação dos corpos desses grupos na arena política. A política de ideias parte do princípio de que esta seria uma questão de julgamento e debate. Os representantes eleitos deveriam, puramente, ter o dever de apresentar e defender projetos que sejam do interesse dos que depositaram nele confiança. A ênfase destas candidaturas se expressaria mais *para o quê* eles trabalhariam do que *quem* seria o representante. O compromisso com o projeto se explicitaria na prestação de contas com o eleitorado, recaindo sobre ele a maior responsabilização sobre suas atividades parlamentares. A qualidade dessa dinâmica seria dependente de mecanismos firmes de prestação de contas, que garantam a coerência entre as ações e promessas de campanha.

Um filtro importante para marcar a posição destes são os partidos políticos, capazes de colocar em blocos ideológicos os seus candidatos e projetos. Porém, Phillips alega que:

Escolher representantes com base em suas crenças e opiniões (ou, mais estritamente, no partido que representam) é visto muitas vezes como algo que produz uma mera fachada de discussão séria, atrás da qual as pessoas com dinheiro ou acesso à mídia garantem que serão reeleitas. (PHILLIPS, 2001. p, 270)

Outra problematização relevante dessa política de ideias se dá no campo estrutural das sociedades que a adotam. O problema da exclusão política não é completamente contemplado e acaba se passando por um discurso liberal que dissimula as dificuldades estruturantes de grupos marginalizados de entrarem nesses espaços de poder decisório.

Já a política de presença nasce da demanda de um sentimento de exclusão comum aos grupos chamados “minorias políticas”. A premissa de representação de ideias não leva em conta a construção de um imaginário social, a partir da estrutura de hierarquias que se refletem nos espaços de poder, que privilegia determinados corpos. Sobretudo na arena política, quando, muitas vezes, o que está em pauta é a legitimidade de quem fala. Contudo, uma política puramente de presença tende a uma representatividade incapaz de englobar as multi-identidades de grupos excluídos que estão muito além e são muito mais complexas do que a existência presumida de tipo ideal de mulher, negro, pessoa com deficiência e etc. Se as opressões são capazes de nivelar subalternidades, a crítica deve ser capaz de interseccionar as análises. Por isso, é necessária a conjugação entre ideias e presença, segundo a autora.

Para além do nível institucional, outro grande problema da exclusão política se manifesta na manutenção dos estereótipos que recaem sobre os corpos marginalizados que reafirmam as hierarquias de poder institucionalizadas. Judith Butler (2019) chama de “direito de aparecer” as demandas corpóreas de reivindicação por reconhecimento e valorização das vidas desses corpos, a fim de que estas se tornem mais visíveis. A autora afirma:

Essas normas não estão simplesmente impressas em nós, marcando-nos e estigmatizando-nos como tantos outros destinatários passivos de uma máquina

de cultura. Elas também nos “produzem”, mas não no sentido de nos trazer à existência ou de determinar estritamente quem somos. Em vez disso, informam os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo, e, esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las. (BUTLER, 2019. p, 36)

Zélia Amador de Deus (2011), a partir da metáfora do mito de Ananse, aranha que carrega o baú com todas as histórias do mundo, reitera a importância da presença de corpos de mulheres negras em espaços de poder por ser um corpo que fala. Diz-nos que:

Nesse processo de fusões e ressignificações o corpo dos africanos e seus descendentes sempre teve importância muito grande, tanto para ser negado quanto afirmado. Se você quer afirmar a sua negritude o seu corpo está presente, reafirmado. Se você quer negar, é neste mesmo corpo que você tenta subverter e fazer com que se aproxime do corpo branco padrão. Para falar do corpo como marca identitária não se pode perder de vista que o corpo negro porta consigo o baú de histórias de Ananse. É um corpo que sempre terá uma tarefa coletiva, fala por si, mas também fala por uma raça e pela ancestralidade. (DEUS, 2011. p.4)

Sendo assim, Phillips (2001) considera que o problema se dá quando estas se apresentam como formas opostas umas às outras. O equilíbrio é a chave para haver aproximação de uma condição justa. Perseguimos nessa pesquisa o objetivo de compreender quem são as mulheres eleitas e como é possível, a partir de suas trajetórias, observar as dinâmicas de ingresso na carreira política. Esse diagnóstico e suas implicações, observamos na carreira das vereadoras em Belém do Pará ao longo de 20 anos, entre 2000 e 2020.

2. Considerações Metodológicas

Nosso primeiro esforço metodológico foi o de realizar um levantamento, a partir de dados do TSE, das vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Belém. Entre 2000 e 2020, foram eleitas, na capital paraense, 18 mulheres. 66,6 % por três partidos: pelo PT, Psol e MDB. O levantamento dos dados das eleitas aconteceu no mês de abril de 2021, período em que Belém passava por um momento crítico da pandemia da covid-19, estando em bandeiramento vermelho pelo colapso do sistema de saúde. As tentativas de contato com o arquivo da Câmara foram feitas pelo telefone e e-mail disponíveis no site, mas não houve retorno.

O levantamento dos dados dos perfis aconteceu pela internet, a partir de diversas fontes: o site do TSE, com a exploração de estatísticos descritivos a seguir; Redes sociais das vereadoras e ex-vereadoras; Jornais de circulação local (*O Liberal*, *Diário do Pará* e *Amazônia*); Canais em formato de entrevista do *Youtube*, como o canal *Papo no Tucupi* e programa *Argumento*; Perfis do site da Câmara dos Deputados e do Senado federal; Blogs de jornalistas paraenses, principalmente o blog *Espaço Aberto*, *blog da Ivanise*, *Uruá-Tapera* – da jornalista Franssinete Florenzano –; e trabalhos acadêmicos realizados anteriormente, especialmente de Maria Luzia Miranda Álvares e Nilson Almeida de Souza Filho (2016) sobre a composição do governo de Ana Júlia Carepa (PT), primeira e única mulher governadora do Estado do Pará.

A análise das fontes citadas foi feita dando atenção ao marco inicial da trajetória política dessas mulheres eleitas. Como marco inicial, compreendemos ser o que possibilitou as redes de contato intrapartidárias e/ou com bases eleitorais e o que projetou essa vereadora eleita à eleição em primeiro turno. A partir da exploração dos dados qualitativos levantados, enquadrámos, nas categorias analíticas propostas por Moritz (2019), sobre as rotas de ingresso das mulheres na política institucional (capital familiar, capital político e *outsiders*), explicitadas mais diretamente a seguir. A análise qualitativa baseou-se nas premissas da análise documental, de acordo com o explicitado por Cellard (2008), identificando a autenticidade e confiabilidade das informações, a natureza do documento (textual ou vídeo), a relação com o contexto social e político no qual foi construído. De acordo com o autor, neste tipo de análise, “é importante extrair os elementos do texto, compará-los com outros contidos no corpus documental (...) é a leitura repetida que permite, finalmente, tomar consciência das similitudes, relações e diferenças capazes de levar a uma reconstrução admissível e confiável” (CELLARD, 2008, p. 304). Mais detidamente, foi identificado como as atrizes políticas desta pesquisa eram descritas, a partir de fatos e eventos de suas trajetórias, buscando a reiteração de tais informações no conjunto de documentos informados acima.

Como pode ser visto no quadro abaixo¹, sistematizamos informações a respeito do número de votos e das siglas partidárias das mulheres eleitas na capital do Estado do Pará: Quantas vagas na Câmara Municipal de Belém? As mulheres eleitas representam proporcionalmente quantas cadeiras? E as candidatas chegaram a 30% das listas partidárias? A partir de 2009, candidatas receberam fundos e propaganda eleitoral?

Quadro 1: Mulheres eleitas vereadoras em Belém (2000 - 2020)

PARTIDO	CANDIDATA	VOTOS NOMINAIS	SITUAÇÃO	% DE VÁLIDOS	COLIGAÇÃO
ELEIÇÕES ANO 2000					
PT	ANA SUELY MAIA DE OLIVEIRA	4.794	Eleito	0,757	PT / PC do B
PT	REGINA LUCIA BARATA PINHEIRO	7.711	Eleito	1,218	PT / PC do B
PT	MARINOR JORGE BRITO DOS SANTOS	3.976	Eleito	0,628	PT / PC do B
PT	ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA	26.729	Eleito	4,222	PT / PC do B
ELEIÇÕES ANO 2004					
PT	ANA SUELY MAIA DE OLIVEIRA	5.717	Eleito	0,791	PT/ PC do B
PT	MARINOR JORGE BRITO DOS SANTOS	5.602	Eleito	0,775	PT/ PC do B
PMDB	VANESSA CORREA VASCONCELOS	4.007	Eleito por Média	0,554	(Sem coligação)
PMDB	ELCIONE THEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO	20.220	Eleito	2,797	(Sem coligação)

¹ Inicialmente, tínhamos o interesse de realizar levantamento desde 1996, ano que passou a valer a Lei de Cotas de 1995. Porém, não foi possível acessar os dados da Câmara Municipal de Belém e, por isso, o recorte temporal da pesquisa foi alterado, em função da indisponibilidade de informações sobre as vereadoras.

ELEIÇÕES ANO 2008					
PDT	MARIA TEREZINHA HANEMANN COIMBRA	6.049	Eleito	0,85	(Sem coligação)
PMDB	VANESSA CORRÊA VASCONCELOS	5.981	Eleito	0,84	(Sem coligação)
ELEIÇÕES ANO 2012					
PSOL	MARINOR JORGE BRITO	21.723	Eleito por QP	2,88	PSTU/ PSOL
PT	IVANISE COELHO GASPARIM	5.839	Eleito por QP	0,77	PT/ PTN
PSOL	MARGARIDA COSTA PARENTE BARROS	5.168	Eleito por QP	0,69	PSTU/ PSOL
PPS	MARIA EDUARDA ROCHA NASCIMENTO	5.100	Eleito por QP	0,68	PPS/DEM/ PV
PCdoB	SANDRA MARIA CAMINHA FONSECA	2.350	Eleito por QP	0,31	(Sem coligação)
ELEIÇÕES ANO 2016					
PSOL	MARINOR JORGE BRITO	13.997	Eleito por QP	1,84%	PSOL/ PPL
PRB	SIMONE CAROLE CAMPELO KAHWAGE DOS SANTOS	9.575	Eleito por QP	1,26%	(Sem coligação)
MDB	BLENDA CECILIA ALVES QUARESMA	5.688	Eleito por média	0,75%	PP/ PMDB/ PROS
ELEIÇÕES ANO 2020					
PSOL	VIVIANE DA COSTA REIS	9.654	Eleito por QP	1,33%	PT/ REDE/ UP/ PCdoB/ PSOL/ PDT
MDB	BLENDA CECÍLIA ALVES QUARESMA	6.210	Eleito por média	0,86%	MDB/ PTB/ PSL/PODEMOS/ PSC/ PL/ DC
PSOL	LÍVIA DUARTE PUTY	5.599	Eleito por QP	0,77%	PT/ REDE/UP/ PCdoB/ PSOL/ PDT
PT	BEATRIZ CAMINHA DOS SANTOS	4.874	Eleito por QP	0,67%	PT/ REDE/UP/ PCdoB/ PSOL/ PDT
PSD	MARIA DAS NEVES OLIVEIRA DA SILVA	3.238	Eleito por QP	0,45%	PSD/ PP
PATRIOTA	SALETE FERREIRA SOUZA	2.976	Eleito por QP	0,41%	(Sem coligação)

Nesse sentido, buscamos operacionalizar uma tentativa de análise documental não baseada em uma única fonte. Os limites dessa coleta se relacionam diretamente com a própria discussão que ancora este trabalho. Oficialmente, há pouca informação nos canais dos tribunais ou casas legislativas.

vas que recontem a história pessoal e profissional de cada uma delas, permitindo, assim, um resgate mais preciso. Entendemos que, sobretudo no âmbito da Câmara de Belém, a não digitalização dessa história ou centralização das informações em uma única servidora se mostra problemática não apenas para fins acadêmicos, mas para fins democráticos mais amplos também.

Divididas e agrupadas nas categorias analíticas que norteiam essa pesquisa, fizemos a investigação das progressões nas carreiras a partir de boletins oficiais pela internet, acompanhamento das redes sociais das vereadoras e/ou entrevistando por mensagens de texto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa-descritiva para construção dos perfis, a partir da coleta de informações e revisão bibliográfica referente às questões estudadas.

3. Recrutamento de Mulheres para Cargos Eletivos: indicadores quantitativos

Para compreender os perfis das eleitas a seguir, vale lembrar que a eleição de mulheres está diretamente ligada aos processos de recrutamento político-partidário. O recrutamento pode ser (a) Centralizado e Informal, dependendo diretamente da indicação do recrutador; (b) Centralizado Formal, quando os candidatos são selecionados pela chefia nacional ou executiva partidária delegada em estatuto para a função; (c) Localizado Formal, quando existem diretrizes partidárias que padronizam o processo, podendo ser mais justas por serem mais transparentes; e (d) Localizado Informal, quando o eleitorado partidário local determina os procedimentos de seleção (ÁLVARES, 2008).

Visando reduzir os impactos da exclusão política, descentralizar o processo de recrutamento e “forçar” os partidos políticos a lançarem mais candidatas e, assim, hipoteticamente, aumentar o número de eleitas, Marta Suplicy (PT/SP) foi autora do projeto de lei 783/95, acerca de cotas para mulheres nas eleições. Esse projeto visava o preenchimento de 20% das vagas de candidaturas para mulheres dentro dos partidos. Passou a valer para as eleições municipais de 1996. Em 1997, passou a entrar em vigor a lei n.9504, que indicava, ao invés do preenchimento, a reserva de 30% das candidaturas para as mulheres, com um dispositivo transitório de 25% de reserva para as eleições de 1998. Essa mudança na lei gerou brechas para que as candidaturas pudessem ser deixadas em branco. A partir de 2002, o percentual de 30% foi garantido através de reparos na legislação. Em 2009, foi acordado que seriam 30% o mínimo e 70% o máximo para cada candidatura.

Art. 10.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

Com a permanência de baixos indicadores de participação política feminina, apesar das cotas, outras variáveis passaram a ser levadas a debate para o aumento da participação. O financiamento de campanhas foi uma delas. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal determinou que 30% do fundo eleitoral deveria ser usado para o financiamento de campanha de mulheres e negros, assim como o tempo de TV.

Na tabela abaixo, é possível perceber, ao longo dos últimos 20 anos, o número e o percentual de candidatas lançadas por partido para a Câmara Municipal de Belém. Mesmo com a lei de cotas, que muitas vezes não é respeitada, e, pelo levantamento documental realizado, não foi noticiado nenhuma represália aos diretórios municipais que não lançaram o percentual mínimo de candidatas.

Tabela 1: Síntese de partidos que obedeceram à legislação de cotas

ELEIÇÃO	TOTAL DE PARTIDOS	TOTAL QUE RESPEITARAM A LEI DE COTAS
2000	24	2
2004	25	5
2008	25	4
2012	27	15
2016	33	17
2020	31	18

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

Esta não adequação à legislação que regulamenta os partidos, ao mesmo tempo em que reflete a cultura política entre as mulheres, exerce influência permanente nessa cultura. Os espaços continuam sendo majoritariamente masculinos. Nas tabelas abaixo, destacamos o gradual processo de aumento de participação feminina nas candidaturas para o cargo de vereadora e o sucesso eleitoral delas.

Tabela 2: Quantidade e percentual de candidatos homens e de candidatas mulheres ao cargo de vereador(a) entre 2000-2020

ELEIÇÃO	QUANTIDADE DE CANDIDATOS HOMENS LANÇADOS	% DE HOMENS	QUANTIDADE DE CANDIDATAS MULHERES LANÇADAS	% DE MULHERES	TOTAL
2000	469	85,1	82	14,9	551
2004	469	80	116	20	586
2008	529	81	124	19	653
2012	544	71	222	29	766
2016	574	70,4	241	29,6	815
2020	697	68,8	316	31,2	1013

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

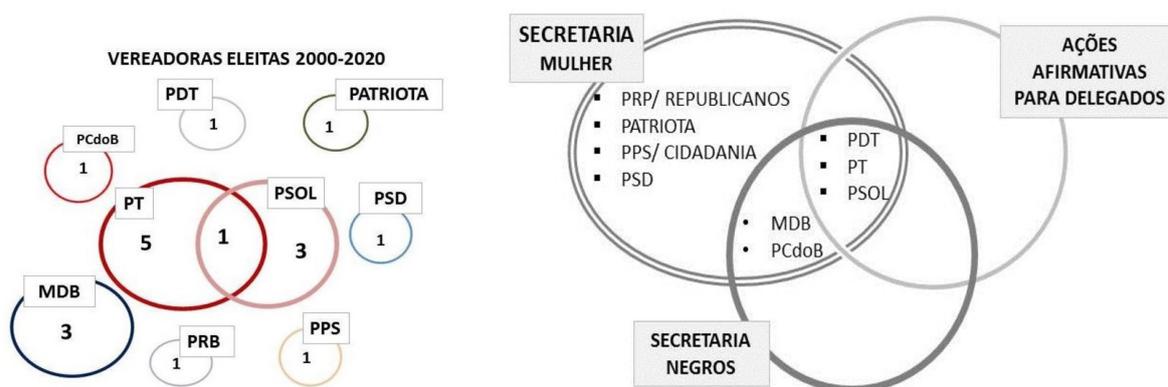
Tabela 3: Quantidade e percentual de vereadores e vereadoras eleitos entre 2000-2020

ELEIÇÃO	VEREADORES HOMENS ELEITOS	% DE HOMENS	VEREADORAS MULHERES ELEITAS	% DE MULHERES	TOTAL
2000	29	87,8	4	12,2	33
2004	31	88,5	4	11,5	35
2008	33	94,3	2	5,7	35
2012	30	85,7	5	14,3	35
2016	32	91,4	3	8,6	35
2020	29	82,8	6	17,2	35

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

Os estudos publicados por Clara Araújo (2004) apontam a importância das políticas internas partidárias para, além da inclusão, o sucesso eleitoral de mulheres. A destinação de recursos financeiros, formação política intrapartidária, recrutamento de possíveis candidatos e filiados, acontece nos congressos dos partidos organizados pelos diretórios nacionais, estaduais e municipais e por meio dos poderes construídos a partir das relações informais. Por todas as questões já levantadas, estes espaços são predominantemente masculinos e brancos e muitas vezes atuam com os filtros do sexismo e do racismo. Uma estratégia formal de contornar essa questão é protocolar, no estatuto do partido, ações afirmativas que garantam diversidade na mesa de delegados do partido, assim, aumentando o nível de democracia intrapartidária. A criação de secretarias destinadas às minorias políticas também são importantes, mas deve-se ter cautela para tirar conclusões sobre participação em espaços decisórios. No esquema abaixo, demonstra-se o levantamento dos partidos que elegeram vereadoras em Belém e seus estatutos vigentes na época em que estas venceram a eleição.

Figura 1: Composição de partidos que elegeram mulheres em Belém e normas estatutárias



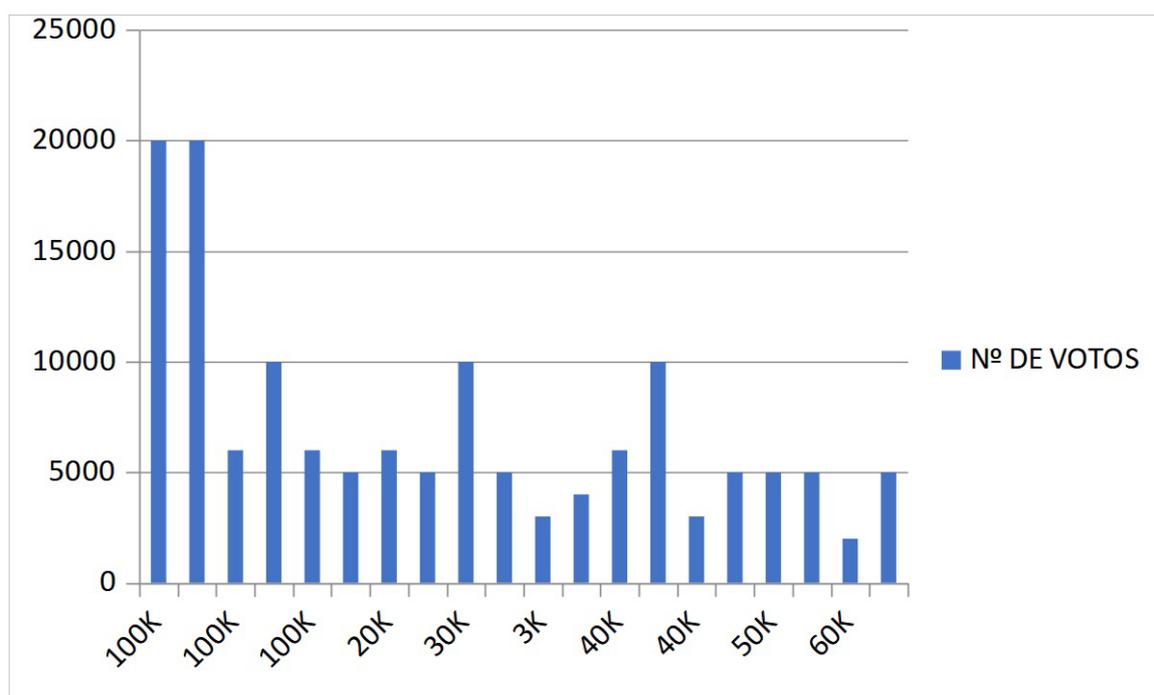
Fonte: Dados da pesquisa coletados no TSE.

Os únicos partidos que estabeleceram, em estatuto, ações afirmativas foram PT, Psol e PDT. O Partido dos Trabalhadores, desde 2001, informa a garantia de 30% de mulheres nas direções e, desde 2014, instituiu a paridade de gênero e destinação dos recursos do fundo partidário para

criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, sendo esta aplicação de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total recebido. O Partido Socialismo e Liberdade instituiu a paridade de gênero nas mesas diretoras em 2017 e a participação mínima de 30% de negros. O Partido Democrático Trabalhista instituiu, desde 2000, 20% assegurados para a participação das mulheres nos cargos decisórios.

Sacchet e Speck (2012) demonstram fatores interessantes para o sucesso eleitoral feminino. A estreita relação entre capital político e sucesso eleitoral, fortalecendo o “fator reeleição” e o financiamento eleitoral como dois dos principais fatores que explica o baixo desempenho das mulheres, apesar da política de cotas. Abaixo, apresentamos um gráfico estabelecendo uma relação entre receita média de campanha das vereadoras eleitas em Belém *versus* a média do número de votos obtidos. Observa-se que, no gráfico abaixo, construído a partir de dados disponíveis das eleições entre 2004 e 2020, em ordem decrescente à tendência do número de votos, nem sempre o autofinanciamento das campanhas de algumas das vereadoras é um fator determinante para o ganho de votos, porém, tem um grande peso.

Gráfico 1: Receita média de campanha por número de votos recebidos (2004-2020)



A partir dessas discussões, buscamos entender o perfil das eleitas nesse período temporal em diálogo com a literatura. Baseamos a análise em Moritz (2019), a qual discute a presença de algumas rotas de ingresso na carreira política de mulheres. A primeira é o *capital político* das eleitas como importante para o sucesso eleitoral, por este possibilitar a construção das redes de contato dentro dos partidos. O *capital familiar* pode facilitar a rede de contatos dentro dos partidos e com o eleitorado, que pode ser “herdado”. E como *outsiders*: as candidatas que estão fora do meio político, sindical e de movimentos sociais que ganharam visibilidade por suas carreiras profissionais e/ou detêm capital midiático que facilita a recepção pelos recrutadores e eleitores.

No próximo tópico, sintetizamos as trajetórias das vereadoras de Belém para responder nossa pergunta inicial: *Qual o perfil das vereadoras eleitas em Belém do Pará?*

4. Análise dos Perfis das Eleitas: indicadores qualitativos

A partir do levantamento qualitativo realizado, observamos que 61% das vereadoras eleitas construíram suas carreiras políticas em movimentos sociais, o que se torna um dado importante quando boa parte das eleitas é filiada a partidos de esquerda. Os dados também apontam que 16,6% têm familiares dentro da política, e as outras 22,2% podem ser consideradas *outsiders*. Neste período, houveram 5 reeleições, duas vezes da ex-vereadora Marinor Brito e uma vez de Sandra Batista, Ana Suely, Vanessa Vasconcelos e Blenda Quaresma. A maioria entrou na Câmara Municipal de Belém entre 30-40 anos de idade, são mães, casadas, com ensino superior completo e nascidas em Belém do Pará. Estas categorias analíticas são apenas uma base para se pensar as rotas de ingresso e de ambição política, mas que não são suficientes para explicar a complexidade das trajetórias femininas.

Quadro 2: Síntese dos perfis traçados pela pesquisa

Naturalidade	83,3% das mulheres são de Belém
Raça/cor	<ul style="list-style-type: none">• 44,4% se declaram como brancas• 33,3% se declaram como pardas• 22,2% se declaram como pretas
Partido e mudança partidária	50% permanecem no mesmo partido.
Escolaridade	<ul style="list-style-type: none">• 77,7% possuem ensino superior completo• 22,2% possuem ensino médio completo
Maternidade	77,77% foram eleitas mães
Estado civil	<ul style="list-style-type: none">• 61,1% casadas• 22,2% solteiras• 11,1% divorciadas• 5,5% viúvas
Média de idade	<ul style="list-style-type: none">• 55,5% se elegeram com 30-40 anos• 16,6% se elegeram com 40-50 anos• 16,6% se elegeram com 50-60 anos• 11,1% se elegeram com 20-30 anos
Capital político familiar prévio 16,6%	<ul style="list-style-type: none">• Blenda Quaresma• Elcione Barbalho• Sandra Batista

<p>Militância em movimentos sociais 61%</p> <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos de direita; • Partidários; • Sindicais; • Bairros; • Estudantil; • Igrejas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ana Júlia • Bia Caminha • Dona Neves <ul style="list-style-type: none"> • Ivanise • Lívia Duarte • Marinor Brito • Pastora Salete • Regina Barata • Simone Kahwage • Suely Oliveira <ul style="list-style-type: none"> • Vivi Reis
<p>Outsider 22%</p> <ul style="list-style-type: none"> • Destaque no mercado de trabalho • Capital Midiático 	<ul style="list-style-type: none"> • Eduarda Louchard <ul style="list-style-type: none"> • Meg Barros • Teresa Coimbra • Capitã Vanessa

Fonte: Dados da Pesquisa.

Diferentes estudos (ÁLVARES, 2014; MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015; MIGUEL e QUEIROZ, 2015) demonstraram a importância do capital político familiar no sucesso e progressão de carreiras políticas dentro dos partidos e nos processos eleitorais, não apenas em carreiras femininas, mas com maior impacto nas delas. Na construção dos perfis das eleitas em Belém, observa-se maior concentração de mulheres com capital político oriundo do ativismo, em diferentes nuances.

A partir da análise dos dados qualitativos que levantamos, nos deparamos com interessantes percentuais quantitativos para explorar o cenário local de lideranças femininas. Sendo estes a maior progressão e reeleição de mulheres de esquerda e com capital militante e familiar. E a baixa taxa de fidelidade partidária de 50% também chama a atenção.

Algumas vereadoras com votações expressivas, quando cruzamos os dados, notamos a forte atuação em ações sociais mesmo que com capital familiar, como é o caso da vereadora Blenda Quarresma e da atual deputada federal Elcione Barbalho. Estas desenvolveram ações sociais juntamente aos familiares que já estavam em cargos eletivos de deputado estadual e governador respectivamente. A ex-vereadora Sandra Batista, apesar de não ter alta votação para vereadora, conseguiu se eleger para deputada estadual e também foi vice-prefeita do município de Ananindeua.

Com capital militante, somando 61% do nosso levantamento, iremos analisar somente as eleitas antes de 2020 por entendermos que ainda é cedo avaliar a carreira ou progressão destas em um primeiro mandato. Ana Júlia, Regina Barata, Suely Oliveira, Ivanise Gasparim e Marinor Brito conseguiram se eleger para outros cargos eletivos e/ou assumiram secretarias em outros mandatos de cargo executivo. A única de capital militante, nesse caso, em movimentos pró-impeachment da ex-presidenta Dilma, que não conseguiu a reeleição e não assumiu nenhum outro cargo público, foi a ex-vereadora Simone Kahwage. Assim, podemos afirmar que, em Belém, mulheres em movimentos militantes de esquerda tendem a ter mais continuidade na carreira política.

Vanessa Vasconcelos, que se apresentava na urna como Capitã Vanessa, foi eleita em 2004 e é a única outsider que conseguiu se reeleger para vereadora em 2008 e também a única que continuou no mesmo partido político. As ex-vereadoras e que consideramos, nessa pesquisa, como *outsiders* são Teresa Coimbra (Maria Teresinha Hanemann Coimbra), Meg Barros (Margarida Costa Barros) e Eduarda Lochard (Maria Eduarda Rocha nascimento), com votações consideráveis nas suas primeiras eleições, mas que não conseguiram se reeleger para o cargo na eleição seguinte aos mandatos conquistados. Consideramos que seja um dado importante a ser explorado em pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou compreender o perfil das eleitas ao legislativo belenense nos últimos 20 anos. A partir de dados do TSE, mostramos que 18 mulheres venceram o pleito na capital do Pará entre 2000 e 2020, com proeminência das legendas do PT, PSOL e MDB. O total de candidatas do mesmo período foi de 1101.

No tangente ao perfil, de acordo com o indicado em Moritz (2019), as vereadoras estão majoritariamente vinculadas a uma trajetória prévia de ativismo, em diferentes espaços de ação coletiva, de forma diferente do que boa parte da literatura nacional documenta, a respeito do ingresso mais comum via capital familiar.

Nesse sentido, em pesquisas futuras, entendemos ser relevante discutir os variados tipos de ativismos. Há, entre as eleitas, uma atuação forte em assistência social e/ou defesa de categoria não atrelada a movimentos sociais e sindicais, a exemplo da presença em ações de campanha de outros políticos já consolidados no cenário local, como as manifestações pró-impeachment da presidenta Dilma. O trabalho de Babireski e colegas (2020) discute importante questão da forte atuação de “novos” movimentos sociais de ideologia de direita, como setores de igrejas cristãs e em trabalhos de assistência social.

A partir da pesquisa, entendemos que outro aspecto a ser destacado é referente à relação entre a democracia interna partidária versus o quantitativo de mulheres eleitas. Os partidos que, em estatuto, estabelecem mesas de delegados mais diversas, não apenas elegeram mais mulheres, mas o investimento em suas campanhas eleitorais foi significativamente maior que os que não estabeleceram normas de democracia interna.

Outra questão a ser levantada se dá no âmbito da transparência da Câmara Municipal de Belém. A dificuldade de levantar os dados para traçar os perfis das mulheres eleitas foi muito grande e não condizente com um país que possui leis que garantem a transparência dos dados legislativos para a população em geral. Na época da pesquisa, fomos informadas acerca da centralização dos dados do arquivo em uma única funcionária e a exigência de ser protocolado um ofício para acessar dados legislativos que deveriam estar digitalizados.

Os projetos de lei apresentados só passaram a ser digitalizados no site da Câmara Municipal de Belém em 2015 e de forma pouco organizada. Os projetos de lei no portal da transparência sequer são assinados pelos vereadores que os apresentaram. A análise destes é fundamental para se traçar um perfil de mandato, visto que apenas a posição partidária é insuficiente. Por fim, a dificuldade de acesso dos dados dos vereadores eleitos por parte dos veículos oficiais do município é ainda mais prejudicial para as mulheres eleitas por, muitas vezes, terem suas ações parlamentares ignoradas.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulher (es), história (s) e poder (es): versões da política. 18 REDOR, 2015.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *Dados*, 51, 4, 2008; p. 895-939.
- AMADOR DE DEUS, Zélia. O corpo negro como marca identitária na diáspora africana. *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des) Igualdades*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.
- ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; BORGES, Doriam. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o "gênero" das candidaturas em 2010. *Revista de sociologia e política* 21.46 (2013): 69-91.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política* 24 (2005): 193-215.
- BABIRESKI, Flávia Roberta et. al. As Mulheres Na Direita: Perfil das Deputadas Federais de Direita no Brasil. *I Seminário Discente de Ciência Política da UFPR (SDCP)*. 2020.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. SP: Editora Civilização Brasileira, 2019.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas* 18.3 (2010): 653-679.
- MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas* 14.2 (2006): 363-385.
- MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados* 58.3 (2015): 721-747.
- MORITZ, Maria Lúcia. As Vereadoras das Capitais Brasileiras: um balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996–2016). *Revista Gênero na Amazônia* (2019): 33-48.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas* 9.1 (2001): 268-290.
- PINHEIRO, Thais Oliveira; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. A trajetória política de Ana Júlia Carepa: a primeira governadora do estado do Pará." *Encontro nacional da rede feminista Norte e Nordeste de Estudo e Pesquisas sobre mulher e relações de gênero* 17º. (2012)
- PINTO, Celi. *Uma história do feminismo no Brasil*. SP: Perseu Abramo, 2003.



SACCHET, Teresa; Bruno Wilhelm SPECK. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública* 18.1 (2012): 177-197.

SOUSA FILHO, Nilson Almeida; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Composição de Governo e Convivência Partidária: Análise Organizativa e Resultado Eleitoral No Pará 2007-2010. *10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Ciência Política e a Política: Memória e Futuro*, 2016.



Feminismos Decoloniais e “América Latina”: comentários sobre as mobilizações do conceito

Feminismos Decoloniales y “América Latina”: comentarios acerca de las movilizaciones del concepto

Decolonial Feminisms and “Latin America”: commentaries on the mobilization of the concept

Maria Clara Martins Cavalcanti

Resumo: Este artigo tem por objetivo principal pensar historicamente os feminismos decoloniais latino-americanos, especialmente quanto às mobilizações (e desmobilizações) do conceito de “América Latina” em suas epistemologias. Entendendo, assim, “América Latina” como nome e ideia que denotam uma construção permeada por disputas, atravessada pelas experiências da colonização e da colonialidade. Nesse sentido, espera-se aqui refletir sobre as implicações históricas e políticas das mobilizações sobre o conceito, empreendidas pelos feminismos decoloniais, especialmente quando articulam as questões de gênero, raça, classe e nacionalidade para pensar a colonialidade na latino-américa.

Palavras Chave: América Latina. Feminismos. Decolonialidade.

Resumen: El objetivo principal de este artículo es pensar históricamente los feminismos decoloniales latinoamericanos, especialmente interesado en las movilizaciones (y desmovilizaciones) del concepto de “América Latina” en sus epistemologías. Entendiendo, por tanto, “América Latina” como un nombre y una idea que denotan una construcción permeada por disputas, atravesada por las experiencias de la colonización y la colonialidad. Por lo tanto, se espera aquí reflexionar sobre las implicaciones históricas y políticas de las movilizaciones sobre el concepto emprendidas por los feminismos decoloniales, especialmente cuando articulan las cuestiones de género, raza, clase y nacionalidad para pensar la colonialidad en América Latina.

Palabras Claves: America Latina. Feminismos. Decolonialidad.

Abstract: This article’s main purpose is to approach Latin American decolonial feminisms from a historical perspective, especially the mobilization (and the stability) of the concept of “Latin America” in its epistemologies. Therefore, understanding “Latin America” as a name and an idea that denote a dispute filled construct, permeated by experiences of colonialism and coloniality. In this sense, it is expected to reflect upon political and historical implications of the mobilization of the concept, undertaken by decolonial feminisms, especially when articulating issues of gender, race, economic classes and nationality in order to think of coloniality in Latin America.

Key-words: Latin America. Feminisms. Decoloniality.

Maria Clara Martins Cavalcanti – Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas. Doutoranda em História Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Projeto de pesquisa intitulado “A recusa de ser invisível: Gênero, raça e decolonialidade na obra de Esmeralda Ribeiro”, financiada pela CAPES. E-mail: mamartinscavalcanti@gmail.com

INTRODUÇÃO

Figura 1 – Reprodução da obra Juana Azurduy (2019), de Marcela Cantuária



Fonte: Acervo Online da Galeria A Gentil Carioca

Marcela Cantuária é uma artista brasileira que, especialmente a partir da pintura, tematiza questões como a escrita da história da América Latina e do Brasil, relações sociais e políticas, exploração do trabalho e luta de classes, a função reprodutiva feminina, dentre tantas outras questões centrais nas experiências dos países colonizados. Seu olhar crítico para a história, especialmente aquela tecida sobre as mulheres, tem chamado a atenção não apenas no cenário artístico-cultural, mas também no campo da história e filosofia dos feminismos. Exemplo disto é o fato de obras de Cantuária terem sido pertinentemente escolhidas para integrar o conjunto de produções artísticas feministas decoloniais na coletânea *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais* (2020), organizada por Heloisa Buarque de Hollanda. Uma das telas da artista, selecionada para integrar o livro, está reproduzida acima e intitula-se *Juana Azurduy* (2019), em homenagem à líder revolucionária indígena que se destacou nas lutas pela independência da América Espanhola. A obra faz parte da série *Mátria Livre*, em que a artista:

trabalha as dimensões arquetípicas femininas articuladas a figuras históricas passadas ou presentes em luta pela liberdade. Marcela pesquisa a história dessa galeria de mulheres guerreiras como uma disputa contra a hegemonia e o universalismo da arte europeia e como análise da aderência da arte brasileira ao vocabulário da pintura universal. (HOLLANDA, 2020, p. 364)

Juana Azurduy foi uma mulher de origem indígena, militar boliviana, que liderou batalhas durante os movimentos patriotas contra o domínio espanhol no Alto Perú. Segundo Luis Miguel Glave:

Luego de la independencia definitiva en 1824, regresó la Azurduy a su tierra, Chuquisaca; lejos de ser premiada, vivió en la pobreza, el ostracismo y la

soledad con que las nacientes repúblicas premieron a las mujeres que lucharon por crear un orden nuevo. Y así la tuvo en su recuerdo Juana Manuela cuando escribiera, sutilmente: “algunos caudillos tuvieron envidia de esa gloria femenina. (GLAVE, 1996, p.94)

Hoje, Juana Azurduy é conhecida ainda por ter dado à luz durante as batalhas por independência e por ter continuado atuante logo após o parto. Referência a este momento histórico está representada na figura de uma mulher parindo um bebê em cima do mapa da América do Sul, na tela de Marcela Cantuária. Se, como afirma Glave (1996), o reconhecimento de Azurduy após as guerras de independência não foi imediato, a tela da artista compõe um movimento de visibilização da história e da memória da personagem. Além disso, estão presentes na obra referências a migrações forçadas (o bote com dezenas de pessoas com coletes salva-vidas) e a trincheiras ocupadas por guerrilheiras curdas, mulheres que estão hoje à frente das lutas revolucionárias no noroeste do Curdistão. Como afirma Walla Capelobo, a obra de Cantuária descoloniza a história ao propor a representação do parto dos filhos da luta anticolonial na América Latina:

Em Juana Azurduy, pintura de Marcela Cantuária, o processo de descolonização se materializa em tinta ao retratar esta líder guerrilheira que dedicou sua vida à libertação do poder colonial espanhol. Juana foi uma agente fundamental nos processos de independência do Peru e da Bolívia. De seu ventre, em pleno conflito, nasce, ou melhor, renascem as filhas e os filhos das lutas anticoloniais. Desse ventre, renascem os espíritos conscientes de que as linhas que dividem os estados modernos são geradas pela violência e devem ser combatidas. Ela está protegida por trincheiras amigas, guardada por ancestrais que conhecem bem o poder da terra em que pisa; está às margens do oceano de trocas, onde houveram migrações involuntárias e voluntárias, refugiados e cativos que encontraram no chão em que pisamos a força para viver. (CAPELOBO, 2019, p.40)

Os feminismos decoloniais elaborados por artistas e intelectuais na América Latina, assim como na obra de Cantuária, têm vindo apontar a necessidade de levarmos em conta as epistemologias originárias, os levantes emancipatórios e, especialmente, as contribuições históricas das mulheres na luta contra a colonialidade. Colonialidade aqui entendida a partir de Aníbal Quijano e da teoria decolonial, como um sistema de poder que perdura mesmo após o fim das experiências de colonização na América Latina, constituindo um dispositivo estruturante das relações sociais, de saber, ser e poder, baseada em uma categorização hierárquica entre os seres no mundo, a partir de perspectivas eurocêntricas e racistas (QUIJANO, 2005).

Estes feminismos de política decolonial estão inseridos no amplo movimento de revisão da narrativa europeia do mundo, debruçando-se sobre a forma como o complexo racismo/ssexismo/colonialismo emprega as relações de dominação. Nesse sentido, estes feminismos – expressos nas críticas de intelectuais como Maria Lugones, Yuderlys Espinosa-Miñoso, Ochy Curiel, tanto quanto em Lélia Gonzalez, Marcela Cantuária etc., – formulam questionamentos fundamentais às narrativas históricas, especialmente àquelas elaboradas sobre os países e povos colonizados, a partir de uma perspectiva eurocêntrica.

Os feminismos decoloniais reivindicam, além do reconhecimento das experiências ancestrais das mulheres na luta contra o patriarcado, o racismo, o capitalismo, o colonialismo etc., seu

posicionamento situado ao Sul do Globo.¹ Inserem-se no que Boaventura de Souza Santos vem chamar de *epistemologias do Sul*, uma proposta insurgente, subalterna, contra um projeto de dominação capitalista e colonial (SANTOS, 2010). Pode-se aferir, portanto, as teorias elaboradas pelas feministas latino-americanas como centrais nesta epistemologia decolonial do Sul, onde estão articuladas elaborações históricas complexas sobre o conceito de “América Latina”, especialmente nos atravessamentos das questões de gênero, raça, classe e colonialidade. É importante lembrar que o nome e conceito de “América Latina” foram construídos historicamente, consolidando-se ao final do século XIX, especialmente sob a perspectiva de uma modernidade europeia:

Sempre na perspectiva europeia, a América Latina foi se estabelecendo no mundo ocidental moderno como periferia, inferiorizada e explorada. Compreender o processo de construção do nome compõe um esforço maior de entender nossa situação colonial, de questionar nossa identidade, a fim de superar nosso complexo de Caliban. (FARRET; PINTO, 2011, P.34)

Portanto, aferindo à incidência constante de mobilizações – e desmobilizações – da ideia de “América Latina” no pensamento feminista decolonial, nos debruçamos aqui sobre os significados históricos desses usos, suas implicações políticas e propostas que apresentam. Para isso, a primeira parte deste artigo está dedicada a pensar os feminismos decoloniais na América Latina e suas contribuições epistemológicas, especialmente para a escrita da história. Depois, nos concentraremos em analisar como, no pensamento feminista decolonial, a ideia de “América Latina” é mobilizada e até desmobilizada, como no caso dos usos de nomes alternativos para o território, como *Abya Yala* nos textos de Ochy Curiel, ou *América Ladina* em Lélia Gonzalez.

1. Os Feminismos Decoloniais na América Latina

Como afirma a intelectual indígena Julieta Paredes, devemos definir os feminismos como a luta e proposta política de vida de qualquer mulher, em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa da história, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime (PAREDES, 2020). Essa definição expressa um dos movimentos fundamentais que as feministas decoloniais na América Latina têm empreendido: resgatar as experiências históricas femininas no território latino-americano, na luta contra o colonialismo e a colonialidade², entendendo a emergência teórica dos feminismos decoloniais contemporâneos como resultado dessas existências. Por isso, lembram figuras históricas como Juana Azurduy para afirmar que, na América Latina, a luta das mulheres foi sempre protagonizada por mulheres racializadas, indígenas, negras etc.

Como proposta epistemológica, os feminismos decoloniais na latino-américa apontam para a urgência de se considerar de forma inseparável as questões de classe, raça, gênero, sexualidade,

¹ É importante destacar que esse “Sul” nem sempre está se referindo a um sul geográfico, mas trata da periferia do capitalismo no mundo, dos países colonizados, algumas vezes situados no Norte geográfico, como é o caso da Ilha da Reunião de colonização francesa na Europa, onde a teórica Françoise Vergés reivindica um feminismo decolonial urgente (VERGÉS, 2020).

² É importante pontuar que assumimos aqui, a partir do pensamento decolonial latino-americano, que o colonialismo consiste nas práticas de colonização empreendidas pelos europeus em território americano entre os séculos XV e XVIII. Enquanto isso, a colonialidade se define como o dispositivo que produz relações de poder, saber e ser que permanecem após o fim colonialismo, como resultado complexo, um sistema-mundo estruturado pelo capitalismo, racismo e patriarcado (MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2005; GROSFUGUEL, 2006).

nacionalidade, região etc. Dessa forma, estas categorias aparecem como estruturantes de um sistema-mundo marcado pela experiência da modernidade/colonialidade, atravessando profundamente os processos históricos que deram origem às culturas, às formas de organização do mundo e dos seres. Sob esta perspectiva, a colonização no território latino-americano e o advento da modernidade são tidos como marcos da concepção do homem branco europeu colonizador como o ser superior, civilizado, em oposição aos outros, seres racializados, desumanizados, inferiorizados e, por isso, passíveis de serem oprimidos e explorados.

A teoria decolonial, sob as vozes de intelectuais como Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, Walter D. Mignolo, Maria Lugones, Ochy Curiel, Yuderkys Espinoza-Miñoso etc., denuncia a concepção binária do mundo difundida a partir das colonizações nas Américas, que opuseram e hierarquizaram civilização x natureza; superiores x inferiores; colonizadores x colonizados; brancos x não-brancos etc.. Essa dicotomia, como marca da colonialidade, se alastra por diversas áreas do mundo e das existências humanas, estruturando as relações no Estado, da organização pública, da divisão do trabalho, da subjetividade e, como afirmam as feministas decoloniais, do sexo e do gênero.

Este pensamento feminista decolonial está interessando em pensar as problemáticas geradas pelas relações coloniais, entendendo a permanência de sistemas de poder, saber e ser herdados das experiências de colonização. Ao mesmo tempo, estão especialmente dedicados às formas com que o gênero estruturou as relações coloniais e a colonialidade, além de se debruçarem nas reflexões sobre as imaginações emancipatórias elaboradas pelas mulheres em um mundo em que a colonização foi uma “engenharia de destruir gente” (RUFINO, 2019). Promovem, portanto, uma crítica contundente aos teóricos fundadores do grupo Modernidade/Colonialidade³ quanto ao papel que estes atribuíram ao gênero no Padrão Mundial de Poder, enquanto entenderam sexo e raça como categorias separadas. Especialmente a partir das contribuições da teórica argentina Maria Lugones, a inseparabilidade entre gênero e raça como estruturantes da empresa capitalista e da colonialidade começa a ser uma ideia mais bem elaborada.

No cenário dos movimentos feministas, é importante lembrar que, se durante muito tempo o movimento privilegiado acadêmico e politicamente foi marcado por perspectivas brancas e ocidentais, as mulheres negras, indígenas, chicanas etc., latino-americanas apontam para o fato de que as agendas desse feminismo não as contemplam. Pautas como o direito ao trabalho, comum para um feminismo do Norte, especialmente no século XX, não encontravam aderência para mulheres subalternizadas nos países de experiência colonizatória, uma vez que estas trabalham desde os tempos de escravidão, como bem nos lembra Sueli Carneiro: “Mulheres que não entenderam

³ Na década de 1990, em meio aos processos de redemocratização de vários países latino-americanos, o debate pós-colonial foi introduzido às discussões de um grupo de intelectuais americanistas e latino-americanos que viviam nos Estados Unidos e lá, inspirados no *Subaltern Studies*, fundaram o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos. Já em sua origem, o grupo possuiu teóricos críticos dos estudos subalternos originais, como Walter D. Mignolo, defendendo que as teses pós-coloniais não deveriam ser simplesmente assumidas e traduzidas para uma análise do caso latino-americano. Dessa forma, autores como Mignolo, Vidal e Klor de Alva propuseram que a perspectiva do grupo latino-americano não se apropriasse acriticamente do pensamento indiano e asiático pós-colonial, uma vez que as experiências americanas possuíam sua própria centralidade e especificidade. Em 1998, o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos foi desagregado e um de seus principais críticos, Walter D. Mignolo, tornou-se fundador do chamado Grupo Modernidade/Colonialidade, propondo o aprofundamento e radicalização da crítica ao eurocentrismo. É neste contexto que surge a chamada crítica ou teoria colonial, defendendo a necessidade de descolonização da epistemologia e, sendo assim, dos próprios estudos pós-coloniais. A teoria decolonial, portanto, é um conjunto de reflexões pontuadas por intelectuais latino-americanos que propõem repensar os efeitos do colonialismo a partir do “Sul” do globo, em busca de uma compreensão anti-essencialista das identidades das populações dos países nele localizados e na análise histórico-sociológica das opressões resultantes dos sistemas coloniais nele inseridos (BALLESTRIN, 2013).

nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!” (CARNEIRO, 2013, p.1). Além disso, historicamente, as mulheres que puderam falar publicamente por um feminismo foram também aquelas privilegiadas pelas estruturas do racismo e do capitalismo. Os feminismos das mulheres não brancas na América Latina, integrando aproximações forçadas pelas experiências da colonização e da colonialidade, apresentam-se como propostas epistêmicas de questionamento à racionalidade moderno-cristã eurocêntrica, inclusive compartilhada por um certo feminismo de posicionamento burguês:

Las feministas descoloniales recuperamos las críticas que se han realizado al pensamiento feminista clásico desde el pensamiento producido por voces marginales y subalternas de las mujeres y del feminismo. Partimos por reconocer que ese pensamiento feminista clásico ha sido producido por un grupo específico de mujeres, aquellas que han gozado del privilegio epistémico gracias a sus orígenes de clase y raza. El feminismo descolonial elabora una genealogía del pensamiento producido desde los márgenes por feministas, mujeres, lesbianas y gente racializada en general; y dialoga con los conocimientos generados por intelectuales y activistas comprometidos con dismantelar la matriz de opresión múltiple asumiendo un punto de vista no eurocentrado. (ESPIONA-MIÑOSO, 2014, p.7)

Estas teóricas decoloniais abarcam questões sobre as hierarquias do poder, o capitalismo e o racismo, presentes nas discussões pós-coloniais, na teoria decolonial e nos movimentos negros e indígenas na América Latina, integrando-as à tradição de luta do movimento de mulheres. Complexificaram assim o conjunto de reivindicações do feminismo ao chamar atenção para o caráter interligado das opressões, principalmente atravessadas pela raça, ao mesmo tempo que promoveram a feminização das propostas e reivindicações dos movimentos por libertação, das lutas antirracistas e das teorias decoloniais e pós-coloniais.

Foi no diálogo entre os Estudos Culturais e as perspectivas feministas com as discussões pós-coloniais⁴ e decoloniais que se erige uma leitura crítica sobre a continuidade das relações de dominação e opressão colonial – a colonialidade – centralizando as questões de gênero. Nesse sentido, estas leituras feministas, especialmente a partir da segunda metade do século XX, questionaram os teóricos cânones do pós-colonialismo e da teoria decolonial quanto à centralidade do gênero na epistemologia produzida dentro da compreensão histórico-sociológica sobre a colonialidade e suas permanências na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, o feminismo negro no Brasil ganhava força, sob as vozes de autoras como Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, epistemologias que se formularam no sentido de denunciar as opressões inter cruzadas que as mulheres negras sofrem no país, a partir da indissociabilidade entre o gênero e a raça.

⁴ O pós-colonialismo pode ser considerado uma reação contra o legado colonial, especialmente o epistemológico. Não possui, portanto, uma matriz teórica única e autores que produziram em diferentes épocas e contextos podem ser considerados contribuintes desses estudos, como Stuart Hall (1980), Franz Fanon (1952), Aimé Césaire (1955), Edward Said (1978) e Ranajit Guha (1988). Os estudos pós-coloniais se aproximaram em muito dos estudos culturais e literários e se ocuparam da análise das construções discursivas e representacionais do oriente e do ocidente, levando em conta as formações identitárias dos grupos sociais em contextos pós-independência. Nas décadas de 1970 e 1980, com a criação do Subaltern Studies – grupos de pesquisadores com origens em países do sul-asiático, que lecionavam em universidades na Europa –, a preocupação dos estudos pós-coloniais esteve centrada na análise da construção discursiva sobre os colonizados pelos colonizadores. O *Subaltern Studies* foi liderado pelo intelectual indiano Ranajit Guha, que tinha como principal objetivo em sua obra “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (GROSFUGUEL, 2008, p.116).

Maria Lugones (2008), teórica argentina considerada uma das fundadoras da perspectiva feminista decolonial, desenvolveu o conceito de *sistema moderno colonial de gênero*. A partir dele, a autora avança no conceito de colonialidade desenvolvido por Aníbal Quijano e outros teóricos decoloniais ao afirmar que o gênero é, tanto quanto a raça e de forma indissociável a ela, elemento estruturante da colonialidade. Lugones apresenta o *sistema moderno colonial de gênero* como “uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial” (LUGONES, 2014, p.235).

Em Lugones, também é possível encontrar a crítica a uma discursividade sobre a sexualidade das mulheres, especialmente das mulheres submetidas às violências dos regimes coloniais, sob o jugo da exploração e da escravização. Segundo a autora, na missão da colonização europeia nas Américas, as noções de bem e mal, pecado e redenção – e outras visões dicotômicas de mundo – foram acionadas como forma de condicionar as condutas, explorar e dominar as populações nativas. Uma das principais visões binárias teria sido justamente a divisão humano e não humano, onde os europeus se enquadrariam na categoria de humanos, enquanto os colonizados eram considerados não humanos. Sob a perspectiva da justificativa europeia para a colonização, a divisão de gênero “homem x mulher” estaria circunscrita aos europeus, onde as mulheres brancas aparecem subjugadas aos homens brancos europeus. Enquanto isso, os colonizados eram considerados fêmeas e machos, em uma visão animalizante e violenta sobre suas existências, cosmogonias, culturas e formas de viver.

O cristianismo e suas perspectivas tornaram-se um dos mais poderosos instrumentos dessa empreitada e, sob a justificativa de uma missão civilizatória, o projeto colonial se dedicou ao apagamento de saberes comunitários, práticas ecológicas, conhecimento de cultivo, de tecelagem, de todo um “cosmos”, como afirma Lugones, com destaque para as tentativas de transformação e controle das práticas reprodutivas e sexuais. Nesse lugar, a sexualidade feminina – especialmente a das “fêmeas” colonizadas – passou a ser marcada como maligna:

A “missão civilizatória” colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático (por exemplo, alimentando cachorros com pessoas vivas e fazendo algibeiras e chapéus das vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas). A missão civilizatória usou a dicotomia hierárquica de gênero como avaliação, mesmo que o objetivo do juízo normativo não fosse alcançar a generalização dicotomizada dos/as colonizados/as. Tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial. A dificuldade de imaginar isso como meta pode ser vista nitidamente quando percebemos que a transformação dos/as colonizados/as em homens e mulheres teria sido uma transformação não em identidade, mas em natureza. E colocar os/as colonizados/as contra si próprios/as estava incluído nesse repertório de justificações dos abusos da missão civilizatória. A confissão cristã, o pecado e a divisão maniqueísta entre o bem e o mal serviam para marcar a sexualidade feminina como maligna, uma vez que as mulheres colonizadas eram figuradas em relação a Satanás, às vezes como possuídas por Satanás. (LUGONES, 2014, p.236)

Seguindo o pensamento de Lugones, é possível afirmar que a investida colonial existiu no sentido de desumanizar os povos originários e escravizados, a fim de justificar os abusos da missão

exploratória. Os corpos das mulheres colonizadas se tornaram, primeiro, lugar privilegiado de expressão dessa violência, especialmente sexual. Depois, a colonialidade tratou de encontrar lugares para eles nos discursos médicos, científicos, históricos, sociológicos, culturais – frequentemente sob o jugo da patologização, inferiorização, racialização etc. No caso brasileiro, é possível perceber a articulação das questões de gênero e raça no imaginário social, especialmente quando estiveram em jogo as elaborações sobre a miscigenação no Brasil, sobre o mito da democracia racial, em torno da sexualidade como formadora da nação (RAGO, 1997), etc.

Na deixa oferecida por Lugones, muitas outras intelectuais têm elaborado perspectivas feministas decoloniais a partir da América Latina. É o caso de Yuderlys Espinosa-Miñoso, filósofa dominicana que questiona as pautas políticas de um “feminismo hegemônico”, branco, eurocentrado, que compactua com a expansão dos pressupostos da modernidade ocidental em um projeto imperialista, racista, de domínio e morte. Em sua leitura, a produção de vozes próprias a partir da América Latina e das periferias do capitalismo, do Sul Global, aparece como caminho fundamental para abordagens mais radicais de transformação. Já no pensamento da antropóloga afro-caribenha Ochy Curiel, é possível encontrar contribuições como uma leitura decolonial do conceito de *heterossexualidade compulsória* (RICH 1982), em referência às articulações entre gênero, raça, colonialidade e sexualidade, em que a heterossexualidade se apresenta como parte das imposições do *sistema moderno colonial*. Além disso, é preciso destacar ainda as elaborações políticas dos feminismos comunitários especialmente na Bolívia e no Equador, onde desponta a figura da líder indígena Julieta Paredes; dos ecofeminismos discutidos por Maria Mies; dos históricos feminismos negros brasileiros de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro; dentre tantas outras teóricas e pensamentos que poderíamos aqui apontar. Estas perspectivas têm sido centrais para questionar teorias do desenvolvimento, se opor a um feminismo de caráter burguês, articular questões ambientais, de raça, sexualidade, nacionalidade etc., e o fazem reivindicando seu lugar na América Latina. Mas, afinal, de que “América Latina” falam e o que propõem para ela?

2. A “América Latina” pelas Feministas Decoloniais

É importante lembrar que o processo de nomeação e formação identitária dos territórios que chamamos hoje de ‘América Latina’ não se deu sem disputas. Entretanto, mesmo em meio as nuances e conflitos presentes na história dos termos “América”, “Hispanoamérica”, “América do Sul” etc., é possível aferir que estas nomeações se deram a despeito das referências que os povos originários possuíam sobre a região. Antes de serem chamadas de “América”, as terras deste continente foram ainda entendidas pelos colonizadores como “Índias” e “Novo Mundo”, este último em referência ao “Velho Mundo”, a Europa. O termo “América” aparece pela primeira vez em 1507, na *Introdução à Cosmografia* de Martins Waldseemüller, e atribui homenagem a Américo Vespúcio, italiano reconhecido por identificar que as terras encontradas não estavam na Ásia, como teriam imaginado os espanhóis em um primeiro momento (ROJAS MIX, 1991).

Como aponta o historiador francês François-Chavier Guerra, a difusão e consolidação da ideia de “América” e “americanos” se dá, entretanto, quando despontam os primeiros processos de independência da América Espanhola, ocasião em que a elite crioula reivindica uma identidade para se diferenciar dos inimigos europeus:

Até 1810, as elites criollas, na luta pela igualdade política, se apresentavam, antes de mais nada, como espanhóis iguais aos peninsulares que gozavam, além disso, dos privilégios e foros que lhes dava sua condição de descendentes dos conquistadores e povoadores da América. A partir de agora [1810], a necessidade de distinguir-se de seus inimigos levou os insurgentes a colocar em primeiro plano esta identidade “americana” que se havia consolidado em fins do século XVIII. (GUERRA, 2003, p.210)

No período pós-independência, é possível observar ainda a reivindicação do termo “Hispanoamérica” por parte dos líderes dos movimentos emancipatórios e das novas elites, na tentativa de afirmar a condição de países livres e unidos por interesses e vínculos culturais, frente ao imperialismo dos Estados Unidos que, a essa altura, já se apropriavam do termo “América” como sinônimo para seu território (FERES JR., 2005). Nesse sentido, como afirma o filósofo uruguaio Arturo Ardao, é apenas no final do século XIX que o termo “América Latina” se consolida. Segundo Ardao, a primeira vez que o nome “latina” é usado como substantivo e não como adjetivo na combinação é na poesia do jornalista colombiano José María Torres Caicedo em 1956, escrito quando este residia em Paris (ARDAO, 1980). A tese de Ardao não é unânime nas elaborações históricas sobre o termo, sendo disputada pelo historiador chileno Miguel Rojas Mix, que afirma que foi o filósofo e político chileno Francisco Bilbao o primeiro a fazer uso do termo “América Latina” como nome e ideia (ROJAS MIX, 1991).

A despeito dessa disputa, é possível aferir que a trajetória histórica do termo “América Latina”, desde o surgimento do nome “América”, afere a movimentações políticas e intelectuais que buscavam definir uma identidade para a região, a partir de interesses específicos e conflitos, mas que não passaram pela consideração das existências dos povos originários e dos nomes e identidades que a eles pertenciam antes da colonização:

Sabemos que quando falamos em América Latina não estamos levando em consideração os povos originários da região, nem os povos africanos transplantados ao longo de séculos para cá. Ou melhor, estamos levando-os em consideração sim, mas na perspectiva de uma dominação que não os compreende como agentes do processo de formação de identidade do continente. (FARRET; PINTO, 2011, p.42)

Por isso as mobilizações do conceito de “América Latina” nos feminismos decoloniais são pertinentes, uma vez que é justamente em diálogo com a consideração dos povos originários e africanos, com sua cosmogonia de saberes e percepções, que esta epistemologia feminista se situa. Nesse sentido, é possível aferir que a própria formação do conceito de “América Latina” é resultante do espectro das disputas em torno da colonialidade, uma vez que esta não se refere apenas à classificação racial, mas é um fenômeno que conjuga diferentes eixos de poder e atravessa o controle do acesso ao sexo, da autoridade coletiva, da subjetividade, assim como da produção de conhecimento e dos nomes dados às coisas. Como afirma Walter Mignolo, o exercício de descolonização passa necessariamente por separar as palavras das coisas e entender a “América Latina” como ideia forjada na experiência colonial (MIGNOLO, 2005).

Yuderkys Espinosa-Miñoso aponta para a necessidade de pensarmos o feminismo a partir da experiência histórica da América Latina, combatendo o que chama de uma *colonialidade da razão*

feminista (ESPINOSA-MIÑOSO, 2020), ou seja, a tendência de acolhimento de um feminismo ocidental com pretensão universalista que responde à modernidade. Segundo a autora, é preciso reivindicar o lugar de uma produção teórica-epistemológica subalterna a partir da latino-américa, que mostre o colonialismo internalizado, os dispositivos de controle e as estratégias de conservação do poder. O caminho para essa reivindicação seria justamente o de propor uma arqueologia do “latino-americano” para buscar compreender os dispositivos a partir dos quais foram construídos os discursos que dotaram a América Latina de certa especificidade e exterioridade em relação à razão moderna ocidental. Essa busca incide em pensar uma história das práticas para desnaturalizá-las, refletindo, portanto, sobre as categorias “América Latina”, “mulheres”, “raça”, “gênero” etc. de forma integrada.

Ao mesmo tempo, no pensamento de Espinosa-Miñoso, a noção de uma perspectiva teórico-epistemológica formulada pelas mulheres marcadamente situadas na América Latina se apresenta como uma possibilidade de combater essa razão feminista universal, preconizada pelos feminismos do Norte e caracterizada pelo compromisso com a modernidade e suas diversas faces. Nesse sentido, a autora lembra a importância de trabalhos acadêmicos que, situados na latino-américa, possibilitam uma leitura das questões de gênero em articulação com as questões de raça, classe e colonialidade. A “América Latina” é, sem seu pensamento, mobilizada como um ponto de partida político-epistemológico que contribui para pensar as especificidades, assim como as alianças, entre as mulheres racializadas:

Trabalhos acadêmicos recentemente publicados, inéditos ou em produção, assim como manifestos e publicações que circulam através das redes sociais, além de se proporem a abertamente fazer uma genealogia, ajudam sua construção ao se questionarem sobre as condições de possibilidade de situação política que vivemos: como a luta pela legalização do aborto se tornou o centro da política feminista na América Latina e em âmbito global? Como a violência interpessoal entre homens e mulheres transformou-se no foco da interpretação feminista acerca da violência contra as mulheres? Em que resulta essa interpretação ser feita apenas na chave do gênero? Como se produz, conforma-se e se universaliza a ideia de uma greve de mulheres como estratégia de mobilização no Dia Internacional da Mulher? Quem a convocou, através de que mecanismos, que grupos sentem-se convocados e quais ficam de fora? Quais são os vínculos entre as agendas e os enfoques das políticas públicas para as mulheres de nossos países e as políticas de apoio ao desenvolvimento e a cooperação internacional? Que grupo se beneficia dessa dinâmica? Com que ideal de mulher e que modelo ela contribui? Aos poucos, vamos costurando novas narrativas e interpretações que permitem descentralizar o sujeito normativo clássico do feminismo, enquanto rompemos o quadro teórico-conceitual e argumentativo produzido por ele. Através desses rompimentos, a imagem das condenadas do mundo vai se formando, essas cujas vidas e histórias foram ocultadas pela estrutura eurocêntrica. (ESPINOSA-MIÑOSO, 2017, p.151)

É importante pontuar também que grande parte das teóricas feministas decoloniais propõem o que chamamos aqui de desmobilizações do conceito de “América Latina”. Desmobilizações não no sentido de abandono ou rejeição, mas de historicização, deslocamento e reapropriação. É o

caso de autoras como Ochy Curiel, Julieta Paredes e a própria Yuderkys Espinosa-Miñoso, que em diversos textos substituem ou alternam o uso de “América Latina” pelo termo *Abya Yala*. *Abya Yala* é nome dado pelo povo Kuna aos territórios que compreendem a América, desde muito antes da chegada de Cristóvão Colombo. Os Kuna são um povo originário de Sierra Nevada, no norte da Colômbia e que vivem atualmente na costa caribenha do Panamá e Colômbia. A tradução livre de *Abya Yala* seria algo como “a grande mãe”, segundo Miguel Ángel Lòpes Hernandez (2004), mas também tem sido traduzida como “terra madura ou em florescimento” por feministas decoloniais. Segundo Espinosa-Miñoso, “em termos políticos, a expressão anuncia a unidade dos povos indígenas e uma busca por autodesignação em contraponto a definições eurocêntricas” (ESPINOSA-MIÑOSO, 2017, p.141). Seria, portanto, o resgate de uma designação nominal destas terras a partir de uma referência de povos originários, contemplando uma nomeação dada “desde aqui, desde dentro” em contraposição a um nome elaborado pela perspectiva do outro europeu.

Em Ochy Curiel, o nome *Abya Yala* desmobiliza o conceito de “América Latina” fazendo emergir, para além das disputas de narrativa que envolvem europeus e uma elite crioula nas guerras de independência, as lutas de libertação dos povos indígenas e negros do feito colonial, permitindo a insurgência de “práticas descolonizadas que antecedem tudo que se chamou de colonial” (CURIEL, 2020, p.132). A autora propõe o que chama de um *desengajamento epistemológico* a partir de *Abya Yala*, ou seja, “o reconhecimento e legitimação de outros saberes subalternizados, de pontos de vista produzidos a partir de experiências vividas e que contribuem com a proposição de mundos mais justos e humanos, fora da matriz liberal/colonial” (CURIEL, 2020, p.132). Junto da retomada do conceito de *Abya Yala*, Curiel resgata o pensamento de outras teóricas, como Zulma Palermo, para propor uma ética libertária que, em nome desse desengajamento, se coloca fora das categorias criadas e impostas pela epistemologia ocidental.

Não poderíamos deixar de situar o Brasil e o pensamento feminista decolonial brasileiro nestas mobilizações do conceito de “América Latina”. Em primeiro lugar, é importante aferir que a inclusão do Brasil nesse íterim latino-americano é controversa e permeada por disputas históricas. Sem nos aprofundarmos nas especificidades desse debate, é fundamental destacar que cada vez mais se faz presente no pensamento feminista no Brasil a necessidade de “pensar as especificidades de um fenômeno decolonial brasileiro sem recusar a aproximação com as mulheres de fala/colonização hispânica e sem pensar a realidade brasileira apartada da realidade latino-americana” (HOLLANDA, 2020, p.23).

Nesse sentido, outro tema caro aos feminismos decoloniais, em suas mobilizações do conceito de “América Latina”, é a articulação entre a identidade latino-americana e as questões da raça e da mestiçagem sob uma perspectiva de gênero. Segundo Heloisa Buarque de Hollanda, foram os feminismos latino-americanos que introduziram a “articulação sexo/gênero/raça nos estudos sobre os feitos do sistema patriarcal na instalação dos Estados Nacionais, denunciando a ideologia da mestiçagem e sua ancoragem na violência e violação das mulheres nativas” (HOLLANDA, 2020, p.20). Ainda segundo Hollanda, um caminho potente para a perspectiva decolonial brasileira seria justamente uma análise radical da especificidade da questão da nossa mestiçagem, projetada na constituição do mito da democracia racial.

Nessa perspectiva, estiveram os pensamentos de feministas negras no Brasil, que, pela criticidade com que olham para as narrativas edificantes da nação e pelos atravessamentos de raça e gênero, podem ser consideradas precursoras do que hoje chamamos de feminismos decoloniais. Lélia

Gonzalez, por exemplo, uma das mais importantes intelectuais negras brasileiras desde a década de 1980, aproxima as experiências brasileiras às de outros países colonizados ao afirmar experiências próximas de violação dos corpos das mulheres não brancas em toda América Latina:

a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”. (GONZALEZ, 1988, p.141)

Lélia Gonzalez, antropóloga, professora e ativista política feminista, é uma intelectual que teorizou sobre as questões de gênero e raça, privilegiando uma perspectiva latino-americana a partir de leituras sobre o passado colonial e escravista. Para isso, defende um feminismo latino-americano “comprometido com a recuperação dos processos de resistência e insurgência aos poderes estabelecidos” (GONZALEZ, 1988, p.138). Suas reflexões propõem práticas de descolonização do saber e da produção de conhecimento ao recorrer em seus textos a uma linguagem fora dos modelos estabelecidos por um formato epistêmico eurocêntrico e baseado em uma gramática normativa. Faz usos, inclusive, de expressões coloquiais e referencia, constantemente, as heranças linguísticas das culturas escravizadas, em uma leitura das continuidades históricas e culturais. Chama a atenção, portanto, para o “pretuguês”, a marca de africanização do português no Brasil, expresso na linguagem popularmente falada:

É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l nada mais é do que a marca lingüística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALEZ, 1988, p.134)

E acrescenta ainda que essa marca não é encontrada apenas no caso no Brasil, mas é:

Facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos ‘crioulos’ do Caribe). (GONZALEZ, 1988, p.136)

Além disso, Gonzalez propõe a elaboração do conceito de identidades “ladinoamefricanas”, e de uma “América Ladina”, junção das culturas africanas e ameríndias no sul da América. A proposta epistemológica dos termos criados pela autora interliga o passado escravocrata, colonial, o imperialismo, o racismo e seus efeitos, assim como as culturas originárias e as propostas de aliança

que recuperam as rupturas provocadas pelas experiências de colonização e violência na América. Aproxima-se, portanto, das perspectivas elaboradas pelos teóricos da colonialidade do poder e da colonialidade de gênero. Segundo a autora, a “amefricanidade” é um marco, assim como resultado, das articulações de resistência das populações escravizadas, exploradas e no território. O conceito é, portanto, fundado a partir de referenciais que se afastam das perspectivas eurocêntricas brancas e repensa a história das e dos afro-ameríndias e afro-ameríndios a partir de suas práticas de agência, de sua constituição como sujeitos históricos na América Latina:

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade (‘Amefricanity’) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, lingüístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA [...]. Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada [...]. Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. (GONZALEZ, 1988, p.136)

O que as mobilizações (e desmobilizações) do conceito de “América Latina” pelos feminismos decoloniais apresentam, seja na relação com a emergência de *Abya Yala*, *América Ladina* ou no uso do termo original consolidado no século XIX, é a ideia de uma perspectiva feminista situada ao Sul, insurgente, subalterna, dedicada a questionar a colonialidade e suas faces. O que buscamos demonstrar nestes comentários é como se dão historicamente as formulações epistemológicas feministas decoloniais e as contribuições que oferecem a uma escrita da História latino-americana, na atenção às maneiras com que gênero, raça, classe etc. se articulam nas experiências dos países que integram este território. Nesse sentido, a “América Latina” é deslocada de seu sentido original e ampliada quanto a sua designação cultural/geográfica/geopolítica para se erigir como um lugar de onde se fala, como elemento político que articula propostas feministas, decoloniais, antirracistas etc., que se apresentam na contramão da colonialidade e do capitalismo. Estar ao Sul, em *Abya Yala*, na *América Ladina*, desponta na teoria de intelectuais como Yuderkys Espinosa-Miñoso, Ochy Curiel, Julieta Paredes, Lélia Gonzalez etc., como a possibilidade de uma perspectiva privilegiada nas lutas de libertação. Convocam, portanto, reflexões e propostas de aproximações e alianças entre movimentos que em toda América Latina prevejam futuros mais progressistas e histórias de reinvenção.

O que este artigo espera ter demonstrado é a radicalidade presente até naquelas que parecem as mais sutis propostas dos feminismos decoloniais. Perseguindo a importância de “dar nome às coisas”, do abandono da gramática colonial, como defende Maria Lugones, estes feminismos decoloniais produziram historicamente críticas contundentes à maneira como a colonialidade procurou destituir os povos originários de seus nomes, cosmogonias, cultura e conceitos, ao passo que procurou impor os seus. Esse movimento não se deu sem tensão, conflito e resistência. É justamente nesse *locus fraturado* – ou seja, no lugar da brecha, da contraconduta, da resistência, como defende Lugones – que as epistemologias, a arte, a história etc., têm sido interpeladas, reescritas, utilizadas de forma a construir narrativas outras, feministas, decoloniais e antirracistas.

REFERÊNCIAS

- ARDAO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latino-americanos Romulo Gallegos, 1980.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política* (Impresso), v. 2, p. 89-117, 2013.
- CAPELOBO, Walla. con todo: contra-colonização e resistências. In: CANTUÁRIA, Marcela; DELIFIN, Joyce; PAZ, Hebert de (Orgs.). *Sutu-rar Liber-tar*. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación coconstitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. *Solar, Revista de Filosofía Iberoamericana*, Dossier Epistemologías feministas latinoamericanas, 12, n. 1, 2017
- _____. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *Cotidiano* 184, mar/abr, 2014
- FARRET, Rafael Leporacce; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 30-42.
- FERES JR., João. *A história do conceito de "Latin América" nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005.
- GLAVE, Luis Miguel. Letras de mujer. *Fractal*. México D.F, 1, 3, 93-125
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: *Revista Isis Internacional*. Santiago, 1988, v. 9, pp. 133-141.
- _____. O racismo no Brasil é profundamente disfarçado. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo Afro-Latino Americano: Lélia Gonzalez*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- _____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.
- GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, Coimbra, 2008.
- GUERRA, François-Xavier. Las mutaciones de la identidad en la América Hispánica. In: GUERRA, François-Xavier y ANNINO, Antonio (Coords.). *Inventando la nación*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 210.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LÓPEZ Hernández, Miguel Ángel. *Encuentros en los senderos de Abya Yala* (1ª edición). Ediciones ABYA YALA. Quito, Ecuador, 2004
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.
- _____. The Coloniality of Gender. *Worlds & Knowledges Otherwise*, 2008, 1- 16.
- MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina. La berida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.



QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: EDGARDO, Lander. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAGO, Margareth. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. *Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 6, n. 1, 1997.

ROJAS MIX, Miguel. *Los cien nombres de América*. Barcelona: Editorial Lumen, 1991.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das Encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

VERGÉS, Françoise. *Um Feminismo Decolonial*. São Paulo; Ubu Editora, 2020.



Izabel é Dona de Si e Não se Rende: produção de corporalidades e moralidades em Bragança/PA (1916-1940)

Izabel se Posee y No se Rinde: la producción de corporeidad y moralidad en Bragança/PA (1916-1940)

Izabel Owns Herself and Does Not Surrender: the production of corporeality and morality in Bragança/PA (1916-1940)

Alessandra Patricia de Oliveira Dias Campos

Resumo: Não obstante os esforços do Estado para que o corpo fosse prioritariamente associado às atividades laborais, as mulheres não se renderam às limitações que se buscava estabelecer e, de diferentes maneiras, fizeram emergir as suas vontades ocupando lugares e vivenciando experiências que lhes permitissem aproveitar o tempo livre em atividades de lazer e diversão. Porém, estas movimentações não passaram despercebidas pelas autoridades da Comarca de Bragança, tampouco pela comunidade que convivia com estes corpos "devassos". Nesta perspectiva, a partir da análise de processos de defloramento e rapto impetrados na Comarca de Bragança entre 1916 e 1940, buscou-se compreender como os enredados em ações criminais interpretaram os corpos das mulheres e os dos homens e os classificaram de maneiras distintas, avaliando como honestos os dedicados ao trabalho e, na faculdade de libertinos, os que se entregaram às atividades vislumbradas como fontes de satisfação e deleite.

Palavras Chave: Corpo. Mulher. Sexualidade. Festas. Defloramento.

Resumen: A pesar de los esfuerzos del Estado para que el cuerpo se asociara principalmente a las actividades laborales, las mujeres no se rindieron a las limitaciones que se pretendían establecer y, de diferentes maneras, sacaron a relucir sus voluntades ocupando lugares y experiencias vitales que les permitieron disfrutar de su tiempo libre en actividades de ocio y entretenimiento. Sin embargo, estos movimientos no pasaron desapercibidos para las autoridades del Distrito de Bragança, ni para la comunidad que convivía con estos cuerpos "desviados". En esta perspectiva, a partir del análisis de los procesos de desfloración y secuestro realizados en el Distrito de Bragança entre 1916 y 1940, buscamos comprender cómo los involucrados en acciones criminales interpretaron los cuerpos de mujeres y hombres y los clasificaron de diferentes maneras, evaluando como honestos los dedicados al trabajo y en facultad de libertinos los que se entregaban a actividades concebidas como fuente de satisfacción y deleite.

Palabras Claves: Cuerpo. Mujer. La sexualidad. Fiestas. Desfloración.

Abstract: Despite the efforts of the State so that the body was primarily associated with work activities, women did not surrender to the limitations that were sought to establish and, in different ways, they brought out their wills by occupying places and living experiences that allowed them to enjoy their free time in leisure activities and fun. However, these movements did not go unnoticed by the authorities of the District of Bragança, nor by the community that lived with these "deviant" bodies. In this perspective, from the analysis of deflowering and kidnapping processes carried out in the District of Bragança between 1916 and 1940, we sought to understand how those involved in criminal actions interpreted the bodies of women and men and classified them in different ways, evaluating as honest those dedicated to work and in the faculty of libertines those who gave themselves to activities envisaged as sources of satisfaction and delight.

Key-words: Body. Body. Woman. Sexuality. Feasts. Rape.

Alessandra Patricia de Oliveira Dias Campos – Graduada em História pela Universidade Federal do Pará (FAHIST/UFPA Campus de Bragança, 2013), mestranda no programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA) pela mesma instituição. ORCID 0000-0002-7014-9420. E-mail: alessandra.patricia.oliveira@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da pesquisa de mestrado (em andamento) em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA) intitulada "Equilíbrio precário: as representações do corpo em Bragança (1916-1940)", cujo objetivo é o de compreender, a partir da perspectiva analítica de gênero, as representações elaboradas ao corpo pelos enredados em defloramentos, estupros e raptos em Bragança nas décadas iniciais do século XX. As fontes utilizadas na elaboração destas análises foram compulsadas em dois arquivos: o Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e o Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança (AFCB). Nestes, consultou-se um conjunto de 66 processos de crimes sexuais impetrados na Comarca de Bragança entre 1916 e 1940. Deste grupo documental, entendeu-se como importante aos argumentos a seguir apresentados selecionar sete autos de defloramento, os quais forneceram informações que possibilitaram vislumbrar como os corpos, as atividades e os lugares de diversão foram entendidos, representados e discutidos nos autos. A metodologia utilizada na leitura e interpretação das fontes foi a do cruzamento documental, ou seja, as diferentes espécies de fontes utilizadas – os processos criminais, a legislação e a literatura jurídica da época – foram entrecruzados entre si no sentido de localizar, nos discursos, pontos de convergências e divergências acerca dos construtos sobre o corpo.

Nestes campos, as defloradas tiveram seus corpos expostos, analisados e discutidos tanto pelo enfoque material como pelo comportamental, deste modo, muitos foram considerados distantes do modelo desejado quer pelo Estado, quer pela Igreja, quer por grande parte da sociedade. Esse julgamento levava em consideração que o corpo idealizado identificava-se plenamente àquele que se dedicava exclusivamente aos cuidados com a família e com as atividades que promoviam integral ou parcialmente o sustento do lar. Assim sendo, frequentar festas, paquerar, dançar e consumir bebidas alcoólicas consistia em comportamentos desviantes, que representavam a corrupção do corpo e comprometiam o equilíbrio social. Assim, apesar do empenho das instituições de normatização da vida social – o Estado e a Igreja, por exemplo – e dos comentários nada lisonjeiros que a sociedade tecia com relação ao uso que elas faziam de suas próprias "carnes", as mulheres não se deixaram dominar completamente, já que, assiduamente, frequentavam variados divertimentos, a exemplo das festas dançantes, que eram locais de encontro e lazer, nos quais os corpos se uniam em um balé cujos movimentos extravasavam sensualidade.

Nesta perspectiva, o presente artigo se propõe a discutir as representações que os personagens envolvidos em crimes sexuais – vítimas, acusados, testemunhas e agentes policiais e do jurídico – elaboraram aos corpos que dançavam, festejavam e se divertiam. Ademais, as análises a seguir apresentadas interpretaram o corpo como um projeto que se construía e fortalecia no dia a dia, na continuidade e na permanência de formas de linguagem ditas imprescindíveis à "dominação". Neste sentido, as contribuições de Alain Corbin foram primordiais à confecção dos caminhos conceituais que orientaram o desenvolvimento do argumento deste trabalho, porquanto o historiador forneceu suporte teórico acerca do entendimento da categoria corpo como "um conjunto de representações mentais", as quais são elaboradas e reelaboradas pelos sujeitos através da história, a partir da influência de elementos culturais, sociais e políticos (CORBIN, 2009).

Desta feita, o título "Izabel é dona de si e não se rende"¹ se remete à declaração de Raymundo Antonio dos Reis, 22 anos, solteiro, pescador, acusado pelo defloramento de Izabel Ferreira Vaz, 19 anos, branca, solteira, lavradora, ambos residentes na Vila de Caratateua, município de Bragança. Ao se referir aos manejos corpóreos de sua namorada, o processado afirmou que "Izabel foi sempre muito leviana, frequentando todas as festas que era convidada",¹ condutas as quais foram classificadas por

ele como inspiradoras de desconfianças, haja vista o seu hábito de fazer-se constantemente presente em diversos tipos de festividades, contrariando as insistentes solicitações de Raymundo para evitar determinadas festas, especialmente os bailes dançantes e os pagodes. A assiduidade em festejos foi interpretada pelo denunciado como um indicativo de hábitos supostamente libidinosos e de posturas ditas inadequadas a um corpo virgem. Neste caso, assim como nos demais apresentados a seguir, os domínios das mulheres sobre o próprio corpo, a liberdade com que se movimentavam pelos espaços e as formas como se articulavam em sociedade incomodavam aos homens; desta feita, os corpos livres, sedutores e dançantes foram frequentemente associados à desonra, à prostituição e, conseqüentemente, desqualificados para receber o amparo jurídico e o apoio da comunidade.

1. Imagem, Credibilidade e Valor

Os corpos das mulheres envolvidas em processos de defloramentos e raptos foram avaliados a partir do pressuposto de que quaisquer condutas que estivessem distantes das que o Estado, a Igreja e parte da sociedade entendiam como adequadas aos talhes virginais transmitiam licenciosidade comum aos corpos prostituídos e tinham o poder de converter em impuros aqueles que pretendiam se fazer crer castos. Deste modo, ainda que as demandas do trabalho dessem às mulheres autonomia para andar pelas ruas e matas desacompanhadas, labutar lado a lado com homens e transitar entre vilas e comunidades, a estes mesmos corpos laborais não se admitia que frequentassem tabernas, festas dançantes e pagodes, sob o risco de sofrerem irreversíveis danos à sua imagem, credibilidade e valor corpóreo frente à comunidade e aos agentes policiais e jurídicos.

Os diversos corpos expostos, analisados, discutidos e colocados à prova nos processos jurídicos estudados pertenciam a mulheres trabalhadoras da zona rural bragantina, personagens habituadas à lida diária no campo, acostumadas a suportar o calor que emanava dos fornos em brasa das casas de farinha, adaptadas à árdua labuta na lavoura e aos incessantes serviços do lar, enfim, tarefas estafantes que produziam corpos exaustos e ávidos por momentos de descanso e descontração. Nestas condições, longe do exagero, fica a concepção de que muitas meninas esperavam, se organizavam, poupavam dinheiro à confecção de roupas à chegada do divertimento, do entretenimento, das festas dançantes e dos festejos religiosos, como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a festividade de São Benedito, a festa de Santo Antônio e as brincadeiras de Boi-Bumbá. Porém, além de alegrar corpos exauridos e facilitar os jogos de sedução, estes eventos provocavam diversas movimentações nas comunidades, por exemplo, a fim de estarem livres das tarefas laborais nos dias anteriores a estes festejos, grupos de familiares e vizinhos se organizavam e forneciam ajuda mútua em diversos trabalhos, tais como a limpeza de terrenos, o plantio de roçados e a fabricação de farinha. Esta foi a explicação fornecida pela testemunha Tereza Maria dos Reis, 45 anos, casada, lavradora, residente no município de Bragança, à autoridade policial acerca do motivo pelo qual Serafina Teixeira de Mello Lima, 14 anos, solteira, doméstica, residente no Lago do Pôvo, município de Bragança, esteve, por alguns dias, em sua casa. Segundo a depoente, a ofendida apresentou-se em sua propriedade rural para "com as filhas da respondente capinarem a sua roça", tarefa a ser concluída antes da "festa de Nazareth".²

¹ Autos crimes de defloramento, 1931. Ofendida: Izabel Ferreira Vaz. Réu: Raymundo Antonio dos Reis. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança.

² Autos crimes de defloramento, 1912. Ofendida: Serafina Teixeira de Mello Lima. Réu: Raimundo Pereira da Silva. Centro de Memória da Amazônia. Comarca do Interior Criminal, Bragança C, CX 27.

As festividades exigiam, quer face aos homens, quer face às mulheres, cuidados com o corpo e com a aparência física, ou seja, fazia-se necessário usar as melhores roupas (talhadas a partir dos resultados dos trabalhos cotidianos), aperfeiçoar o corte de cabelo e fazer a barba, enfim, era importante se apresentar alinhado nestes eventos. Como observou Denise Bernuzzi de Sant'Anna, no Brasil das primeiras décadas após a República, vestir a melhor roupa, engraxar os calçados, fazer a barba e tingir os cabelos consistiam em cuidados com a aparência e a beleza que mulheres e homens tinham ao se apresentar publicamente, visto ser fundamental "arrumar-se" para demonstrar "elegância e primor" (SANT'ANNA, 2014). Assim, corpos "dignamente" vestidos e higienizados causavam boa impressão e poderiam aumentar as chances de conquistar parceiro(a) às danças, o que multiplicava as possibilidades de paqueras. Estes foram os motivos que levaram a testemunha Geraldo Barbosa Fernandes, 24 anos, solteiro, lavrador, residente em Benjamin Constant, município de Bragança, a sair do trabalho mais cedo "para mandar cortar o cabelo afim de ir a uma festa em casa da viúva Joanna, na Sesmaria do Urumajó".³ Para completar os cuidados com a maneira como pretendia se apresentar, a personagem tratou de pedir emprestado um paletó a um amigo chamado Manoel Paulo, de modo que o traje cedido pelo colega, a barba feita e o cabelo cortado completaram o visual daquele corpo desejoso por divertimento.

As festas dançantes eram as ocasiões nas quais os corpos relaxavam da rotina diária do trabalho, além disso, constituíam oportunidades nas quais as mãos se tocavam, as bocas se aproximavam e os corpos se aconchegavam num balé alegre, sedutor e envolvente. Porém, mergulhados em uma atmosfera moralista acerca das diversões populares, exposição dos corpos e manifestação da sexualidade feminina, discursos como o proferido pelo tenente coronel Aureliano Rodrigues Coelho, que atuou como procurador de João Manoel dos Reis, 27 anos, casado, lavrador, residente no sítio Santarém, distrito de Quatipuru, município de Bragança, no processo de defloração de Isabel Maria da Costa, 14 anos, solteira, lavradora, residente no sítio Santarém, distrito de Quatipuru, município de Bragança, evidenciaram que os momentos de encontro e lazer, geralmente regados com abundantes bebidas e animadas danças, se constituíam em empecilhos à ordem social. Durante o interrogatório da testemunha Pedro Honorio dos Santos, 34 anos, casado, lavrador, residente no Quatipuru, município de Bragança, o defensor, Aureliano Coelho, inquiriu o depoente se a ofendida frequentava festas e ao receber resposta afirmativa, o citado profissional as dividiu em duas categorias, quais foram: as "festas de famílias honestas e pobres" e as "festas de mulheres prostituídas".⁴ O representante do acusado complementou que, por um lado, as primeiras seriam organizadas por famílias como forma de auxiliar no sustento do lar, geralmente aconteciam no quintal contíguo à casa de morada dos organizadores e nelas se encontravam corpos animados somente intencionados a dançar, a brincar e a se divertir. Por outro, as últimas perturbavam a paz da comunidade, incentivavam a bebedeira e nelas os corpos seriam incentivados a danças provocantes e aproximações "impuras". Com este discurso, o tenente coronel Aureliano Coelho pretendia desqualificar o corpo de Isabel Maria, ao indicar que ela frequentava as festas de "mulheres prostituídas",⁵ ambientes entendidos por ele como lugares de corpos corrompidos e corruptores.

Por conseguinte, categorizá-las e associá-las ao caráter de obscenidade e depravação se mostraram como mais uma ferramenta de tentativa de controle dos corpos. Este tipo de vinculação

³ Autos crimes de defloração, 1925. Ofendida: Maria de Nazareth da Conceição. Réu: Lindolpho de Paula Barros. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança.

⁴ Autos crimes de defloração, 1888. Ofendida: Isabel Maria da Costa. Réu: João Manoel dos Reis. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança, CX 13.

⁵ Idem.

pretendia transmitir a mensagem de que as mulheres frequentadoras de bailes dançantes não tinham condições morais de reivindicar o *status* de honestas e castas, uma vez que, estando nestes espaços onde embalavam seus corpos em danças sensuais, pouco restava dos adjetivos necessários à qualificação da honradez, por exemplo. Ligar a reputação dos lugares à moralidade dos corpos das mulheres que os frequentavam não se configura como prática inédita, pelo contrário, foi um recurso habitual nas arguições dos defensores, mas isso não as torna irrelevantes, longe disso, a partir destes elos, torna-se possível constatar o objetivo dos agentes de reforçar quais eram os valores fundamentais desejados aos talhes feminis. Estas concepções se tornaram líquidas nos discursos localizados nos autos do defloramento de Julieta da Silva Matos, 14 anos, solteira, lavradora, residente no Patal, município de Bragança. Augusto Pereira Correa, advogado do acusado Benedito Rosário da Silva, 28 anos, casado, comerciário, residente no Patal, município de Bragança, apresentou como uma das provas a corroborar a inocência do seu constituinte o fato de a queixosa "frequentar tabernas".⁶ Logo, esta conduta dava indícios veementes de que o corpo que se declarava puro jamais poderia ser considerado como tal, haja vista a presença naquela espécie de estabelecimento tornar impossível acreditar ser o corpo exposto diante da arena jurídica pertencente a uma moça "inexperiente".⁷ Augusto Correa, representante da defesa, sustentava: as condutas daquele corpo teriam sido influenciadas pela convivência em um meio no qual inexistia zelo pelos valores morais e, uma vez contaminados, os corpos destas mulheres se tornavam irrecuperáveis e danosos à estabilidade sexual da sociedade. A exposição do advogado encontrou amparo e validação junto aos seus pares, tornando-a bem-sucedida e eficiente auxiliar à conquista da decisão favorável ao acusado.

Os comportamentos em sociedade, não raramente, se direcionavam ao corpo e nos casos a envolver qualquer tipo de relação homem-mulher, convergiam especificadamente ao corpo delas. A associação do espaço social frequentado à moralidade do corpo é característica do projeto de dominação masculina que pretendia distinguir, separar e classificar os corpos das mulheres em "honestos" ou "corrompidos" (BOURDIEU, 2017). A este respeito, Judith Butler observou o quanto sobre o corpo feminino incidem regulamentações morais e sociais diferentes das que passam pelo masculino (BUTLER, 2020). Nesta conjuntura, a liberdade de mulheres e homens para transitar pelos espaços e usar o corpo segundo as suas necessidades e desejos, ecoava de maneiras diferentes quando os assuntos eram o trabalho e a diversão, pois, apesar de o corpo tratar-se de um bem, uma propriedade individual, as ações praticadas por seus agentes não ficavam circunscritas ao seu domínio físico, pelo contrário, elas refletiam na sociedade e eram concebidas como potencialmente causadoras de desequilíbrios. Por isso, se entendiam como necessárias as interferências constantes do Estado e da Igreja, a fim de prover a gestão dita "adequada", dos corpos, da sexualidade e das condutas individuais as quais refletiam no coletivo.

Os casos analisados têm em comum o fato de a autonomia para desfrutar do próprio corpo como melhor lhes aprouvesse, aliada à postura de insubmissão perante pressões sociais que pretendiam determinar o lugar adequado para elas, contribuíram para tornar inaceitáveis aos olhos da sociedade as maneiras pelas quais mulheres como Isabel Maria, personagem atrás apresentada, dispunham do corpo direcionado ao labor, à diversão e também ao prazer. Os depoimentos informam ser a ofendida órfã de mãe e morar com o padrasto Theodoro Antonio da Costa, juntamente com os seus irmãos menores. Antes da denúncia do defloramento, a família da queixosa recebia com frequência a visita do acusado e

⁶ Autos crimes de defloramento, 1944. Ofendida: Julieta da Silva Matos. Réu: Benedito Rosario da Silva. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança.

⁷ Idem.

sua presença não encontrava resistências e tampouco gerava desconfianças, afinal ele era afilhado do patriarca, o que dava ares de naturalidade às condutas frente à deflorada. A assiduidade do ofensor na casa da reclamante não passou despercebida pelos vizinhos: das cinco depoentes do processo, todas declararam ter visto diversas vezes o acusado na casa da ofendida, em alegres e envolventes palestras. Com igual ênfase, a testemunha Pedro Honório dos Santos, 34 anos, casado, residente no Quatipuru, município de Bragança,⁸ consistiu em peça fundamental aos autos, sendo responsável por fornecer detalhes da vida cotidiana de Isabel, os quais possibilitaram vislumbrar caminhos percorridos e lugares frequentados por esse corpo. O declarante era vizinho da ofendida, condição presumivelmente favorável ao acompanhamento próximo dos seus movimentos e hábitos, nesta posição dita privilegiada, afirmou sem titubear que a ofendida usava o seu corpo de maneira inapropriada, visto apresentar condutas "suspeitas", como a de frequentar festas sozinha e também somente na companhia de seus irmãos menores:

Isabel por vezes ia a Villa de Quatipurú só na companhia de seus irmãos de menor idade e lá assistia a pagodes, d'onde sahia fora de horas com rapazes e que por essas irregularidades havia sido reprovada pelo professor Portal.⁹

Na narrativa, são destacadas condutas astutas daquele corpo juvenil, que, para se divertir, não entendeu como empecilho a necessidade de deslocar-se do distrito de Santarém onde residia rumo ao núcleo urbano mais próximo: Vila de Quatipuru. Além disso, usar os irmãos menores como acompanhantes certamente em nada embaraçava os planos daquele corpo desejoso de diversão, pelo contrário, eles serviam para dissimular companhias honestas e reforçavam a pretensa imagem de que tanto as festas por ela frequentadas como as suas condutas eram decentes, a ponto de serem presenciadas por crianças, sem que isso lhes causasse incômodo ou escândalo. Apesar do cenário, interpretado nos autos como matreiramente construído pela queixosa, não foi ignorado pelo depoente o fato de Isabel sair dos festejos rodeada de rapazes, os quais, provavelmente não satisfeitos apenas com os embalos das danças, pretendiam conseguir contato mais íntimo dos corpos. A personagem não era a única a condenar as atitudes daquele talhe feminino, assim sendo, o desconforto causado por aquele corpo festivo e sensual fazia do citado "professor Portal" porta-voz da insatisfação da sociedade com as formas como aquele corpo virgem se apresentava e portava. Enfim, as declarações foram contundentes ao revelar procedimentos impróprios a um corpo dito probó.

Apesar de Pedro Honório ter sido a única testemunha a informar sobre a presença da deflorada em festas, o defensor do réu, na ânsia de obter a absolvição do seu constituente, explorou exaustivamente cada parte do depoimento desta personagem. O protetor do acusado ponderou não ter sido apenas um comportamento desviante a desqualificar o corpo analisado, pelo contrário, neste sentido teria concorrido conjunto diversificado de condutas reprováveis:

Que a referida Isabel Maria da Costa não era recatada nem tida por honesta quando ficou grávida, pois andava por diversas partes e caminhos sem companhia e frequentava os divertimentos licenciosos até na própria Villa de Quatipurú, sem pessoa de família ou probidade, que garantisse a sua apregoada honestidade.¹⁰

⁸ Autos crimes de defloramento, 1888. Ofendida: Isabel Maria da Costa. Réu: João Manoel dos Reis. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança, CX 13.

⁹ Idem.

¹⁰ Autos crimes de defloramento, 1888. Ofendida: Isabel Maria da Costa. Réu: João Manoel dos Reis. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança, CX 13.

Incomodava sobremaneira o corpo transitar livremente pelos espaços, desempenhando atividades desconectadas do labor. Sob esta perspectiva, passear, travar conversações à porta das casas dos vizinhos, ir às festas e dançar foram interpretadas pelos agentes do jurídico e pela sociedade como indícios de corrupção física. Diante de tais manejos corpóreos, ao defensor do réu tornava-se impossível confiar na pureza de talhes os quais se faziam presentes em lugares cuja principal função era promover o saracotear dos corpos. Por seu turno, a queixosa em nenhum momento se referiu às festas, aos passeios e às paqueras, porquanto, em seu depoimento, limitou-se a declarar ter consentido à cópula desvirginadora por insistência de seu namorado.

Porém, o panorama exibido pela defesa com o apoio das testemunhas logrou êxito ao demonstrar que Isabel Maria extrapolou os limites aceitáveis de autonomia do corpo e, como consequência, não pôde contar com a proteção da justiça; deste modo, ao final de seis meses de entrevistos jurídicos, presenciou o seu corpo ser colocado no banco dos réus, enquanto o seu suposto agressor foi inocentado por um júri formado por doze homens, que em um placar de sete votos contra cinco, concluiu não ter sido o réu o autor do desvirginamento da reclamante. Os homens a atuar como representantes do jurídico, as testemunhas, o advogado, os componentes do júri e o réu estavam convencidos ser inadmissível ter uma jovem a possibilidade de usar o próprio corpo livremente para trabalhar e também se divertir e, ao final, pretender se fazer crer confiável. Certos da divergência de valores deste panorama, a condenaram a lidar com os resultados de seus atos: um corpo desvalorizado, uma criança e o estigma de mulher deflorada. Diante das instabilidades provocadas pelo seu corpo, este grupo entendeu ser aquele um resultado adequado, disciplinador e restaurador do controle moral da sociedade.

Nos casos de Isabel e Julieta, personagens já apresentadas, trabalho e festa foram concebidos como mundos diferentes e opostos, de tal modo que, apesar destas e de outras mulheres terem feito uso do corpo diariamente nas lidas laborais, a presença delas em eventos festivos teria sido o suficiente para macular o corpo higienizado pelo trabalho. Essa dicotomia ajudou a forjar modelos e valores ideais aos corpos, do mesmo modo que contribuiu para o fortalecimento da concepção de espaços moralizados/moralizantes e desmoralizados/desmoralizantes.

2. Corpos Insubordinados: o caso Floriana e Estevam

Aos interesses dessas reflexões, o corpo é o elemento central das articulações das mulheres. Elas detinham o poder imediato sobre eles e, apesar dos representantes da lei e da moral – o Estado e a Igreja, por exemplo – tentarem limitar o exercício do livre-arbítrio, elas tornavam fluidas as dinâmicas que as desejavam aprisionadas, driblavam normas impostas e dispunham das suas carnes como melhor lhes satisfizesse. Na medida que as pressões sobre o corpo aumentavam, as mulheres elaboravam pequenas estratégias cotidianas para se esquivar da vigilância e do controle exercidos sobre ele. Parafraseando Michelle Perrot, se por um lado as mulheres não tinham o poder, tradutor da expressão da autoridade e comando, por outro tinham poderes, exercidos em domínios interpretados como menores, os quais, articulados no cotidiano, possibilitaram a conquista do arranjo ambicionado por elas (PERROT, 1992). Assim sendo, alguns atos cotidianos colocaram as mulheres na posição de dominadoras diante daqueles que as desejavam dominar. Apreciem-se as histórias de Floriana Ribeiro Mescouto, 16 anos, solteira, doméstica, residente no Tamatateua, município de Bragança e do acusado pelo seu defloramento, Estevam Benedicto de Sousa, 29 anos, solteiro,

lavrador, residente nos Campos de Baixo, município de Bragança.¹¹ A partir do processo criminal, foi possível interpretar como um homem fracassou ao tentar impor dominação sobre o corpo da namorada e passou a ser visto por ela como alvo do seu controle. A narrativa da deflorada acerca do relacionamento com o impetrado evidenciou a sua disposição em não se sujeitar ao controle dele, quer sobre o seu corpo, quer sobre a sua rotina, quer sobre as suas amizades. Floriana declarou sempre frequentar festas dançantes e, durante o namoro entre ela e Estevam, manteve esse hábito, porém, o namorado se demonstrava muito incomodado com o fato de outros rapazes dançarem com a sua amada e, por esse motivo, exigia dela algumas condutas que dessem a ele certo poder sobre o seu corpo. Por exemplo, era solicitado por Estevam à Floriana: estando na mesma festa, ela deveria dançar "preferencialmente com ele",¹² pedido nem sempre atendido. A queixosa apresentava conduta insubmissa, bem como a indesejada desenvoltura e independência, posturas ultrajantes à essência da ideologia da dominação masculina.

As testemunhas salientaram o publicizado pela queixosa e declaram que o ofensor ficava bastante chateado com o fato de a sua namorada frequentar festas dançantes e, nestas ocasiões, formar par com diversos rapazes. Estes hábitos foram observados atentamente por Fortunato Manoel da Costa, 31 anos, casado, lavrador, residente em Tamatateua, município de Bragança, ao relatar a rotina de Floriana enfatizando a lógica de a mesma ser assídua frequentadora de festas e nestas ocasiões gostava de demonstrar os seus dotes de habilidosa dançarina, ademais, frequentemente "fazia fita com outros rapazes", mas não travava namoro com nenhum dos candidatos.¹³ Floriana aparentemente tinha consciência do poder que seu corpo exercia sobre os desejos do corpo de seus pretendentes, neste sentido, o historiador Alain Corbin advoga que a mulher é permanentemente retratada como naturalmente dotada de excessiva lascívia, porém, o corpo do homem seria o possuidor da virilidade necessária para dominar o talhe feminino e saciar os seus desejos sexuais (CORBIN, 2013).

A preocupação de Estevam era com o corpo de Floriana, com a sua suposta incapacidade de resistir às tentações e aos galanteios sussurrados ao pé do ouvido; inquietava o seu pensamento tanto o encontro dos corpos provocado pelas danças, como a insistência de sua amada em requerer pelos salões nos braços de outros homens. A liberdade da querelante em manipular o corpo em sociedade aprisionava o pensamento do seu namorado ao seu talhe a ponto de fazê-lo reclamar a atenção e a companhia dela nas festas. A partir desta conjuntura, depreende-se que a preocupação dos homens com o corpo das mulheres modificava o jogo de papéis estabelecido, porquanto o corpo delas carregava valores simbólicos fundamentais à noção de honra e moralidade deles, nessa dinâmica, eles desejosos de serem os detentores do poder, se tornavam cativos do corpo delas. Para além da necessidade de preservar os adjetivos morais depositados no corpo de suas companheiras, aos homens tornava-se essencial proteger o corpo do toque e do calor de outros corpos masculinos, os quais poderiam despertar excitação e desejos (FREUD, 1996, p. 148).¹⁴ Eram estas as sensações que Estevam pretendia impedir Floriana de sentir e também despertar em outros corpos, por isso exigia ser o seu único parceiro de dança.

¹¹ Autos crimes de defloramento, 1934. Ofendida: Floriana Ribeiro de Mescouto. Réu: Estevam Benedicto de Sousa. Centro de Memória da Amazônia, Comarca do Interior Criminal, Bragança A, CX 25.

¹² Idem.

¹³ Autos crimes de defloramento, 1934. Ofendida: Floriana Ribeiro de Mescouto. Réu: Estevam Benedicto de Sousa. Centro de Memória da Amazônia, Comarca do Interior Criminal, Bragança A, CX 25.

¹⁴ Sobre a excitação e o prazer provocados pelo toque e o calor do corpo desejado, as reflexões de Freud foram fundamentais.

A narrativa do acusado reforçou a posição nada passiva da ofendida em relação aos domínios do próprio corpo, tanto os a envolver diversão, quanto os relacionados aos assuntos sexuais. Estevam informou ter, durante o namoro de um mês, encontrado Floriana em três festas, uma delas foi realizada em comunidade "distante" de onde ela residia, o que de modo algum se configurou como empecilho a obstar a sua presença naquele lugar. Estes fatos pretenderam demonstrar certa autonomia quanto aos deslocamentos e a escolha dos lugares frequentados. Apesar de incomodar-se com as condutas daquele corpo, o acusado deixou transparecer o quanto a queixosa exercia domínio sobre seus desejos, a ponto de declarar que, após o rompimento do namoro, deslocava-se aos bailes nos quais acreditava existirem possibilidades de encontrar sua amada. Em uma dessas oportunidades teve sucesso, reencontrou Floriana e "com ela dansou seguidas partes. Que, por essa ocasião, o respondente perguntara a Floriana o que desejava de si".¹⁵ Para entender essa insistência de Estevam é necessário informar: o rompimento do namoro tinha se dado porque a deflorada havia recusado o pedido de casamento de seu namorado, porém, na ocasião deste encontro, Floriana reconsiderou a decisão de rejeitar a união e declarou estar disposta a celebrar núpcias. Porém, após tantos enfrentamentos, da rejeição e do rompimento, Estevam encontrava-se, pressupõe-se, determinado a subjugar o corpo que teimava fugir à sua dominação. Neste intento, impôs uma condição ao conúbio: celebraria a união se sua namorada "se entregasse antes, afim de ter com elle relações sexuaes".¹⁶ A exigência foi aceita e o local da cópula desvirginadora imediatamente determinado. O encontro se deu no dia seguinte, no final da tarde, nos fundos do terreno dos pais da ofendida, ao lado do poço utilizado para abastecer a casa da família desta com água potável.

A partir da relação sexual concedida ao deflorador, a posse sobre o objeto de seu desejo, o corpo da deflorada passou a ser desinteressante, a ponto de o acusado declarar "não ser devedor da honra de Floriana, que se assim o fosse, não teria a menor duvida em com ella cazar".¹⁷ Os domínios de Floriana sobre o corpo minavam os padrões de passividade e submissão feminina, contudo, o custo dessa posição menos reprimida vinha à tona quando os homens tomavam o poder da situação, ainda que temporariamente, como aconteceu com Estevam. Essa história teve como ingredientes um corpo feminino indomável e um namorado obstinado em conquistar o corpo indócil de sua pretendente, porém, contrariando os discursos que condenaram as atitudes e condutas da denunciante, o processo terminou com o deflorador preso e submetido a cumprir 2 anos e 11 meses de reclusão. O desfecho atípico ante os manejos corporais da deflorada deve-se ao fato de que, em seu depoimento, Estevam afirmou: "poderia casar-se ainda com ella, se, se entregasse antes ao respondente".¹⁸ Esta declaração foi determinante à sua condenação, afinal, com estas palavras o deflorador reconheceu ter conquistado o consentimento à cópula por meio de uma falsa promessa de casamento.

3. Corpos Festivos, Pervertidos e Imorais

Os usos do corpo para o divertimento e a sedução fizeram lembrar os diálogos de D. Amélia, personagem de "Três casas e um rio", de Dalcídio Jurandir (JURANDIR, 1994). Aquela agente, ao

¹⁵ Autos crimes de defloramento, 1934. Ofendida: Floriana Ribeiro de Mescouto. Réu: Estevam Benedicto de Sousa. Centro de Memória da Amazônia. Comarca do Interior Criminal, Bragança A, CX 25.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Autos crimes de defloramento, 1934. Ofendida: Floriana Ribeiro de Mescouto. Réu: Estevam Benedicto de Sousa. Centro de Memória da Amazônia. Comarca do Interior Criminal, Bragança A, CX 25.

responder aos comentários das vizinhas sobre a fama de conquistador de seu irmão Sebastião, o qual elas acreditavam atrair facilmente as mulheres porque tinha sido "ferroado pela formiga taoca", suposição veementemente rejeitada pela personagem, que entendia serem outros os motivos das muitas namoradas de seu irmão, em resposta retrucava: "que formiga, que nada, era o fogo das moças. Puro acesume delas". Segundo a irmã, o motivo de Sebastião ser namorador não tinha relação com os seus atributos físicos e tampouco tinha origens mágicas, pelo contrário, sua popularidade com as moças do lugar era resultado do interesse amoroso e sexual delas, eram as mulheres, que nas festas onde ele tocava viola e suava o corpo nas danças, seduziam e se deixavam seduzir "caindo de olhos fechados no peito dele" (JURANDIR, 1994, p. 86). As mulheres "fogosas" citadas por D. Amélia usavam os seus corpos de forma sedutora, tal qual o fizeram Isabel, Floriana (figuras já apresentadas) e diversas outras personagens, as quais saíam à noite, dançavam, namoravam e paqueravam. As paqueras, as danças e as liberdades para sair à noite chamavam a atenção dos rapazes que, a exemplo de Estevam desejavam domar e possuir aqueles corpos rebeldes.

Os casos seguintes corroboram a hipótese de terem sido as mulheres causadoras de desequilíbrio nas relações amorosas e sociais, a ponto de serem necessárias intervenções policiais e jurídicas a fim de restabelecer a ordem e a moralidade. Os conflitos originavam-se, principalmente, quando as mulheres, mesmo sob os protestos e reclamações de seus namorados, teimavam em realizar as suas vontades e sair à noite para se divertirem nos bailes. Exemplos destes embates encontram-se no processo de defloração de Izabel Ferreira Vaz, 19 anos, branca, lavradora, residente em Caratateua, município de Bragança contra o seu primo e vizinho Raymundo Antonio dos Reis, 22 anos, moreno, solteiro, pescador, residente em Caratateua, município de Bragança.¹⁹ A narrativa do acusado foi marcada pela queixa de que sua namorada "foi sempre muito leviana, frequentando todas as festas que era convidada, onde se porta sempre mal", atitudes amplamente usadas por ele como elemento probatório de corpo corrompido, imoral e devasso. O processado alegava ter possuído um corpo impuro e insignificante, razão pela qual não se justificaria punição, afinal, o seu "pecado" tinha sido usufruir dos prazeres carnis a ele despudoradamente oferecidos. Para Izabel Ferreira, esse grupo de acusações foi desfavorável à imagem do seu corpo e o seu processo teve como fim o arquivo do Fórum da Comarca de Bragança. A justificativa para o veredito expedido pelo juiz Sadi Montenegro Duarte foi a idade da deflorada, que declarou ter dezenove anos, mas foi desmentida pela própria certidão de nascimento, na qual constava a idade de vinte e quatro anos.

A história de Izabel corrobora a concepção de terem sido as mulheres agentes de seus desejos e, ao contrário do pretendido, namoraram, passearam, dançaram e relacionaram-se sexualmente com os pretendentes por elas escolhidos. Nas situações em que as mulheres mostraram condutas insubmissas, participando de festas, dançando, paquerando e expondo seus talhes aos contatos físicos, aos seus corpos foram imputadas as responsabilidades pelas condutas dos homens, as honrosas e também as que não mereciam esta qualificação. Nesta certeza, as sentenças elaboradas, tanto no cotidiano como no judiciário, acusaram as mulheres de terem usado o corpo para provocar a manifestação dos instintos mais primitivos dos homens. Por seu turno, os homens se apresentaram como impelidos a tomar posse do corpo que os seduzia com palavras, gestos e requebrados, ou seja, eles se diziam vítimas de mulheres experientes na arte de usar o

¹⁹ Autos crimes de defloração, 1931. Ofendida: Izabel Ferreira Vaz. Réu: Raymundo Antonio dos Reis. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança.

corpo para seduzir, as quais Viveiros de Castro identificou como mulheres "corrompidas e ambiciosas", que usavam o corpo para enganar e chantagear os homens e, em muitos casos, buscavam conquistar por meio de fraude a "fortuna ou a posição" dos homens com as quais tinham se envolvido (CASTRO, 1932, p. 24).

As maneiras como as mulheres lidavam com o corpo, os namoros e a presença delas nos espaços de lazer e diversão se transformaram em recurso explorado à exaustão sob o argumento de, ao corpo casto, ajustarem-se o lar e o trabalho, em oposição às festas, lugares dos corpos corrompidos. O corpo de uma mulher honesta não poderia e não deveria sentir desejo e tampouco prazer, estes eram sentimentos e sensações pertencentes às mulheres prostituídas. Passear, dançar e flertar nas festas como fez Paulina Reis ou ter muitos namorados como aconteceu com Izabel Ferreira (personagens já conhecidas), foram condutas interpretadas como desviadas, de corpos pervertidos e imorais. De modo igual, ações como as de Feliciano Paulino da Silveira, 17 anos, solteiro, doméstico, residente nos Campos do Tatú, município de Bragança, acusada pelo réu e seu defensor de sair à noite pelas festas à procura do seu namorado Raymundo Gomes da Silva, 21 anos, solteiro, lavrador, residente nas Frexeiras, município de Bragança, foram interpretadas como deslocamentos libidinosos e fomentaram as argumentações de Augusto Pereira Correa, advogado do acusado. O defensor não poupou expressões para declarar existirem nos depoimentos indícios veementes de a deflorada não ser mais virgem muito antes da denúncia em apreço, ademais, se verificava no seu procedimento sinais evidentes de corrupção material, em virtude de não ser "crível que uma mulher virgem procure encontrar-se com um homem procurando-o como fazia a supposta virgem".²⁰ O assistente jurídico se referia às oportunidades nas quais a reclamante, supostamente, esteve em festas à procura do namorado. Segundo o advogado, nas ocasiões em que localizava o acusado, procurava fazer-lhe companhia e também dançar, namorar e se divertir. Augusto Correa insinuou que os atos de Feliciano Paulino se assemelhavam aos de corpos habituados às cópulas, os quais sentiam naturalmente a vontade e a necessidade do sexo.

Reforça a figura de desvirtuada elaborada pelo réu e seu defensor, o fato de as festas dançantes – entretenimento favorito de sua ex-namorada – indicarem para a existência de uma disposição natural à degeneração corpórea. A principal razão da acusação intentada por ele à queixosa era a de severo desregramento de caráter ocasionado pelos caprichos de se fazer presente em diversos divertimentos e festas dançantes. Nas contas do acusado, em uma conversa informal com Benedicto Rubáú, organizar de algumas das festas frequentadas pelo casal querelante, eles chegaram à conclusão de que durante o tempo do namoro entre o ofensor e a ofendida, ela "esteve em três festas, sendo duas vezes na casa do tio do respondente e outra vez em casa de Maria Paulina".²¹ Quantidade compreendida como exagerada para corpos aos quais não se tolerava a exibição. Festas dançantes, assim como tabernas e feiras foram lugares classificados por parte da sociedade e pelos representantes das leis como inadequados aos corpos das mulheres. Aqueles eram locais de corpos desprovidos de pudor, espaços destinados à algazarra, aos contatos físicos libidinosos, às conversas imorais; assim sendo, os acusados por crimes sexuais cujas acusadoras tinham por hábito se fazer presentes nestes espaços, fizeram deste hábito argumento de defesa e atribuíram aos corpos desvirginados a depravação dos lugares por eles frequentados.

²⁰ Autos crimes de defloramento, 1919. Ofendida: Feliciano Paulino da Silveira. Réu: Raymundo Gomes da Silva. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança.

²¹ Idem.

As formas de linguagem arquitetadas pelo acusado e seu defensor, bem como pelas testemunhas, eram previsíveis, todavia o mais surpreendente ficou por conta da própria ofendida, a qual, no depoimento prestado na delegacia, declarou: "não se sujeitava submeter-se ao exame médico que a polícia é obrigada a mandar proceder no caso questionado".²² A recusa inviabilizava o andamento adequado do processo e demonstrava domínio das vontades e do corpo. Diante desta negativa em colocar-se à disposição da Justiça, o promotor público José Severiano Lopes de Queiroz solicitou que os autos aguardassem em cartório pela juntada do comprovante de idade solicitado à mãe da deflorada, pedido acatado pelo juiz Fernando Ferreira da Cruz, que encaminhou os autos ao cartório, onde eles foram em seguida arquivados. Assim como as personagens estudadas por Cristina Donza Cancela, as quais muitas tendo sido obrigadas pelos familiares a se apresentar perante as autoridades policiais, negaram terem sido seduzidas e afirmaram que a relação desvirginadora aconteceu com o seu consentimento, inviabilizando assim o prosseguimento do inquérito da polícia (CANCELA, 1997). Feliciano Paulina demonstrou hábitos, condutas e energia indesejados a um talhe feminino e, apesar de recorrer à Justiça para tentar fazer o seu namorado cumprir a promessa de casamento, demonstrou não estar disposta a submeter o seu corpo às ordens e normas legais e sociais, as quais a desejavam domada, subjugada e obediente.

As defloradas que tiveram práticas sociais mais fluídas e descontraídas e ousaram demonstrar desejos e vontades tiveram seus corpos classificados como impuros e as suas queixas acerca do defloramento julgadas improcedentes. Nesse sentido, as alegações dos acusados e seus defensores se interligavam às ponderações de Viveiros de Castro (CASTRO, 1932), para quem a lei não deveria ser instrumento de manobra para proteger mulheres que se empenhavam em usar o corpo a fim de atender aos desejos da carne, veja-se o excerto:

E a lei, aconselha Pacheco, o eminente comentarista do antigo Código espanhol, não se deve converter em cerbero de mulheres que experientes e praticas querem dispôr de seu corpo segundo as exigencias de seu temperamento ou os caprichos da sua vontade. Esta inovação não é feliz, deve ser *in limine* repellida. (CASTRO, 1932, p. 63)

Autoridades policiais e jurídicas, acusados e testemunhas defendiam que a tutela social não cabia a corpos como o de Feliciano. A essas mulheres que exibiam seus talhes em festas e experimentavam na carne os prazeres de seduzir, não deveria ser permitido o direito de reclamar a honra. O controle exercido pelas mulheres sobre o próprio corpo as colocava na condição de maliciosas corruptoras da ordem social, assim, as inquietações com as carnes feminis fizeram com que o Estado e parte da sociedade compreendessem a vigília sobre o corpo como necessidade constante, porque, estando livres das amarras morais, elas colocavam em risco a si, ao homem e à sociedade (PERROT, 2005). Nesse contexto, frequentar festas, dançar e flertar podem ser interpretados como atos de resistência em contraposição ao poder apresentado no cotidiano, nas leis, nos discursos jurídicos e médicos, estruturas interessadas em definir os hábitos e adestrar os corpos. Assim, não se deixar intimidar no tocante aos meios de diversão e prazer, figurava como ferramenta de oposição e liberdade perante as estruturas de dominação. À vista desse tema, Michel Foucault concluiu que o poder não se reduz aos mecanismos de repressão utilizados pelo Estado, pelo contrário, ele se organiza e estende também nas práticas e "micropoderes" do cotidiano, as quais exercem controle

²² Ibidem.

diário sobre o corpo (FOUCAULT, 2012). Sob este prisma, os corpos das defloradas foram classificados de acordo com o lugar por eles ocupado, assim sendo, as mulheres que ousaram se aventurar a exhibir seus talhes nas casas de festas integraram a categoria das desonradas, imorais e prostituídas, inadequadas ao convívio social, familiar e ao casamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos relatados sugerem que, ao corpo feminino, os sentimentos de desejo e prazer foram negados e interpretados como impulsos inerentes às "mulheres prostituídas". Nesta conjuntura, os códigos morais de bom comportamento invocados pela sociedade trataram os talhes das defloradas como dotados de indesejada lascívia, com condutas "expansivas e dadas" demais, possuidoras de comportamentos desviantes e atitudes de indesejado domínio sobre o seu corpo, interesses e vontades.

Os corpos das mulheres que ousaram mergulhar nas atividades que promoviam lazer e diversão provocaram instabilidades nos relacionamentos amorosos e na dinâmica social e, por consequência, foram severamente criticados e julgados como corrompidos e promovedores de corrupção. Às mulheres, autorizava-se o trânsito nas matas, nas ruas e entre as vilas e povoações, desde que a causa destes deslocamentos fosse o trabalho. Porém, se o motivo estivesse relacionado aos divertimentos ou aos namoros, os discursos construídos pelos representantes das leis e por parte dos membros das comunidades intentava transformar o corpo feminino festivo em perigoso ao equilíbrio da moralidade do homem, das famílias e da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- BUTLER, Judith. A corpo-política de Julia Kristeva. In: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, pp. 141-164.
- CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares da Belém do final do século XIX e início do XX*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1997.
- CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Os delitos contra a honra da mulher*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1932.
- CORBIN, Alain. A necessária manifestação da energia sexual. In: CORBIN, Alain. (Dir.) *História da virilidade: o triunfo da virilidade O século XIX*. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2013. p.153-192.
- CORBIN, Alain. (Dir.). Introdução. In: *História do corpo: da Revolução à Grande Guerra*. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. Poder-corpo. In: *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012, pp. 234-243.

FREUD, Sigmund. Fixações de alvos sexuais provisórios. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 148.

JURANDIR, Dalcídio. *Três casas e um rio*. Belém: CEJUP, 1994.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 167-184.

PERROT, Michelle. Corpos subjugados. In: *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005, pp. 447-454.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *História da beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

Fontes:

Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança (AFCB/PA)

Autos crimes de defloração, 1888. Ofendida: Isabel Maria da Costa. Réu: João Manoel dos Reis. CX 13.

Autos crimes de defloração, 1919. Ofendida: Feliciano Paulina da Silveira. Réu: Raymundo Gomes da Silva. Sem identificação de localização no arquivo.

Autos crimes de defloração, 1925. Ofendida: Maria de Nazareth da Conceição. Réu: Lindolpho de Paula Barros. Sem identificação de localização no arquivo.

Autos crimes de defloração, 1931. Ofendida: Izabel Ferreira Vaz. Réu: Raymundo Antonio dos Reis. Sem identificação de localização no arquivo.

Autos crimes de defloração, 1944. Ofendida: Julieta da Silva Matos. Réu: Benedito Rosario da Silva. Sem identificação de localização no arquivo.

Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA)

Autos crimes de defloração, 1912. Ofendida: Serafina Teixeira de Mello Lima. Réu: Raimundo Pereira da Silva. Comarca do Interior Criminal, Bragança C, CX 27.

Autos crimes de defloração, 1934. Ofendida: Floriana Ribeiro de Mescouto. Réu: Estevam Benedito de Sousa. Comarca do Interior Criminal, Bragança A, CX 25.

Reflexões Iniciais da Literatura Científica em Terapia Ocupacional Sobre Transexualidade*Reflexiones Iniciales de la Literatura Científica en Terapia Ocupacional Sobre Transexualidad**Initial Reflections of Scientific Literature in Occupational Therapy on Transexuality***Marcília Andrade da Silva****Nayara da Silva Costa Maciel****Ingrid Bergma da Silva Oliveira****Débora Ribeiro da Silva Campos Folha**

Resumo: O objetivo do estudo é apresentar uma revisão de literatura científica, do tipo estado da arte, sobre Transfobia, Transexualidade e as intersecções com a Terapia Ocupacional. Foram incluídos estudos etnográficos, revisões da literatura, estudos de caso com a temática Transfobia e Transexualidade em português, espanhol e inglês publicados nos dez últimos anos nas bases SCIELO, BVS, Periódicos da CAPES e Lilacs. Foram selecionados 21 estudos para discussão e análise. Construíram-se reflexões sobre as problemáticas encontradas e os desafios presentes na vivência trans, bem como as lacunas envolvidas no acesso e assistência à Saúde dessa população. Como resultados, a pesquisa proporcionou uma ampliação de perspectivas em diferentes áreas do conhecimento e uma produção diversificada de saberes; observa-se escassez do número de publicações no campo da Terapia Ocupacional. Aponta-se para a importância de abrir diálogos sobre identidades, corpos, participação social e mudanças de realidades.

Palavras Chave: Terapia Ocupacional. Transexualidade. Transfobia.

Resumen: El objetivo del estudio es presentar una revisión de la literatura científica, del tipo estado del arte, sobre Transfobia, Transexualidad y las intersecciones con la Terapia Ocupacional. Se incluyeron estudios etnográficos, revisiones de literatura, estudios de casos con el tema Transfobia y Transexualidad en portugués, español e inglés publicados en los últimos diez años en SCIELO, BVS, Periódicos CAPES y Lilacs. Veintiún estudios fueron seleccionados para discusión y análisis. Se construyeron reflexiones sobre las problemáticas encontradas y los desafíos presentes en la experiencia trans, así como las brechas involucradas en el acceso y atención a la salud de esta población. Como resultado, la investigación brindó una ampliación de perspectivas en diferentes áreas del conocimiento y una producción diversificada de conocimiento, existiendo escasez en el número de publicaciones en el campo de la Terapia Ocupacional. Señala la importancia de abrir diálogos sobre identidades, cuerpos, participación social y cambios de realidades.

Palabras Claves: Terapia Ocupacional. Transexualidad. Transfobia.

Abstract: The objective of the study is to present a review of the scientific literature, of the state of the art type, on Transphobia, Transsexuality and the intersections with Occupational Therapy. Ethnographic studies, literature reviews, case studies with the theme Transphobia and Transsexuality in Portuguese, Spanish and English published in the last ten years in SCIELO, BVS, CAPES Periodicals and Lilacs were included. Twenty-one studies were selected for discussion and analysis. Reflections were built on the problems encountered and the challenges present in the trans experience, as well as the gaps involved in access and health care for this population. As a result, the research provided an expansion of perspectives in different areas of knowledge and a diversified production of knowledge, there is a scarcity in the number of publications in the field of Occupational Therapy. It points to the importance of opening dialogues about identities, bodies, social participation and changes in realities.

Key-words: Occupational Therapy. Transsexuality. Transphobia.

Marcília Andrade da Silva – Terapeuta Ocupacional formada pela UEPA, atualmente mestranda em Antropologia pela UFPA. E-mail: marcilia_andrade@yahoo.com

Nayara da Silva Costa Maciel – Terapeuta Ocupacional formada pela UEPA. E-mail: nayaramaciel@outlook.com

Ingrid Bergma da Silva Oliveira – Docente do curso de Terapia Ocupacional da UEPA, Doutora em Psicologia Clínica (PUC), Mestre em Psicologia Clínica e Social (UFPA). E-mail: luabergma@yahoo.com.br

Débora Ribeiro da Silva Campos Folha – Docente do curso de Terapia Ocupacional da UEPA, Doutora em Terapia Ocupacional pela UFSCar, Mestre em Educação pela UFPA. E-mail: todeboracampos@gmail.com

INTRODUÇÃO

“Podam-se os pelos, os cabelos, os seios, os sonhos e seus desejos. Podam-se as flores, a vivacidade, seus afetos e seus amores” (RODRIGUES e MONZELI, 2016, p. 15).

O corpo vai sendo construído sob um prisma de relações sociais diversas, *“un nudo de estructura y acción”*¹ (ESTEBAN, 2013, p. 23). O conjunto de transformações sociais, culturais e ambientais expostas ao longo dos anos em torno de estatutos relacionados à corporeidade, como, por exemplo, aquelas implicadas em questões de gênero e raça, dentre outros marcadores sociais de diferença e desigualdade, também vão sendo modificados lentamente.

São os sujeitos vivos que vivenciam diariamente a dissonância entre sexo e gênero, não os grupos. Estes são formados por afinidades políticas em busca de direitos, que entram em um conflito baseado na incongruência com o sexo biológico e o gênero a que se sente pertencer, acentua-se o desejo de um corpo – a consciência organiza o agir ético – que corresponda à própria identidade. Além disso, tudo aquilo considerado como desviante ou que foge ao que a sociedade considera normal, ou seja, do que evocamos como dado natural, sofrem situações de opressão, marginalização e assédio (SALLES et al, 2017).

As discussões sobre as formações de corpos e corporalidades nas culturas contemporâneas e suas manifestações entram em cena para desmistificar tendências dualistas naturalizantes, classificatórias e a ideia de objetificação. Percebe-se as marcas do colonialismo na modernidade que são discutidas por Quijano (1992), onde ocorre uma transcendência do colonialismo histórico, para além da teoria, as práticas, estruturas e mecanismos de coerção são rastros dessa experiência remota, que permanece no mundo capitalista colonial moderno.

Nesse sentido, Silva (2012) destaca que inúmeras facetas sobre as identidades pós-modernas partem de uma concepção de alteridade, trazendo também à tona o debate da transfobia² em consonância com o paradoxo gênero-violência, já que ambos lançam olhares às identidades como representações, neste caso, questionando-as a partir de uma visão ocidentalizada, falocêntrica e essencializadora das sociedades. Nesse devir, de acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA:

O Brasil tem cerca de 209 milhões de habitantes e uma taxa de 30,5 homicídios a cada 100 mil habitantes, a segunda maior da América do Sul, perdendo apenas da Venezuela, com 56,8. Enquanto os Estados Unidos, com população estimada em 327 milhões e terceiro do mundo em mortes de pessoas Trans, apresenta taxa de 4,88 para cada 100 mil habitantes. (ANTRA, 2018, p. 24)

A partir destes pressupostos, o grupo transgênero é mais vulnerável a essas violências que podem ser de natureza física, material, psicológica, verbal e sexual, difundem-se de forma pontual ou contínua, essa última apresenta-se de forma cíclica e constante, produz impactos e consequências de variadas intensidades às mulheres transexuais e corrobora com o surgimento de transtornos psíquicos e danos irreparáveis à saúde física, psíquica e à manutenção da vida.

¹ Um nó de estrutura e ação.

² O conceito de transfobia tem sido mais utilizado dentro dos movimentos sociais, através das redes comunicacionais eletrônicas e digitais. Nomenclatura para denominar a violência específica contra pessoas trans.

Mediante isso, a Terapia Ocupacional enquanto profissão e ciência que aborda o fazer humano, suas dinâmicas e vivências relacionadas a campos vulneráveis da vida cotidiana, tem potencial para desbravar e refletir acerca das produções voltadas para essa temática bem como ampliar práticas e saberes pautados nas questões de gênero-violência-saúde. Inserindo-se como promotora de “diversos espaços de acesso a bens e serviços e em como esses acessos podem promover construção e reconstrução de redes relacionais e de sociabilidade” (MELO, 2016, p. 2).

Nessa direção, optou-se por realizar uma revisão integrativa da literatura, tendo-se como objetivos: a) Discutir o panorama da produção de conhecimento acerca do fenômeno transfóbico na contemporaneidade; e b) Analisar e interpretar a literatura específica sobre as relações entre transexualidade, transfobia e terapia ocupacional nos últimos 10 anos. Assim, o presente trabalho visa analisar as multifacetadas da transfobia e suas intersecções com a Terapia Ocupacional na produção acadêmica.

1. Método

Trata-se de uma revisão da literatura do tipo estado da arte; este tipo de revisão difere da integrativa por focalizar em temas recorrentes, não utilizar critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura, não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas (MORAES, 2015). As revisões do tipo estado da arte tendem a tratar de assuntos mais atuais em contraste com outros, combinando estudos; podem oferecer novas perspectivas ou destacar a área para futuras pesquisas; têm caráter compreensivo a respeito da literatura atual (GRANT e BOOTH, 2009). Conforme o método, a sistematização dos achados é realizada com base no método narrativo e a análise dos dados é realizada com base no estado do conhecimento encontrado e das prioridades para pesquisas futuras encontradas como lacunas (GRANT e BOOTH, 2009). A pesquisa seguiu as seguintes etapas: seleção da questão norteadora da pesquisa; definição do objetivo específico; coleta de dados dentro dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos; categorização; avaliação dos estudos incluídos; análise dos resultados; e síntese do conhecimento. Como questão norteadora, formulou-se a seguinte questão: Qual a produção acadêmica acerca das temáticas transexualidade e transfobia na literatura científica nos últimos dez anos (2010 - 2020)?

Para a realização do estudo, foram utilizados os seguintes descritores: “terapia ocupacional” em conjunto com “Transexualidade”, “Transfobia” e, no inglês correspondente, “Occupational Therapy”, “Transsexualism” and “Transphobia”. Nos cruzamentos, utilizaram-se os operadores booleanos como “AND” e “OR”.

As seguintes fontes de dados foram consultadas nos meses de outubro a novembro de 2020: 1) Portal de periódicos da CAPES; 2) BVS - Biblioteca Virtual da Saúde; 3) Scientific Electronic Library Online – Scielo; e 4) LILACS - Literatura Latino Americana do Caribe e Ciências da Saúde. Foram determinados como critérios de inclusão aqueles que abordassem a temática da Transfobia com o público de mulheres Trans, estudos correlacionando saúde-educação-Transsexualidade-Transfobia, artigos publicados nas línguas portuguesa, inglesa ou espanhola e que estivessem dentro do período estabelecido.

Excluíram-se os artigos que: (72) se voltavam exclusivamente para processo de cirurgias de redesignação sexual e tentativa de suicídio; (74) abordassem a questão do HIV no público referido; (44) processos jurídicos envolvendo nome social e público trans em presídios; (20) infância e

adolescência LGBT; (61) redigidos em outras línguas que não português, inglês e espanhol; (68) publicados anteriormente a 2010; (57) não localizados na íntegra; (24) anais de eventos, dissertações, teses e livros.

Na busca realizada nas bases de dados Scielo e BVS, encontrou-se na primeira varredura um total de 255 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, identificou-se 186 artigos que não se referiam à produção da temática em questão, não foram encontrados na íntegra, divergiam dos idiomas selecionados e estavam fora do período determinado para o estudo, totalizando, assim, 69 artigos selecionados.

Quanto às bases LILACS e Portal da CAPES, foram identificados 975; destes, 527 foram excluídos por não preencherem os critérios de inclusão, 220 foram eliminados por terem artigos repetidos e por não estarem relacionados diretamente à temática. Para a análise final, ficaram 40 artigos; três artigos não possuíam as palavras-chaves definidas, obtendo-se 37 para leitura final.

Desta forma, na terceira varredura contabilizando as quatro bases definidas, 106 artigos compuseram o estudo de revisão integrativa, sendo que 85 artigos foram retirados por estarem duplicados, fora do tema ou serem teses ou dissertações. Para a análise final dos resultados, identificou-se 21 estudos que foram utilizados no artigo. A Tabela 1 ilustra o processo de seleção dos textos na etapa de terceira varredura até a definição final da amostra de artigos analisados neste estudo:

Tabela 1: Bases de dados utilizadas, número e textos encontrados e seleção da amostra final (n=21).

Dicriminação das etapas	Numeração
Total da seleção dos materiais disponíveis no banco de dados Lilacs (20), Capes (17), BVS (11) e Scielo (58).	106
Total de materiais excluídos por duplicidade (51), estarem fora do tema escolhido (33) e serem livros, teses e dissertações (7).	85
Resultado da amostra final.	21

1.1. Análise dos Dados

Após a coleta de dados, foi realizada organização em banco de dados e análise dos resultados encontrados segundo a Análise de Conteúdo de Bardin, que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos. A análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Partindo disso, 21 artigos foram lidos na íntegra e extraídas informações para a caracterização da produção quanto ao ano de publicação, foco central no método utilizado e ênfase nos resultados e conclusões.

2. Resultados

A partir dos resultados encontrados, somente 2 artigos são de terapia ocupacional. Referente ao idioma, dentre os 21 artigos da coleta, 16 publicações estão em português, 2 em espanhol e 3 em inglês. Dentre as revistas científicas que publicaram sobre o assunto, destacam-se o Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, Revista de Estudos Feministas, Saúde em debate, Revista Trabalho Educação e Saúde, Revista Interface, Cadernos de Saúde Pública e OTJR: Occupation, Participation and Health. Com relação à autoria dos artigos selecionados, observou-se que quatro (19,04%) estudos foram publicados por profissionais da psicologia; outros quatro (19,04%), por profissionais de Enfermagem; dois (9,52%) artigos foram publicados por profissionais e docentes terapeutas ocupacionais; dois (9,52%) artigos do Direito; três (14,28%) artigos de autoria da área das Ciências Sociais; e um (4,76%), publicação de outros campos (artes, letras, educação). A Tabela 2, a seguir, apresenta uma caracterização inicial dos artigos que compuseram a amostra final.

Tabela 2: Descrição dos artigos selecionados por título, indexação, periódico, área de conhecimento e tipo de estudo (n=21).

Artigo	Fonte/Bases de dados	Periódico	Tipo de estudo
Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG)	SciELO	Saúde em debate	Pesquisa qualitativa (entrevistas)
You Have to Wait a Little Longer”: Transgender (Mental) Health at Risk as a Consequence of Deferring Gender-Affirming Treatments During COVID-19	BVS	Archives of Sexual Behavior	Pesquisa qualitativa
Body construction and health itineraries: a survey among travestis and trans people in Rio de Janeiro, Brazil	BVS	Cadernos de Saúde Pública	Estudo piloto (questionário)
INCONFIDÊNCIAS DE ABRIL: Impacto do Isolamento Social na comunidade Trans em Tempos de Pandemia de COVID-19	SCIELO	Psicologia e Sociedade	Pesquisa de abordagem qualitativa, amparada na perspectiva construcionista social

A arte como arma em território hostil: Enfrentamentos nas produções de Lyz Parayzo	SCIELO	Cidades, comunidades e territórios	Análise de obras feitas pela Trans Lyz Parayzo
Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde	SCIELO	Revista Interface	Pesquisa Qualitativa por meio de entrevistas
Necropolítica Trans: Diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade.	SCIELO	Contexto Enfermagem	Pesquisa Qualitativa e multicêntrica
A clínica em movimento na saúde de TTTS: caminho para materialização do SUS entre travestis, transsexuais e transgêneros	SCIELO	Saúde em debate	Pesquisa Qualitativa
Na escola se aprende que a diferença faz a diferença	SCIELO	Revista de estudos feministas	História Oral Temática e da Observação Participante
Travestilidade, transexualidade e demandas para a formação de terapeutas ocupacionais	LILACS	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional da UFSCar	Revisão de literatura e levantamento de políticas públicas
O dispositivo da colonialidade de gênero no discurso Transfóbico Online	CAPES	Raído	Pesquisa de cunho etnográfico virtual
A mulher transexual no discurso contemporâneo: um estudo de caso	CAPES	Demetra	Estudo de Caso
Acesso à Saúde pela População Trans no Brasil: Nas entrelinhas da revisão integrativa	LILACS	Trabalho, educação e Saúde	Mapeamento da literatura
Violência em pares transexuais, transgêneros e intersexuais: uma revisão bibliográfica	CAPES	Saúde e Sociedade	Revisão da literatura

Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova	CAPES	Ciência e Saúde Coletiva	Pesquisa qualitativa
Subjective Experiences of a Cisgender/Transgender Dichotomy: Implications for Occupation-Focused Research	CAPES	OTJR: Occupation, Participation and Health	Etnografia
“Se podrían evitar muchas muertas” Discriminación, estigma y violencia contra minorías sexuales en México	LILACS	Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad	Etnografia
Transfobia Mata! Homicídio e violência na experiência Trans	CAPES	Revista do Curso de Direito- UFMA	Pesquisa qualitativa
Transfobia: contextos de negatividade, violência e resistência	LILACS	Periódicus	Revisão da literatura
Transfobia e racismo: articulação de violências nas vivências de trans	BVS	Diversidade sexual e de Gênero	Pesquisa quanti-qualitativa

Observa-se que a diversidade de profissões envolvidas na pesquisa sobre Transfobia e Transexualidade denota a sua dimensão interdisciplinar e da necessidade de um trabalho conjunto em rede.

Dessa forma, a análise do conteúdo dos resultados fez emergir três categorias, conforme os objetivos traçados, a saber: 1) Transexualidade e Saúde: Transpondo barreiras; 2) Transfobia e mulher trans: ideologia de gênero ou violências mascaradas pelos marcadores sociais; e 3) Aprendendo a ver e ouvir: Terapia Ocupacional em um campo emergente.

2.1. Transexualidade e Saúde: transpondo barreiras

Essa categoria reúne artigos que apontaram para uma série de barreiras socialmente colocadas às pessoas TTT, as quais têm impacto direto sobre a materialização do direito à saúde, bem como à existência de programas e políticas pautados nas especificidades dessa população. A seguir, trazemos os artigos que compõem os resultados a este respeito, destacando os trechos que se referem mais diretamente aos achados desta pesquisa.

Com base na leitura do estudo de Freire (2013, p. 482), “a garantia de direitos à população TTT (...) passa por um atendimento humanizado” configurando o respeito e ao maior conhecimento sobre as especificidades desse público, providenciando estratégias direcionadas ao ingresso pleno no Sistema Único de Saúde – SUS.

Alguns estudos corroboram nesse sentido:

O reconhecimento dos direitos TTT, com preocupações na área da saúde pública, corrobora as demandas relacionadas aos direitos sociais. (FREIRE, 2013, p. 481)

A população TTT, apresenta novos significados, nos quais estão incluídas as dimensões das necessidades de saúde, desde os modos de vida ao acesso às tecnologias, à criação de vínculos afetivos entre usuários e serviços. (FREIRE, 2013, p. 482)

Outros estudos apontam que a compreensão dos direitos da população TTT não é o suficiente para o gozo pleno do acesso à saúde, pois se fazem necessários outros campos para aliar essa ideia:

Reedita-se assim, um problema já conhecido: o distanciamento entre o sistema de saúde e os corpos trans. (JUNIOR e LOPES, 2017, p. 6)

Com tais dificuldades, somadas a tantas outras (como o conservadorismo dos representantes assentados no Congresso Nacional, a desvalorização sociocultural dessa população, a falta de reconhecimento e invisibilidade de suas demandas), pouco se caminhou e o país conta apenas com alguns programas, diretrizes, decretos e leis que, apesar de importantes, não constituem uma agenda mínima compatível. (ROCON et al, 2019, p. 8)

A efetivação no discurso de Rocon (2019), é prejudicada por adversidades além das usualmente conhecidas burocracias. Elas também se encontram nos servidores que atendem o público, como Bento (2011) evidencia no seguinte trecho:

É o heteroterrorismo em pleno processo de funcionamento, interiorizando, reproduzindo-se com toda eficácia. Os divergentes sexuais e de gênero só poderão existir em espaços apropriados, nos compêndios do saber médico, nos espaços confessionais das clínicas. (BENTO, 2011, p. 557)

O conflito do saber médico com as individualidades dos servidores que atendem a população trans aumentam os índices de abusos e violações dos seus direitos, promovendo brechas para maiores agressões e violências dentro do sistema público:

Discute-se a ausência de neutralidade dos trabalhadores da saúde no processo de diagnóstico, de modo que seriam selecionados, para acessar os serviços transexualizadores, usuários/as considerados/as ‘transexuais de verdade’– pessoas trans que correspondessem às perspectivas de gênero da equipe multiprofissional fundadas no gênero binário e heteronormativo. (MIESEN et al, 2020, p. 8, tradução nossa)

Ademais, autores manifestam repúdio e preocupação solene aos indivíduos que necessitam desse atendimento. Sem margem para escolha, recebem insultos, desrespeito, gerando adoecimento e, em casos graves, morte.

Com a possível perda de empregos e renda, acesso financeiro aos cuidados de afirmação de gênero podem ser ameaçados, especialmente quando não há seguro de saúde ou por meio de empregadores. (SILVA, 2012, p.3)

2.2. Transfobia e Mulher Trans: ideologia de gênero ou violências mascaradas pelos marcadores sociais

Esta categoria agrupa os resultados do estudo que sinalizam vulnerabilidades da população TTT para múltiplas violências, muitas vezes motivadas pelos estereótipos sociais e pela historicidade patriarcal e preconceituosa. Abaixo, seguem alguns artigos que ratificam essa questão, com destaque para excertos que traduzem os achados desta pesquisa.

Silva (2012), aponta a violência transfóbica como parte do dispositivo de gênero:

Tal dispositivo, que assenta seu horizonte simbólico em marcos de reconhecimento eurocentrados, significa como não-humanos, abjetos e, por isso, violentáveis, matáveis, sujeitos que performam vivências de gênero e sexualidade em desacordo com ontologias fundadas na suposta coerência compulsória entre sexo, gênero e desejo. (SILVA, 2012, p. 21)

Alguns autores salientam em seus estudos sobre a razão das performáticas de vivência de gênero gerarem grandes reações negativas na sociedade, buscando explicações pautadas na história que a humanidade já percorreu e os conflitos que se intensificam ao longo dos anos.

Embora muitos atos sejam performativos, as inscrições corporais de travestis e transexuais são também entendidas como subversivas, e, essas, portanto, tornam-se indicadores de classificação, hierarquização, ordenação, normalização. É a partir da criação dessas outras possibilidades, da construção de outros modos de ser, que os sujeitos constituem-se e (re)inventam-se. (LONGARAI e RIBEIRO, 2016, p. 10)

O embate do que é “normal” e o que é “doença” denota, para os seguintes autores, a existência velada de uma patologização da população trans, onde a busca de obtenção de controle sugere uma ameaça eminente. Essa abjeção do corpo trans reverbera nas violências incessantes desse público, permeando de assédios a homicídios. Os seguintes estudos relatam a realidade da vivência trans, atualmente, frente às violências, assim como a periculosidade direcionada à mulher trans e à mulher trans negra.

A transfobia pode ser compreendida como um conjunto de fatores que agrega preconceito, violação de direitos humanos e fundamentais (como exemplo, a proibição do uso do nome social e da possibilidade de mudança no registro), exclusão estrutural (acesso à educação, ao mercado de trabalho qualificado e ao uso do banheiro correspondente ao gênero), e violências diversas como ameaças, agressões e homicídios. (CRUZ e SOUSA, 2014, p. 16)

O Brasil é responsável por 39,8% dos assassinatos, e por 50% desse crime só na América Latina. Em 2011, 248 pessoas foram assassinadas, sendo que destas, 101 eram brasileiras. (CRUZ e SOUSA, 2014, p. 16)

2.3. Aprendendo a Ver e Ouvir: Terapia Ocupacional em um campo emergente

A terceira e última categoria busca reunir e destacar possíveis contribuições da Terapia Ocupacional neste campo incipiente e relevante para atuação. Trazemos, a seguir, trechos que apontam para algumas possibilidades.

Nos serviços de saúde, a terapia ocupacional surge como um campo em ascensão, preenchendo necessidades ainda vigentes para a população trans, assim como ofertando atendimento além dos hospitais.

Ainda, inserir a temática na formação graduada é se comprometer com a qualificação de profissionais que já estão sendo chamados a intervir com este público nos diferentes equipamentos sociais, sejam públicos ou privados. Além disso, desperta para a possibilidade de ampliação de atuação da profissão, com a incorporação de terapeutas ocupacionais em serviços para além daqueles em que a profissão se insere, tradicionalmente. (JUNIOR e LOPES, 2017, p. 12)

Os autores relatam em seu estudo as possibilidades emergentes de atuação da terapia ocupacional, relacionando injustiças ocupacionais como direcionamento de atendimento terapêutico ocupacional. Logo, o seguinte estudo aponta detalhadamente as possíveis formas de atuação da profissão as quais se sobressaem aos locais usuais de atuação:

No que se refere às intervenções de terapia ocupacional, pressupõe-se que a profissão tem muito a contribuir com esta população, seja na construção de projetos de vida, na ampliação da participação social, no auxílio nas novas atividades/ocupações/afazeres, trabalhando a corporeidade, na luta pela ampliação e na garantia da efetivação de direitos, na interlocução em atendimentos humanizados, independentemente do setor ou do serviço. (JUNIOR e LOPES, 2017, p. 12)

3. Discussão

Ao longo desta pesquisa, é importante apontar e analisar os principais resultados encontrados, como: a quantidade incipiente de artigos de terapia ocupacional dentro dos temas transexualidade e transfobia; análise da necessidade de garantia de políticas e programas de saúde para a população trans com frequentes situações de violação de direitos às quais as pessoas trans são submetidas dialogando com as estratégias para a melhoria da oferta de programas e serviços para esta população; a transfobia constantemente legitimada à mulher trans, somada à rotina de violência e periculosidade; perspectivas da terapia ocupacional frente à população trans.

A partir dos resultados encontrados, apenas 4 artigos de terapia ocupacional foram achados: (1) no ano de 2020, (2) no ano de 2017 e (1) no ano de 2019. Destes, apenas 2 foram utilizados para a pesquisa em questão. Portanto, é possível verificar que a produção científica nacional de Terapia Ocupacional sobre o tema, em periódicos indexados, tem se demonstrado praticamente ausente e instável em relação ao número de publicações, levando em consideração o filtro de 10 anos que foi estipulado.

A compreensão sobre o tema transexualidade e transfobia para o público de terapia ocupacional é decisivo para o melhor atendimento, uma vez que estes profissionais possuem repertório

de atuação validado pelas principais organizações nacionais e internacionais de Terapia Ocupacional. Cabe inferir, portanto, que o aumento de produções científicas sobre o tema ajudarão os profissionais na aptidão para campo de trabalho, manifestando trocas sociais, assim como irá ampliar o cuidado para o referido público trans.

Ao passo que progredia nos resultados, encontrou-se nos estudos uma constante validação dos direitos humanos e institucionais das pessoas trans dentro dos centros de saúde. Denota-se então uma mudança de paradigma, de ações e intervenções na área da saúde que eram anteriormente direcionadas pelo modelo biomédico, e que agora se reformulam e se transformam em práticas pautadas na Política Nacional de Saúde Integral LGBT, direito e respeito ao uso do nome social, carta dos direitos dos usuários do SUS e Política Nacional de Humanização. Destaca-se, nesta pesquisa, a inserção do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde sendo um avanço para a população trans brasileira em nível de acesso e tratamento, todavia, a efetivação das políticas vigentes e a dificuldade em colocar em prática tais feitos permanecem como um desafio no campo da Saúde. Logo, outra barreira que precisa ser transposta, também evidenciada pelos resultados desta pesquisa, diz respeito à violação dos direitos das pessoas trans.

Fica evidente que a busca pela garantia do acesso à saúde desta população se apoia na constatação de que ocorre um despreparo ou desrespeito dos trabalhadores da saúde com a população trans, resultando em absenteísmo, em abandono dos tratamentos de saúde em andamento, e resistência em procurar serviços de saúde quando há adoecimento. Necessita-se formular como possíveis estratégias a ampliação do âmbito de ação na perspectiva do trabalho em rede com os programas de proteção e atenção à população trans, para mitigar os danos biopsicossociais.

Para Silva (2012), ao dizer que as expectativas e julgamentos são direcionados a esse público como um potencial de risco à saúde para a minoria trans: a violência transfóbica. A esse respeito, os resultados deste estudo sugerem que a realidade enfrentada pode ser mais cruel do que as palavras que narram a violência contra a comunidade trans.

Ao colocar palavras como ameaça, risco, incoerentes, anormais ou mesmo difusores da desordem direcionadas ao público trans, proporciona-se uma brecha para aliá-los com discursos de ódio, permitindo que sejam cada vez mais violentos e, enfim, reforçando a ideia de normalidade desses atos. No cenário da linguística e da análise de discursos, há inúmeros estudos que apontam a carga semântica dos signos, bem como a ideologia que carregam, a linguagem enquanto expressão e performance revela, ou seja, como forma de ação de sujeitos situados sobre o real, produzindo-o por meio de atos de linguagem, é possível compreender como práticas semióticas de diferentes ordens estão implicadas na elaboração da transfobia, inclusive naquela faceta relativa à patologização de experiências trans, narrativas online e hegemonias heteronormativas nas interações sociais (SILVA, 2019).

Nesse não conformismo com o status quo, busca-se um distanciamento com os modos clássicos da Ciência, uma desobediência epistêmica para uma condição de autoafirmação e reconhecimento do lugar de fala (HATERMANN e MORAES, 2018). Tradicionalmente, teóricos como Foucault constroem o termo instituições disciplinares e biopolíticas como sendo espaços de poder, segregação e de uniformização dos corpos.

O sistema jurídico parte desse pressuposto biopolítico de violação dos direitos humanos fundamentais, como negar a existência de nome social da mulher trans e chamá-la com o nome conferido do nascimento, assim como violências de cunho estrutural, como a exclusão nas áreas

de acesso à educação, qualificação no mercado de trabalho e violências variadas, como as de nível emocional e psicológico, agressões verbais ou físicas, violência sexual e homicídios. Todas conferem crime direcionado à mulher trans ou o público trans no geral, nominalmente conhecido como transfobia (MENEZES, 2018).

Por fim, dados encontrados na pesquisa apontam também para possíveis e necessárias contribuições da Terapia Ocupacional enquanto uma ciência que abarca aspectos gerais e específicos da população trans. Mesmo sendo um campo em ascensão, o espaço para a atenção básica, tratamento e manutenção da saúde desse público está cada vez mais amplo e necessitando de foco e cuidado humanizado. Nesse sentido, os resultados sinalizam a emergência de amenizar os efeitos do processo de isolamento social dessa população frente aos desafios vividos diariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do tipo estado da arte sobre a temática permitiu localizar o conhecimento formado com base na temática escolhida e apresentou resultados diversos referentes à população trans. Dos 21 estudos analisados, em sua maioria, relataram algumas lacunas ainda existentes na assistência e acesso desse público aos serviços de saúde e as dificuldades presentes na vivência trans como o preconceito, discriminação e violência.

Diante das lacunas apresentadas para o diálogo e concretização de ações mais integrais à Saúde Trans, é importante destacar o papel dos profissionais de saúde, em particular, dos terapeutas ocupacionais, no sentido de iniciar mais práticas e projetos voltados a esse contexto, o fomento a mais pesquisas buscando ampliar a literatura, trocas sociais e a valorização da diversidade de gênero. Dentre os desafios, destaca-se a escassez de trabalhos publicados na área da Terapia Ocupacional, carência de estudos voltados para práticas despatologizantes com pessoas transexuais envolvendo arte-cultura e à falta de capacitações para profissionais acerca das particularidades latentes na experiência Transexual. Em suma, a quebra de paradigmas para construção de uma sociedade mais justa, respeitosa e inclusiva é um trabalho complexo que demanda estruturação e convergência para diálogos entre serviços, políticas e instituições com a finalidade de formar uma rede conjunta. Nesse sentido, trazer essa discussão à tona é abrir caminhos para pensar identidades e corpos constantemente violentados, deslegitimados, é modificar condições de vida e lutar pela expressão e democracia.

REFERÊNCIAS

- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017; 2018*. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>>. Acesso em: 12 maio. 2022.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 2011, 336 p.
- BENTO, B. Sexualidade e experiência trans: do hospital à alcova. São Paulo: *Ciência e saúde coletiva*, 2012, p.2655-2664.
- BOIVIN, R.R. “Se podrian evitar muchas muertas” Discriminacion, estigma y violencia contra minorias sexuales en México. México: Sexualidad, Salud y Sociedad - *Revista Latinoamericana*, 2014.
- BENTO, B. *Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*, Rio de Janeiro: Garamond, 2006, 256 p.
- CRUZ, M.S.; SOUSA, T.S. Transfobia mata! Homicídio e violência na experiência trans. São Luís: *Revista do curso de direito*, n. 8. 2014. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/article/view>>. Acesso em: 20 abril. 2022.
- ESTEBAN, M.L. *Antropologia del cuerpo*. Barcelona: Bellaterra, 2013.
- FREIRE, E.C.; ARAÚJO, F.C.A.D.; SOUZA, A.C.; MARQUES, D. A clínica em movimento na saúde de TTTS: caminho para materialização do SUS entre travestis, transexuais e transgêneros. Rio de Janeiro: *Saúde em debate*, 2013,477-484.
- GRANT, M.; BOOTH, A. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information and Libraries Journal*, 2009, p. 91-108.
- HATERMANN, Gabby.; MORAES, Irislane Pereira. Contar Histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. Minas Gerais: *Vestígios- Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v.12, n.02, 2018.
- JÚNIOR, J.D.L.; LOPES, R.E. Travestilidade, transexualidade e demandas para a formação de terapeutas ocupacionais. São Carlos: *Cad. Bras. Ter. Ocup*, v. 25, n. 3, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1060>>. Acesso em: 04 jun.2022.
- LONGARAI, D.A.; RIBEIRO, P.R.C. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção de feminilidade. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 2016, 398. Disponível em: setembro/dezembro/2016. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584_2016v24n3p761>. Acesso em: 13 maio. 2022.
- MENEZES, L.M.J. Transfobia e racismo: articulação de violências nas vivências de trans. *BIS, Bol. Inst. Saúde*. vol. 19, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1016512/bis-v19n2-diversidade-62-76.pdf>>. Acesso em: 10 abri. 2022.
- MIESSEN, A.I.R.V.D.; RAAIJAMAKERS, D.; GRIFT, T.C.V.D. “You Have to Wait a Little Longer”: Transgender (Mental) Health at Risk as a Consequence of Deferring Gender-Affirming Treatments During COVID-19. *Archives of Sexual Behavior* (2020) 49:1395–1399. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10508-020-01754-3>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- MORAES, M. *Tipos de revisão da literatura*. São Paulo: Biblioteca Dante Moreira Leite, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/HzsR8s7byqZSJdHZBwSGpWq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

QUIJANO, Aníbal. A Colonialidade do saber: eurocentrismos e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROCON, P.C.; SODRÉ, F.; RODRIGUES, A.; BARROS, M.E.B.; WANDEKOKEN, K.D. *Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo Transsexualizador do Sistema Único de Saúde*. Botucatu: Interface, 2019.

RODRIGUES, A.; MONZELI, G.A. *A Política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa*. 1a ed. Vitória: EDUFES, 2016, 360 p.

SALLES, D.G.; GONÇALVES, G.S.; ARAÚJO, L.D. *A Transsexualidade na literatura científica das ciências da Saúde*. Londrina: Inf. Inf. 2017, p.1-28.

SILVA, D.C.P. *O dispositivo da colonialidade de gênero no discurso transfóbico online*. Universidade Federal da Grande dourados, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.30612/raido.v13i33.9767>>. Acesso em: 10 maio.2022.

SILVA, D.C.P. (META) *Pragmática da Violência Linguística: Patologização da Vida Trans em Comentários Online*. Campinas: Trab.ling.Aplic, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/HzsR8s-7byqZSJdHZBwSGpWq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 jun.2022.

Vítimas Indiretas do Femicídio na Jurisprudência Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Víctimas Indirectas de Femicidio en la Jurisprudencia Penal del Tribunal de Justicia del Estado de Pará

Indirect Victims of Femicide at the Criminal Jurisprudence of the Court of Justice of the State of Pará

Débora Dias dos Santos

Emy Hannah Ribeiro Mafra

Jessica Katharine Gomes Marques

Luanna Tomaz de Souza

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar de que forma a jurisprudência criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará tem considerado os órfãos nos processos de responsabilização pelos feminicídios de suas mães. O referencial teórico utilizado traz aportes sobre o conceito de violência de gênero como relação dinâmica de poder e sobre o conceito de vítimas indiretas para os sujeitos atingidos pela orfandade decorrente do feminicídio. O método utilizado é o indutivo, por meio de pesquisa exploratória, a partir de análise jurisprudencial e pesquisa bibliográfica. Ao final, observa-se que a postura da Justiça Criminal é limitada a apurar a responsabilidade criminal do agressor, sendo as crianças usadas apenas para elevar a pena do acusado. É necessário um judiciário atento ao problema e que atua para além dos aspectos punitivos.

Palavras Chave: Femicídio. Crianças. Vítimas. Violência de gênero.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar cómo la jurisprudencia penal del Tribunal de Justicia del Estado de Pará ha considerado a los huérfanos en los procesos de responsabilidad por los feminicidios de sus madres. El marco teórico utilizado trae aportes sobre el concepto de violencia de género como relación dinámica de poder y sobre el concepto de víctimas indirectas para los sujetos afectados por la orfandad producto del femicidio. El método utilizado es inductivo, a través de una investigación exploratoria, basada en el análisis jurisprudencial y la investigación bibliográfica. Al final, se observa que la posición de la Justicia Penal se limita a determinar la responsabilidad penal del agresor, siendo utilizados los niños únicamente para aumentar la pena de los imputados. Es necesario un poder judicial que esté atento al problema y que actúe más allá de los aspectos punitivos.

Palabras Claves: Femicidio. Niños. Víctimas. Violencia de género.

Abstract: This article aims to analyze how the criminal jurisprudence of the Court of Justice of the State of Pará has considered orphans in the processes of accountability for the femicides of their mothers. The theoretical framework used brings contributions on the concept of gender violence as a dynamic relationship of power and on the concept of indirect victims for the subjects affected by orphanhood resulting from femicide. The method used is inductive, through exploratory research, based on jurisprudential analysis and bibliographic research. In the end, it is observed that the position of Criminal Justice is limited to ascertaining the criminal responsibility of the aggressor, with children being used only to increase the sentence of the accused. It is necessary a judiciary attentive to the problem and that acts beyond the punitive aspects.

Key-words: Femicide. Children. Victims. Gender-based violence.

Débora Dias dos Santos – Discente do curso de Direito da Universidade Federal do Pará e Pesquisadora Pibic da temática Órfãos do Femicídio no Brasil. E-mail: deboradiasantos@outlook.com

Emy Hannah Ribeiro Mafra – Advogada criminalista. Mestranda na linha de pesquisa Sistema Penal e Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA). Coordenadora adjunta do Laboratório de Ciências Criminais do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (LAB/IBCCRIM). E-mail: emy_mafra@hotmail.com

Jessica Katharine Gomes Marques – Discente do curso de Direito da Universidade Federal do Pará e Pesquisadora Pivic da temática Órfãos do Femicídio no Brasil. E-mail: jessicakgmarques@gmail.com

Luanna Tomaz de Souza – Pós-Doutora em Direito (PUC-RIO). Doutora em Direito (Universidade de Coimbra). Advogada. Professora da Faculdade de Direito, do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGDDA/UFPA). E-mail: luannatomaz@ufpa.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar um eixo específico dos crimes de feminicídio, que consiste na análise da visibilidade atribuída a sujeitos diretamente afetados por esse crime: as crianças e adolescentes que foram afastados do convívio familiar pelo crime. Investiga-se, na jurisprudência paraense, de qual forma esse público é abordado nas decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A temática da violência doméstica contra a mulher, apesar de recorrente em pesquisas acadêmicas, na mídia e no próprio Judiciário, sobretudo por ser um problema socioeconômico e político cotidianamente enfrentado no Brasil, ainda não tem enfrentamento satisfatório por meio de políticas públicas para todos os eixos dessa violência, conforme revelam os dados registrados.

Os dados mais recentes indicam que somente no ano de 2020, durante a Pandemia de Covid-19, ainda em abril, a violência contra a mulher cresceu em torno de 28% no país, em comparação com o mesmo período de 2019 (BRASIL, 2020). O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos divulgou que os canais “Disque 100” e “Ligue 180” registraram 105.821 denúncias de violência contra mulher no ano passado, o que corresponde a aproximadamente 12 denúncias por hora (BRASIL, 2021). Especificamente em relação aos crimes de feminicídio, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021), houve registro oficial de 1350 feminicídios no Brasil no ano de 2020.

Verifica-se a grande repercussão desses números, que revelam a gravidade desse quadro, e a atenção a esses casos parece se iniciar com a morte da mulher e a prisão ou condenação do agressor, como se essa medida colocasse fim ao problema social. No entanto, apesar da relevância da questão do feminicídio em si, este não se resume à morte da mulher, gerando efeitos póstumos àqueles que permanecem.

A violência de gênero¹ se apresenta como uma questão estrutural, que afeta não apenas as mulheres individualmente, mas atrai sérios danos à formação familiar, sobretudo emocional e psicologicamente às crianças e adolescentes diretamente envolvidas no cenário de violência, filhas e filhas do relacionamento conjugal encerrado de forma trágica.

É nesse contexto que surge a necessidade de direcionar o foco para esses sujeitos que também são vitimados pela perda da mãe, que parecem se tornar invisíveis para o Estado, para a Justiça, para a mídia e para toda a sociedade. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar de que forma a jurisprudência criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará tem considerado os órfãos pelo assassinato de suas mães no contexto do feminicídio. Além do trauma da perda da mãe, não é raro que presenciem o caminho de violência em que a mãe é submetida, inclusive a própria morte. São as vítimas silenciosas dessa relação parental (SOUSA, 2013).

A preocupação com o tema em questão surgiu a partir da pouca atenção que vem sendo dada a esses sujeitos, com déficit de políticas públicas a respeito. Daí a relevância da pesquisa. Trata-se, portanto, de uma realidade que começa a ser objeto de atenção das instituições preocupadas com as necessidades desses sujeitos, como a criação e ampliação das redes de proteção social, com apoio psicossocial a essas crianças e adolescentes, sobretudo àqueles que se encontrem em condições de vulnerabilidade (MOREIRA; SOUSA, 2012).

¹ A violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia. Expressa-se por representações que legitimam a desigualdade e dominação internalizadas por homens e mulheres (ARAÚJO, 2008).

Nesse sentido, percebe-se a clara ausência de um olhar direcionado para essas crianças e adolescentes, os quais têm o convívio materno roubado de maneira tão brusca. Diante da urgência em analisar que tipo de atenção que tem sido destinada aos órfãos do feminicídio, propõe-se a presente pesquisa.

O método eleito foi o indutivo, por meio de pesquisa do tipo exploratória, a fim de realizar uma abordagem qualitativa, no procedimento de levantamento jurisprudencial no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), filtrando decisões que tenham como objeto os crimes de feminicídio. Para tanto, elegeram-se como período a ser pesquisado a partir de abril de 2015, com a edição da Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015) que inseriu no Código Penal (BRASIL, 1940) a qualificadora do feminicídio, até 31 de dezembro de 2021.

O levantamento de estudos acadêmicos que envolvam essa temática, em primeiro lugar, demonstra que, apesar de ser inegável o grande volume de pesquisas envolvendo a questão do gênero, ainda não se verificam trabalhos que se debruçam especificamente em relação aos sujeitos que são vítimas indiretas do feminicídio.

1. O Feminicídio como Violência de Gênero

O feminicídio se apresenta não apenas como o assassinato de uma mulher, mas como a extinção de todo o valor social que o sujeito mulher, mãe, representa socialmente:

Não são “crimes passionais”, como se costumava dizer, nem de desejo, mas sim de fúria em controlar, impor ou reforçar uma estrutura de poder. Inúmeros homicídios na violência doméstica são punições ou tentativas de manter o controle sobre mulheres que anunciam que estão indo, tentam ir ou já foram embora. Matar alguém é matar sua liberdade, sua autonomia, seu poder, sua voz (SOLNIT, 2017, p. 47).

Desse modo, é imprescindível compreender que estudar o feminicídio não se resume a uma violência individual, exigindo-se ir além das abordagens que se fundam nos diversos mecanismos de proteção às mulheres existentes, como a Lei Maria da Penha e os canais de denúncia. A ordem contida no tipo de homicídio, que é a norma do art. 121 do Código Penal (BRASIL, 1940), que é “não matar”, qualificada pelo fato de não o fazer em razão do gênero, uma vez descumprida, impõe a aplicação de uma sanção que também faz parte do conteúdo da mesma norma.

A própria eficácia da norma, com os crescentes números de feminicídio registrados, resta, a nosso ver, comprometida, exigindo-se uma preocupação não apenas com o fato de assegurar a punição do agressor por meio da sanção penal, exigindo-se ir além das abordagens que analisam o tratamento que o sistema penal confere.

Assim, torna-se imperioso voltar os olhos para a parte da família que sobreviveu a essa tragédia e um dos caminhos dessa preocupação é analisar de que forma a jurisprudência criminal dos tribunais brasileiros tem se manifestado em relação a esses sujeitos e se e quais providências têm sido determinadas em favor deles.

Adota-se o conceito de violência de gênero como uma relação de poder construída ao longo da história da sociedade, concebido não de forma estática, mas sim dinâmica, resultante do processo de socialização das pessoas, nos termos apresentados por Izumino e Santos (2006):

[...] pensar as relações de gênero como uma das formas de circulação de poder na sociedade significa alterar os termos em que se baseiam as relações entre homens e mulheres nas sociedades; implica em considerar essas relações como dinâmicas de poder e não mais como resultado da dominação de homens sobre mulheres, estática, polarizada. (IZUMINO; SANTOS, 2006, p. 13)

Essa concepção se baseia nas definições de Scott (1988) sobre o conceito de gênero. Para esta última, entende-se o gênero como uma forma primária de significação das relações de poder. Talvez fosse melhor dizer que gênero é um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado (SCOTT, 1988, p. 42). Nesse sentido, afasta-se da análise da violência de gênero como resultante da dominação patriarcal, e passa-se a assimilar, nos estudos sobre violência de gênero, a dinâmica de poder existente nessas relações.

Saffioti (2015), buscando abandonar o paradigma do patriarcado em relação à violência contra a mulher, traz considerações importantes quanto à construção da relação de poder que se manifesta na violência de gênero até hoje:

Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano de jure. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requinte de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. (SAFFIOTI, 2015, p. 48)

A posição do sujeito mulher, na relação conjugal, é construída num panorama em que o homem é tido como o ponto referencial e a mulher como ponto secundário e, mesmo atualmente, ainda se busca atribuir à mulher a culpa pelo seu próprio homicídio. Em outras palavras, é como se houvesse uma assimilação de que é proibido à mulher errar, em qualquer nível de gravidade, pois qualquer conduta reprovável pode ser tida como motivo para justificar o feminicídio sofrido.

A questão da “hierarquia social” é analisada por Sarti (2014) no contexto da tortura, legitimada no contexto de um Estado autoritário, mais especificamente no seio da ditadura:

Pode-se pensar a tortura a partir do lugar social atribuído aos indivíduos, classificados como inferiores na hierarquia social, lugar de desqualificação que se reflete na forma de tratar seu corpo, do qual se pode dispor, legitimamente nesse registro, como coisa, objeto desprovido dos direitos atribuídos aos sujeitos. Isso vale para o corpo do “pobre”, do “negro”, ou daqueles a quem se condena moralmente, o “bandido”, ou, do ponto de vista de gênero, a “prostituta”. (SARTI, 2014, p. 92)

Ao se pensar nos números de feminicídio, verifica-se que a mesma lógica de um estado autoritário, que pode se utilizar da violência física para exercer poder sobre seus cidadãos, pode se

ver refletida no seio familiar. É certo que não se deve descartar situações em que é possível haver provocação pela própria vítima, como destaca Gregori (1992).

No entanto, é preciso reconhecer que esse poder, que se manifesta na forma de violência (controle coercitivo) contra os corpos das mulheres, opera no nível da sociedade tal como opera no lar, ou seja, de um nível macro a um nível micro, conforme esclarece Solnit (2017): “o tratamento dado às vítimas e a tolerância generalizada diante de uma epidemia de violência ensinam às mulheres que elas têm pouco valor, que erguer a voz pode resultar em maiores punições, que o silêncio pode ser uma estratégia de sobrevivência melhor” (SOLNIT, 2017, p. 48).

Assim, o poder é exercido na forma de violência de gênero pela concepção enraizada de “corpos torturáveis”, “corpos matáveis”, em que a vida da mulher pode ser disposta pelo homem. É a mesma lógica pela qual até 1940 o Código Penal mantinha a expressão “mulher honesta” como elemento indispensável para que uma mulher fosse considerada vítima de estupro – é o que relembra Montenegro (2015), ao analisar o direito como instrumento para a dominação masculina.

Esse corpo também é alvo de violência mesmo durante a gestação do próprio filho do agressor, que, desde o ventre materno, pode ser vítima da violência à qual sua mãe é submetida. Sendo um sujeito por extensão do corpo da mãe, os filhos se tornam alvo direto da violência de gênero. É nesse contexto que Pimentel apresenta entrevista de Barbosa, que esclarece a chamada “orfandade anunciada”:

[...] essas crianças vivem no mesmo ambiente, na mesma esfera de violência que a mãe e inclusive a nossa pergunta é se ela já vivia essa violência desde o ventre porque é importante também que a gente saiba se essa mãe sofria violência quando grávida. Essa fase, desde a vida uterina, nós estamos chamando de orfandade anunciada, que precisa ser identificada o mais rápido possível, quais já estão na condição de órfão, verificar se aquela condição de órfão foi em decorrência da violência doméstica. (PIMENTEL, 2021, *online*)

A extensão da violência de gênero aos filhos está diretamente relacionada ao papel social desempenhado pela mulher, que tem a maternidade naturalizada e indissociável de sua existência. Nesse sentido, ao tratar da imposição desse papel à mulher, Biroli e Miguel (2014) esclarecem que tão importante quanto considerar as restrições reservadas ao gênero:

[...] é a construção da maternidade como valor positivo em um quadro que promove identidades de gênero convencionais, naturalizando a divisão do trabalho dentro e fora de casa e afirmando a uma posição “especial” e mesmo “exclusiva” para as mulheres no cuidado com as crianças e na gestão da vida doméstica. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 115)

Especificamente em relação ao tema “órfãos do feminicídio”, Campos e Jung (2019) já possuem estudos no sentido de destacar a necessidade de uma rede de apoio adequada às crianças e adolescentes para evitar a naturalização e reprodução da violência vivenciada:

A violência familiar vivenciada por crianças e adolescentes tende a ser repetida na fase adulta, fenômeno conhecido como Transmissão Intergeracional de Violência (TIV). Pela Teoria da Aprendizagem Social, existe a tendência de

que as crianças criadas em uma casa violenta venham a reproduzir futuramente esse tipo de comportamento, em decorrência de um processo de aprendizagem com base na imitação de modelos. Por isso, uma rede de atendimento adequada, com ações que ajudem a quebrar esse ciclo de violência, mostra-se tão necessária. (CAMPOS; JUNG, 2019, p. 89)

A questão de danos psicológicos causados às pessoas vítimas de violência também é relevante nesse contexto, com as contribuições de Saffioti (2015), ao chamar atenção para o fato de que: “Feridas no corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito” (SAFFIOTI, 2015, p. 19).

Assim, o feminicídio se apresenta não apenas como o assassinato de uma mulher, mas como a extinção de todo o valor social que o sujeito mulher, mãe, representa socialmente. Ceifando a vida da mãe e cônjuge, levando à prisão o agressor, os filhos sobreviventes ficam à mercê de familiares ou de instituições estatais, que não suprirão o papel social destinado à mãe.

O desvalor atribuído à vida mulher repercute diretamente na vida dos filhos, que, ao serem privados da convivência materna, sofrem um grave abalo emocional que pode repercutir seriamente em toda a sua trajetória de vida, de modo que é preciso assegurar que lhes seja proporcionado ao menos os recursos, os encaminhamentos devidos aos meios materiais e de acesso à rede de apoio para minimizar os traumas sofridos – e é neste ponto que se pretende analisar que tipo de atenção tem sido dada pelo TJPA, a partir da análise jurisprudencial das decisões criminais.

2. Órfãos do Feminicídio como Vítimas Indiretas da Violência

Segundo a Declaração dos Princípios Básicos de Justiça para a Vítima de Delitos e Abuso de Poder, da ONU, a conceituação de vítima atrelar-se-ia ao dano, o qual faria com que indivíduos tivessem seus direitos fundamentais violados. Fruto de um entendimento exclusivo do campo jurídico-penal, o conceito de vítima proposto em tal documento é dotado de um caráter amplo que abarca tanto a vítima quanto as pessoas que, de algum modo, tenham sido atravessadas pela violência que fora destinada à vítima.

1- Entendem-se por “vítimas” as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis penais em vigor num Estado membro, incluindo as que proíbem o abuso de poder.

2 - Uma pessoa pode ser considerada como “vítima”, no quadro da presente Declaração, quer o autor seja ou não identificado, preso, processado ou declarado culpado, e quaisquer que sejam os laços de parentesco deste com a vítima. O termo “vítima” inclui também, conforme o caso, a família próxima ou as pessoas a cargo da vítima direta e as pessoas que tenham sofrido um prejuízo ao intervirem para prestar assistência às vítimas em situação de carência ou para impedir a vitimização. (ONU, 1985)

Tanto as vítimas diretas quanto indiretas são indivíduos que estão inseridos em relações violentas dentro de um contexto sócio-histórico. Nesse sentido, a compreensão dessas crianças e adolescentes enquanto vítimas indiretas significa também identificar e analisar os impactos dessa violência no cotidiano desses indivíduos. E, para uma melhor visualização do exposto, cabe-se apresentar alguns dados referentes à realidade vivenciada pelos filhos e filhas dessas mulheres em situação de violência.

De acordo o relatório anual do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher (LIGUE 180, 2016), estima-se que 78,25% das mulheres em situação de violência possuam filhos(as), dos quais mais de 80% presenciaram ou também foram alvos de violência juntamente às suas mães.

Contudo, há de se pontuar que o sofrimento experienciado por essas crianças não cessa no exposto. A pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com o Instituto Maria da Penha, em 2016, citada por Campos e Jung (2019), revela que, nas capitais nordestinas, as mulheres assassinadas deixam em média dois órfãos. E, consoante estudos, no ano de 2021, o feminicídio deixou aproximadamente dois mil e trezentos órfãos no Brasil (FANTÁSTICO, 2022).

Ante a isso, percebe-se que estes sujeitos lutam diariamente tanto para viver a vida que possuem, quanto para compreender aquela que lhes fora retirada de maneira tão cruel. Esses filhos e filhas, apesar de serem classificados enquanto vítimas indiretas, são, na verdade, diretamente atravessados por essas violências, uma vez que as marcas dessa exposição reverberam em toda uma vida.

Crianças que são expostas a contextos violentos são mais propensas a desenvolverem uma série de problemas emocionais e comportamentais, tais como depressão, ansiedade, transtornos de conduta e/ou alimentares, atrasos em seu desenvolvimento cognitivo, bem como correm maior risco de, novamente, estarem inseridas em relações de violência, seja enquanto vítimas de maltrato, ou como futuros agressores (CASIQUE; FUREGATO, 2006).

De acordo com o estudo realizado pela jornalista Renata Moura (2021), a qual ouviu relatos de adultos que foram atravessados pela perda de suas respectivas mães de maneira tão violenta quando crianças, o feminicídio tem “como resultado, danos psicológicos, sociais e emocionais que se arrastam por décadas para meninos e meninas, parte deles testemunhas dos crimes, com o corpo marcado pelo sangue da mãe”. Em um dos depoimentos colhidos no curso das entrevistas por ela realizada, um dos entrevistados, quando questionado sobre quais foram as consequências de tal fato na sua vida, respondeu:

Depressão, irritabilidade, agressividade, desobediência, hostilidade, a escola que virou um inferno... Mas o efeito mais forte foi a desproteção. A falta de um manto pra me cobrir. Eu tive meus avós, mas, cara, como é miserável a vida sem uma mãe. É muito difícil ser órfão. É muito difícil você ver todos os seus amigos terem uma mãe, terem um pai, e você não ter aquele alguém que lhe acompanha. (MOURA, 2021, *online*)

Não se pretende adotar uma posição determinista, mas não seria prudente desconsiderar estudos prévios que apontam nessa direção. Desse modo, cabe admitir que crianças e adolescentes que perderam a mãe para o feminicídio carregam essa marca por toda a sua vida e os danos merecem ser mitigados para que lhes seja garantida uma vida digna.

Um dos principais intuitos do presente trabalho, portanto, é verificar até que ponto os interesses das crianças e adolescentes que se tornam órfãos têm sido considerados na jurisprudência do

Tribunal de Justiça do Estado do Pará e em que medida esses sujeitos têm sido alvo de preocupação perante o Estado.

3. Levantamentos da Jurisprudência do TJPA e o Papel Atribuído às Vítimas Indiretas do Femicídio

Iniciou-se o levantamento jurisprudencial com a procura por decisões no site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará que remetessem às palavras “femicídio” e “órfão” (1 processo), “femicídio” e “criança” (17 processos) e “femicídio” e “filho” (53 processos), encontrando, no total, 105 resultados entre o período de 09 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2021.

O montante dos resultados alcançados é de 105 ocorrências dos descritores pesquisados, porém, ao realizar uma seleção dentre aqueles que metodologicamente mais se alinhavam aos objetivos deste trabalho, a pesquisa restou restrita a análise de 43 processos.

Desses 43 processos, categorizou-se a forma que as crianças e adolescentes aparecem nos processos judiciais, do seguinte modo:

Forma que aparecem nos processos	Quantidade
Testemunhas	16
Vítimas indiretas – atingidos fisicamente pelo autor durante o crime	09
Observadores quando presenciam o fato criminoso	27
Apenas pontuados em depoimento de terceiros	08
Fator de elevação da pena	11

A partir dessas categorias, notou-se que esse grupo é citado no processo na qualidade de testemunhas (16 ocorrências); vítimas indiretas do feminicídio, quando atingidos fisicamente pelas ações do autor durante a consumação delitiva (9 ocorrências); observadores, quando presenciam o fato (27 ocorrências); ou somente pontuados durante depoimentos de terceiros (8 ocorrências). Outrossim, a menção às crianças e adolescentes órfãos se torna um fator relevante no âmbito criminal quando há análise das “consequências do crime” na fase de dosimetria da pena (11 ocorrências).

Sendo assim, quanto ao estudo do conteúdo desses resultados, se pôde inferir que não há nenhuma decisão que envolva ou indique encaminhamento para qualquer medida judicial ou extrajudicial de auxílio aos filhos e filhas pela perda de sua mãe.

No entanto, é preciso deixar claro que a análise se limitou às decisões judiciais obtidas junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, visto que uma pesquisa mais aprofundada demanda acesso à íntegra desses processos, o que será feito em uma segunda etapa desta pesquisa. Ainda assim, algumas considerações são relevantes de serem tecidas a partir dos resultados obtidos, a fim de demonstrar a dimensão de cada um dos papéis atribuídos às vítimas indiretas.

Os mais graves papéis são os que aparecem em maior número na pesquisa jurisprudencial realizada: (i) aqueles em que a criança ou o adolescente são observadores (presenciam o assassinato) e que, em decorrência disso, (ii) também são incluídos como testemunha formalmente no processo penal; e (iii) quando os filhos também são atingidos pela violência que ceifa a vida da mãe.

Quando são observadores, e são indicadas formalmente como testemunhas no processo penal, esses sujeitos são levados a participar efetivamente na ação penal com o papel de relatar o caso, diante de um juiz na fase instrutória, que precede a sentença de pronúncia (a qual determina se o réu irá ou não a júri popular).

Depois, havendo a pronúncia do réu (que em muitos casos é o próprio pai dessa testemunha), esse filho da vítima é ouvido novamente perante o corpo de jurados, se já tiver atingido pelo menos 16 anos, quando se considera relativamente incapaz. Se menor, lhe é garantida a escuta especializada ou depoimento especial², no entanto, isso não garante que o fato traumático seja revivido.

Assim, além da perda da mãe que é algo presente no seu cotidiano, os filhos que testemunharam o fato precisam reviver o dia e o momento em que sua mãe foi morta, e contar detalhes do acontecido diante de estranhos. No entanto, seu papel se limita à condição de testemunha, sendo mero coadjuvante na relação processual.

No atual cenário de proporções alarmantes quanto às mulheres vítimas não só de violência doméstica, mas de feminicídio, que é o recorte deste trabalho, acreditava-se existir alguns trabalhos de relevância. No entanto, nos repositórios selecionados para a presente análise, os resultados ficaram aquém da expectativa.

Sobre essa participação como testemunha do crime que ceifou a vida de sua mãe, durante o levantamento bibliográfico da presente pesquisa, chegou-se à dissertação de mestrado de Moura (2021), que “busca respostas sobre os impactos dos feminicídios e revela, como resultado, danos psicológicos, sociais e emocionais que se arrastam por décadas para meninos e meninas, parte deles testemunhas dos crimes”, intitulado “A criança suja de sangue” (MOURA, 2021, *online*).

Em referida investigação, homens adultos, que conseguem falar abertamente sobre o que vivenciaram, foram entrevistados e contaram suas histórias e os desafios enfrentados durante a vida após presenciar o assassinato da própria mãe em tão tenra idade. Além disso, a autora discorre sobre as falhas do Estado no amparo a esses filhos e filhas que se tornam órfãos.

Há ainda um dado, nos poucos registros que se têm notícia, obtido por Moura (2021) em sua investigação, indicando que “São Paulo despontou como estado com a maior disponibilidade de registros sobre homicídios e feminicídios, assim como o que ofereceu respostas mais detalhadas via Lei de Acesso à Informação sobre os crimes” (MOURA, 2021, *online*). Isso possibilitou um cruzamento de dados e permitiu conclusões sobre a existência ou não de filhos das vítimas em mais de 600 casos.

Apesar de não ser o epicentro dos feminicídios no país, apenas em 2018 o número de mulheres assassinadas por parceiros, ex-parceiros ou membros da família no estado foi maior que o total de mulheres assassinadas por homens no Reino Unido inteiro em igual período, de acordo com o Femicide Census, um censo que mostra o panorama dos casos no país europeu. A taxa de feminicídios por 100 mil mulheres em São Paulo foi 58% mais alta que a do Reino Unido no ano analisado. Além disso, o número mínimo de casos estimados neste trabalho em que crianças testemunharam feminicídios no estado, foi, nos últimos cinco

² De acordo com a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade. Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

anos, 15,71% maior que o total registrado no Reino Unido em uma década - de 2009 a 2018 - quando, segundo a versão mais recente do Censo, publicada em novembro de 2020, “em 70 casos crianças viram o feminicídio, de forma mais frequente, o assassinato da própria mãe”. (MOURA, 2021, *online*)

Essa indicação chama a atenção para a invisibilidade dos filhos das vítimas, que não têm sido alvo de preocupação pelos estados brasileiros, nem mesmo para fins de registro. Esse é um dos motivos que justificaram a presente pesquisa, de modo que um dos objetivos é justamente ter um panorama desse número no estado do Pará.

Como não há registros oficiais, foi preciso analisar cada acórdão do Tribunal na busca por essa informação. Contudo, nem todos os acórdãos mencionam se a vítima deixa filhos. Assim, além dessa pesquisa inicial, faz-se necessário que cada processo seja analisado individualmente para a checagem quanto à existência ou não de filhos daquela vítima e, desta forma, chegar o mais próximo de quantos casos como esse existem e conhecer a suas histórias.

Por outro lado, chama a atenção que há previsão expressa no Código de Processo Penal (CPP), em seu art. 387, inciso IV³, para que seja pleiteada em favor da vítima ou seus dependentes logo no oferecimento da denúncia contra o autor do crime. No entanto, nas decisões analisadas, não há qualquer menção a esse fato, havendo casos em que a única menção que diz respeito aos filhos da vítima é para elevar a pena do condenado.

Sobre a análise da aplicação da pena, pode-se relacionar tal contexto paraense a um paradigma nacional, pois, segundo Alves (2016), em sua maioria, a existência de filhos que se tornam órfãos pelo assassinato da mãe é avaliada em desfavor do réu, aumentando a pena do autor:

A circunstância de a vítima deixar filhos menores, afigura-se constituir uma das circunstâncias judiciais constantes do artigo 59 do Código Penal (culpabilidade, antecedentes, conduta social e personalidade do sentenciado; motivos, circunstâncias e consequências da infração penal; e ainda mais o comportamento da vítima) para efeito de fixar-se, com fundamento na apreciação das referidas circunstâncias, a pena-base, dentro do sistema trifásico da dosimetria da pena. Em exatidão das consequências, além da própria vítima do feminicídio, outras vítimas são imediatamente identificadas na esfera do crime perpetrado, aqueles seus filhos menores; como circunstância judicial desfavorável, o que deve orientar a análise criteriosa de valoração das circunstâncias do art. 59 CP, em predicado de logicidade e de devida proporcionalidade da pena, com maior reprovabilidade em relação à culpabilidade o réu feminicida. (ALVES, 2016, *online*)

Por fim, conclui-se que dentre a jurisprudência analisada não há qualquer menção a determinações em prol da orfandade decorrente do feminicídio, a qual perpassa pelos processos como coadjuvantes na análise do homicídio de suas genitoras. Desse modo, o Estado do Pará em si, em seu segundo grau de jurisdição, é omissivo quanto à proteção dessas crianças que foram expostas a essa violência e na suavização de seus impactos sociais, psicológicos e econômicos.

É ante a tal cenário que urge a necessidade de direcionar o foco para esses sujeitos que também são vitimados pela perda da mãe, que parecem se tornar invisíveis para o Estado em sede ju-

³ Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória: [...] IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

dicial. Invisibilidade que também se estende para a academia, que vinha se mantendo silente sobre o tema até muito recentemente.

4. Medidas Estatais Direcionadas às Vítimas Indiretas do Femicídio

No trabalho de Moura (2021), há severas críticas à atuação estatal e afirma que “Os filhos das vítimas de feminicídio no Brasil são esquecidos e invisíveis”:

Enquanto países como Argentina, Peru e Itália, que têm taxas de feminicídio menores que a brasileira, aprovaram decretos e leis para assegurar apoio psicológico e financeiro aos filhos das vítimas, no Brasil o que existe são projetos semelhantes encalhados no Congresso. Autora de um deles, a advogada, ex-deputada federal e atualmente vereadora pelo Rio, Laura Carneiro, aponta entre os motivos o fato de o país ter homens como maioria de eleitos. (MOURA, 2021, *online*)

Essa afirmação é significativa, diante da perspectiva de gênero que envolve a violência contra a mulher e inafastável da presente análise. No entanto, não se pode desconsiderar algumas medidas que vêm sendo tomadas em sede legislativa. Já se encontra em vigor, por exemplo, a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, que alterou o Regime Geral da Previdência Social (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991), e prevê o ingresso de ações regressivas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra autores de feminicídio em relação familiar com a vítima, ao incluir o inciso II do art. 120:

Art. 120. A Previdência Social ajuizará ação regressiva contra os responsáveis nos casos de:

[...]

II - violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Com a morte da mãe, os dependentes passam a ter direito à pensão por morte. Quando a vítima sobrevive, em decorrência da tentativa de feminicídio, a mesma pode receber benefícios previdenciários, como o auxílio-doença e até mesmo aposentadoria por invalidez, a depender do grau de danos físicos causados pela violência. No entanto, a lei em vigor assegura ao INSS o direito à ação regressiva apenas contra os autores que possuam alguma relação familiar com a vítima.

Em razão disso, está em tramitação o projeto de lei (PL 6.410/2019), de iniciativa da senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), que obriga o INSS a entrar com ação judicial contra autores de feminicídio, aprovado no dia 05 de junho de 2022 pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o qual estende essa previsão para todos os feminicidas, mesmo aqueles sem relação familiar com as vítimas (Agência Senado, 2022).

Em âmbito judicial, em pesquisa que se encontra em andamento por estas pesquisadoras, também tem sido observado que as denúncias ofertadas na comarca de Ananindeua/PA e Belém/PA (não todas) já vêm se preocupado em incluir o pedido de indenização em favor dos familiares das vítimas, com fundamento no art. 387, inciso IV do CPP e na decisão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1643051/MS que fixou o Tema Repetitivo nº 983:

Nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, e independentemente de instrução probatória.

Também há a possibilidade, em âmbito cível, de pleitear tal indenização pelos próprios filhos contra a autor do feminicídio, independente do requerimento realizado pelo Ministério Público nas ações penais.

Apesar de não se esgotarem aqui todas as medidas já existentes em favor das vítimas indiretas do feminicídio, são dados relevantes que devem ser objeto de estudo, tanto para não apagar a realidade dessas crianças e adolescentes como também para visualizar se e que tipo de necessidades desses sujeitos têm sido objeto de análise pelo judiciário, nas ações penais que apuram os crimes de feminicídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a analisar como o sistema de justiça criminal atua sobre as crianças e adolescentes que se tornam órfãos do feminicídio e teve como ponto de partida a violência de gênero que é o pano de fundo de tragédias quase sempre anunciadas, que culminam no assassinato de mulheres e marcam para sempre a vida de seus filhos.

Verifica-se que a postura da Justiça Criminal é limitada no sentido de apurar a responsabilidade criminal do agressor. A menção aos filhos da vítima mais recorrente nos acórdãos analisados – isto é, quando tal menção ocorre –, gera efeitos processuais apenas para elevar a pena do acusado.

Assim, as crianças e adolescentes, quando mencionados, aparecem como meros figurantes da tragédia que os tornou vítimas sobreviventes dessa violência, sendo utilizados apenas para aumento da pena. Não são feitos encaminhamentos de reparação do dano, responsabilidade parental ou outra preocupação com a humanidade dessas vítimas indiretas na condução da ação.

Suas existências como sujeitos de direitos não são consideradas em sua complexidade e suas necessidades são apagadas diante da ação penal contra o autor do feminicídio. Essa é a manchete dos jornais e a principal preocupação estatal: punir o agressor.

Mas a vida de quem ficou e é vítima do feminicídio, ainda que indireta, tem sido negligenciada pelo Estado, e seus direitos desrespeitados. As crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, paradigma trazido pela Convenção sobre os Direitos da Criança (1990) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e não podem ser tratados como meros objetos processuais.

Há algumas iniciativas ainda tímidas, como o ingresso de ações regressivas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra autores de feminicídio. No entanto, com as constatações feitas, urge a necessidade que ampará-los em maior velocidade no aspecto não só material, mas também psicológico, diante do trauma sofrido.

Por fim, é preciso reconhecer que a análise de acórdãos é um resultado parcial da pesquisa, pois ainda se faz necessário examinar os autos dos processos em primeiro grau para conhecer a extensão da atuação do judiciário, visto que há possibilidade de providências cíveis da infância e juventude que podem se comunicar com as ações penais em questão.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. *Autores de qualquer tipo de feminicídio podem ser obrigados a pagar despesas do INSS*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/05/autores-de-qualquer-tipo-de-femicidio-podem-ser-obrigados-a-pagar-despesas-do-inss#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Assuntos%20Econ%C3%B4micos,judicial%20contra%20autores%20de%20femicid%C3%ADdio>>. Disponibilizado em: 05 jul. 2022. Acesso em: 06 jul. 2022.
- ALVES, Jones Figuêiredo. *Os filhos do feminicídio como órfãos do Estado*. Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), 19 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/1181/Os+filhos+do+femicid%C3%ADdio+como+%C3%B3rf%C3%A3os+do+Estado>>. Acesso em: 22 maio 2022.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 14 out. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BRASIL. [Código de Processo Penal]. *Decreto-lei nº 3.689*, de 3 de outubro de 1941 (1941). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em: 06 jul. 2022.
- BRASIL. [Código Penal Brasileiro]. *Decreto-Lei nº 2848*, de 07 de dezembro de 1940 (1940). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- BRASIL. [Convenção sobre os Direitos da Criança]. *Decreto nº 99.710*, de 21 de novembro de 1990 (1990). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- BRASIL. [Estatuto da Criança e do Adolescente]. *Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990 (1990). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 15 mai. 2022.
- BRASIL. [Regime Nacional da Previdência Social]. *Lei nº 8.213*, de 24 de julho de 1991 (1991). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm#art121.0>. Acesso em: 06 jul. 2022.
- BRASIL. *Governo do Brasil*. Canais registram mais de 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020. Disponibilizado em 08 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/03/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contramulher-em-2020>>. Acesso em 09 mai. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 13.104*, de 09 de março de 2015 (2015). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1>. Acesso em: 10 mai. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 13.431*, de 04 de abril de 2017 (2017). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 13.846*, de 18 de junho de 2019 (2019). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13846.htm>. Acesso em: 06 jul. 2022.
- BRASIL. *Superior Tribunal de Justiça (3ª Seção)*. Recurso Especial nº 1.643.051. Tema Repetitivo nº 983. Relator Ministro Rogério Schietti Cruz, 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo_pesquisa=T&sg_classe=REsp&num_processo_classe=1643051>. Acesso em 07 jul. 2022.

BRASIL. *Senado Federal*. Paim alerta para aumento da violência contra mulheres durante pandemia. Disponibilizado em 27 mai. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/27/paim-alerta-para-aumento-da-violencia-contras-mulheres-durante-pandemia>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

BRASIL. *Senado Federal*. Projeto de Lei nº 6.410, de 11 de dezembro de 2019. Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS o direito de ressarcimento de valores relativos a prestações do Plano de Benefícios da Previdência Social, a ser exercido contra o autor do crime, na hipótese de feminicídio que envolva menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140157>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

CAMPOS, Carmen Hein de. JUNG, Valdir Florisbal. Órfãos do feminicídio: vítimas indiretas da violência contra a mulher. *Revista de Criminologias e Políticas*. v. 5, n. 1, Jan/Jun. 2019, p. 79-96. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/338114898_Orfaos_do_femicidio_vitimas_indiretas_da_violencia_contra_a_mulher/fulltext/5e0019a1299bf10bc3718fa4/Orfaos-do-femicidio-vitimas-indiretas-da-violencia-contra-a-mulher.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2022.

CASIQUE, Letícia C.; FUREGATO, Antonia R. F. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. Ribeirão Preto, v. 14, n. 6, p. 950-956, nov./dez., 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlae/a/PKjsM9ngxJXf7VTpHkx4GGs/?lang=pt>>. Acesso em: 09 dez. 2021.

FANTÁSTICO. *Só em 2021, mais de 2.300 pessoas se tornaram órfãs de vítimas de feminicídio no Brasil, aponta estudo*. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/google/amp/fantastico/noticia/2022/04/10/so-em-2021-mais-de-2300-pessoas-se-tornaram-orphas-de-vitimas-de-femicidio-no-brasil-aponta-estudo.ghtml>>. Disponibilizado em: 10 abr. 2022. Acesso em: 20 mai. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Ano 15, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e terra, 1992.

IZUMINO, Wania Pasinato; SANTOS, Cecília MacDowell. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*. Universidade de Tel Aviv, 2005.

LIGUE 180. *Balanco Anual*, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180/balanco-ligue-180-2016.pdf>>. Acesso em: 01 mai. de 2022.

MONTENEGRO, Marília. *Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. *O Social em Questão – Ano XV – nº 28 – 2012*, p. 13-26. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2022.



MOURA, Renata. *A criança suja de sangue*. Tribuna do Norte. Disponível em: <<https://www.acriancasujadesangue.com.br/>>. Disponibilizado em: 14 mar. 2021. Acesso em: 05 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder*, 1985, Resolução 40/34, Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-na-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-Justi%C3%A7a.-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Prisioneiros-e-Detidos.-Prote%C3%A7%C3%A3o-contra-a-Tortura-Maus-tratos-e-Desaparecimento/declaracao-dos-principios-basicos-de-justica-relativos-as-vitimas-da-criminalidade-e-de-abuso-de-poder.html>>. Acesso em: 15 de mai de 2022.

PIMENTEL, Adriana. *Órfãos do feminicídio: as dores dos filhos das vítimas*. Econordeste – Agência de conteúdo. Disponível em: <<https://agenciaeconordeste.com.br/orfaos-do-femicidio-as-dores-dos-filhos-das-vitimas/>>. Disponibilizado em 08 mar. 2021. Acesso em: 20 maio 2022.

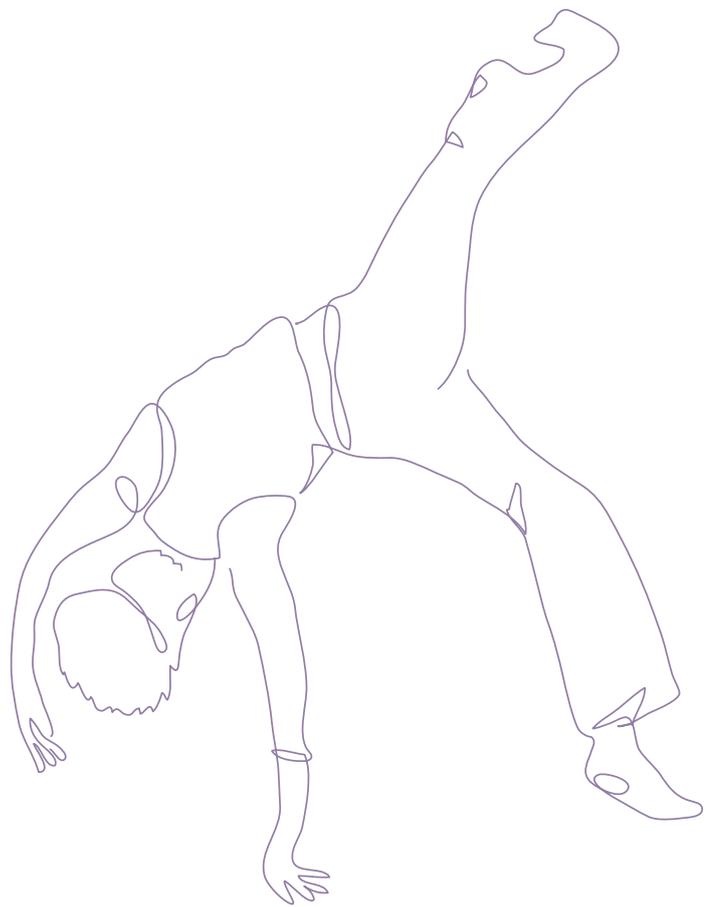
SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado e Violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. *Horizontes Antropológicos* [Online], 42 | 2014.

SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia University Press, 1988.

SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUSA, Tânia Sofia de. *Os filhos do silêncio: crianças e jovens expostos à violência conjugal – Um estudo de casos*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas). Lisboa, 2013.



Sexualidade e Gênero: possibilidades para pensar a prática de professores homens na educação infantil

Sexualidad y Género: posibilidades para pensar la práctica de los profesores varones en la educación infantil

Sexuality and Gender: possibilities to think about the practice of men teachers in early childhood education

Renan Mota Silva

Tatiane da Rosa Vasconcelos

Anderson Silva Pinheiro

Resumo: Este artigo discute as questões de gênero, sexualidade, educação infantil e a atuação do professor homem inserido nesse contexto. O objetivo é refletir sobre os desafios que se apresentam para a prática de professores homens na educação infantil, a fim da necessidade de abrir espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural e polissêmico sobre o tema. A metodologia utilizada neste artigo consiste em uma abordagem qualitativa, diante do preconceito que esses profissionais enfrentam, a partir da articulação de estudos que atravessam as temáticas das masculinidades e dispositivos de gênero. Desse modo, desenvolver o debate em torno da construção histórica e social da prática pedagógica que envolve o gênero masculino permite dar visibilidade a estes sujeitos. Conclui-se que, para compreender as possibilidades em relação ao papel do professor homem na educação infantil, é necessário também articular novas construções teóricas e estratégias de capacitação/formação docente.

Palavras Chave: Educação infantil. Gênero. Homem. Professor. Sexualidade.

Resumen: Este artículo trata sobre el género, la sexualidad, la educación infantil y las acciones de el profesor man se insertó en este contexto. El objetivo es reflexionar sobre los desafíos que tenemos por delante para la práctica de los maestros varones en la educación de los niños con el fin de dejar espacio para nuevas construcciones teóricas que redimen la naturaleza plural y polimática del tema. La metodología utilizada en este artículo consiste en un abordaje cualitativo del prejuicio que estos profesionales enfrentan, a partir de la articulación de estudios que cruzan las temáticas de masculinidades y dispositivos de género. De esta manera desarrollo del debate sobre la construcción histórica y social de la práctica pedagógica que implique el sexo masculino permite que estos temas sean visibles. De ello se deduce que para entender también son necesarias las posibilidades relativas al papel del profesor masculino en la educación infantil articular nuevas construcciones teóricas y estrategias para la formación/formación docente.

Palabras Claves: Educación Infantil. Género. Hombre. Profesor. Sexualidad.

Abstract: This article discusses gender, sexuality, early childhood education and the performance of the male teacher inserted in this context. The objective is to reflect on the challenges that arise for the practice of male teachers in early childhood education, in order to make room for new theoretical constructions that rescue the plural and polysemic about the theme. The methodology used in this article consists of a qualitative approach to the prejudice that these professionals face, based on the articulation of studies that cross the themes of masculinities and gender devices. Thus, developing the debate around the historical and social construction of the pedagogical practice that involves the male gender, allows of giving visibility to these subjects. It is concluded that to understand these possibilities in relation to the role of the male teacher in early childhood education, it is also necessary to articulate new theoretical constructions and strategies for teacher training.

Key-words: Early childhood education. Gender. Man. Teacher. Sexuality.

Renan Mota Silva – Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia - Universidade Federal do Pará (IFCH/PPGP/UFGPA). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA/UFRURARJ). Pós-graduação Lato-sensu em Educação Quilombola, Educação a Distância e Docência do Ensino Superior e Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Infantil pela Faculdade Venda Norte do Imigrante/ES. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá. <https://orcid.org/0000-0002-5855-5418>. E-mail: renanmota16@hotmail.com

Tatiane da Rosa Vasconcelos – Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia - Universidade Federal do Pará (IFCH/PPGP/UFGPA). Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Saúde Mental Coletiva pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduada em Psicologia pela Universidade Franciscana (UFN). <https://orcid.org/0000-0003-1360-3057>. E-mail: tatiane.psi@hotmail.com

Anderson Silva Pinheiro – Possui especialização em Gestão no Contexto Educacional com Ênfase na Administração, Supervisão e Orientação, pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia - Fibra (2012) e especialização em Educação Especial com Ênfase na Inclusão, pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia - Fibra (2014). É graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Pará - UEPA (2010). <https://orcid.org/0000-0003-2281-7831>. E-mail: andersonjavap@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A sexualidade, com suas transformações sócio-históricas e culturais, bem como a sua expressiva multiplicidade, aparece na contemporaneidade como uma questão fundamental no contexto educacional, afinal, as conexões entre sexualidade e educação são complexas, delicadas e exigem reflexões dos aspectos intra, inter e extrasubjetivos diante da temática.

Se de um lado a questão da sexualidade está presente de modo universal na vida humana, atravessando os aspectos psíquicos e singulares de cada indivíduo, do outro, conceituá-la está longe de ser algo simples. Segundo Bearzoti (1994), existe um esforço para manter a sexualidade um tabu, alvo de repressões, distorções e reducionismos aos aspectos genitais e reprodutivos; ainda, o autor aponta que o conceito de sexualidade varia de acordo com aspectos psicológicos e antropológicos, influenciado pelo ponto de vista de quem a conceitua.

Ao encontro disso, Moizés e Bueno (2009) salientam que, por ter sido velada, é comum a efervescência de concepções que relacionam a sexualidade a algo sujo, pecaminoso e proibido, como algo obscuro em si. Essa afirmativa é justificada por Foucault (1999) a partir da herança histórica, na qual a sexualidade pertenceu ao domínio da ordem religiosa e moral, influenciando nos mecanismos de controle, institucionalização e discursos. Tal reflexo histórico dificulta os processos de orientação, promoção da saúde sexual e a educação sexual propriamente dita (MOIZÉS e BUENO, 2009). Ainda, soma-se a questão de gênero, elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 2017).

Destaca-se que a orientação sexual ou orientação de gênero também está presente no debate em torno da sexualidade e de gênero. Esta é considerada a percepção que a pessoa possui de si, como ela se vê e deseja ser reconhecida. A orientação sexual é imprescindível no contexto escolar e faz-se presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), 1ª a 4ª Séries do Ministério da Educação (MEC). Abordá-la é problematizar, refletir e ampliar o leque de conhecimentos e possibilidades dos alunos.

Gênero e sexualidade são trabalhados dentro do limite pedagógico, de modo não diretivo e não invasivo, sendo uma das missões da escola a discussão de tabus, crenças e preconceitos existentes na sociedade, conforme é explanado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997):

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo. (BRASIL, 1997, p. 15)

No entanto, Sousa e Guedes (2016) destacam que o professor da educação é estigmatizado como abusador e homossexual, e, se tratando especificamente das temáticas de gênero e sexualidade no contexto educacional, a presente pesquisa tem por intuito responder a seguinte questão: Como os desafios e as temáticas sobre sexualidade e gênero se apresentam na prática de professores homens na educação infantil no contexto brasileiro? É diante dessa complexa questão que a pesquisa direciona o olhar para o professor homem, tendo em vista a construção de estratégias de

enfrentamento nos processos formativos e a desconstrução dos preconceitos ao fazer pedagogia enquanto homem.

Assim, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre os desafios que se apresentam para a prática de professores homens na educação infantil, a fim da necessidade de abrir espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural e polissêmico e de leituras sobre sexualidade e gênero.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa que, segundo Minayo (1994, p. 53), é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço”, visto que é ali que se encontram “as manifestações intersubjetivas e interações”, tecnicamente por meio da análise de conteúdo. A autora destaca que “cada vez que o cientista social retorna às fontes vivas de seu saber, àquilo que nele opera como meio de compreender as formações culturais mais afastadas de si, faz filosofia espontaneamente”. Ainda segundo ela, a abordagem qualitativa não contempla procedimentos padronizados de análise e observação de uma realidade, mas se aprofunda nos fatores intersubjetivos dos significados, simbólicos e das interações humanas. A pesquisa qualitativa, a priori, é indutiva e exploratória, amplamente ancorada na investigação de aspectos como valores, cultura, crenças e inter-relações, ou seja:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 21-22)

A mesma autora menciona que a investigação qualitativa advém de uma concepção que pode ser interpretativa ou analítica de uma certa realidade, abrangendo os valores, crenças, culturas, coordenadas históricas e aspectos éticos presentes nas interações (MINAYO, 1994). Ao encontro disso, Martínez (2012) aponta que a perspectiva qualitativa objetiva a compreensão de situações em determinados contextos sociais e enfatiza a qualidade dos fenômenos estudados, que não podem ser reduzidos em termos de frequência, volume ou quantidade – como é realizado no viés quantitativo. Isto é, o método qualitativo permite uma análise sofisticada das construções sociais e de seus respectivos impactos.

Para tanto, na premissa do embasamento de entendimento dos estudos de Silva e Menezes (2007, p. 9), “a metodologia tem como função mostrar a você como andar no caminho das pedras da pesquisa, ajudá-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo”. Dessa forma, entende-se que o processo metodológico é um eixo essencial para o processo de investigação, que também visa constatar as complexidades dos dados microsociais, ao desvelar universos dinâmicos que dizem respeito ao modo de funcionamento da realidade, de forma a converter elementos aparentemente insignificantes em indicadores empíricos da realidade (ABRAMO, 1979).

Por conseguinte, pode-se considerar que a metodologia qualitativa abarca uma investigação que imprime ao investigador a viabilidade de interpretação, compreensão e entendimento da questão de pesquisa como fenômeno social e cultural. Nessa abordagem, o que se almeja, “além de conhecer as opiniões das pessoas sobre determinado tema, é entender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e as visões de mundo. Em outras palavras é dar voz ao outro e compreender de que perspectiva ele fala” (FRASER e GODIN, 2004, p. 146).

Sobretudo, a intenção que guiou o estudo foi para responder o objetivo na inicial do texto: “Como os desafios e as temáticas sobre sexualidade e gênero se apresentam na prática de professores homens na educação infantil no contexto brasileiro?”, a fim de verificar na literatura científica a questão do preconceito na *práxis* do professor homem na educação infantil. Parte-se do recorte de gênero, com ênfase nas vivências masculinas e nas interferências do padrão de masculinidade heteronormativo, que atua como um dispositivo de silenciamento e domesticação de corpos masculinos, sejam aqueles que performam ou aqueles que estão para além dos moldes hegemônicos.

Esta pesquisa justifica-se em virtude da necessidade de ampliar a discussão para as especificidades e problemáticas da orientação sexual na educação infantil em seus anos iniciais, uma vez que, mesmo prevista pelo Ministério da Educação (1997), é uma temática permeada por tabus das mais diversas naturezas, principalmente ao se inserir na *práxis* profissional do docente homem, que, em si, é estigmatizado no contexto educacional infantil.

1. Concepções sobre Sexualidade e Gênero

Considerada um tabu, a sexualidade se faz presente desde o início da vida humana, é universal e não se limita ao comportamento sexual. De acordo com Ribeiro (2005), a sexualidade é ampla, ligada ao desejo, ao impulso sexual e a elaboração mental para a realização do desejo, atravessada pelas questões morais, familiares, culturais, religiosas, de sublimação e repressão. A sexualidade não pode ser considerada um sinônimo de coito, limitada ao ato sexual e a genitalidade; segundo Egypto (1981), ela é parte integral da personalidade, do modo de ser de cada um, é a energia que motiva a intimidade, afetividade e se expressa de diversas formas, influenciando sentimentos, pensamentos, ações e interações.

Em sua conceituação, Bearzoti (1994) compreende a sexualidade a partir de variações qualitativas e quantitativas voltadas para o prazer, este, vinculado às relações sociais, à afetividade e também ao erotismo. Nesse viés, Laplanche e Pontalis (2001) também a abordam a partir de sua amplitude; para os autores, a sexualidade é “uma série de excitações e atividades que proporcionam um prazer irreduzível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual” (p.476).

Corroborando com isso, Foucault (1999) aponta que a sexualidade é um dispositivo histórico, constituído a partir da correlação entre a cultura, os campos do conhecimento, a normatividade vigente e as expressões da subjetividade. A partir da premissa foucaultiana, é possível adquirir um olhar crítico e reflexivo para os aspectos de dominação dos corpos e das relações de poder advindos de tal correlação, resultando no *modus operandi* da sexualidade em nossos tempos. Para tanto, é preciso estar consciente de que, nas relações de poder, a sexualidade é um fator de fácil manipulação, ponto de apoio de articulação para a manutenção e criação de dominações.

A sexualidade, no sistema capitalista e neoliberal, se insere na lógica da produção de massa. Sendo um fator de prazer, ou, pelo menos, de promessa dele, a sexualidade é absorvida pelo sistema capitalista, que a reduz e a incentiva pela forma do erotismo, do reducionismo genital e, desse modo, proporciona a comercialização de produtos, sendo um dos mais procurados a pornografia (GIDDENS, 1993).

Assim como a sexualidade é de difícil conceituação, na mesma situação encontra-se o gênero¹. É possível abordar o gênero a partir de duas principais perspectivas, a primeira se refere à designação de indivíduos de sexos diferentes; já a segunda, herança da literatura feminista, tornou possível falar de gênero a partir da noção de cultura, advinda de uma ótica interseccional que se distancia do plano biológico e se situa no campo relacional.

De acordo com Scott (1995), o termo gênero, portanto, rejeita a conotação biológica presente na primeira conceituação e passa a ter a sua vinculação às identidades subjetivas. Nos estudos recentes de Silva et al (2020, p. 156-157), tem-se a seguinte elucidação:

Numa classificação designada restritamente ao estudo da gramática até a década de 1970, o termo “gênero” apresenta-se como derivação da palavra latina *genus*, traduzida para o português como: “raça”, “tipo”, “variedade”. Posteriormente, assimilou-se o termo a uma aproximação mais contemporânea, quando o psicólogo John Willian Money em uma de suas obras atribui ao gênero as características culturais relativas ao sexo, identificação muito próximas ao uso que fazemos hoje. (SILVA et al, 2020, p. 156-157)

A partir do rompimento com a delimitação binária e fisiológica, o gênero passou a abarcar a experiência de pessoas que não se instauram na lógica heteronormativa, ou seja, não binários, *queer*, travestis e transexuais (GOMES et al, 2018). Na relação entre sexualidade e gênero, é comum que as hierarquias e normatividades sejam articuladas a partir das temáticas como desejo e sexo, afinal, são instâncias humanas interrelacionadas, de mútua influência e alinhadas em suas expressividades. É visível que o gênero, semelhantemente à sexualidade, é influenciado pelos aspectos normativos e morais, conforme apontam Silva et al (2020):

A diferenciação de gênero vai muito além e requer discussões acerca do assunto, isso porque as desigualdades e preconceitos estão enraizados na sociedade, e como salientado são produzidos pelas relações de poder e nas relações de poder. Como coluna dorsal para o tema tratado, a questão gênero é o enfoque principal onde o sexo masculino por um processo de estigmatização da cultura brasileira sofre impasses de aceitação na profissão de pedagogo atuando em escolas que hoje são cristalizadas pela presença de mulheres. (SILVA et al, 2020, p. 157)

Assim, a categoria gênero, para Colling (2018), abriu espaço para reflexões sobre as masculinidades e suas articulações na contemporaneidade, a consideração do gênero permite um olhar amplo para as expressões socialmente circunscritas da sexualidade, e conseqüentemente os modos de ser possíveis. Por fim, de modo sintético e, ao mesmo tempo, abrangente, Melo e Sobreira (2018) evidenciam o aspecto primordial da definição de gênero:

Entende-se por gênero os traços de masculinidade e de feminilidade encontrados em uma pessoa, os gostos, a forma de falar e de se vestir, esses traços

¹ A temática gênero é discutida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), especificamente no volume 8 (Apresentação aos Temas Transversais e Ética). Porém, é no volume 10 (Pluralidade Cultural e Orientação Sexual) que há uma definição do conceito de gênero e dos propósitos de trazê-lo à educação. As definições foram elaboradas em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE). Assim, entende-se que foram abrangentemente discutidas pela sociedade.

socialmente definidos tem influência direta na questão do gênero. Em outras palavras, quando reagimos a alguém como masculino ou feminino, não precisamos necessariamente ver se ele/ela tem pênis, vagina ou seios, é a forma de se comportar socialmente que nos dá essa percepção, assim o gênero é um fato visível a maior parte do tempo, o sexo não. (MELO e SOBREIRA, 2018, p. 382-383)

Desse modo, a pergunta pela sexualidade e gênero na contemporaneidade precisa ser feita à medida que se vale das premissas anteriormente mencionadas, ou seja, abordar esses temas pelo viés analítico e crítico permite a compreensão de sua expressividade vigente e, conseqüentemente, a estrutura moral reguladora. Sexualidade e gênero são concepções que foram construídas ao longo da existência, a partir das singularidades e dos contextos sócio-históricos e culturais, os estudos são realizados por diversas áreas do conhecimento, tais como a sociologia, filosofia, antropologia, história, pedagogia, entre outras. Percebe-se que cada sociedade estabelece as regras e parâmetros para os comportamentos sexuais, de ordem normativa.

2. Sexualidade e Gênero na Educação Infantil Brasileira

A partir das noções previamente expostas sobre sexualidade e gênero, é perceptível que as temáticas não se limitam aos aspectos da vida privada e que se encontram presentes na cultura, na linguagem, nos conteúdos midiáticos e que também influenciam e são influenciadas. Do mesmo modo, sexualidade e gênero estão presentes no contexto escolar, tanto na expressividade e dinâmica da comunidade escolar como também nos componentes curriculares nacionais.

A orientação sexual não possui intuito de normatizar corpos e expressões da sexualidade e de gênero, tampouco influenciar a partir da moral sexual vigente. No contexto escolar, o objetivo da orientação sexual é abordar o gênero e a sexualidade pedagogicamente, incentivando a reflexão, a problematização e os questionamentos dos discentes, a partir de um processo formal de planejamento, sistematização e intervenção ética por parte dos profissionais (BRASIL, 1997).

Sendo um tema transversal previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ministério da Educação (1997) para alunos de primeira à quarta série, a abordagem escolar da sexualidade e do gênero está em consonância com a construção coletiva da cidadania, da liberdade e autonomia. Visto que a manifestação da sexualidade e do gênero está presente desde os primeiros anos de vida e é plural, diversa e precisa ser respeitada a partir de suas singularidades.

Conforme Altmann (2001), o PCN prevê que a temática seja abordada a partir de duas principais formas: a primeira inserida na programação curricular, pela via transversal do currículo; já a segunda forma se faz presente a partir da quinta série, que vai além da transversalidade e se intensifica. Ainda conforme a autora, o PCN prevê a abordagem prioritária em três eixos, sendo: “Corpo: matriz da sexualidade”, “Relações de gênero” e “Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS”. No entanto, por mais que presentes no PCN, foram retiradas do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que demonstra um ataque à legitimidade e relevância do tema; no entanto, como fazem parte das demandas estudantis, os professores ainda podem abordá-las (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Desse modo, discutir tabus, preconceitos, estereótipos e violências advindas da sociedade, das famílias e instituições faz parte do processo e auxilia o aluno tanto a conhecer as teorias quanto a ter consciência dos impactos negativos de tais fenômenos na constituição biopsicossó-

cial dos indivíduos para então desenvolver atitudes coerentes com a formação cidadã necessária (BRASIL, 1997).

3. O Professor Homem na Educação Infantil

A formação dos professores, conforme Martines e Rossarolla (2018), é perpassada pela relativização dos conceitos de sexo, sexualidade e gênero e pelos múltiplos significados e manifestações advindos dos discursos e expressões nas instituições familiares, espaços sociais e veículos midiáticos. Tais fontes fazem parte da formação sexual das crianças, o que reforça o lugar da escola em articular as construções teóricas às realidades que se apresentam.

De acordo com Foucault (1999), a função do dispositivo da sexualidade é “penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (p. 101). A escola, voltada para a (co)construção do conhecimento, para a reflexão crítica da realidade, tem a sua missão e função social veiculada à sexualidade e ao gênero e permite uma abertura para que as crianças possam esclarecer dúvidas, aprender sobre a diversidade e preconceito, formular questões e aliviar suas ansiedades. Além disso, podem ter consciência das ações de prevenção de gravidez, infecções sexualmente transmissíveis (IST’s), sobre as orientações sexuais e de gênero, bem como possibilidade de integração de suas experiências com os conteúdos, a partir da consideração dos próprios aspectos identitários (BRASIL, 1997).

A problemática se insere na verificação dos desafios e possibilidades, das barreiras e dificuldades do manejo do assunto, desde os seus aspectos teóricos até o manejo in loco realizado por professores da educação infantil em seus anos iniciais, a considerar o que as pesquisas vêm discutindo na contemporaneidade. Nesse viés, Garbarino (2021, p.3) aponta como constituintes do paradigma vigente os “aspectos sócio-históricos do sexismo, preconceitos, estereótipos, a vulgarização da sexualidade humana na mídia e a ausência ou distorções de explicações sobre as diferenças sexuais, os papéis de gênero e a reprodução humana”.

Os professores, conforme apontam Gonçalves et al (2013), independente da área de formação, precisam contribuir para que os preconceitos e tabus sejam enfrentados de modo coletivo, para que sejam excluídos ou, no mínimo, reduzidos, visando uma formação em prol do respeito à diversidade, ao gênero e à sexualidade como um todo. Alvarez e Pinto (2012) apontam que o professor precisa ir além do domínio dos conhecimentos teóricos sobre a sexualidade, é necessário que este seja versátil, dinâmico, que invista na sensibilidade e na boa relação com os alunos.

De acordo com Junqueira (2013), a ausência de discussões, reflexões e análises críticas sobre a diversidade sexual é um dos fatores que promovem o silenciamento, a manutenção das violências e a invisibilidade das pessoas que assumem padrões não heteronormativos, nesse viés, o professor é responsável, assim como a família e a sociedade civil, por abrir o espaço de fala para a temática, para acolher os modos de ser dos discentes e fomentar o diálogo.

A partir disso, o PCN aponta que os professores necessitam, *a priori*, reconhecer como legítimas as expressões sexuais dos discentes em todas as etapas do desenvolvimento humano, assim como proporcionarem a abertura para a curiosidade e dúvidas que possam surgir e esclarecê-las de modo a promover a autonomia, o fortalecimento da autoestima e a formação crítica (BRASIL, 1997).

Tendo em vista o desafio em não colocar as próprias opiniões, valores e crenças no processo educativo, o professor também necessita de um autoconhecimento, verificar os seus recursos

internos e emocionais diante da temática, além disso, o preparo teórico, as leituras e discussões entre pares e outros profissionais mostra-se de grande valia (BRASIL, 1997).

A partir, então, da construção de ambiência escolar favorável à percepção discente daquilo que não respeita diversidade, sendo intolerante, excludente e/ou, portanto, silenciador na sociedade, torna-se possível reparar papéis reprimidos no próprio espaço pedagógico – como o da presença masculina em ambientes da Educação Infantil.

Essa movimentação, envolvendo, diretamente, a própria comunidade escolar em seu nicho habitual, oportuniza aos profissionais da educação que viabilizem projetos pedagógicos para reflexão, reação e inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível refletir sobre os desafios que se apresentam para a prática de professores homens na educação infantil, a fim da necessidade de abrir espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural e polissêmico e de leituras sobre sexualidade e gênero. Assim como perceber que a reinvenção dos processos formativos do docente se dá a partir da consideração da complexidade em sua *práxis* e das implicações das construções teóricas sobre gênero e sexualidade na educação infantil brasileira.

O processo de falar sobre sexualidade e gênero nas escolas, desde a educação infantil, precisa estar alinhado à consciência do próprio docente, a introjeção da relevância do tema, essa premissa é decisiva, pois o trabalho é construído a partir da subjetividade, além dos conhecimentos teóricos e metodológicos e do desafio em lidar com as resistências e pressões internas e externas.

A articulação entre a sexualidade e o gênero no contexto educacional infantil constitui-se o alvo epistemológico da pesquisa, tanto na ótica dos desafios de abordar as temáticas no contexto educacional brasileiro quanto dos atravessamentos da divisão sexual do trabalho, que interfere negativamente na *práxis* profissional dos professores homens na educação infantil. Por fim, considerando o papel de problematizar e manejar a temática, é essencial que o docente parta de uma leitura interseccional, condizente com as realidades múltiplas que são atravessadas pelas questões de raça, classe e de gênero.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. Pesquisa em Ciências Sociais. In: HIRANO, Sedi (Org.). *Pesquisa social: projeto e planejamento*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Estud. fem.* São Paulo, 2001.
- ALVAREZ, M. J.; PINTO, A. Educação sexual: atitudes, conhecimentos, conforto e disponibilidade para ensinar de professores portugueses. *Aletheia*, Canoas, 2012.
- BEARZOTTI, P. Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano. *Arq. Neuro-Psiquiatr.* 1994.
- BRASIL, Fundamental Secretaria de Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.
- COLLING, L. *Gênero e sexualidade na atualidade*. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, Salvador, 2018.
- EGYPTO, A. C. *Orientação Sexual na Escola: um projeto apaixonante: o projeto de orientação na escola*. (Org.) Clara Regina Rappaport. São Paulo. EPU, 1981.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da Fala do Outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Bahia: UFBA, 2004. p. 139-152. In: *Paidéia*, 2004, p. 139-152.
- GARBARINO, M. I. O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância. *Cadernos Pagu*. Rio de Janeiro, 2021.
- GIDDENS, A. *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.
- GOMES, R.; MURTA, D.; FACCHINI, R.; MENEGHEL, S. N. Gênero, Direitos Sexuais e suas Implicações na Saúde. *Cien Saúde Cole*. [Internet], 2018. Disponível em: <<https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/genero=-direitos-sexuais-e-suas-implicacoes-na-saude16631/?id=16631&id=16631>>
- GONÇALVES, R.; FALEIRO, J.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. *Holos*. 2013.
- JUNQUEIRA, R. D. “Temos um problema em minha escola: um garoto afeminado demais.” Vigilância de gênero, heteronormatividade e heterossexismo no cotidiano escolar: notas sobre a pedagogia do armário. In: MAIO, E. R.; CORREA, C. M. A. (Orgs.). *Gênero direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares*. Maringá: UEM, 2013. p.191-207.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário de psicanálise*. 4.ed. Santos: Martins Fontes, 2001.
- MARTINES, E. A. L de M.; ROSSAROLLA, J. N. Sexo e Sexualidade: tabu, polêmica ou conceitos polissêmicos? Reflexões sobre/para a formação de educadores. *Rev. Exitus*. Santarém, 2018.
- MARTÍNEZ, L. F. P. A pesquisa qualitativa crítica. In: *Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 138 - 152.
- MELO, T.; SOBREIRA, M. Identidade de gênero e orientação sexual: perspectivas literárias. *Temas em Saúde*. João Pessoa, 2018.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes, 1994.

MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, São Paulo, 1995.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>

SILVA, R. M., BACELLAR, de. S. D., FERREIRA, V. G., SONIA, B. A. O homem pedagogo e o mercado de trabalho: Oportunidades e desafios. *Perspectivas em diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, 2020, p. 148–164). Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9323#:~:text=Esta%20pesquisa%20apresenta%20os%20diferentes,frente%20ao%20mercado%20de%20trabalho> >

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: <www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf >

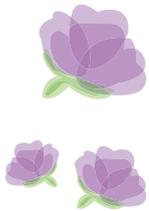
SOARES, Z. P.; MONTEIRO, S.S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. *Educ. Rev.*, Curitiba, 2019.

SOUSA, L. P. D., GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*. São Paulo, 2016.

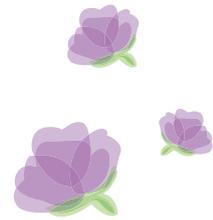
RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. *Sexualidade e infância*, p. 17-34, 2005.



Seção



B



Relato de Experiência



“Mulheres que Gingam no Meio do Mundo”: capoeiragem feminista em Macapá*"Mujeres que Gingam en la Mitad del Mundo": capoeiragem feminista en Macapá**"Women who Gingam in the Middle of the World": capoeiragem feminist in Macapá***Maria Zeneide Gomes da Silva****Jeniffer dos Santos Pereira**

Resumo: Este artigo¹ apresenta a história de mulheres do “Coletivo Mulheres que Gingam no Meio do Mundo”, movimento social composto por mulheres capoeiristas de diferentes grupos ou associações de capoeira na Amazônia, Estado do Amapá, em luta pela visibilidade e empoderamento nas rodas de capoeira. O referencial teórico é pautado em obras principalmente do feminismo negro e autores sobre capoeira e/ou estudos afro-amazônicos. Optamos pela pesquisa participante, observação etnográfica tradicional e digital. Os resultados apontam a capoeira e o coletivo analisado, enquanto movimentos sociais marcados pelas diferenças étnico- raciais, intergeracionais, pela resistência, luta por adequação de gênero e afirmação de suas identidades LGBTQI+, com seus gingados políticos nas rodas de capoeira e grande roda social no meio do mundo, esquina do rio Amazonas com Oceano Atlântico, no Estado do Amapá.

Palavras Chave: Roda de Capoeira. Mulher Capoeira. Gênero. Amazônia.

Resumen: Este artículo presenta la historia de las mujeres del "Colectivo Mujeres que van en la mitad del mundo", un movimiento social compuesto por mujeres capoeiristas de diferentes grupos o asociaciones de capoeira en la Amazonía, estado de Amapá en lucha por la visibilidad y el empoderamiento en ruedas de capoeira. El marco teórico, basado en trabajos principalmente feminismo negro y autores sobre capoeira y/o estudios afroamazónicos. Se eligió la investigación participante, la observación etnográfica tradicional y la digital. Los resultados apuntan a la capoeira y al colectivo analizado, como movimientos sociales marcados por diferencias raciales, étnicas intergeneracionales, resistencia, lucha por la adecuación de género y afirmación de sus identidades LGBTQI+ con sus gingados políticos en la rueda de la capoeira y gran rueda social en la mitad del mundo, rincón del río Amazonas y el Océano Atlántico en el Estado de Amapá.

Palabras Claves: Rueda de Capoeira. Mujer Capoeira. Género. Amazônia.

Abstract: This article presents the story of women from the "Collective Women Who Go in the Middle of the World", a social movement composed of capoeiristas women from different groups or associations of capoeira in the Amazon, state of Amapá in struggle for visibility and empowerment in capoeira wheels. The theoretical framework, based on works mainly black feminism and authors on capoeira and/or Afro-Amazonian studies. We chose participant research, traditional ethnographic observation and digital. The results point to capoeira and the collective analyzed, as social movements marked by racial, intergenerational ethnic differences, resistance, struggle for gender adequacy and affirmation of their LGBTQI+ identities with their political gingados in the capoeira wheel and great social wheel in the middle of the world, corner of the Amazon River and Atlantic Ocean in the State of Amapá.

Key-words: Capoeira Wheel. Capoeira Woman. Gender. Amazônia.

¹ O presente artigo foi comunicado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 no período de 19 a 30 de julho de 2021, UFSC, sob o Título “Mulheres que Gingam no Meio do Mundo”- capoeiragem feministas em Macapá. O mesmo, após orientações, passou por modificações pertinentes no texto original.

Maria Zeneide Gomes da Silva – Mestre em Educação e Cultura - PPGEDUC/UFPA, Especialista em História Afro-brasileira e Indígena – UFPA/FACHTO-Cametá, Especialista em Educação a Distância – UFPA e Graduada em Licenciada Pleno em Educação Artística – Artes Plásticas, Membro do Comitê Gestor da Salva-guarda Capoeira do Pará-IPHAN, Professora SEDUC-PA. E-mail: zeneidegomes@yahoo.com.br

Jeniffer dos Santos Pereira – Acadêmica de Gestão Pública, Instrutora de Capoeira e Coordenadora do Centro Cultural de Capoeira Raízes do Brasil no Amapá, Coordenadora do Movimento Capoeira Mulher – PA, Coordenadora do Coletivo Mulheres que Gingam no Meio do Mundo – AP. E-mail: jenyffersp.meg@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa refletir sobre organização social de mulheres capoeiristas na Amazônia, no Estado do Amapá. Falar das mulheres em posição desfavorável em relação ao homem na sociedade brasileira é lugar comum; no cenário da capoeira não é diferente, as mulheres vêm gingando, se esquivando, atacando, dando volta ao mundo e entendendo esses movimentos enquanto ato político de resistência e luta nas grandes e pequenas rodas. Assim como a prática da capoeira, onde ninguém joga sozinha ou sozinho, de forma coletiva e organizada, na esperança de dar uma rasteira no patriarcado, sexismo, machismo e todas as fobias que estão presentes nas rodas de capoeira, foi neste jogo que as autoras se encontraram, em 2016, durante a pesquisa para dissertação de mestrado² sobre o Movimento Capoeira Mulher – MCM, organização social composta por mulheres capoeiristas de vários grupos/associações de capoeira em Belém do Pará que lutam pela visibilidade, igualdade de oportunidades e empoderamento nas rodas de capoeira há vinte anos.

Foi neste processo que a fala de Jeniffer Santos na capoeira, conhecida como Margarida, parceira e coautora do presente trabalho, afirmava que o MCM influenciou a criação de outros movimentos ou coletivos de mulheres capoeiristas, dentre estes, o “Coletivo Mulheres que Gingam no Meio do Mundo”³ Amapá, que nasceu com o intuito de fazer a integração entre as mulheres capoeiristas, e, como movimento no Pará, as mulheres no Amapá também não se conheciam. Na ocasião, a história das amapaenses não pôde ser explorada. Agora, na condição de parceiras e autoras, entraram na roda para contar e refletir sobre a história de mulheres capoeiristas cis e trans que gingam, enquanto um ato político, para o enfrentamento às opressões através da pesquisa e escrita.

Enquanto metodologia, realizamos um estudo de caso, através da pesquisa e observação participante de cunho etnográfica, na forma tradicional e virtual, pois, segundo Angrosino (2009), “os espaços virtuais também são considerados campo interessante de interações sociais e pesquisa etnográfica”. Nossa interação e parceria ocorreu de forma presencial e virtual através de conversas via telefone, áudios visuais e/ou mensagens de textos. Consideramos essa parceria de fundamental importância para atuação e resistência política contra as hegemonias dominantes dentro da capoeira que enfrentamos enquanto pesquisadoras e depoentes compromissadas com a lógica de dominação masculina. Dessa forma, trazendo nossas vozes juntamente com as vozes das interlocutoras da pesquisa, que relataram suas experiências e/ou foram percebidas como sujeitas de mudanças e não apenas enquanto objetos de estudo.

O referencial teórico utilizado vem no sentido de contribuir para análise deste fazer cultural do povo negro à capoeira, focando no feminismo, sobretudo o negro, na história da capoeira enquanto expressão cultural da e na afro-Amazônia, para analisar o sexismo, o machismo, o racismo e as fobias que estão contidos nestas expressões culturais negra que produz efeitos violentos sobre a mulher capoeirista.

1. A Capoeira Amapaense e Sua Intersecção com a Capoeira Paraense.

Para falar sobre mulheres na capoeiragem na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, torna-se relevante informar sobre a relação ancestral com a história da capoeiragem

² Movimento Capoeira Mulher: Saberes ancestrais e a práxis feminista no século XXI em Belém do Pará da autoria de Maria Zeneide Gomes da Silva 2017, que investigou o Movimento Capoeira Mulher, organização social de mulheres capoeiristas paraense.

³ A expressão “Meio do Mundo”, em referência ao Marco Zero, a linha imaginária que divide os hemisférios Norte e Sul do Planeta, que atravessa o Estado do Amapá.

na Amazônia paraense, uma vez que o território paraense englobava o Amapá até 1943, quando foi desmembrado do Pará para a criação do Território Federal, somente elevado à condição de Estado em 1988, com a atual Constituição Federal. Razão pela qual temos uma história compartilhada, não apenas por considerar que o Amapá fazia parte do território paraense, mas por ter sido o local para onde eram deportados os capoeiras presos na capital Belém durante no século XIX e início do século XX, período de criminalização da capoeira e perseguições aos capoeiras.

A história dos valentões e valentonas capoeiras foram encontradas em diferentes fontes, tais como: literatura, jornais e arquivos de polícia antigos do Pará. Dentre os muitos registros, Salles (2004) traz os perigosíssimos Macaco e Gato, que, por volta de 1920, eram especialistas em brigas com a cavalaria, sempre deixando gente no chão, pois a luta era sempre pra valer. Salles afirma ainda que, como na Bahia, capoeiras famosos no Pará foram consagrados em chulas tradicionais, a exemplo, cita o poema “Pai João” de Bruno de Meneses, que contém a chula do celebrado “Juvená”, para ele, êmulo do camarada baiano Mangangá, ao menos na glória do canto consagrador da habilidade do grande capoeirista: “Juvená/Juvená! Arrebate /esta faca/Juvená!”, fato que também aponta para aproximação entre a prática de capoeira e outra expressão cultural afro-amazônica, o carimbó.

A literatura de Leal (2008), ao abordar um período entre 1888 e 1906, aponta para a aproximação entre capoeiras e os Bois Bumbás e a “importação” de capoeiras pernambucanos para o serviço de capangagem de poderosos no Pará entre 1890 à 1912, onde, sob alcunhas de capangas, os capoeira incomodavam o “sossego público”. E, apesar da capangagem de certa forma ser protegida e defendida por seus chefes políticos de qualquer punição – pelo menos até o último dia em que esteve à frente da Intendência Municipal o senador Antônio Lemos (Lemos, era um Liberal no período Imperial e, na República, ocupou altos postos políticos até 1912, quando foi deposto, e que teve vários capangas capoeiras) –, a luta e campanha para exterminar as maltas de desordeiros é ferrenha, segundo o jornal “A República”, que aconselhava a deportação de capoeiras ao chefe de polícia, revelando, com isso, o projeto de governo de, com uma única ação, resolver dois problemas: a carência de mão de obra para a colonização do Amapá, onde a presença de brasileiros era pequena e também fundamental para resolução dos constantes conflitos em virtude da frágil demarcação dos limites de Fronteira com a Guianas Francesas; e, de outro lado, resolver o problema vivenciado com os capoeiras na capital.

Duro com eles, dr. Chefe. Livrai-nos desses vagabundos. O Amapá precisa de ser colonizado e está de braços abertos pedindo que mande *boa gente*.

Nada de comiserações.

É tempo de limpar a nossa capital. Para cá fugiram os *capangas* de Pernambuco. No dia que o Amapá começar a receber a escória que nos infesta, tereis merecido os aplausos sinceros dos homens de bem.

Deixai a política da capoeiragem. (*A República*, 27 de agosto de 1890)

Desta forma, segundo Leal (2008), diante das disputas entre partidos políticos Democratas e Republicanos até o dia 09 de setembro, um total de 40 (quarenta) pessoas foram presas por toda a Belém e arredores, entre estes, 06 (seis) mulheres, sendo um total de 33 (trinta e três) homens apontados como capoeiras/vagabundos, que foram deportados para o Amapá. Ressalta-se que todos tinham profissão, porém, segundo os Republicanos, os Democratas apenas livraram os seus

capoeiras e capangas. Foi neste cenário que se destacou Francisco Xavier da Veiga Cabral (1861 – 1905), o Veiga Cabral, famoso capoeirista Cabralzinho, nome bastante conhecido na época por sua capoeiragem e militância política, tanto no Pará quanto no Amapá, para onde foi enviado no rastro das deportações, mas com uma missão política, não como um simples deportado. Percebe-se que Cabralzinho, filho de político, comerciante e dono de jornais, não recebia o mesmo tratamento diferenciado dos demais capoeiras de outros extratos sociais simples envolvidos nas ações de repressão. A literatura sobre este momento político também lhe reserva o lugar de militância política e de herói nacional, o que lhe redeu homenagens nos dois Estados: na capital do Pará, homenageado com nome de rua; e em Macapá, capital do Amapá, com uma estátua em praça pública – imagem que nada lembra a capoeiragem com a qual desarmou e derrotou um oficial francês, durante conflitos em 1895, em virtude das disputas territoriais com a Guiana Francesa.

No que tange à história de mulheres na capoeiragem, no Estado do Pará, ela é antiga, conforme Soares (1997) e Oliveira e Leal (2009), tal como a dos homens, desde o século XIX, segundo o jornal *A Constituição* de 21 de novembro de 1876: “Que mulher Capoeira! As 7 horas da noite, por praças do 4º Batalhão de Artilharia foi hontem presa a cafuza Jeronyma, escrava de Caetano Antônio de Lemos”. Soares se refere como “improvável” talvez por ser em Belém do Pará⁴, fora do Eixo nordeste e sudeste, grandes centros de capoeira, fato que, até o presente, é considerado o mais antigo registro de mulher praticante de capoeira no país. Além de Jeronyma, outras ancestrais são citadas: Maria Meia-Noite, Joana Maluca, Maria Galinha e tantas outras invisibilizadas na memória coletiva. Da mesma forma que os homens, eram presas, tachadas de desordeiras, vadias, vagabundas e prostitutas, perfil em total antagonismo aos padrões estabelecidos para mulheres, mesmo para as de sua classe social de origem afro ou indígena, escravizadas ou libertas, que frequentavam os mesmos espaços que os homens: as ruas, enquanto espaços de trabalho e boemia na Belém do Pará no século XIX e início do século XX.

Silva (2017), em sua pesquisa, evidencia a participação de mulheres capoeiristas nas últimas décadas do século passado até o presente. As capoeiristas atuaram e atuam em diversas frentes de trabalho e com diferentes níveis de formação escolarizada, sendo muito mais provável a capoeirista chegar ao mestrado e/ou doutoramento acadêmico que a ser mestra na capoeira no Pará, com uma história marcada pela ausência de socializações entre mulheres de outros grupos, com baixas graduações, ausência de autonomia e compartilhando, ainda, histórico das opressões – violências física e sexual, feminicídios e pedofilia – dentro da capoeira; e, ainda, casos de violências domésticas, quando o companheiro também é praticante de capoeira. Casos quase sempre acobertados por homens e mulheres, razões pelas quais levaram um grupo de mulheres liderados do Silvia Leão, a Pé de Anjo, em 2016, considerada Mestre de Capoeira⁵ *in memoriam*, a se organizarem e criarem o MCM. Este movimento é o lugar de onde Margarida procede enquanto participante e coordenadora.

Margarida, vítima da violência por seu ex-companheiro e professor de capoeira, assim como Cabralzinho, foi para o Estado do Amapá; não foi deportada, mas saiu em fuga estratégica para a segurança de sua própria vida e de sua família. “Uma vítima do machismo, que ao mesmo tempo em que foi amparada pelas primeiras militantes do movimento, também se transformou numa militante, mesmo morando em outro Estado.” (SILVA, 2017 p.89). No novo Estado, atua na articulação das mulheres capoeiristas do local, o que levou à criação do “Coletivo Mulheres que Gingam no Meio do Mundo”, conforme vimos acima.

⁴Na então Província do Grão Pará e Maranhão.

A história da capoeira no Amapá, tal qual no Pará, ainda precisa ser mais investigada; no entanto, encontramos no “Dossiê de Registro Marabaixo”, enquanto patrimônio cultural pelo IPHAN, 2018 – O Marabaixo é uma expressão cultural afro-brasileira, legado das ancestralidades africanas aportadas na região no final do século XVIII, constituindo-se num legado identitário do Estado do Amapá –, uma expressão por meio da dança e cantigas, que são denominadas “ladrao”, espécie de poesia oral, que narra fatos cotidianos, usado para mensagens durante as rodas de Marabaixo, musicada a partir de toques das caixas, instrumentos de percussão, espécie de tambor produzidos pelos tocadores.

Marabaixo é uma manifestação cultural constituída principalmente por canto, música e dança. Vincula-se ao fazer religioso do catolicismo popular praticado predominantemente pelas comunidades negras do Amapá. Costuma ser ofertado às santidades de devoção em agradecimento pelo alcance de uma graça, ainda que não se restrinja um contexto. (BRASIL, 2018 p.15)

A prática da capoeira é encontrada na década 1940, juntamente aos estudos realizados sobre o Marabaixo, praticado em frente à tradicional Igreja Matriz de São José, palco das rodas de Marabaixo e do jogo da “carioca”, como era chamada a capoeira naquela época. Onde o pesquisador “Manoel Nunes Pereira, em visita ao Amapá em 1949, constatou o que seus informantes à época identificavam como Carioca: homens ‘feitos’, rapazes e crianças se empenhavam em luta corporal, em rasteiras e capoeiras.” (PEREIRA, 1989, p. 105, apud; BRASIL, 2018, p. 52). Do Dossiê, vem a informação que, das memórias dos velhos detentores do Marabaixo, surgem as referências dos jogos da carioca:

Antigamente quando o Marabaixo sai às ruas o seu Bruno(...)tirava o fundo de uma garrafa e fazia fa..fafa..fa, então a ‘caixa velha dobrava’ (...)animando os participantes que no domingo do mastro iam jogar capoeira na frente da igreja do São José, padroeiro da Macapá(...) Após o jogo, os brincantes se cumprimentavam dando as mãos, abraçando-se (...) e o cortejo seguia pelas ruas da cidade, ao som das caixas dobradas até a casa do festeiro. Lá o jogo continuava e os feridos recebiam os primeiros cuidados com unguentos à base de ervas e plantas

⁵ Segundo Silva (2017): fato ocorrido fruto da transgressão de mulheres que compõe o Comitê Gestor da Salvaguarda Capoeira do Pará, por ocasião à “Roda de Conversa Patrimônio e Gênero: a mulher na capoeira”, durante o “I Colóquio Patrimônio, Gênero e Saberes Tradicionais”, em 22 de novembro de 2016, durante a Semana do Patrimônio Paraense realizada no período de 21 a 25 de novembro de 2016 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e pelo ASAPAM – Associação dos Agentes de Patrimônio Pará. Evento que, com a participação da Dra. Rosângela Janja Costa Araujo, a Mestre Janja, mestra do Instituto Nzanga de Capoeira Angola, Acadêmica do Universidade Federal da Bahia - UFBA, grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA, é importante liderança e protagonista na luta e sobre pesquisas, notadamente, sobre a mulheres capoeiristas. Neste evento, Mestre Janja, ao ouvir todas as expositoras capoeiristas e perceber a importância da capoeirista Sílvia Leão, já falecida, para a história da capoeira e sobretudo das mulheres capoeiristas do Estado, na presença de uma quantidade expressiva de capoeiristas e de mestres de capoeira, lançou a pergunta: *Como se reconhece um mestre de capoeira?* A resposta foi unânime: *A comunidade é que reconhece.* Diante da resposta, Mestre Janja afirmou que estava ali na presença de muitos mestres e ela é uma mestra, e fez mais um questionamento: que, quem reconhecia que a Sílvia Leão era uma Mestre de Capoeira, se levantasse. Apenas um mestre de capoeira não se levantou, mas, depois, disse que concordava. Assim, num verdadeiro “pulo do gato” de Mestre Janja, o Estado do Pará teve reconhecida sua Primeira Mestre de Capoeira: Mestre Sílvia Leão, a Pé de Anjo – nome social na capoeira.

caseira. Nos intervalos do jogo as mulheres ocupavam o barracão e faziam as rodas de Marabaixo. (VIDEIRA, 2009. p 100 e 119, apud; BRASIL 2018, p. 53)

Dessa forma, através da oralidade de Josefa Lau Picanço, a baluarte do Marabaixo de Mazagão Velho, conhecida como “Tia Zezinha”, narra a história de uma mulher dessa época que jogava capoeira e era conhecida como “Benedita Viada”, a qual, após verificar que estavam fazendo boatos sobre sua filha, entra em combate com um homem chamado “Zé Belém”, no qual deu rasteiras e teve sua luta imortalizada através do seguinte Ladrão de Marabaixo de autoria desconhecida:

“Dia 15 de agosto se deu um grande alvoroço,
Belém apanhou pancada, na descida do poço,
Olha irmã catita está no salão, assim atracada assim eu não subo não.
Olha eu bem te disse Belém, tu deixa de amuanca
A Benedita Viada é mal para quem apronta”

Interessante destacar que os ‘ladrões’, tal qual as letras das músicas de capoeira, relatam cenas cotidianas dos envolvidos.

2. “Coletivo Mulheres que Gingam no Meio do Mundo”

O Coletivo nasceu com o intuito de fazer a integração entre as mulheres capoeiristas do Amapá, segundo Margarida, uma semente a partir do MCM. Em 2006, Margarida chega em Macapá como graduada do Centro Cultural de Capoeira Raízes do Brasil; soube que, anteriormente, uma aluna do Grupo Dandara Bambula, que havia na época, chegou a fazer roda feminina dentro do próprio grupo, porém não havia qualquer movimento de ampliação para outras participantes de grupos diferentes.

Margarida iniciou na capoeira em Belém do Pará, na década de 90, no grupo Discípulos de Dandara, com o Mestre Égos, na época professor, supervisionado por Mestre Caiçara e Mestre Imar, este último patrono do tradicional grupo Dandara Bambula. Em 2000, após sua saída da Abadá Capoeira, passa a ser integrante do Centro Cultural de Capoeira Raízes do Brasil e, em 2002, após convite de Sílvia Leão, Mestra Pé de Anjo (*In Memoriam*), passa a coordenar o MCM junto às demais integrantes da época.

A história de Margarida está imbricada com a história do coletivo de mulheres capoeiristas na cidade de Macapá, o que é perceptível desde a realização do primeiro evento que ela e o irmão capoeirista, Passarinho, realizaram em seu grupo. Ocasão em que entraram em contato com grupos de capoeira e capoeiristas, entre estes, Mestre Grilo e sua esposa, Dona Maria da Capoeira.

Destes momentos de sociabilidades, além de Dona Maria, se deparou com diferentes casos de machismo e intolerância, principalmente no que diz respeito à identidade de gênero – a exemplo, podemos citar duas capoeiristas: a primeira, uma mulher lésbica, contramestra Ilma; a segunda, uma mulher trans chamada Samylla (nome social).

Maria José Pantoja Figueiredo, Dona Maria da Capoeira, é atualmente Presidente da União dos Capoeiristas do Amapá – UNICAP desde o ano de 2012, e foi reeleita em 2016. Uma mulher que é referência na luta pela valorização da capoeira. Essa mulher de 65 anos de idade, negra, com traços indígenas, não tem graduação, não é mestra. Ela não joga em todas as rodas, mas, como ela

diz: a vontade é tão grande que ela entra, nem que seja só para gingar. Por isso, foi questionada ao assumir esta entidade, que agrega mais de 40 grupos de capoeira no Estado. O interessante em tudo isso foi a transformação e reconhecimento ao longo dessa estada à frente da entidade, pois a mesma era conhecida na capoeira como “Maria do Grillo”, uma vez que é esposa de um dos mestres mais antigos no Estado, e, atualmente, em qualquer lugar no Amapá em que se fale em segmento afrodescendente, todos conhecem a “Maria da Capoeira”, que foi conselheira estadual de cultura e lutou pela efetivação da Cadeira Titular da Capoeira, ato que foi executado após sua saída do mandato. Dona Maria concorreu à vereança nas eleições de 2019.

Dona Maria foi a primeira pessoa procurada por Margarida para socialização do desejo e intenção de organização das mulheres e prontamente se manifestou favorável e apontando caminhos e se colocando à disposição para contribuir para implementação, dizendo: “faz que eu ajudo, e faz pela UNICAP”. Nos diálogos estabelecidos para organização, encontraram muitos obstáculos, entre eles, a ideia de que “os movimentos de mulheres, só servia para tirar alunas dos grupos”, fala muito ouvida quanto à criação do MCM em Belém. Postura que evidencia a completa falta de entendimento sobre feminismo e o movimento. Para hooks (2018), o feminismo é um movimento para acabar com o sexismo e a opressão e que não tem nada a ver com ser anti-homem. E, ainda, afirma que seria inocência simplificar o feminino e enxergá-lo como um movimento de mulheres contra homens, e que todas e todos nós participamos da disseminação do sexismo, até à mudança de consciência e coração, até substituirmos ações sexistas por ações feministas.

Dentre as muitas histórias vivenciadas por Dona Maria da Capoeira, podemos citar o ocorrido em uma gestão municipal passada, onde, por ocasião da Semana da Consciência Negra, foi realizada apresentação de capoeira envolvendo vários capoeiristas de diferentes grupos e, até as vésperas do Natal, o Governador não havia liberado o pagamento para os envolvidos. Assim, em 24 de dezembro de 2014, às seis horas da manhã, Dona Maria da Capoeira estava à porta da casa do governador. Quando ele foi atender e viu quem era, falou: “É muito deselegante de sua parte vir na porta de minha casa às seis horas da manhã para me cobrar por uma apresentação que vocês fizeram no 20 de novembro. Se tivesse como, eu já tinha pago vocês.”. Dona Maria da Capoeira falou assim: “É muito deselegante da sua parte não entender que têm professores de capoeira que fazem o trabalho que o Estado deveria fazer, não deixando as crianças se perderem nos bairros periféricos. E têm pais de família que contavam com esse cachê que, para o senhor, não significa nada, um cachê de mil reais. Mas era esse dinheiro, que ia garantir a ceia das famílias de alguns pais de família desses professores de capoeira. Então, eu não tenho vergonha de estar aqui lhe cobrando, porque eu não estou fazendo isso por mim, estou fazendo por todo mundo que está dependendo desse recurso.”.

Após o resultado dessa conversa espinhosa, às onze horas da manhã, Dona Maria mandou chamar Margarida. Ela tinha conseguido o valor bruto de R\$ 15.000,00, que, após os descontos de práxis, o valor líquido ficou em R\$ 11.700,00. Nesse mesmo dia, ela mandou chamar todos que fazem parte da UNICAP, repassando o dinheiro para todos que participaram da apresentação. Então, por essa trajetória, as pessoas têm admiração e respeito grande por ela, e, coincidentemente, o dia de seu aniversário é o dia da capoeira no Amapá.

Contramestra Ilma – Gracinilde Barbosa Cardoso, conhecida na capoeira como “Garra de Onça”, ex-companheira de mestre de capoeira –, relata que passou por processos de opressão tanto na sociedade quanto na capoeira, e passa por toda uma transição ao assumir sua identidade

homossexual após a traumática separação do ex-companheiro. É importante destacar que “Garra de Onça”, sem apoio familiar e pressionada, suprimiu sua homossexualidade para se encaixar na expectativa daquilo que todos esperavam dela: ser mulher, mãe e esposa de mestre. Após anos, não suportando mais a pressão e rebelando-se, principalmente ao passar por decepções pessoais, mudou sua postura e impôs sua vontade, assumindo um relacionamento homoafetivo e recebendo apoio dos filhos e de amigos. A nossa arte capoeira, mesmo pregando a liberdade, não aceitou muito bem essa transição. Ela revela que, por diversas vezes, sentiu-se incomodada pelo fato das pessoas com quem convivia a criticarem por ter “deixado de ser mulher”, quando, na verdade, ela **assumiu** ser uma mulher lésbica.

Outro processo de transição e adequação de gênero acontecido dentro da capoeira diz respeito à capoeirista Sâmylla Rocha (nome social) – na capoeira, a Donzela –, na atualidade com 27 anos, relatando que, desde cedo, se identificou como menina, como mulher, e aos 13 anos contou para a mãe que gostava de meninos e, aos 18 anos, começou a transição que ainda se encontra em processo. Tornar-se mulher trans não foi fácil. A aceitação no meio familiar foi difícil, mas o apoio da mãe e de uma tia foram fundamentais para o enfrentamento às discriminações, assédios e *bullying* sofridos.

Dentro da capoeira, Donzela narra não ter sido bem compreendida e recebida quando resolveu passar pelo processo de transição, especialmente quando passou a usar roupas femininas. Conta ainda que certo Mestre de Capoeira, após assédios e comentário depreciativo sobre sua conduta e opção sexual, mandou mensagem privada em rede social solicitando fotos, chamadas *nudes*, numa total falta de respeito e humanidade.

É importante ressaltar que Margarida, enquanto coordenadora do coletivo Mulheres que Gingam, recebeu críticas e questionamentos por aceitar a participação de um homem no coletivo, uma vez que se tratava de um coletivo composto por mulheres, ou seja, significa o não reconhecimento da identidade feminina de uma mulher trans. Obviamente, Donzela não só faz parte deste coletivo como é a primeira mulher capoeira trans no Amapá, assim como uma de suas coordenadoras. Na vida profissional, também é a primeira mulher trans servidora do Governo do Estado do Amapá a ser nomeada com seu nome social⁶, já tendo assumido interinamente a Secretaria Extraordinária de Políticas para Juventude. Para ela, as maiores dificuldades enfrentadas ocorreram no passado, não que os assédios, discriminações e transfobia tenham acabado, mas pela conquista de espaços na sociedade, como no espaço de trabalho, fato que a fortalece para o enfrentamento.

Das experiências vivenciadas em eventos fora do Estado, Margarida lembra um momento difícil que viveu durante um evento em Brasília, no qual participou como palestrante sobre o tema “Assédio Moral e Sexual na Arte: Quando a brincadeira vira coisa séria”. Ela relata que, durante sua fala, enfatizou o seguinte pedido:

‘Todos aqui fazem eventos trazendo homens de outros estados né? Então, por favor, por favor mesmo, parem de oferecer suas alunas, amigas e conhecidas de seu estado como mercadoria! Quantas e quantas vezes a gente já não ouviu o termo “vem que quando você chegar tem um monte de mulher aqui, nos utilizam-

⁶ O Ministério Público do Estado do Amapá, em 2017, lança a campanha “Me respeita como eu sou”, que garante a adoção do nome social por parte dos órgãos públicos para travestis e transsexuais. Ação teve como base o decreto N° 8.727/2016, que dispõe sobre o uso nome social e o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas travestis e transsexuais no âmbito da administração pública federal direta, autarquia e fundacional.

do como moeda de troca... O pior é vocês normalizarem esse tipo de comportamento e isso, definitivamente, não é normal.” (MARGARIDA, de palestra em 2018 realizada Encontro Nacional Feminino de Capoeira em Paranoá)

Após esse momento, recebeu olhares hostis de alguns homens presentes e outros, ofendidos, se retiraram; porém, no decorrer da palestra, outras mulheres se manifestaram tendo problemas semelhantes, provando que este não é um fato isolado e acontece em todos os Estados e não apenas na região norte. Hoje, apesar de toda a carga que teve que suportar ao passar por provações para criação e continuidade na coordenação do MCM em Belém, bem como de reiniciar todo esse processo em um Estado diferente através do Coletivo, é, atualmente, a Coordenadora Estadual do Centro Cultural de Capoeira Raízes do Brasil no Estado do Amapá, ressaltando que, dos onze Estados em que o grupo tem representação, apenas o do Amapá é coordenado por uma Mulher.

Diante de todos esses fatos vividos e percebidos por mulheres afro-amazônicas, portanto negras, só confirma o que Gonzales (2018), no texto “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, afirma.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GOZALEZ, 2018, p. 191)

É essa sintomática que faz com que o corporativismo existente entre homens, onde muitas mulheres também participam, esteja sempre tentando silenciar as mulheres, não permitindo que se reúnam em “movimentos”, de discutirem as problemáticas que vivenciam dentro da capoeira, ou das violências domésticas pelas quais passam as muitas mulheres capoeiristas, vítimas de seus companheiros capoeiristas, que muitas vezes acaba sendo letal, revelando, ainda, a mentalidade sexista e patriarcal e o total desconhecimento conceitual a respeito de movimentos feministas, sobre racismo e inclusão. Nós, assim como ensina a feminista negra bell hooks, gostaríamos que todos e todas as capoeiristas compreendessem que:

Feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão(...) porque afirma de maneira muito clara que o movimento nada tem a ver com ser anti-homem (...)E essa clareza nos ajuda a lembrar que todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas. Como consequência, mulheres podem ser tão sexistas quanto homens. Isso não desculpa ou justifica a dominação masculina; isso significa que seria inocência e equívoco de pensadoras feministas simplificar o feminismo e enxergá-lo como se fosse um pensamento de mulher contra homem. Para acabar o patriarcado (outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado), precisamos deixar claro que nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até despegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas. (hooks, 2018, p 13)

Para tanto, é importante destacar que a conscientização é necessária para que haja mudanças significativas, pois, de acordo com hooks (2018), feministas não nascem feministas, feministas são formadas, visto que, assim como todas as posições políticas, uma pessoa adere às políticas feministas por escolha e ação. Portanto, é necessário a conscientização e parceria entre mulheres, pois a sororidade ainda é muito poderosa e necessária. Chamamos a atenção para as seguintes situações: não confundir sororidade com corporativismo com os homens, situação que fortalece o patriarcado; e a de que os homens precisam se conscientizar.

Um homem despojado de privilégios masculinos, que aderiu às políticas feministas, é um companheiro valioso de luta e de maneira nenhuma é ameaça ao feminismo; enquanto uma mulher que se mantém apegada ao pensamento e comportamento sexistas, infiltrando o movimento feminista é uma perigosa ameaça. (hooks, 2018, p. 131)

Afinal, como afirma a mesma autora, o feminismo é para todo mundo. Quando mulheres se organizaram em movimento em Belém, despertou também o corporativismo entre os homens para dispersar o movimento. Entendemos isto como total falta de conhecimento. Situação parecida aconteceu em Macapá: os homens entendiam, de forma equivocada, que os “movimentos” estavam contra eles, a fim de retirar as alunas dos grupos. Certamente, eles não desejam perder privilégios do patriarcado, uma vez que são beneficiados pelo sexismo, prova de que é necessário criar uma consciência, conforme afirma a autora.

Decerto, é por conta dos corporativismos, silenciamentos e invisibilização das mulheres que, ao apagar das luzes, descobrimos, nos depoimentos orais levantados, a presença de uma capoeirista em atuação na década de 1980 do século passado, que atualmente não está envolvida com a arte, e que seria a mulher mais graduada na capoeira do Estado do Amapá, conhecida como “Mestra Fera”, sobre a qual, infelizmente, não conseguimos coletar dados específicos a respeito da sua história e contribuição. Ficando, assim, o convite instigante para que, em outra oportunidade, possa ser desvelada a história desta mulher mestra de capoeira do meio do mundo.

Para finalizar, é importante (re)lembrar nossas histórias, memórias de descolonizações que são verdadeiras volta ao mundo, tanto na pesquisa quanto na capoeira, ao mencionar que a criação do coletivo trouxe experiências de vida com enfrentamentos e superações. Nossas discussões e interações fora da pequena roda, durante a pesquisa sobre o MCM e com o Coletivo Mulheres que Gingam no Meio no Mundo, nos fez perceber a importância de trazer histórias de coletivos de mulheres para a grande roda de discussões sobre gênero. Destacamos que a história deste coletivo social do “meio do mundo” quer evidenciar a “Ginga” dessas mulheres, como ato político, de resistência e descolonização, de afirmações de identidades na capoeiragem afro-amazônica.

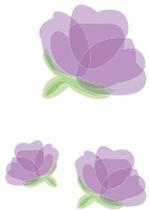
REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, Michel. *Etnografia e Observação Participante*. Tadução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras Lélia Gonzales em primeira pessoa*. Diásporas Africana: Editora Filhos da Africa, 2018.
- HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tadução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos. 2018.
- IPHAN, *Dossiê de Registro Marabaixo*. Brasília/DF, 2018
- LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A POLITICA DA CAPOEIRAGEM: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *Capoeira Identidade e Genero: ensaio sobre a história social da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SALLES, Vicente. *O Negro na Formação da Sociedade Paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2004.
- SILVA, Maria Zeneide Gomes da Silva. *Movimento Capoeira Mulher: saberes ancestrais e a práxis feminista no século XXI em Belém do Pará*. Cametá, 2017, 180f. Dissertação(Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, 2017.
- SOARES, Carlos Eugênio Libano. *Capoeira no Pará: resistência escrava e cultura popular (1849-1896)*. [s.l.], 1997. Mimeografada.

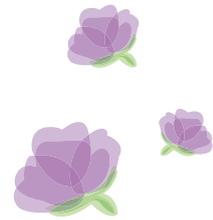




Seção



C



Relato de Pesquisa



As Consequências Psicológicas da Tentativa de Apagamento Social da Bissexualidade: um relato de pesquisa

Las Consecuencias Psicológicas del Intento de Borrar Socialmente la Bisexualidad: un informe de investigación

The Psychological Consequences of the Attempt to Socially Erase Bisexuality: a research report

Ana Vitória Moreira de Souza

Eloísa Amorim de Barros

Paulo Henrique Pargas Santos

Yan Walter Pena

Resumo: Este estudo objetivou conhecer as consequências psicológicas causadas pelo patriarcado na tentativa de apagamento social da bissexualidade. Na pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado do Pará (UEPA), participaram 69 pessoas, dentre elas, homens/mulheres cisgêneros e transgêneros, e não-binários, bissexuais, na faixa-etária de 18 a 60 anos, residentes em uma cidade do Oeste do Pará. Os participantes responderam um questionário, e, para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin, através da pré-análise, exploração do material, seleção de conteúdo e interligação dos dados com o referencial teórico. Nos resultados, foram apontados que termos, como binarismo e heterossexualidade compulsória, formam conceitos que atravessam a percepção dos participantes ao pensarem a orientação bissexual nos seus cotidianos. E demonstra a saúde mental e social das pessoas bissexuais sendo atravessada pelas consequências das normas de gêneros. Conclui-se que a tentativa de destituição da bissexualidade está interligada com as margens do patriarcado.

Palavras Chave: Patriarcado. Bissexualidade. Apagamento. Psicológico.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo conocer las consecuencias psicológicas provocadas por el patriarcado en el intento de borrar socialmente la bisexualidad. En la investigación, aprobada por el Comité de Ética de la Universidad del Estado de Pará (UEPA), participaron 69 personas, entre ellas, hombres/mujeres cisgénero y transgénero, y no binarios, bissexuales, con edades entre 18 y 60 años, residentes en una ciudad del oeste de Pará. Los participantes respondieron un cuestionario, y para el análisis de datos se utilizó el análisis de contenido de Bardin, a través del preanálisis, exploración de materiales, selección de contenidos e integración de datos con el marco teórico. En los resultados, se señaló que términos, como binarismo y heterosexualidad obligatoria, forman conceptos que atraviesan la percepción de los participantes al pensar la orientación bisexual en su cotidiano. Y demuestra que la salud mental y social de las personas bissexuales está siendo atravesada por las consecuencias de las normas de género. Se concluye que el intento de deponer la bisexualidad se entrelaza con los márgenes del patriarcado.

Palabras Claves: Patriarcado. Bissexualidad. Anulación. Psicológico.

Abstract: This study aimed to know the psychological consequences caused by patriarchy in the attempt to socially erase bisexuality. In the research, approved by the Ethics Committee of the University of the State of Pará (UEPA), 69 people participated, among them, cisgender and transgender men/women, and non-binary, bisexual, aged between 18 and 60 years, residents in a city in western Pará. Participants answered a questionnaire, and for data analysis, Bardin's content analysis was used, through pre-analysis, material exploration, content selection and data integration with the theoretical framework. In the results, it was pointed out that terms, such as binarism and compulsory heterosexuality, form concepts that cross the participants' perception when thinking about bisexual orientation in their daily lives. And it demonstrates the mental and social health of bisexual people being crossed by the consequences of gender norms. It is concluded that the attempt to depose bisexuality is intertwined with the margins of patriarchy.

Key-words: Patriarchy. Bisexuality. Annulment. Psychological.

Ana Vitória Moreira de Souza – Psicóloga, graduada pelo Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES).
E-mail: psi.anavitoria8@gmail.com

Eloísa Amorim de Barros – Psicóloga, professora do Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES).
E-mail: eamorimdebarros@gmail.com

Paulo Henrique Pargas Santos – Psicólogo, graduado pelo Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES).
E-mail: paulohen123@hotmail.com

Yan Walter Pena – Psicólogo, graduado pelo Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES). E-mail:
psi.yanwpena@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema as consequências psicológicas da tentativa de apagamento social da bissexualidade. Sendo possível pensar que, embora os movimentos de gênero e sexualidade tenham se expandido ao longo dos últimos anos, o corpo bissexual ainda é questionado direta e indiretamente acerca do desempenho de seu papel na cena social, sobretudo a partir das normas de gênero ainda arraigadas culturalmente (LEWIS, 2012). Assim, o fator patriarcal é uma nuance destas consequências, sendo evidenciado como “[...] o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.”, isto é, a dominação da categoria feminina pela masculina (SAFFIOTI, 2015, p. 47).

Considerando a preponderância patriarcal, visualiza-se assim sua influência na cultura, no capitalismo, na religião, na cidadania, e no direito, por exemplo, que, sobretudo, ainda está presente nas mais diversas formas dos dias atuais (ROMEIRO; SILVA; BRISOLA, 2018). Dessa maneira, a justificativa de tal escolha temática relacionada a este sistema serve para possibilitar o destaque às consequências psicológicas por ele causadas, as quais viabilizam preconceitos tanto de gênero quanto, como ressaltado no presente estudo, de orientação sexual ao público de pessoas bissexuais.

Logo, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que objetivou conhecer as consequências psicológicas causadas pelo patriarcado na deslegitimação da bissexualidade em uma cidade do Oeste do Pará. Pretende ainda elencar, através de revisão da literatura, as características psicológicas do regime patriarcal; definir o conceito de orientação bissexual; apontar o funcionamento da sexualidade na sociedade por um prisma patriarcal; e entender a deslegitimação da bissexualidade pelo patriarcado.

1. Materiais e Métodos

A presente pesquisa é de caráter explicativo e exploratório. Segundo Cajueiro (2015), a pesquisa explicativa pretende identificar fatos que contribuem para determinado acontecimento que se tem como objetivo estudar. Também foi exploratório pois, conforme Gil (2016), houve a necessidade de pesquisas bibliográficas com interesse em pautar um problema por meio da sua explicitação, deixando margens para hipóteses. Os procedimentos técnicos são de Medeiros (2014), em que se busca, através do levantamento de livros, obras e revistas de relevante interesse para a pesquisa, nortear o estudo de campo.

Já na pesquisa de campo, como o objeto foi abordado em seu próprio meio ambiente, a coleta dos dados foi realizada nas condições naturais em que os fenômenos ocorreram, diretamente observados e sem intervenção por parte de pesquisadores (SEVERINO, 2017). Utilizou-se abordagem qualitativa de Gunther (2014), caracterizada como um ato subjetivo de construção e também uma ciência baseada em textos nas diversas técnicas analíticas, que são interpretados hermeneuticamente; e também a quantitativa de Creswell (2021), por ser responsável por procurar testar teorias objetivas, relacionadas à aplicação de instrumentos que possam ser medidos numericamente e analisados com procedimentos estatísticos.

Buscando ampliar a visão acerca da informação recebida, e tentando compreender as significações por trás destas, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin. Portanto, seguiu-se etapas como a pré-análise, feita com o armazenamento das respostas do questionário na ferramenta *Google Drive*; logo após, houve a exploração do material, feita pelos pesquisadores em conjunta interação

da leitura; em seguida, selecionou-se comentários de uma natureza semelhante para interligá-los por terminologias construídas pelos autores, baseadas no referencial teórico da pesquisa. Sendo assim, foi possível inferir recortes de falas e seus termos representativos, assim como a quantidade de vezes de suas aparições (BARDIN, 2016).

Acerca do público, esta pesquisa foi realizada com homens/mulheres cisgênero, homens/mulheres transgênero e não-binários, bissexuais, na faixa-etária de 18 a 60 anos que residem em uma cidade do Oeste do Pará, onde aplicou-se um questionário elaborado eletronicamente, divulgado via internet pelas redes. Esteve ainda sob respaldo das Resoluções N° 466/2012 e 566/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Contudo, a participação foi voluntária, com a prévia apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, com a informação de que não haveria nenhum benefício financeiro pela participação e enfatizando anonimato dos participantes. O número do parecer desta pesquisa foi: 4.915.675.

O período de aplicação deste estudo se deu do dia 06 a 22 do mês de setembro de 2021. O questionário foi aplicado pela plataforma *Google Forms*. Inicialmente, se tinha um parâmetro 100 participantes para participação nesta pesquisa. Ao decorrer do período mencionado, notou-se que uma boa quantidade de respostas já atingia um resultado adequado para a avaliação destes, obtendo um total de 69 respostas válidas. Evidenciou-se ainda que uma parcela de 6,8% das pessoas, que responderam ao questionário, não entrava no critério de inclusão de localidade, deixando, portanto, de serem evidenciadas neste estudo.

2. Resultados e Discussões

2.1. Bases teóricas

2.1.1. O Emprego do Patriarcado na Sociedade e Suas Nuances Subjacentes

Para Lerner (2020), a história das épocas contadas são frutos de interpretações de historiadores homens, em que, muitas vezes, o papel de diversos seres humanos importantes, que determinavam um fator imprescindível no contexto das sociedades, foram banalizados. Salienta-se, com isso, que o patriarcado tudo tem a ver com a concepção de machismo. Castañeda (2006, p. 16) reflete que o machismo envolve “[...] um conjunto de crenças, atitudes e condutas...”, e completa dizendo que são estes sentidos que constroem uma diferenciação polarizada entre os gêneros masculino e feminino, e simultaneamente elabora um valor de superioridade do homem.

Através destes postulados, Cortes et al. (2015) entendem que, por mais que se tenha alcançado conquistas quanto às desigualdades de gênero e direitos à diversidade, ainda existe a visualização do homem como responsável geral e detentor de poder. Enquanto isso, Garcia (2018) oferece a visão de que existe uma constante elaboração da mulher, por mais que esta trabalhe fora de casa, como delegada principal de cuidados domésticos e dos filhos. Castañeda (2006), assim como Morgante e Nader (2014), afirmam não ser conveniente dizer que nas formas mais sutis, costumes, gestos e palavras de uso diários, por exemplo, o machismo não está presente psicossocioculturalmente.

Para tanto, Castañeda (2006) adianta que estas estruturas são esparsas, contém uma constelação de valores e padrões, onde há um pretensioso pensamento de dominação, rivalidade, conquistas sexuais/profissionais, dualidade entre virilidade e feminilidade. Por isso, foi possível pensar a constituição dos gêneros como uma condição para se estabelecer na comunidade, pois, como

aponta Frazão e Fukumitsu (2016), cada experiência é única, mas se dá a partir de seu campo, dotado de relações e estruturas que circundam a esfera de suas perspectivas, embora nenhum ser seja semelhante física e psicologicamente ao outro.

2.1.2. A Sexualidade e o Heterossexismo

A sexualidade é parte fundamental da vida humana e sempre foi uma experiência integrante da sociabilidade entre homens e mulheres. Embora a compreensão da sexualidade implique o reconhecimento do fator biológico inerente aos seres humanos, é nos fatores sociais que se deve compreender a forma pela qual homens e mulheres vivenciam sua sexualidade (LEWIS, 2012). Dessa forma, a sexualidade pode ser compreendida pela forma como cada sociedade se organiza e se estrutura.

E o regime patriarcal, no qual vivemos – na forma de heterossexismo –, atua engessando as fronteiras que foram definidas como papéis impostos aos homens e mulheres. Valendo-se de uma pretensa determinação natural que extrapola o mero controle da sexualidade. Ele é voraz, insano, e atua para organizar o conjunto das relações sociais, prescrevendo os modos de ser homem e de ser mulher necessários para a preservação das relações patriarcais de gênero (ALVES, 2017).

Portanto, a partir dessa lógica binária de dominação patriarcal, as orientações não-heterossexuais continuam ainda a serem vistas socialmente com alguma hostilidade e ridicularização. Assim, a homofobia, a lesbofobia e a bifobia manifestam-se como um medo irracional e um conjunto de sentimentos negativos em relação a pessoas homossexuais, lésbicas ou bissexuais. Estas atitudes se exteriorizam sob a forma de desprezo, desconforto, antipatia e aversão que, por sua vez, geram o preconceito e a hostilidade para com estes grupos de pessoas (SÁ; NEVES; OLIVEIRA, 2012).

2.1.3. A Bissexualidade e Sua Implicação na Sociedade Patriarcal

Buscando definir o conceito de orientação bissexual, foi possível compreender que esta orientação sexual é tida como aquela em que a pessoa sente atração por mais de um gênero (LEWIS, 2012). Porém, em meio aos estudos, a bissexualidade é vista além dessa fronteira, na qual Moreira et al. (2021) caracterizam como potência da identidade política chamada sexualidade, uma vez que rompe com o binarismo da sociedade e sendo compreendida como potencial de qualquer tipo de envolvimento, seja ele emocional, romântico ou sexual.

Diante disso, a tentativa de “negação” da bissexualidade enquanto orientação sexual ganha proporções maiores. Dessa forma, pode-se perceber o monossexismo, definido por Eisner (2013) como uma estrutura social que entende todas as pessoas como monossexuais, sendo uma ferramenta que anula tudo que não é monossexual (bissexualidades, pansexualidades, polisssexualidades e sexualidades fluídas) (JEAGER et al., 2019). Por conseguinte, é necessário pensar a deslegitimação como reflexo do poder, devido ao incômodo gerado numa sociedade patriarcal e sexista, como descreve Foucault (1988, p. 41):

[...] O que significa o surgimento de todas essas sexualidades periféricas? O fato de poderem aparecer à luz do dia será o sinal de que a regra perde em rigor? Ou será que o fato de atraírem tanta atenção prova a existência de um

regime mais severo e a preocupação de exercer-se sobre elas um controle direto?
Em termos de repressão as coisas são ambíguas [...] (FOUCAULT, 1988, p. 41)

Conseqüentemente, entende-se a deslegitimação como a incapacidade de enxergar no outro a subjetividade que possui, construindo, assim, uma relação de apagamento. Violência esta que afeta o jeito de ser em todas as experiências que pessoas bissexuais experienciam, podendo ser percebidas no cotidiano das mais diversas formas, elaborando aspectos constituintes da bifobia (MOREIRA et al., 2021).

2.2. Dados Empíricos da Pesquisa

2.2.1 A Deslegitimação da Bissexualidade Causada pelo Patriarcado

Este tópico apresentará os dados resultantes da pesquisa de campo. Os resultados aqui apresentados são compostos por números e porcentagens advindos do método quantitativo de Creswell (2021), já mencionado anteriormente. Além disso, ressalta-se que os seguintes dados qualitativos foram analisados através da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin, conforme sessão de materiais e métodos especificados no presente trabalho.

Participaram da pesquisa: mulheres cisgênero (73,5%) e homem cisgênero (13,3%). Importante dado a se ressaltar foi a baixa adesão de participantes trans e não-binários, sendo apenas 1 homem trans (1,4%) e 2 não-binários (2,7%). Se tratando de faixa etária, cerca de 78,3 % dos participantes correspondem a pessoas entre 18 a 25 anos. Em contraponto, houve uma participação ínfima de pessoas na faixa de 35 a 43 anos e 44 a 52 anos – cerca de 1,4%.

Em seguida, os participantes da pesquisa foram questionados com a seguinte pergunta: *Você acredita que a bissexualidade (orientação sexual em que há atração sexual por mais de um gênero) é uma orientação sexual anulada?* Notou-se que parte relevante dos participantes acreditam que a orientação bissexual é anulada no cotidiano, pois 78,30% responderam que sim quanto a esse fator. Este dado corrobora com o que Lewis (2012) escreve sobre a comunidade bissexual sofrer com táticas de desnaturalização, ou seja, a produção intencional de uma identidade inacreditável. Em contrapartida, 7,20% de participantes responderam que não quanto à pergunta supracitada, e 14,50% responderam que talvez existisse a tentativa de apagamento da bissexualidade.

Por outro lado, outra pergunta foi: *Para você, a deslegitimação da bissexualidade pode ser influência do patriarcado (regime em que há uma dominação do homem sobre a mulher e sociedade em geral) existente em nossa sociedade?* Nesse ponto, houve uma maior identificação do fator de deslegitimação bissexual, quando se interligou tal fator ao regime patriarcal, apontado pelos participantes com 91,30% de confirmação dessa circunstância na sociedade, e uma diminuição para 1,40% das respostas para não, e 7,20% para talvez.

Portanto, quando o questionário se referiu à questão de deslegitimação pelas nuances patriarcais, vivenciadas coletivamente, os participantes confirmaram que existe uma contribuição desse regime na invalidação de suas orientações bissexuais. Alves (2017) justifica, com isso, que o patriarcado escracha uma relação violenta de dominação (com hostilidade e ridicularização), a fim de perpetuar a natureza heterossexista, portanto, a origem da bifobia está intrinsecamente ligada a esse regime.

Constatado isso, as falas a seguir foram organizadas em categorias elaboradas pelos pesquisadores, de acordo com as perguntas realizadas no questionário aplicado. Diante disso, nomeou-se

os participantes com as siglas de R1 a R69, seguindo o sigilo e demais colocações éticas das Resoluções de N° 466/2012 e N° 510/2012. Vale ressaltar que nem todas as respostas tiveram recortes que serão descritos neste artigo, em virtude da repetição de conteúdo e a necessidade de trazer os dados de uma forma mais objetiva e concisa.

Os termos propostos se basearam nas respostas dos participantes seguido, entre parênteses, da quantidade de vezes em que surgiram. São eles: binarismo (17 vezes); deslegitimação (17 vezes); monossexismo (12 vezes); heterossexualidade compulsória (11 vezes); banalização (8 vezes); fetichização (8 vezes); confusão (7 vezes); promiscuidade (5 vezes); indecisão (4 vezes); e falta de representatividade (2 vezes), como conceitos que atravessam a percepção dos participantes ao pensarem a orientação bissexual nos seus cotidianos.

Para Figueiredo (2018), as diversas sociedades entendem que a racionalidade humana funciona a partir de oposições binárias, o que se aponta na presente pesquisa como binarismo, uma das mais recorrentes formas de deslegitimação da bissexualidade, sendo sua aparição identificada nas falas de muitos participantes. Esse sistema é como um gerador de desigualdades e contínuo no modelo social patriarcal e binário, o que pode ser exemplificado com a fala de R8:

Quando nos relacionamos com um dos gêneros. Por exemplo, quando tenho um relacionamento com um homem, muitas pessoas passam a acreditar que tudo não passou de uma fase. Quando eu começo a namorar com uma mulher, automaticamente eu virei lésbica. O que nunca cogitam é a possibilidade de eu ser bissexual... (R8).

Na mesma medida, pode-se pensar ainda na deslegitimação, em falas como a da pessoa participante R11:

Porque parece que a todo tempo eu tenho que me pôr a prova, me sinto deslocada tanto da comunidade queer quanto do "mundo" hetero. Ouvir que é uma questão de indecisão ou "é só uma fase" é bastante comum. E aí acabo por me sentir não completa. A bifobia faz a gente se sentir incompleto (R11).

Este relato, aponta o que Figueiredo (2018) exclama acerca da bissexualidade ser vista como transição entre o homossexual e o heterossexual, demonstrando como as performances bissexuais causam incômodo no binarismo que constitui a sociedade. Assim, Silveira (2019) complementa ao dizer que todas estas nuances culminam em bifobia.

Também foi possível enxergar tal tentativa de apagamento na presença do monossexismo, em que há uma visão dualística da sexualidade, reforçando o binarismo e a ideia de decisão (ALBERTO, 2018). Para exemplificar a presença da ideia do monossexismo, é admissível ressaltar a fala de R44, quando este participante afirma: "Pela simples tendência de transformar o bissexual em hétero ou homossexual em qualquer discussão."

Partindo desse ponto, é necessário pensar em um termo chamado heterossexualidade compulsória, também recorrente dentro desta pesquisa, em que Rich (2012) o define como uma certa heterocentricidade, onde tudo se volta ao padrão heterossexual, bastante reforçado em instituições de contexto patriarcal, principalmente onde mulheres são tradicionalmente controladas. Falas que exemplificam este termo pode ser demonstrada na fala de R15:

Sempre parece que precisa existir o "homem da relação" quando estou me relacionando com mulheres. Os comentários que me fazem deixam essa impressão, e comentários de homens (geralmente héteros e cis) que se vêm no direito de falar algo sobre a relação do outro (...) Quando me relaciono com homens, aí sim parece que está tudo certo, que estou dentro dos padrões e consequentemente minha bissexualidade é anulada... (R15)

Ou seja, o binarismo na sociedade distorce tudo que não é dual, como no caso da bissexualidade, vista ainda como sinônimo de infidelidade, traição, promiscuidade, tornando essa orientação banalizada, sem reconhecimento e sem respeito (MONACO, 2020). Com isso, os autores Souza, Silva e Santos (2017) colocam que o ser no mundo é marcado por um papel de violência e discriminação, incluindo as pessoas LGBTQIA+, acabando por exercer um papel de opressor, sendo incapazes de enxergar a diversidade na qual, juntos com bissexuais, fazem parte. Promiscuidade e banalização serão representadas aqui, nas falas de R36 e R57:

Na sociedade em geral, e muitas vezes, dentro da própria comunidade LGBTQIA+, a bissexualidade é considerada como algo promíscuo e de "pessoas do mundo" (...) já vi muitas pessoas dizerem que não existe isso de gostar de mais de um gênero, ou você gosta de homem ou de mulher, os dois nunca... (R36)

[...] Já fui chamada de promíscua ao dizer que sou bissexual. Já vi amigas que são bissexuais ao namorarem meninos são liberadas de ficar com mulheres mas nunca com homens, pois os namorados delas não viam uma relação com uma mulher algo preocupante pois era visto como "brincadeira" e nunca traição. As meninas sentiam com suas sexualidades invalidadas. (R57)

Klidzio (2019) contribui com uma percepção da banalização da bissexualidade quando comparada ao fetichismo, principalmente de corpos femininos. Nesse sentido, a autora coloca o machismo como peça principal para que a fetichização ocorra, onde fantasias são construídas para suprir os desejos masculinos, sendo mais aceitável, comparado ao corpo masculino bissexual. A autora continua citando que outra forma de violentar esses corpos é observada pelo olhar da promiscuidade, em que pessoas bissexuais são consideradas "pontes do HIV", fazendo com que muitas pessoas tenham receio de se relacionar com bissexuais. Sobre tal fetichização, podemos incluir a fala de R30, escancarando que "Geralmente sou taxada como indecisa, ou uma pessoa que só tem o chamado "fogo", minha orientação sexual é piada."

De tal forma, se tornou ainda perceptível a segregação de bissexuais existente na sociedade, refletida nas relações sociais e implicando na aceitação do outro, de forma que Monaco (2020) pensa na ideia de que a falta de representatividade desse público se dá por não se pertencerem ao que se encaixa como hétero/homossexual que perdura na sexualidade moderna. Haja vista, a pessoa participante do presente estudo, R2, explica de forma bem clara esse fenômeno: "Por muito tempo não consegui compreender o que eu de fato era por não enxergar em local algum e quando entendi aparentava que não era algo levado a sério pelos demais."

Por consequência, Klidzio (2019) aborda que estas pessoas são vistas como indecisas e confusas, não importando em que fase da vida estejam, sempre é procurada alguma forma de apagar a bissexualidade de alguém, de um jeito violento, seja em palavras ou atitudes. As falas de R35 e R68, apresentam exemplos de como esse fenômeno pode acontecer em suas vivências.

As pessoas têm uma grande necessidade de interferir em nossa sexualidade, para eles estamos confusas, ainda estamos em transição pra escolher nossa sexualidade ou devemos ficar com 50% homens e 50% mulheres. (R35)

Em diversas situações, principalmente quando conto para as pessoas que sou bissexual e ouço respostas como: “Não é não, você é hétero porque só namorou com homem”; “Você não acha que isso é só uma fase?”; “Eu jamais namoraria com alguém bissexual, porque são pessoas indecisas e podem trair facilmente”. (R68)

Tendo em vista estas colocações, o questionário desta pesquisa buscou saber ainda quais consequências psicológicas podem surgir a partir da influência do patriarcado sobre a bissexualidade, na visão dos participantes. Assim, através das respostas obtidas, foram observados e listados os seguintes termos e a devida quantidade de vezes em que surgiram: conflito de identidade (33 vezes); ansiedade (15 vezes); medo (14 vezes); repressão de sentimentos (13 vezes); dificuldade de aceitação (12 vezes); exclusão social (12 vezes); depressão (11 vezes); insegurança (9 vezes); carga mental (8 vezes); baixa autoestima (6 vezes); vergonha (5 vezes); pressão (5 vezes); dor (4 vezes); revolta (4 vezes); frustração (2 vezes); e suicídio/ideação suicida (1 vez).

Foi possível verificar que conflito de identidade é um dado muito presente neste estudo, pela quantidade de vezes enumerado como uma consequência psicológica desse regime patriarcal. A fala de R20 exemplifica acerca de como esse conflito ocorre:

[...] às vezes demora tempo, que foi o meu caso, mesmo me envolvendo com uma pessoa do mesmo sexo, pensei que eu só podia ser lésbica, mas ficava confusa por que também sentia atração por homens e vinha na mente o que falam "é só uma fase?", mas não era fase e não é errado eu sentir atração pelos dois, eu sou bissexual e só soube disse com os 23 anos ou mais. (R20)

Nesse sentido, Saft (2020) informa que são diversas as maneiras de deslegitimar alguém, sendo estas normas patriarcais uma delas. O autor mostra ainda, com sua experiência clínica com a população LGBTQIA+, que o isolamento social revelou que o lugar destas identidades serem exploradas muitas vezes não é em casa, mas sim nas ruas, onde podem ter mais liberdade de expressão.

Outro resultado levantado neste estudo é o medo. Calmon (2019) aponta em sua pesquisa com pessoas bissexuais e suas gráficas emocionais que, a partir do que os entrevistados relatam, é possível verificar uma problemática quanto a tornar sua orientação algo público, mesmo para aqueles com quem irão se relacionar, pois existem receios de não aceitação da possibilidade dessa revelação. E, com isso, é possível citar a fala do participante R20, explicando que “[...] cria em nós o medo do preconceito, e com isso sermos agredidos ou algo pior...”.

Cabe um adendo aqui, em que Butler (2018) formula o patriarcado como reprodutor e formador de repressões, e conforme isso se baseia, sobretudo, em questões biológicas do ser. Soares e Muniz (2020) entendem que causas LGBTQIA+, portanto, bissexuais também, que escapam a esta concepção, estão sujeitas à repressão de sentimentos, exclusão social e demais marginalidades e violências. O que, dentro das colocações de resultados deste artigo, se apoiam com os recortes de comentários de R5 e R17: “Repreminho sentimentos e vontades gerando infelicidade, apatia, euforia às vezes” (R5); “Ser anulado pode criar um sentimento de não pertencer...” (R17).

Em conformidade com isso, Silveira et al. (2018) afirmam que ao exigir de bissexuais que sigam a regra monossexista, se desconhece que os integrantes destes grupos buscam construir a sua própria identidade. Neste cenário conflituoso, surgem as dificuldades de aceitação sobre o seu próprio ser, como sujeito dotado de potencialidades. Já Saft (2020) expõe que essa repressão provoca outro sentimento: o de vergonha. Que funciona como um mecanismo de defesa para essas pessoas que não se sentem seguras em ambientes que costumam ser hostis. No presente artigo, a fala de R56 exemplifica tal circunstância: “[...] vergonha de assumir ser Bi e se anular perante uma sociedade que impõe o lugar em que homens e mulheres devem seguir...”.

Analogicamente, a insegurança é apontada neste estudo, por exemplo, através da fala de R51: “[...] Inseguranças emocionais, falta de habilidades sexuais... dificuldade de falar sobre sua sexualidade.”. Alves e Lopes (2015) apontam esse termo como fator que por si só pode apresentar consequências à funcionalidade do indivíduo. Nisto, Castañeda (2006) insiste que essa pressão quanto às sexualidades já se instalam na sociedade de diversas formas subliminares, portanto, se configurando também na falta de liberdade de expressão.

Outras consequências podem surgir atreladas a psicopatologias, como ansiedade e depressão, apontadas em R33: “Por experiência própria fui diagnosticada com depressão e transtorno de ansiedade aos 16 anos que foi quando eu me assumi bi mas achava errado e sofri muito até entender que o problema não era eu.”. Borralha e Pascoal (2015) discorrem que a discriminação e o neuroticismo são variáveis para a diminuição da saúde física e mental de pessoas LGBTQIA+. Por isso, carga mental e revolta também são dados que aparecem no presente estudo, com exemplo na fala de R14: “Adoecimento mental, insegurança, medo, isolamento, revolta...”.

Considerando o recorte de R63, afirmando que a influência do patriarcado “[...] pode causar distúrbios e transtornos psicológicos, levando a principalmente quadros depressivos e ansióginos, que podem se tornar em ideações suicidas.”, se considerou, neste artigo, o suicídio como uma possibilidade dessa deslegitimação bissexual, pois, de acordo com Cruz et al. (2020), os valores que as pessoas atribuem à sua vida muitas vezes estão relacionados aos da sociedade em que vivem, pois cada experiência humana deixa marcas profundas na existência do ser. Durkheim (2000, p. 311) acrescenta: “qualquer ser vivo só pode ser feliz ou até só pode viver se suas necessidades têm uma relação suficiente com seus meios”.

Nesse sentido, é válido pensar no processo de dor por meio do que R13 pontua:

A estrutura do patriarcado afeta a todos, e cada um tem um olhar para si a ponto de identificar sua sexualidade leva muito tempo, e um desses empecilhos é o patriarcado, com os padrões, a norma "correta" de relações humanas. E isso carrega muita dor, cada um tem seu processo diferente de muita dúvida, insegura e rejeição por viver em um sistema cruel. (R13)

Para tanto, Silva e Barbosa (2016) afirmam que a invisibilização da sexualidade é uma forma de se proteger, um caminho mais fácil para se resguardar dos ataques de uma sociedade heterossexista. Os autores continuam esclarecendo que esse movimento de se esconder não diz respeito somente à ordem pessoal, mas do aglomerado de fenômenos sociais que geram angústias, sofrimentos e marginalização.

Através dessas ideias, a frustração também foi relatada pela fala de R48: “[...] eu já senti e ainda sinto frustração, medo e até vergonha de falar sobre minha sexualidade até pras pessoas que mais se

mostram ou dizem ser mente aberta.”. Assim, este fator é evidenciado por Nunes (2005) no quanto a sociedade repete ciclos de estruturas machistas e opressoras. O autor ainda complementa dizendo ser importante educar o ser como sujeito de si, possuindo a capacidade de auto-reconhecimento e responsabilidade de sua própria existência, que muitas vezes experiencia pelo ideal do outro.

Por conseguinte, a fala de R48 denuncia o sentimento de dificuldade de aceitação quando diz “[...] Eu preciso me validar através dos outros para validar a mim mesma...”. Sendo assim, é possível citar Saft (2020), acrescentando que grande parte da comunidade LGBTQIA+ é coagida (ainda que indiretamente) a uma auto-segregação – pela dificuldade em se relacionar com os heterossexuais. Acabam então buscando um espaço mais acolhedor, que às vezes podem ter dificuldade para encontrar ou até mesmo não conseguir localizar esse acolhimento.

Diante dessa hostilidade da sociedade para com pessoas bissexuais, a baixa autoestima e a pressão também podem vir a ser uma das consequências psicológicas mais comuns, apontadas nas falas exemplificadoras de R20 e R23: “[...] gera baixa autoestima e o sentimento de sermos errados e nunca sermos suficiente.” (R20); “Confusão a respeito de si e dos seus sentimentos, necessidade de adequação e de justificavas constantes a respeito de si.” (R23).

Acerca destas nuances citadas no parágrafo acima, Fedeger et al. (2021) contribuem explicando que essa condição de vulnerabilidade está interligada com o um grande potencial de adoecimento e a suscetibilidade a agravos, seja no contexto individual e/ou no coletivo. No entanto, os autores completam ainda informando que, no contexto em que a saúde mental está fragilizada, o fator biopsicossocial inevitavelmente será afetado, ou seja, a maneira como a pessoa irá reagir a situações diárias e conciliar desejos, capacidades, ambições, ideias e emoções, por exemplo, também potencializará o seu processo de vulnerabilidades sofridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado possui uma amplitude de relações com as características machistas, e as normas que o constituem estão socialmente empregadas há muito tempo. Embora haja uma grande discussão, tanto teórica quanto no senso comum, de que esses valores já estão ultrapassados, as nuances ainda se envolvem nas mais diversas formas sociais, políticas e institucionais no cotidiano das pessoas. Tudo isso gera uma consequência que se insere até mesmo nas formas como as sexualidades se constituem, sendo, portanto, um fator que também implica nas vivências da população bissexual.

Em virtude disso, foi constatado, através dos resultados do questionário aplicado, o quanto os participantes veem suas formas de orientações anuladas socialmente. Este fator se torna ainda mais relevante quando, durante a análise destes dados, ainda se sente uma carência no que tange a conteúdos científicos e/ou na literatura voltado especificamente ao público bissexual. Acredita-se que a apresentação das vivências aqui implicadas, para gerar o corpo deste texto, não é mera coincidência para que futuras publicações se atentem a tornar visível a participação dessa população na sociedade, que também está localizada na sigla LGBTQIA+.

Além disso, as próprias respostas dos participantes acerca da deslegitimação da bissexualidade adentraram nas margens do regime patriarcal. Mais adiante, quando relacionado os fatores de tentativa de apagamento com a influência desse sistema do patriarcado, no apontamento de consequências psicológicas, dados inesperados com os que já se havia encontrado na literatura alertaram o quanto o papel desempenhado pela sociedade ainda colabora para reafirmar a deslegitimação

dessas orientações bissexuais, isto é, destas vidas, que resistem, mesmo diante de ameaças que muitas vezes estão bem próximas.

Em síntese, a partir da organização dos dados expostos e das discussões teóricas acerca das consequências psicológicas causadas pelo patriarcado na tentativa de “negação” da bissexualidade, é possível pensar na constituição destes corpos e de suas integridades para fomentar um trabalho mais ético e humanitário. Todas estas colocações põem em evidência o papel que a Psicologia deve exercer em prol desta população. E, para além de evidenciar, convida os/as/es profissionais desta área do conhecimento para pensar e incluir possibilidades de desconstruir normas enrijecidas que deslegitimam a existência da comunidade Bissexual.

REFERÊNCIAS

- ADAID, Felipe. Uma discussão sobre o falocentrismo e a homofobia. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 27, n. 1, 2016.
- ALBERTO, Joana Almoater. *Bissexualidade: crenças e opiniões*. Évora, 2018.
- ALVES, Ariana Oliveira; LOPES, Laís. *Práticas identitárias e sexuais dissidentes: o “dispositivo do armário” na perspectiva do tratamento social da bissexualidade*. Universidade Federal da Bahia: 2015.
- _____. *Hegemonia heterossexista, lutas antipatriarcais e partido político: introdução ao debate teórico*. Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2017.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 1ª. ed. Lisboa: Edições70, 2016.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio, 2018.
- CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. *Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante*. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- CALMON, Diego Sousa Schiavo. Bissexualidade e gramáticas emocionais em relatos de jovens universitários no Rio de Janeiro. *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, v. 28, n. 2, p. 282-305, 2019.
- CASTAÑEDA, Marina. *O Machismo Invisível*. Tradução: Christina de Malimpensa. São Paulo: Ed. Girafa, 2006.
- CORTES, Janaina, et al. A educação machista e seu reflexo como forma de violência institucional. *SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO MERCOSUL*, XVII, 2015.
- COSTA, Marco Antônio F; COSTA, Maria de Fátima B. *Projeto de Pesquisa: entenda e faça*. 6ª ed. Editora Vozes, Petrópolis, 2015.
- CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. *Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Penso Editora, 2021.

- CRUZ, Carolina Alves et al. O suicídio na perspectiva das psicologias humanista, fenomenológica e existencial. *Contextos Clínicos*, v. 13, n. 1, p. 293-315, 2020.
- DA BORRALHA, Sérgio; PASCOAL, Patrícia M. GAYS, LÉSBICAS E SAÚDE MENTAL Uma revisão sistemática da literatura. *NOTA INTRODUTÓRIA FICHA TÉCNICA*, p. 43.
- DURKHEIM, Èmile. *O suicídio: estudo de sociologia*. 1ª edição. São Paulo. Martins Fontes. 2000.
- EISNER, Shiri. *Bi: Notes for a bisexual revolution*. Berkeley: Seal, 2013.
- FEDEGER, Andréa Maria et al. *A vulnerabilidade e o desempenho ocupacional de adolescentes vítimas de LGB-Tfobia no Brasil*. 2021
- FIGUEIREDO, Regina. Diversidade sexual: confrontando a sexualidade binária. *Boletim do Instituto de Saúde*. vol. 19, n. 2 – dez. 2018
- FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima. *Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia*. Summus Editorial, 2016.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. Claridade, 2018.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: atlas, 2016.
- GUNTHER, Hartmut. JÚNIOR, Jair Lopes. Perguntas abertas versus perguntas fechadas: uma comparação empírica. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, V. 6, Nº 2, pp. 203-213. 2014.
- JEAGER, Melissa Bittencuort, et al. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. *Periódicus*. n.11, v.12 mai.-out. 2019.
- KLIDZIO, Danieli. “Será que realmente existe isso?”: reflexões acerca da bissexualidade e da panssexualidade femininas. Santa Maria, 2019.
- KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. *CLAIQ2015*, v. 2, 2015.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Editora Cultrix, 2020.
- LEWIS, Elizabeth S. Eu quero meu direito como bissexual: a marginalização discursiva da diversidade sexual dentro do movimento lgbt e propostas para fomentar a sua aceitação. *Anais do III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade*, III, Campinas, 2012.
- MARTINS, Elisabete Pereira et al. Violência doméstica psicológica. *Revista Terceiro Setor & Gestão-UNG-Ser*, v. 7, n. 1, p. 41-47, 2013
- MEDEIROS, João Bosco. *Redação Científica: A prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MONACO, Helena Motta. “A gente existe!”: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. Florianópolis, 2020.
- MOREIRA, Lisandra Espíndula et al. “Confusão, indecisão e incerteza”: enunciados de bissexualidade na jurisprudência. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, 2021., v. 29, n. 2
- MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH*, 2014.

- 
- NUNES, César Aparecido. *Desvendando a sexualidade*. 7ª edição. Campinas - SP. Papirus. 2005.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.
- ROMEIRO, Nathália Lima; SILVA, Franciéle Carneiro Garnês; BRISOLA, Anna Cristina Caldeira de Andrada Sobral. A página arrumando letras como um espaço para a desconstrução da dominação do patriarcado. RDBCI: *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 16, n. 3, p. 317-337, 2018.
- SÁ, Francisco Luís Baptista de; NEVES, Sofia; OLIVEIRA, Carlos André Nogueira. Amor Parental (In)Condicional: Estudo sobre a Influência da percepção da Aceitação/Rejeição Parental em Homossexuais Lésbicas e Bissexuais. *Coming-out for LGBT*, v. 2, n. 2, p. 89-97, 2012.
- SAFFIOTTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado e Violência*. 2ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.
- SAFT, Fabiano. *A relação com a casa e a comunidade LGBTQIA+ no isolamento social*. 2020.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. Cortez editora, 2017.
- SILVA, Laionel Vieira; BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira. *Estudos de Religião*, v. 30, n. 3 129-154 set.-dez. 2016. ISSN Impresso: 0103-801X – Eletrônico: 2176-1078
- SILVEIRA, Andielli. *O “B” não é para bonito: uma análise das representações midiáticas da bissexualidade feminina em Orange is the new black*. Porto Alegre, 2019.
- SILVEIRA, Maria Leão de Aquino et al. *Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais*. 2018.
- SOARES, Ana Caroline Matos; MUNIZ, Julia Maria. Violência contra a comunidade LGBTQI+: uma resultante do patriarcado e expressão da questão social. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 12, p. 99476-99483, 2020.
- SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira; SANTOS Claudiene. Diversidade sexual e homofobia: revendo (pre)conceitos. *Teorias e estudos em psicologia social: a contemporaneidade em temas clássicos*. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.



Tia Pê (1915-1976): mulher, identidade negra e cultura do carimbó amazônico paraense na cidade de Vigia

Tia Pê (1915-1976): mujer, identidad negra y cultura del carimbó amazónico paraense en la ciudad de Vigía

Tia Pê (1915-1976): woman, black identity and culture of the paraense amazonian carimbó in the city of Vigia

Raimundo Paulo Monteiro Cordeiro

Assunção José Pureza Amaral

Resumo: Este artigo objetiva apresentar e discutir a última das Tias do Carimbó Vigiense, a senhora Francisca Lima do Espírito Santo, mais conhecida como *Tia Pê* (1915-1976), mulher negra, símbolo e identidade da cultura do carimbó amazônico paraense na cidade de Vigia. A metodologia envolve uma revisão bibliográfica, pesquisa documental, análise qualitativa e incursão pela histórica e antiga cidade de Vigia de Nazaré, no Nordeste do Estado do Pará. Dentro os principais autores, destacamos Enrique Dussel (1977), Diegues (1999), Escobar (2005), Vicente Salles (1969), Ramos (2012) e Stuart Hall (2003).

Palavras Chave: Carimbó. Mulher negra. Tia Pê. Vigia de Nazaré.

Resumen: Este artículo tiene el objetivo de presentar y discutir la última de las Tías do Carimbó Vigiense, la señora Francisca Lima do Espírito Santo, mas conocida como *Tia Pê* (1915-1976), mujer negra, símbolo e identidad de la cultura del carimbó amazónico paraense en la ciudad de Vigia. La metodología envuelve una revisión bibliográfica, investigación documental, análisis cualitativo e incursión a través de la histórica e antigua ciudad de Vigia de Nazaré, en el Noroeste del Estado de Pará. Dentro de los principales autores, destacamos Enrique Dussel (1977), Diegues (1999), Escobar (2005), Vicente Salles (1969), Ramos (2012) y Stuart Hall (2003).

Palabras Claves: Carimbó. Mujer negra. Tía Pê. Vigia de Nazaré.

Abstract: This article aims to present and discuss the last of the Tias do Carimbó Vigiense, Mrs. Francisca Lima do Espírito Santo, better known as *Tia Pê* (1915-1976), a black woman, symbol and identity of the Amazonian carimbó culture from Pará in the city of Vigia. The methodology involves a literature review, documental research, qualitative analysis and incursion into the historic and ancient city of Vigia de Nazaré, in the Northeast of Pará State. Among the main authors, we highlight Enrique Dussel (1977), Diegues (1999), Escobar (2005), Vicente Salles (1969), Ramos (2012) and Stuart Hall (2003).

Key-words: Carimbó. Black woman. Tia Pê. Vigia de Nazaré.

Raimundo Paulo Monteiro Cordeiro – Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia, pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, do Campus Universitário de Castanhal - Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Saberes Africanos e Afro-brasileiros na Amazônia, pela UFPA. Licenciado Pleno em História e membro do Grupo de Pesquisa História em Campo da UFPA. E-mail: paulocordeirovigia@gmail.com - [Orcid: 0000-0003-4596-5191](https://orcid.org/0000-0003-4596-5191).

Assunção José Pureza Amaral – Professor das disciplinas Antropologia e Sociologia do Campus Universitário de Castanhal – UFPA. E-mail: amaral12j@hotmail.com – [Orcid:0000-0003-3956-3700](https://orcid.org/0000-0003-3956-3700).

INTRODUÇÃO

O papagaio é um bicho inteligente (bis)

Ele fala toda língua

Até a língua paraense (Tia Pê)

O artigo “*Tia Pê (1915-1976) - mulher, identidade negra e cultura do carimbó amazônico paraense na cidade de Vigia*” é um exercício reflexivo que objetiva apresentar e discutir a última das Tias do Carimbó Vigieense, a senhora Francisca Lima do Espírito Santo, mais conhecida como Tia Pê (1915-1976), mulher negra, símbolo e identidade da cultura do carimbó amazônico paraense.

E quem eram essas tias?

As Tias eram senhoras, na sua maioria negras, que faziam composições, dançavam, cantavam, possuíam grupos, terreiros¹, promoviam festividades religiosas com levantação e derrubação de mastros. O uso do termo “Tia”, de acordo com a memória social², era porque havia o respeito com as pessoas mais “velhas” e, geralmente, essas Tias eram senhoras idosas e, com isso, as pessoas chamavam assim.

Porém, Cordeiro (2020) ressalta que a expressão merece destaque não apenas pela forma de respeito a essas senhoras, mas por imprimir um sentido mais profundo. Pois diz respeito ao mundo do trabalho das mulheres negras. “Tia” é equivalente ao mestre no mundo do trabalho masculino. Em diversos depoimentos, alguns de homens, ao relatarem sobre essas mulheres, as identificam como afrodescendentes que experimentavam e transitavam pelos mundos do trabalho, do lazer, das relações de gênero e religiosidade, com significativa presença das culturas e das tradições africanas na Amazônia.

A metodologia deste trabalho envolveu revisão bibliográfica, pesquisa documental, análise qualitativa, incursão pela histórica e antiga cidade de Vigia de Nazaré, no Nordeste do Estado do Pará. Além de documentos históricos, o texto está entremado de iconografias antigas e atuais. Não é intensão desse trabalho proceder nem repetir as diversas biografias existentes pelo Brasil à fora, das quais repetem o senso comum, descrevem a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, um deslocamento linear. Nessa perspectiva, Le Goff (1990) afirma que muitas dessas biografias são uma volta pura e simples à biografia tradicional, anedótica, puramente cronológica, que se sacrifica a uma psicologia ultrapassada, incapaz de mostrar a significação histórica geral de uma vida individual. Portanto, buscamos, nesse trabalho, realizar uma espécie de etnobiografia (AMARAL, 1994) a partir de Tia Pê, de sua vida e de seu o engajamento na cultura do carimbó ocultadas pelos sistemas hegemônicos.

Dessa forma, como nos informa Pierre Bourdieu (1996), o que não tem coerência na nossa vida, não tem significado ao longo da vida, passa a ter uma certa coerência para o investigador, por-

¹Terreiros, aqui, eram os espaços de festas que as Tias organizavam com a presença do carimbó; construído em madeira e coberto com palhas, piso de barro batido e iluminados com lamparinas; geralmente, localizam-se distante do centro da cidade e ao lado ou no quintal das residências de alguma das Tias.

²Mulheres e homens de mais de 60 anos de idade que conheceram ou ouviram falar das Tias que praticavam o carimbó na cidade de Vigia, Estado do Pará. Sobre a memória social ou mesmo memória coletiva, ver HALBWACHS, Maurice (1990, pp.81. 82), para esse autor, “A memória coletiva se distingue da histórica pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que as mantém”.

que o investigado tem uma memória seletiva. Com isso, é o investigador que passa a fazer uma coerência de sua vida, escrevendo a história a qual está interessado. O enredo de uma vida não é uma trajetória retilínea em direção a um fim determinado que já se manifestava desde os momentos mais remotos da infância do personagem. O elemento constituinte desta narrativa biográfica é o nome próprio, pois “é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade das suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais” (BOURDIEU, 1996, p. 187).

A história nos mostra que mulheres negras nas Américas, na Amazônia, no Nordeste Paraense e, particularmente, na Cidade de Vigia, foram inviabilizadas pela epistemologia dominante. Ser mulher, negra, de periferia, portadora de culturas africanizadas, em territórios e em uma cidade amazônica no século passado, representava, ao mesmo tempo, somatórias de múltiplas identidades, resistência e construção de formas de viver e sobreviver, mesmo diante de toda “herança da escravidão”, ao entrarem em embates políticos através dos atores sociais. É isso que a cultura do carimbó e a personalidade Tia Pê nos permite perceber e visualizar.

Nesta incursão, tomamos como referência as ideias do filósofo Enrique Dussel (1977), que critica a perspectiva de colonialismo e eurocentrismo na produção de epistemologias e nos aponta a necessidade da descolonização filosófica, por uma Filosofia da Libertação; para ele, colonialidade e eurocentrismo são responsáveis por transformar os conhecimentos e experiências dos colonizados em subalternidade, para serem dominados por um poder imperial do Norte, do Centro para a Periferia. Dentro dessa abordagem, apoiamo-nos também em autores como Diegues (1999), Escobar (2005), Ramos (2012), e Stuart Hall (2003).

Este artigo está dividido em Introdução; Passeando e Apresentado a cidade de Vigia e a Tia Pê; A vida e obra de Tia Pê; e Considerações Finais.

1. Passeando e Apresentado a Cidade de Vigia³ e a Tia⁴ Pê

*Tanta laranja madura
Tanto limão pelo ar
Tanto sangue derramado
No coração de Iaá-Iaá
Adeus, adeus, adeus (bis)
Adeus amor passe bem
Vamos pra terra do paco
Paco não mata ninguém (Tia Pê)*

³Atualmente a cidade de Vigia é responsável por grande parte da produção de peixe comercializado no Estado do Pará, sua principal atividade econômica. Segundo o recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população do município de Vigia foi estimada em 53.191 habitantes. Possui uma história marcante pela cultura do carimbó, que vem desde o século XIX, pois sabemos que o carimbó é fruto da experiência de africanos/as no Pará, no contexto da diáspora e da escravidão. A experiência cultural negra na cidade de Vigia tem toda uma teia de significados construída bem antes do período da escravidão (a questão da *zimba*) até à história recente. Atualmente, década de 20 do século XXI, há quatro grupos de carimbó nesta cidade do Pará.

⁴As mulheres negras, que ficaram conhecidas por Tias do carimbó, foram as guardiãs na divulgação e valorização dessa cultura em terras vigienses.

Vigiense é o termo usado para quem nasce no município de Vigia, na região nordeste do Estado do Pará, na Amazônia brasileira. No século passado, as mulheres desse município que praticavam e fomentavam a cultura do carimbó eram chamadas de Tias. Durante o século XX, existiam diversas mulheres que praticavam a cultura do carimbó que também realizavam diversos tipos de atividades nas ruas e nas casas, trabalhos que as negras escravizadas faziam no período da escravidão naquele município e na região. Este trabalho trata da última dessas Tias, a de nome Francisca Lima do Espírito Santo, mais conhecida na região como a Tia Pê.

Entre diversos tipos de trabalhos aos quais as mulheres negras eram submetidas no Brasil Imperial, Colonial e que se estende pela República, ao pesquisar a relação entre patroas e empregadas domésticas, Suely Kofes (2001, p.134) se reporta à continuidade na representação e na imagem da mulher negra e de suas atividades durante a escravidão que persistiram nos tempos pós-abolição, apenas ganhando o caráter de trabalho assalariado. Para esta, “a recorrência de atividades manuais executadas pelas mulheres negras retrata o passado escravista, que, mesmo depois da abolição da escravatura, associa trabalho doméstico à escravidão” (KOFES, 2001, p.134). Fato este referente à colonialidade presente nas antigas colônias que hoje se consideram Repúblicas, mas que mantém modos de ser, de pensar e de agir ligados a colonialidades, por isso necessitando de decolonialidades.

O discurso acima **negrita** que os mundos privado e familiar eram lugares preferenciais das mulheres e se direcionavam para aquelas que pertenciam às classes favorecidas e que deveriam ratificar, mediante atitudes e posturas, o padrão discursivo que diz respeito ao papel social da mulher almejado e requerido na sociedade brasileira dos séculos XIX e XX.

No século XX, a mulher negra também na cidade de Vigia enfrentou uma sociedade patriarcal, machista, racista e preconceituosa, que absorveu o conceito da sociedade escravocrata, em que não era permitido determinado tipo de trabalho à mulher branca. Coube à mulher negra desenvolver tais profissões – na roça (lavoura), tirar caranguejo e turu, lavadeira, engomadeira, cozinheiras, serviços domésticos, vendedora de doces em tabuleiro, de mingau, de açai, etc –, porém, não valorizadas como profissão, deixando-a na invisibilidade (CORDEIRO & AMARAL, 2013; CORDEIRO & AMARAL, 2021).

Das mulheres negras, enfatizamos Tia Pê como protagonista da cultura do carimbó a partir de uma das mais antigas cidades do Pará, localizada na mesorregião do Nordeste paraense, a 93 km de Belém.

Muitas Tias, antes da Tia Pê, também foram importantes na preservação da cultura do carimbó naquele município. Essas Tias tinham papéis fundamentais na manutenção do trabalho e na tradição africana no Brasil e na Amazônia.

Buscando nos registros e documentos históricos, o termo “Tia”, fazendo relação ao carimbó, aparece em 1925, no jornal *Gazeta da Vigia*⁵.

Em algumas biografias de negros/as no Brasil, aparecem em outras cidades, como no Rio de Janeiro, a presença das Tias, muitas de origens baianas, como lemos na Biografia *Madame Satã: com o Diabo no corpo*, de Rogério Durst (1985). Sobre etno-biografia de Mestre de Carimbó, temos o trabalho “*Chama Verequete*”: *Etnografia da trajetória e das vicissitudes de um compositor negro paraense*, de Assunção Amaral (1994), primeiro trabalho realizado no Estado do Pará, na Amazônia, sobre o tema. Ambos revelam também as condições sociais e raciais em que os cidadãos de origem africana

⁵Jornal *Gazeta da Vigia*, de 08 de fevereiro de 1925. Ano I, n. XIII, p. 02. Encontra-se no Arquivo da Sociedade “Cinco de Agosto”, na cidade de Vigia/PA.

foram e são submetidos no Brasil no pós-abolição, condições de sub-cidadania, de segunda classe, e encontrando-se nos piores lugares sociais.

O termo Pê era apelido de infância de Francisca Lima do Espírito Santo que, segundo Aldo Brito dos Santos, se deu por conta do fato de que, como ela não sabia ler, quando lhe perguntavam o que estava escrito, ela respondia: Pê⁶. Em decorrência do racismo, mulheres negras, como Tia Pê, não eram vistas pela elite branca como parte da “família tradicional” vigiense. No centro da cidade, principalmente nas sedes sociais em que a elite branca organizava as festas, não tocavam nem dançavam o carimbó, por ser considerada cultura do povo, de negro, e carregado de sensualidade. E isso permaneceu até 1970.

2. A Vida e Obra de Tia Pê

A dança do carimbó

É bonita pode crer

Me lembro do Amparo

Do carimbó da Tia Pê

Ela já morreu...

Ela está no reino da glória

Era a Tia Pê e Tia Nacleta

E mestre Jaime na viola (Silva, 2009)

Francisca Lima do Espírito Santo, mulher negra, vigiense, nasceu em 1915. Era conhecida por Tia Pê e foi a última das “Tias” do carimbó da Vigia. Conforme informa seu filho, João Calandrino, ela era filha de Manoel Juvenal Lima e Maria Odocia Lima. Tia Pê destacava-se das outras Tias do carimbó pela versatilidade, pois batia o tambor, cantava e fazia a marcação no xeque-xeque, só não tocava instrumentos de corda e sopro. Era também compositora.

Nascida e criada em Vigia, onde viveu sua infância e juventude, casou-se com Teodomiro Espírito Santo. Tinha seu próprio grupo de carimbó na cidade. Seu filho, João Calandrino, relata que o carimbó de sua mãe chegou a se apresentar em cidades como Salinas, Castanhal, Marapanim e Terra Alta (cidades do Estado do Pará). E ele era dançarino deste grupo, e comenta que: “quando ela não estava se divertindo no carimbó, trabalhava com a venda de doces”.

No dia 06 de novembro de 1971, o conjunto de carimbó da Tia Pê esteve presente na festa da sede social do Uruitá Esporte Clube, na cidade da Vigia. Essa festa foi patrocinada por Ivo Silva, que realizava o programa matinal na Rádio Marajoara (Belém) “Ivo Silva – O Gato”. Com ele, vieram também Assis Filho, advogado, radialista e poeta, e José Ramalho, assistente de produção da mesma Rádio. Esta festa teve o apoio do vigiense Marco Aurélio Belém, presidente do Uruitá e prefeito Municipal de Vigia, na época. A atração principal ficou por conta do conjunto de carimbó da Tia Pê, com três mulheres e quatro homens. Ela foi presenteada com um fogão a gás de duas bocas, um disco e 60,00 cruzeiros. Os demais integrantes receberam, cada um, CR\$ 10,00 cruzeiros⁷.

⁶ Depoimento de Aldo Brito dos Santos, de 51 anos. Entrevista realizada em sua residência no bairro centro da cidade de Vigia, em outubro de 2020. De acordo com o entrevistado, sobre o apelido de infância, foi repassada a ele depois de uma entrevista como a sobrinha da Tia Pê, dona Catarina (já falecida).

⁷ Sobre a participação do grupo de Tia Pê nessa festa, ver: **Revista Espaço, novembro de 1971. Ano 1, n.2, p. 21. E também CORDEIRO, Paulo. Carimbó da Vigia. Cidade de Vigia/PA, Edição do Autor, 2010. pp. 88-89.**

Tia Pê também era vendedora de doces em tabuleiro, assim como a maioria das Tias. Os doces em tabuleiros, postos à venda durante as festividades religiosas promovidas pelas Tias e também no arraial durante o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, tinham formato de animais da fauna e da flora da região (CORDEIRO, 2018).

De acordo com Cordeiro (2014), a Tia Pê não fabricava os doces, recebia-os da pequena fábrica da senhora Raimunda Miranda Cardoso, que trabalhava com sua filha Ruth Cardoso e a irmã daquela, Augusta Miranda. O empreendimento cresceu e foram contratadas várias outras vendedoras de doces, uma das mais conhecidas era a Tia Pê. As vendedoras ganhavam uma porcentagem pela venda. No período das festividades do Círio de N. S. de Nazaré, na região, Tia Pê se encontrava no arraial, vendendo seus doces; também vendia no arraial da festividade de São Sebastião, no bairro do Arapiranga, na cidade de Vigia. Ela passou a morar, em 1955, em uma área que, com o crescimento da cidade, acabou se transformando no bairro do Amparo. Sua casa era, como descreveu o folclorista Vicente Salles (1969, p. 264),

[...] de barro socado, coberta de telhas, consta de um salão, medindo aproximadamente 20 metros quadrados e 3 metros de pé direito. É assoalhado. Nesse salão realizam-se os bailes e, todos os domingos, o carimbó. [...] Ao lado da casa há uma rústica construção, denominada “tenda”, que serve para vender bebidas e comidas regionais, o mais é o terreno, em torno da casa, bastante amplo, arborizado com árvores frutíferas e plantas que, supomos, têm algum valor medicinal.

Além do carimbó, Tia Pê realizava a festa da S. N. da Imaculada Conceição no mês de dezembro, e a festa do Divino Espírito Santo, no mês de maio. Segundo Benedito Nazaré Cardoso, de 70 anos, afilhado de fogueira de Tia Pê, e um dos tocadores do Grupo de Tia Pê,

as festividades de Nossa Senhora da Conceição e do Divino Espírito Santo realizadas por ela, não tinha muito despesa, visto que o mastro era retirado do mato e depois enfeitado com algumas plantas e muitas frutas. Mas, determinados homens da área da pesca faziam muitas despesas comprando bebidas e comidas durante as festividades. (Entrevista realizada no dia 12.04.2022, na sua residência, em Vigia-Pa).

Essas atividades, que envolvem aspectos religiosos e profanos, eram espaços de múltiplos saberes/conhecimentos, como nos informa Sônia André (2021, p. 1): “espaço de (re) existência é um desafio em meio a olhares colonizadores pelo ocidente e por nós próprio”. Ou seja, espaços visto de forma preconceituosa por parte da elite vigiense e, com isso, tornando-se invisibilizados à concepção eurocêntrica hegemônica da sociedade, que se organiza em torno do pensamento epistemológico de modernização e civilização que ignora a produção de manifestações culturais das/os negras/os.

Antes de Tia Pê, Manoel Elesbão de Barros, um descendente de português, era quem realizava a festividade da N. S. da Conceição, no início do século XX, em Igarapé Grande (à margem da rodovia PA-140). A festa acontecia em oito dias; pela parte da noite, era realizado o jazz⁸, e, pela parte do dia, o carimbó.

⁸ Músicos das bandas musicais da cidade de Vigia, 31 de Agosto (fundada em 31 de Agosto de 1876) ou União Vigiense (fundada em 13 de maio de 1916), tocavam as músicas em voga no Brasil, bolero, fox trot, samba, marchinhas de carnaval, entre outros ritmos musicais. Geralmente uma banda de Jazz era composto por um sax, trombone, clarinete, tarol, bumbo, prato e triângulo. Não havia cantor nesses grupos.

Para Álvaro Barros, filho de Manoel Elesbão de Barros, só entravam pessoas convidadas na festa, muitas chegavam a ser barradas⁹. Lembra que, quando jovem, os convidados tinham direito ao café da manhã, almoço e jantar. Antes da festividade, eram entregues as “cartas” para várias pessoas que tinham melhor condição financeira na cidade de Vigia (comerciantes, donos de canoas etc.), a fim de ajudá-lo na festividade. O peixe era abundante; além de possuir muitas criações como, por exemplo, galinhas, patos, perus, porco etc, todas criação do português¹⁰. A festividade era de cunho religioso, mas não estava vinculada à programação da Igreja Católica e parte da elite local contribuía. Nesse período, o espaço era privado da massa popular e somente entravam convidados; totalmente diferente da época em que Tia Pê passou a realizá-la, em que a população em geral participava, sem convite¹¹.

Vinham várias pessoas, antes da festividade, para ajudar na preparação do terreiro (em frente à casa do português Manoel Elesbão de Barros), fazer a limpeza, enfeitá-lo com bandeirinhas e construir pequenas barracas para a venda de comidas típicas. As Tias do carimbó estavam presentes, com seus tabuleiros de doces para vendê-los, além de preparadas para dançar e cantar o carimbó. Entre elas: Jovita, Anacleta, Chiquinha, Dulcinéia e muitas outras. Quem organizava o carimbó era o grupo “O Canário da Campina”, fundado por Juvenal Bernadino Monteiro Barros, junto com seus familiares e amigos¹². Quem soubesse bater e tocar o carimbó, entrava também na roda. A iluminação ficava por conta das lamparinas e das candeias (louça de barro, com pavio de algodão e o combustível: óleo de peixe), que, conforme Álvaro Barros, “ficavam penduradas nas barracas e em outras partes do terreiro”¹³.

De acordo com a contemporânea da Tia Pê, a senhora Maria Teodora de Sousa, que participava, esta assegura que a festividade “era só para os convidados, começava no sábado à tarde, com a levantação do mastro e muito carimbó e terminava no fim da tarde de domingo”. A senhora Maria Teodora de Sousa era filha da Tia Anacleta de Sousa e convivia com Tia Pê, viviam praticamente juntas. Anacleta de Sousa era madrinha de batismo de Tia Pê e moravam no mesmo bairro: Amparo. Havia uma convivência familiar entre ambas. Anacleta de Sousa era vizinha e amiga da mãe de Tia Pê e tornaram-se comadres. Após a morte dos pais de Tia Pê, Anacleta de Sousa e suas quatro filhas passaram a ser sua segunda família. Tia Pê, quando não estava realizando as festividades, vivia da roça e das vendas dos doces¹⁴.

Manoel Elesbão Barros dava o café da manhã e almoço, ali eram servidos peixes, porco, pato e galinha. Álvaro Barros acrescenta ainda: “meu irmão mais velho trazia de Belém uns pacotes de k-suco, que dissolviam em água e eram colocados nas garrafas. Os homens bebiam cachaça com limão e batida com coco”¹⁵. De acordo com a senhora Maria Teodora, o carimbó era cantado pela

⁹Depoimento de Álvaro Barros, de 75 anos. Ele é filho do português Manoel Elesbão de Barros. Entrevista realizada em agosto de 2009, em sua residência, na localidade do Igarapé Grande (à margem da rodovia PA-140). Nesse local, era realizada a festividade em que seu pai era devoto, local sem energia elétrica e iluminado com lamparina; ali, a imagem da Nossa Senhora da Conceição permanece em posse de Álvaro Barros, segundo ele, essa imagem veio de Portugal para o pai dele.

¹⁰ Idem

¹¹ Idem

¹² Idem

¹³ Idem

¹⁴ Depoimento da senhora Maria Teodora de Sousa, de 100 anos. Entrevista realizada em setembro de 2013, em sua residência no bairro de Arapiranga, na cidade de Vigia.

¹⁵ Depoimento de Álvaro Barros, Op, cit

“minha mãe, Tia Joana Capim, Tia Tereza, Tia Cotta, Tia Pê, Tia Lina, Juvenal, Maurício (irmão da Tia Anacleta) e outros”. No terreiro, todas as Tias dançavam a “Dança da Onça” e, naquela época, eram utilizados quatro tambores (curimbós) durante a festividade¹⁶. Aqui aparecem, além da Tia Pê, outras tias presentes na localidade.

Bivar Evaristo Palheta, vigiense que morava no bairro Centro, afirma que sempre frequentava a festividade da Imaculada Conceição, realizada por Manoel Elesbão de Barros. Nessa época, tinha 17 anos (1948). Lembra que nos dias de festa: “Eram 08 dias de festividade, e o carimbó ‘rolava solto’. Cordeiro, Sinuca Freitas, Lauro Sancler e outros, não perdíamos um carimbó. Nessa festividade, Seu Elesbão dava de tudo: café, almoço e jantar. Sua casa era grande e avarandada, onde armávamos as redes para dormir”¹⁷. Ainda conforme Bivar Evaristo Palheta, “a bebida nós fazíamos uma que se chamava ‘leite de onça’, era uma mistura de cachaça, ovo, leite, licor de jenipapo e açúcar”. A distância “era cerca de três quilômetros, nós íamos a pé do centro da cidade até lá. Nessa época era tudo escuro e não tinha ninguém para mexer com nós. Lá só entrava se fosse convidado”¹⁸.

A festividade acabou devido ao falecimento do amigo de Manoel Elesbão de Barros, conhecido por Leandro. Esse morador era da mesma localidade e quem cantava a ladainha, em latim, junto com Mico, “Barriga Baixa” e Elesbão. A irmã do Manoel Elesbão, Maria Ernestina Barros, passou a realizar a mesma festividade em sua propriedade, que ficava próxima à de seu irmão, mas não durou três anos¹⁹. E aí que entra a Tia Pê.

Francisca do Espírito Santo (Tia Pê), já casada, teve um filho com Teodomiro Espírito Santo e começou a realizar a mesma festividade, já que seu Tio Manoel Elesbão Barros deixou de organizar. Porém, a imagem da Imaculada Conceição não era a mesma. Tia Pê comprou outra Imagem na capital. Além dessa festividade, ela começou também a organizar a festividade do Divino Espírito Santo, no mês de dezembro, em 1958. Esta festividade era realizada pela família Barbosa, no centro da cidade da Vigia, desde a época de seu patriarca, e chegou a ser proibida pelo cônego Faustino de Brito, na década de 1950²⁰.

Foi então que Tia Pê começou a organizar essa festividade. Porém, não tinha a coroa do Divino Espírito Santo: uma bandeira branca em que era desenhado o símbolo do Divino. Essa bandeira vinha pendurada na ponta do mastro. Geralmente, o mastro era marcante tanto no mês de maio como no mês de dezembro. O mastro vinha do centro da cidade de Vigia e também do bairro do Arapiranga, percorria até o terreiro da Tia Pê, e este ficava erguido bem ao lado de sua casa. Eram oito dias de festividade, com muito carimbó. Tia Pê deixou de realizar a festividade do Divino Espírito Santo em 1967 e, em 1968, a festividade da Imaculada Conceição²¹. Tia Pê, além de organizar a festa, dançava e cantava o carimbó, às vezes batia também o tambor. Com isso, resolveu fundar, em 1962, o conjunto de carimbó Tia Pê. Este se apresentou em várias cidades e na Capital. No I Festival de Carimbó de Vigia, realizado em 1974, o conjunto ficou em 3º lugar; “Alegria dos Vigienses”, em 2º; e “Os Tapaioaras”, em 1º. Cordeiro (2010, p. 133) menciona que Tia Pê recebeu

¹⁶ Depoimento da senhora Maria Teodora de Sousa, Op, cit

¹⁷ Depoimento do senhor Bivar Evaristo Palheta, de 77 anos; Entrevista realizada em sua residência em junho de 2009, no centro da cidade de Vigia.

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem

²⁰ Depoimento de João Calandrino Op, cit

²¹ Idem

como prêmio um troféu e uma homenagem especial: um troféu da Sociedade “Cinco de Agosto” e um Certificado de “Preservadora Cultural” da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O grande cientista social paraense, Vicente Salles (1969, p. 263), em suas andanças pelo interior e depois de ter estado na casa de Tia Pê, em 1968, assim a descreve: “Tia Pê nasceu e se criou na Vigia. Mora nos limites suburbanos da cidade, à margem da estrada, quase no meio rural. É festeira consumada e centraliza em torno de sua modesta casa, os principais folguedos da região – carimbó e outras danças, folias religiosas e promesseiras”.

Para Raimundo Siqueira de Lima, Tia Pê era da roça, doceira “famosa” e querida por todos que a conheciam. Em sua propriedade, à margem da estrada (PA – 140), promovia festanças de mastros, “o pau de santo”, ladainhas, quadra junina e outros eventos, sempre abrindo e fechando cada evento com a dança do carimbó. O grupo de carimbó da Tia Pê era formado por músicos de flauta e pau e corda; alguns, seus parentes, outros, apenas amigos. Ela compunha suas músicas e letras para o seu conjunto, numa linguagem cabocla, pura e alegre, pureza e alegria que lhe eram peculiares; suas toadas de carimbó eram gostosas de ouvir²².

Como podemos perceber, nesses fragmentos recompostos que permitiram apresentar um certo testemunho da passagem daquela que quase passa por anônima, Tia Pê teve suas identidades marcadas como mulher, negra, do interior de Vigia, relacionadas ao trabalho, às atividades culturais e religiosas, às festividades, à agricultura, à venda de doces e, sobretudo, à manutenção do carimbó – grupo, dança, tocadora, cantora, compositora de letras de música.

As iconografias abaixo são outros meios de memorarmos a identidade dessa mulher negra paraense, pouco conhecida fora do circuito local.

Imagem I - Tia Pê recebendo o título de Preservadora Cultural do carimbó da cidade de Vigia.



Acervo: Arquivo Museu Municipal da Vigia.

Vicente Salles (1969, p. 265) descreve os momentos antes de começar sua pesquisa, e menciona os dois rapazes que bateram o carimbó naquele dia:

Tia Pê, cabocla legítima, cantadeira de carimbó desde que se conheceu, grande informante, em cuja casa se dança e se brinca e se come e se bebe com todo respeito (só quis ser informante depois de tomar banho, vestir seu vestido limpo, passado, perfumado à maneira bem paraense); Benedito e Gerebeca, rapazes de 16 e 18 anos respectivamente e já trabalhadores “do pesado” (lavoura,

²²Depoimento do senhor Raimundo Siqueira de Lima, de 64 anos. Entrevista realizada em 2009, em sua residência no bairro da Siqueira, na cidade de Vigia, em setembro de 2009.

pesca e eventualmente pedreiros ou melhor ajudantes de “fazer casas”), habilíssimos batedores de carimbó.

Nesse outro pequeno excerto do clássico Vicente Sales, ainda podemos identificar:

- . Tia Pê como, “cabocla legítima”, termo muito usado no século passado como eufemismo de negros (pretos e pardos);
- . Tia Pê “cantadeira”, ou cantadora de músicas populares, nesse caso, marcadamente o carimbó paraense;
- . Tia Pê proprietária de casa, barracão, terreiro, e lugar de dança e brincadeira, caracterizado pela comida, pela bebida, pela fartura, pela tradição africana ou afro-brasileira e sua cosmovisão de irmandade e humanidade, diferente da concepção ocidental caracterizado pela lógica competitiva capitalista;
- . Tia Pê “a informante”, que possui ensinamento, experiência, conhecimento, informação, sabedoria, vivência, que carregou consigo todo um patrimônio artístico, corporal, cultura, epistemológico, estético e visual africano, que caracterizam os valores civilizatórios africanos;
- . Tia Pê a mulher negra vaidosa, como muitas outras tias, mães e filhas; caprichosa, asseada, bem vestida, com roupa passada, engomada, para receber as visitas externas;
- . Tia Pê também carregou a tradição de uma mulher paraense cheirosa, que exala o perfume e o cheiro do Pará, tradição secular; “só quis ser informante depois de tomar banho, vestir seu vestido limpo, passado, perfumado à maneira bem paraense”.

2. 1. Carimbó da Tia Pê

No terreiro de carimbó da Tia Pê, muitas pessoas que moravam no centro da cidade de Vigia-Pa participavam dessa festança. Bivar Evaristo Palheta era frequentador assíduo do carimbó às quartas e sábados, inclusive, dançava a “Dança da Onça” com ela. Para ele, o carimbó antes da Tia Pê era brincado no terreiro da Tia Anacleto, que ficava no mesmo bairro, porém, além da Tia Pê, haviam as Tias Martinha, Ana Fragata, Preta e Dulcineia²³. Nas festas organizadas pela Tia Pê, ninguém pagava ingresso, as pessoas iam chegando e dançando, geralmente às 16h, e muitas pessoas vinham andando do centro da cidade de Vigia (distante cerca de 1 km), quando chegavam, o carimbó já estava rolando e ia até o sol raiar²⁴.

Em 1953, com 23 anos, Bivar Evaristo Palheta, já casado, frequentava o carimbó da Tia Pê. Ele afirma: “Quando eu e meus amigos chegávamos à casa da Tia Pê o carimbó já estava rolando, e as damas já estavam esperando a gente”²⁵. Nesta época, acrescenta Bivar: “eu dançava a ‘dança da onça’ com a Tia Pê, era a onça te pega, não deixa pegar [Risos...], era muito animado e eu gostava muito de dançar o carimbó”. Muitas pessoas gostavam tanto do carimbó que chegavam a andar vários quilômetros de distância para dançar, finaliza Bivar²⁶.

As damas que participavam do carimbó de Tia Pê eram moradoras da comunidade e de outros bairros da cidade de Vigia. Maria Margarida Barros Neves, conhecida por “Gaída”, era jovem,

²³ Depoimento do senhor Bivar Evaristo Palheta, Op, cit.

²⁴ Idem

²⁵ Idem

²⁶ Idem

com 15 anos, quando frequentava esse festejo. Tia Pê era sua tia, irmã de seu pai. As moças ficavam esperando para serem convidadas a dançar pelos cavalheiros, então, quando eram chamadas, iam para o meio do salão dançar o carimbó²⁷.

O folclorista Pedro Tupinambá, em 1971, também esteve na cidade de Vigia coletando informações sobre o carimbó da Vigia. Na ocasião, conheceu a Tia Pê, “[...] esta figura fabulosa do Carimbó vigiense”. Como o carimbó dela estava parado porque sua residência estava em ruínas, Pedro Tupinambá assistiu ao conjunto da Tia Pê em uma festa na sede do Uruitá,

[...] assistimos Tia Pê – cabocla vigiense de 60 e tantos anos, cujo nome era Francisca Lima do Espírito Santo, cantar e exibir seu conjunto harmonioso na sede do “Uruitá Esporte Clube”, numa bela festa do Carimbó vigiense; vimos e fotografamos Tia Pê tocando xeque-xeque feito de lata de leite “Ninho” e também os componentes de seu grupo: 2 batedores de carimbó, 1 tocador de clarinete, 1 pandeirista, 1 tocador de banjo e algumas cantoras, ou “canteiras”, como são denominadas lá. (*Revista Espaço*, Carimbó, Ano I, Nº 2, 1977, p. 21)

O conjunto de carimbó da Tia Pê às vezes se apresentava com dois tambores (carimbós), como foi o caso acima citado, e, em certas ocasiões, com três, como vimos no decorrer da pesquisa, fato que podemos destacar como característica do carimbó da Vigia (três tambores). Mas devemos ressaltar a criatividade desta senhora para a improvisação do instrumento, feito de lata de leite “Ninho”, onde se colocavam pedras, milho ou até esfera dentro; com isso, tirava-se um som harmonioso para acompanhar o carimbó. As cantoras ou “canteiras” eram sua irmã, a Tia Raimunda, e outras Tias do carimbó que participavam do conjunto.

Entretanto, na época que o esposo da Tia Pê era vivo, conhecido por capitão Mico, este tocava viola. “Zé Fura” e Zé Ataíde, todos brincavam e tocavam no carimbó da Tia Pê. Segundo Adão dos Santos Monteiro, pescador na época, sempre quando estava em terra, participava desse festejo. Tia Pê cantava e sacudia o maracá, junto com suas irmãs. Às vezes, cantava a música de carimbó chamada Dona Luciana:

*Senhora dona Luciana
Ela chegou lá de Tatuoca
Foi fazer farinha
Farinha, farinha de mandioca.
Dona Luciana
Olá ô samba
Põe as cadeiras de banda
Olhe ô samba
Põe as cadeiras de banda meu mano (bis)²⁸.*

Como compositora, Tia Pê era autodidata, pois era analfabeta, o que dificultou o registro de muitas das letras de sua música. Quando estava sentada, baixava a cabeça na mesa e, com as mãos,

²⁷ Depoimento de Maria Margarida Barros Neves (conhecida por “Gaida”), de 63 anos. Entrevista realizada em sua residência no bairro do Siqueira, na cidade da Vigia, em setembro de 2009.

²⁸ Depoimento de Adão dos Santos Monteiro, de 76 anos. Entrevista realizada em sua residência, no bairro centro na cidade de Vigia, em agosto de 2009.

batia na mesma, no ritmo do carimbó: nesse momento, vinha a inspiração para composição de suas músicas – afirma seu filho João Calandrino²⁹.

Também esteve pesquisando o carimbó da Tia Pê, na década de 1970, o cantor e compositor paraense Ely Farias. Em seu disco denominado *Carimbó*, o conjunto Ely Farias gravou várias músicas de carimbó e cita três de autoria da Tia Pê, que aparecem na capa do disco. Abaixo, três letras de músicas do disco, de autoria da Tia Pê:

Maçariquinho

Maçariquinho da beira do igarapé (bis)
Fazendo sereré, sereré, sereré.
Sereré, sereré, sereré (bis).
Fazendo sereré na vazante da maré³⁰.

Papagaio

O papagaio é um bicho inteligente (bis)
Ele fala toda língua
Até a língua paraense
Papagaio louro, do bico dourado (bis)
Ele cantava tanto
Ele cantava tanto
Até ficar cansado

Laranja Madura

Tanta laranja madura (bis)
Tanto limão pelo chão
Tanto sangue derramado
No coração de João
Tanta laranja madura
Tanto limão pelo ar
Tanto sangue derramado
No coração de Iaá-Iaá
Adeus, adeus, adeus. (bis)
Adeus amor passe bem
Vamos pra terra do paco
Paco não mata ninguém.

2. 2. Homenagens à Tia Pê

Tanta laranja madura (bis)
Tanto limão pelo chão
Tanto sangue derramado
No coração de João

²⁹ Depoimento de João Calandrino, Op, cit.

³⁰ As letras foram retiradas do disco de Carimbó do cantor paraense Ely Farias, que foi gravado na década iniciada em 1970.

Depois de dois anos do 1ª Festival de Carimbó, e muita contribuição à cultura do Nordeste Paraense, no dia 10 de junho de 1976, Tia Pê veio a falecer, com 61 anos de idade. Como se observa abaixo, o jornal *O Liberal*, de Belém, noticiou esse acontecimento histórico e triste para a cidade de Vigia, no Estado do Pará.

Imagem II: Cortejo do enterro da Tia Pê acompanhado por parentes, amigos e do prefeito da cidade, Florival Nogueira da Silva.



Fonte: Jornal *O Liberal* de Belém, 20 de junho de 1976, 2º Caderno p. 01.

A imagem na primeira página do 2º Caderno do jornal *O Liberal* foi um registro do momento do cortejo fúnebre em direção ao cemitério São Francisco, na cidade de Vigia. Percebe-se a participação do Executivo, com o prefeito Florival Nogueira (de óculos, segurando uma das alças do caixão) e do Legislativo, com o vereador José Lobato das Neves, além de Orlando Santos, o sobrinho da Tia Pê, que deu prosseguimento à festividade da N. S. da Imaculada Conceição que ela realizava.

O Guilhermino cantor e compositor Ferreira da Silva, do grupo de carimbó “O Beija-Flor”, no ano de 2007, fundou o grupo de Carimbó “O Uirapuru Vigiense” e fez uma música de carimbó homenageando a Tia Pê:

Homenagem a Tia Pê
A dança do carimbó
É bonita pode crer
Me lembro do Amparo
Do carimbó da Tia Pê
Ela já morreu...
Ela está no reino da glória
Era a Tia Pê e Tia Naclea
E mestre Jaime na viola (Silva, 2009)

Tia Anaclea e mestre Jaime, também citados na letra, eram duas pessoas influentes da cultura do carimbó nessa época. Assim como Tia Pê, ela era afrodescendente, realizava festividade de santo, vendedora de doce nas horas de folga, cantora, compositora e dançarina do carimbó na cidade de Vigia. Já Jaime tocava viola no grupo da Tia Pê e participava ativamente das festividades religiosas tocando instrumento no carimbó.

Depois de mais de dois anos de falecimento, Tia Pê foi homenageada pelo poder público municipal com o nome de uma escola de ensino fundamental ao 5º ano, no bairro do Amparo, no ano de 1978, na administração do prefeito José Ildone³¹.

A partir do ano de 2000, pôde-se assistir à formação de vários grupos parafolclóricos, compostos por adolescentes e jovens, cujas atuações apresentavam-se de maneira relativamente assídua. Entre estes grupos, destaca-se o grupo “Dança Tia Pê”. Vale lembrar que o grupo citado exercia apenas a atividade da dança sem conjunto musical. Apresentava-se ao som de execução mecânica, desenvolvendo coreografias ou interpretando algumas já tradicionalmente existentes “Dança da Onça”, “Negro no Tronco”, “O Tombador”, “Matinta Perera”, entre outras. O grupo “Dança Tia Pê” fazia shows em parceria com os grupos de carimbó “Os Tapaioaras” e “Beija-Flor”. Recebeu, no período de atuação (entre 2000 e 2002) grande apreciação pública, e participou de diversos eventos culturais, como festivais folclóricos, na cidade de Vigia, e demais municípios da região, a exemplo de Curuçá, Terra Alta, Santa Izabel; eventos acadêmicos na Universidade Estadual do Pará - UEPA, na capital do Estado; eventos sociais, como a “Ação Global” na cidade de Vigia ou como atração de promoções e excursões turísticas.

Além destas atividades, o grupo “Dança Tia Pê” desempenhava trabalhos de estudos e pesquisas históricas, em prol da valorização sobre manifestações culturais, visitando comunidades tradicionais e quilombolas (Guajará, Santo Antônio do Tauapará, Terra Amarela, Ovos, Cacau) e entrevistando pessoas envolvidas diretamente ou indiretamente com a cultura do carimbó.

Também na década de 2000, um Espaço Cultural³² na cidade ganhou o nome da Tia Pê³³. Já em abril de 2020, por iniciativa do secretário de cultura Rui Leal, no início do Espaço Cultural Tia Pê, do lado do rio Guajará-Mirim, foi construído um pequeno monumento em homenagem à Tia Pê: com três tambores (curimbós) em concreto com o nome da personalidade principal e, em ambos, uma placa narrando resumidamente a sua história.

³¹ Até o falecimento da Tia Pê, em 10 de julho de 1976, em nenhum momento o poder público municipal da cidade de Vigia havia realizado alguma homenagem sobre seu papel na cultura do carimbó nessa cidade. Teve reconhecimento com publicações em duas Revistas publicadas pelos folcloristas Vicente Salles e Pedro Tupinambá, ganhou um prêmio da UFPA, mas nunca teve reconhecimento do poder municipal dessa cidade. Dois anos após seu falecimento, em 1978, o prefeito José Ildone Favacho Soeiro construiu uma escola municipal no bairro do Amparo e fez a homenagem em memória à Francisca do Espírito Santo (Tia Pê). Sobre a construção dessa escola, ver: Informe contendo 35 páginas da administração do prefeito José Ildone (1977 a 1983). Esse Informe encontra-se na biblioteca Prof.^a Irene Favacho Soeiro, localizado na Av. Marcionilo Alves. .

³² Espaço Público destinado a eventos culturais organizados pela prefeitura municipal da cidade de Vigia.

³³ Depoimento de Aldo Brito dos Santos, Op, cit. Em 2001, foi realizado um Projeto de Lei para que o Espaço Cultural recebesse o nome da Tia Pê; tal iniciativa partiu do grupo “Dança Tia Pê”, através de pesquisa, conheceram a importância da Tia Pê na cultura do carimbó na cidade de Vigia e resolveram construir um Projeto para que o Espaço Cultural tivesse o nome da Tia Pê. O Projeto foi subscrito à Câmara Municipal da cidade de Vigia e aprovado por unanimidade, a prefeita Marlene Vasconcelos acatou. Entrevista realizada em sua residência, no centro da cidade de Vigia, em outubro de 2020.

Imagem III - Monumento em homenagem à Tia Pê



Fonte: Arquivo Paulo Cordeiro, outubro de 2020.

Imagem IV - Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca do Espírito Santo - Tia Pê



Fonte: Arquivo Paulo Cordeiro, outubro de 2020.

Agora em 2022, este pequeno e singelo artigo *“Tia pê (1915-1976) - mulher, identidade negra e cultura do carimbó amazônico paraense na cidade de Vigia”*, também cumpre a missão de manter viva a história cultural de Tia Pê – batizada Francisca do Espírito Santo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado neste trabalho, a participação da Tia Pê foi fundamental para a valorização e preservação do carimbó na cidade de Vigia. Era a última das Tias. Herdou a cultura musical do carimbó de seus pais; passou a realizar as festividades religiosas do Divino Espírito Santo e, posteriormente, de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, onde passou a ficar bastante conhecida na cidade. Ao lado da residência da Tia Pê, ficava o mastro, por cerca de oito dias de festividades, com a presença do carimbó, onde as pessoas dançavam na casa ou no terreiro. Ela foi ganhando respeito pela sua simplicidade.

As festas eram bastante concorridas. Realizava duas no ano e, sem condições financeiras, muitas pessoas ajudavam. Tia Pê ganhou um dos prêmios mais importante de sua vida, o de “Pre-

servadora da Cultura”, em 1976, no 1º Festival de Carimbó da Vigia. Este foi concedido pela Universidade Federal do Pará, das mãos do vice-reitor Alcyr Meira.

Tia Pê morreu, mas ficou eternizada nas memórias dos vigienses contemporâneos, e estes repassam às novas gerações. Ela se foi, mas a mulher vigiense continua atuante no carimbó.

Enquanto Tia Pê e as demais mulheres negras praticavam e realizavam o carimbó, as mulheres brancas da elite eram proibidas. Três fatores impostos pela elite branca às mulheres de não participarem do carimbó em Vigia se deviam:

- Primeiro: às proibições às jovens e senhoras que faziam parte das Congregações religiosas em frequentar e assistir aos folguedos;
- Segundo: à proibição das festividades religiosas, de acordo com o discurso conservador pela Igreja Católica, por ter muita briga e bebedeira;
- Terceiro: às repressões policiais, em cumprimento dos Códigos de Posturas Municipais das décadas iniciadas em 1940 e em 1960.

As Tias também foram morrendo e suas filhas ou parentes não deram prosseguimento à cultura do carimbó. Mas a cultura é dinâmica e se modifica de geração em geração. Surge, em 2005, no grupo de carimbó “Raízes do Cacau”, Telma Lucia Carneiro de Lima, vigiense de 15 anos, bate o carimbó (tambor) de marcação. É a continuidade da mulher vigiense nessa cultura. Atualmente (ano de 2022), temos quatro grupos de carimbó na cidade de Vigia, sendo que em dois deles vemos a participação das mulheres, compositoras e cantoras nessa atividade – que passou a ser patrimônio imaterial brasileiro e que teve a Tia Pê como mulher negra, mestra e continuadora do carimbó amazônico, a partir da cidade histórica de Vigia. Por ser uma mulher que contribuiu com a preservação, valorização e divulgação da cultura do carimbó, no universo da grande maioria de homens, foi reconhecida como preservadora cultural do carimbó e, entre outras homenagens, o nome de uma escola municipal, um memorial e o espaço cultural.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Assunção José Pureza. “*Chama Verequete*”: *Etnografia da trajetória e das vicissitudes de um compositor negro paraense*. 1994. 50 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

ANDRÉ, Sônia. Outros saberes, outros espaços e outros olhares de mulheres Moçambicanas da comunidade Yaawo. *Revista DA ABPA*. V13, n. 36. Mar-Mai, 2021, p 126-140.

- AVELAR, Alexandre de Sá. A retomada da biografia histórica. *Oralidades*, n.2, p.45-60, jul/dez 2007.
- BARROS, Álvaro. *Depoimento sobre a importância cultural de Tia Pé dado a Paulo Cordeiro*. Vigia, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.
- CALANDRINO, João. *Depoimento sobre a importância cultural de sua mãe – a Tia Pé – dado a Paulo Cordeiro*. Vigia, 2009.
- CARDOSO, Benedito Nazaré. *Depoimento sobre a importância cultural de Tia Pé dado a Paulo Cordeiro*. Vigia, 2009 de 57 anos (conhecido por “Pueral”).
- CORDEIRO, Paulo. *Mamaiacu: De Aldeamento Jesuítico a Vila de Porto Salvo*. Cidade da Vigia/PA, 2014, Ed. do Autor.
- _____. *Carimbó da Vigia*. Cidade de Vigia/PA. Ed. do Autor, 2010.
- _____. *Carimbó “pau e corda”*. Antropização e Cultura Negra na Região do Salgado Paraense. Dissertação de mestrado em Estudos Antrópicos na Amazônia. UFPA (cidade de Castanhal), 2020.
- CORDEIRO, Raimundo Paulo Monteiro; AMARAL, Assunção José Pureza. Herdeiras das tradições africanas: trabalho, cultura, lazer ontem e hoje na cidade de Vigia-Pa. In: Revista em favor. *Revista Em favor das cotas*. AC: UFAC, 2021.
- CORDEIRO, Raimundo Paulo Monteiro; AMARAL, Assunção José Pureza. Entre homens e mulheres, escravizados e libertos, campo e cidade – eis as tias “negras” do carimbó na fronteira do saber na cidade da Vigia/PA. In: *Revista Cadernos do CEOM/Unochapecó*, Ano 25, n.37 – Fronteiras – Santa Catarina, 2013.
- DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira (Orgs.). *Os saberes tradicionais e a Biodiversidade no Brasil*. São Paulo: NUPAUB-USP: MMA, 1999. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/saberes%20trad.pdf>> Acesso em: 12 de nov. de 2018.
- DURST, Rogério. *Madame Satã: com o Diabo no corpo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.
- DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação na América Latina*. São Paulo: LAYOLA, 1977.
- ESCOBAR, Arturo. “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?” In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires. CLASCO, 2005. p. 69-86. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf> Acesso em: 12 de nov de 2018.
- FILHO, Assis. *Carta de Assis Filho enviada a José Ildone, relatando os contatos e as confirmações dos eventos para a festa do dia 06 de novembro de 1971*. S. l.: 21 out. 1971. Arquivo pessoal de J. Ildone.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Ed. Vértices, São Paulo. 1990.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidade e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardiã Resende. Belo Horizonte/Brasília, Editora UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- IBGE. População estimada de 2019.

KOFES, S. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. 46 (BINZER apud KOFES, 2001, p.134).

LEAL, L. A. P. *As composições do Uirapuru: experiências do cotidiano expressas em letras do conjunto de carimbó de Verequete*. Monografia (Curso Especialização (Teoria Antropológica) – Universidade Federal do Pará, Belém. 1999.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LIMA, Raimundo Siqueira de. *Depoimento sobre a importância cultural de Tia Pé dado a Paulo Cordeiro*. Vigia, 2009.

NEVES, Maria Margarida Barros. *Depoimento sobre a importância cultural de Tia Pé dado a Paulo Cordeiro*. Vigia, 2009. 63 anos.

O LIBERAL. *Vai ser difícil encontrar outra Tia Pé*. Belém. 20 de junho, p.1, 1976.

PALHETA, Aécio. *Vigia Ainda Ontem*. Imprensa Oficial do Estado do Pará. Belém, 1995.

PALHETA, Bivar Evaristo. *Depoimento sobre a importância cultural de Tia Pé dado a Paulo Cordeiro*. Vigia, 2009. 77 anos.

RAMOS, João Batista Santiago. *Por Uma Utopia do Humano: Olhares a partir da ética da libertação de Enrique Dussel*. Porto: Ed. Afrontamento, 2012.

SALLES, V.; SALLES, M. I. Carimbó: trabalho e lazer do caboclo. *Revista Brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25, p. 257-282, 1969.

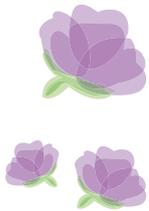
SILVA, Guilhermino Ferreira da. *Depoimento sobre a importância cultural de sua mãe – a Tia Pé – dado a Paulo Cordeiro*. Vigia, 2009 [67 anos à época].

SOUSA, Maria Teodora de. *Depoimento sobre a importância cultural de sua mãe – a Tia Pé – dado a Paulo Cordeiro*. Vigia, 2013.

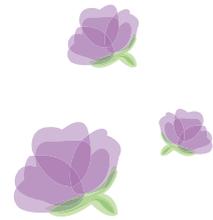
TUPINAMBÁ, Pedro. *Carimbó*. *Revista Espaço*. Belém, ano 1, n. 2, p. 21, nov. 1977.



Seção



D



Análise de Livro



A (R)Existência de Kehinde, em *Um Defeito de Cor*

La (R)Existencia de Kehinde en Un Defecto de Color

The (R)Existence of Kehinde in A Color Defect

Francelina Ribeiro Barreto

Resumo: A partir de *Um defeito de cor* (2009), de Ana Maria Gonçalves, objetivamos discutir como a trajetória de resistência da protagonista Kehinde evidencia uma resistência da cultura afro-brasileira, em meio à violência da escravidão e da colonização no Brasil. A par da pesquisa bibliográfica e da análise literária, buscamos como aporte teórico o feminismo negro e o decolonial, em diálogo com a literatura, a história e a memória. No romance, ocorrem denúncias de processos históricos de violência física, simbólica e cultural, bem como do racismo e da violência de gênero e sexual que atingiu, sobretudo, as mulheres negras. Por fim, destacamos que Kehinde é uma personagem forte e persistente, que resiste e busca sobreviver, tal qual a cultura afro-brasileira, em busca da liberdade e de suas identidades e memórias.

Palavras Chave: (R)Existir. Corpo Negro Feminino. Cultura Afro-Brasileira. Inter-Relações Entre Literatura, História E Memória.

Resumen: A partir de *Um Defeito de Cor* (2009), de Ana Maria Gonçalves, buscamos discutir cómo la trayectoria de resistencia de la protagonista Kehinde evidencia una resistencia de la cultura afrobrasileña, en medio de la violencia de la esclavitud y la colonización en Brasil. Junto a la investigación bibliográfica y el análisis literario, buscamos como soporte teórico el feminismo negro y decolonial, en diálogo con la literatura, la historia y la memoria. En la novela hay denuncias de procesos históricos de violencia física, simbólica y cultural, así como del racismo y la violencia sexual y de género que afectaba principalmente a las mujeres negras. Finalmente, destacamos que Kehinde es un personaje fuerte y persistente, que resiste y busca sobrevivir, al igual que la cultura afrobrasileña, en busca de la libertad y de sus identidades y memorias.

Palabras Claves: (R)Existir. Cuerpo Femenino Negro. Cultura Afrobrasileña. Interrelaciones entre Literatura, Historia y Memoria.

Abstract: Based on *Um Defeito de Cor* (2009), by Ana Maria Gonçalves, we aim to discuss how the resistance trajectory of the protagonist Kehinde evidences a resistance of Afro-Brazilian culture, amid the violence of slavery and colonization in Brazil. Alongside the bibliographic research and literary analysis, we sought as theoretical support the black and decolonial feminism, in dialogue with literature, history and memory. In the novel, there are denunciations of historical processes of physical, symbolic and cultural violence, as well as racism and gender and sexual violence that mainly affected black women. Finally, we emphasize that Kehinde is a strong and persistent character, who resists and seeks to survive, just like the Afro-Brazilian culture, in search of freedom and their identities and memories.

Key-words: (R)Exist. Black Female Body. Afro-Brazilian Culture. Interrelationships Between Literature, History And Memory.

INTRODUÇÃO

Um defeito de cor (2009), de Ana Maria Gonçalves, é uma longa narrativa histórico-memorialística ficcional, criada a partir do que a autora denomina como serendipidade, em alusão ao processo de que uma história se apresenta como consequência de outra. Nesse caso, Gonçalves (2009) indica no prólogo como o contato com um livro de Jorge Amado a levou a se interessar pela Bahia e pela Revolta dos Malês, utilizando esse como um dos motes de sua escrita, reforçado pela leitura de supostos manuscritos históricos que encontrou numa casa em Itaparica, na Bahia. Desse contexto, criou o romance que é objeto de discussão neste artigo, centrado na protagonista Kehinde, que, ao longo da obra, também terá o nome de Luísa.

Na referida obra, o leitor, inicialmente, conhece as memórias da pequena Kehinde sobre as violentas vivências que ela teve em Savalu, reino do Daomé, na África. São exemplos disso os abusos sexuais sofridos por ela e sua irmã, a morte de sua mãe, a captura dela e de sua irmã para que fossem escravizadas e trazidas ao Brasil, até que, sozinha (a irmã e a avó morreram nos insalubres navios de tráfico negreiro) e privada de liberdade, desembarcou no Brasil. As situações descritas evocam nos leitores uma sensação de revolta e mal-estar frente à denúncia de tantas violências sofridas pelas pessoas negras, o que também pode direcionar à percepção de como Kehinde precisa resistir física, psicológica, emocional e culturalmente para sobreviver em meio à escravidão e à colonização no Brasil.

É a partir dessa percepção que este artigo objetiva discutir como a trajetória de resistência de Kehinde evidencia, também, uma resistência da cultura afro-brasileira, e, especialmente, das mulheres negras, em meio à violência da escravidão e da colonização no Brasil. Defendemos, nesse sentido, que, ao recriar ficcionalmente as memórias biográficas de Kehinde, Gonçalves (2009) alude à história do povo negro escravizado no Brasil, denunciando as muitas camadas de violência e de desumanização impostas, as quais a história oficial busca omitir. Ademais, frente às inter-relações entre a literatura, a história e a memória, evocadas na narrativa, há um discurso de evidência e resistência da cultura afro-brasileira, construído a partir dos próprios negros, mais especificamente de uma mulher negra – Kehinde.

A fim de atingirmos o objetivo proposto, o estudo está fundamentado em pesquisa bibliográfica e análise literária, pautado no feminismo negro e no feminismo decolonial, em diálogo com os estudos sobre as inter-relações entre história, literatura e memória. Estruturalmente, o texto foi dividido em três seções, além da presente introdução e das considerações finais, com o intuito de estabelecermos uma discussão sobre como a trajetória de Kehinde representa, também, a resistência da história e da cultura afro-brasileira. Esta, mesmo sob o constante signo da violência no Brasil, resiste e recria, todos os dias, suas histórias e memórias, tendo também na escrita literária e na literatura afro-brasileira uma aliada, tanto para a denúncia do racismo e das inúmeras violências que atingem a população negra, sobretudo as mulheres negras, quanto para a criação de espaços que fortificam a resistência cultural negra, tal como o faz a escritora Ana Maria Gonçalves, que, não por acaso, também é uma mulher negra.

1. A Cor da Pele como um Defeito: aproximações entre a literatura, a história e a memória.

Grada Kilomba inicia *Memórias de plantação* (2019) com um poema de Jacob Sam-La Rose, em cujo texto se lê: “Por que escrevo? / Porque eu tenho de / Porque minha voz, / em todos os seus

dialetos, / tem sido calada por muito tempo.” (ROSE, 2002, p. 60 apud KILOMBA, 2019, p. 21). A partir do discurso poético, falando sobre a história do povo negro, a autora comenta sobre como esse poema evoca uma “[...] longa história de silêncio imposto. Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes.” (KILOMBA, 2019, p. 21). A escritora discute como tem sido a vida de pessoas negras que foram forçadas a vivenciar um processo colonizador de inúmeras violências físicas, culturais e simbólicas, sofrendo o acesso negado à leitura, à educação e à escrita – ao direito de narrar e de narrar-se.

Ao povo negro, em favor de suas memórias e histórias, houve apenas a opção de resistir, visto que, como diz Kilomba (2019, p. 21), houve/há/haverá “[...] uma fome coletiva de ganhar a voz, escrever e recuperar nossa história escondida”. É em busca de parte dessa história afrodiaspórica que a escritora brasileira Ana Maria Gonçalves, em suas inter-relações entre literatura, história e memória, usa a sua voz e a sua escrita para dar vida à Kehinde, a protagonista da resistência em *Um defeito de cor* (2009). Já pelo título do romance, podemos perceber o caráter crítico impresso à narrativa, quando a autora denuncia como, pela ótica racista, ser negro é um defeito em razão da cor da pele que se apresenta, aludindo a um decreto que impedia que pessoas negras ocupassem cargos públicos ou, ainda, demandando que exigissem “dispensa do defeito de cor” (GONÇALVES, 2009). Todavia, a narrativa subverte essa visão ilógica preconceituosa e reafirma, a partir de eventos históricos como a Revolta dos Malês, a importância e estética da cultura afro-brasileira.

O componente histórico se inter-relaciona à escrita literária e à memória para que, a partir dessa conjuntura, seja construído o discurso de resistência relacionado a Kehinde, que, dentre outros aspectos, busca o direito às suas memórias e identidade, bem como ao seu próprio corpo. Já escravizada e morando no Brasil, em meio a muitas violências que sofre, especialmente após ser estuprada por José Carlos, senhor de escravos em Itaparica, Kehinde vai tomando consciência de sua condição e da necessidade de encontrar uma forma de subverter todo o violento contexto em que ela está inserida. Diante do estupro, ao perceber que sequer tem direito sobre o seu corpo, a protagonista reflete: “[...] Apesar da pouca idade, acho que foi naquele momento que tomei consciência de que tinha que fazer alguma coisa, pelos meus mortos, por todos os mortos dos que estavam ali, por todos nós, que estávamos vivos como se não estivéssemos, porque as nossas vidas valiam o que o sinhô tinha pagado por elas, nada mais.” (GONÇALVES, 2009, p. 144).

Quando ela fala sobre tomar consciência do que ocorria a ela e aos demais escravizados, constantemente violentados e desumanizados, se refere ao contexto de 1800, em que vigorava no Brasil a violência escravocrata e colonizadora, alinhada ao eurocentrismo e ao racismo. Podemos correlacionar esse trecho do romance também ao que postula a feminista decolonial María Lugones (2014), em relação à consciência da colonialidade. Essa autora indica que, para romper com a estrutura colonial, é preciso o reconhecimento da dupla condição de colonizados fraturados, o que levará à resistência e ao enfrentamento das formas de colonialidade que vigoram socialmente. Nesse sentido, tanto a trajetória de Kehinde, ao assumir a consciência dos processos que sofria, quanto a escrita de Gonçalves possibilitam a revisão desse período tenebroso da história do Brasil, que ainda precisa ser amplamente discutido para ser superado, dado que ainda hoje são inúmeros os desdobramentos da escravidão colonialista no país.

Outro aspecto que reitera as relações literatura, história e memória é o fato de que a narrativa abre margem para algumas associações entre personagens do romance e figuras históricas. Nesse

sentido, há uma possibilidade de leitura que associa Kehinde a Luísa Mahin, escravizada que foi uma das líderes da Revolta dos Malês, e Omotunde Adeleke Danbiran, filho de Kehinde, a Luís Gama, advogado abolicionista filho de Luísa Mahin. A própria autora do livro afirma no prólogo a relação desses personagens descritos com os históricos baianos do final do século XVIII e início do século XIX. A escritora indica:

[...] esta pode não ser uma simples história, pode não ser a história de uma anônima, mas sim de uma escrava muito especial, alguém de cuja existência não se tem confirmação, pelo menos até o momento em que escrevo esta introdução. Especula-se que ela pode ser apenas uma lenda, inventada pela necessidade que os escravos tinham de acreditar em heróis, ou, no caso, em heroínas, que apareciam para salvá-los da condição desumana em que viviam. (GONÇALVES, 2009, p. 12)

Quando Gonçalves (2009) fala sobre uma escrava muito especial que não tem sua existência confirmada, se refere à Luísa Mahin. De fato, não se tem documentos que comprovem que essa figura histórica realmente existiu, mas ela está presente na memória coletiva do povo baiano nos relatos sobre a revolta dos Malês. Igualmente, marca presença em descrições feitas pelo próprio Luís Gama em suas cartas. Sobre essa memória que prevalece viva no imaginário coletivo, Halbwachs (2004, p. 26) esclarece:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

A memória da existência dessa mulher negra, guerreira e vingativa, participante da revolta que culminou com o violento assassinato de homens, mulheres e crianças malês na Bahia, persiste como estímulo e incentivo para reafirmar a resistência da mulher negra. Especialmente quando se trata do reconhecimento de si, da luta pelo direito aos seus corpos, às suas memórias e na luta por espaço, respeito e igualdade, como também o fez/faz Kehinde, como provavelmente o fez Luísa.

O filósofo Paul Ricoeur (2007), ao tratar sobre as aproximações entre a literatura e a história, destaca o caráter dialético de uma dicotomia que se desencadeia a partir do entrecruzamento dos efeitos originados por ficções e narrativas históricas nos textos. Tal entrecruzamento, que evidencia as inter-relações entre a literatura e a história, conjugadas também à memória, ocorre pela perspectiva de que o narrar, seja qual for o objeto da narração (o real ou a ficção), é o ato de desenvolver uma narrativa como se, de fato, tivesse acontecido. Dessa forma, destacamos que não nos interessa confirmar nem refutar a existência de Luísa Mahin, mas sim observar como a sua memória inspira a trajetória de Kehinde e, nesse sentido, ambas clamam pela humanização do povo negro e direito às identidades e subjetividades afro-brasileiras, especialmente para mulheres.

Kehinde, já cega e idosa, ao narrar oralmente suas memórias e, conseqüentemente, tomar para si o direito de narrar sua própria história, afirma:

acabo de perceber a semelhança entre o que eu sentia naquela época e o que sinto neste exato momento e já senti em outros, quando relembro tudo que aconteceu. Cansaço, muito cansaço. Você já percebeu que a vida da gente pode ser dividida em espaços de tempo, ou por lugares, ou os dois juntos, da mesma maneira que dividimos uma história? E quantas vezes, na vida de verdade, abreviamos uma situação porque estamos cansados dela? (GONÇALVES, 2009, p. 718)

O cansaço que toma Kehinde e a faz narrar suas memórias é também aquele de quem cansou de ser narrada, de ser objeto e que, como um ato de resistência, toma para si a sua condição de sujeito. É essa resistência que a faz, em correlato, representar também a cultura afro-brasileira, marcada pela violência, por um lado, e pela reinvenção, por outro. Dessa forma, a condição de poder narrar o que lhe foi arrancado sendo uma mulher negra, bem como suas terras, suas famílias, sua cultura e sua liberdade, performam no romance um ato de resistência e rebeldia. São as descrições das dores do corpo feminino, da perda de entes queridos, da escravidão, da separação imposta pelo colonialismo ou, ainda, do assassinato dos que ousaram lutar por liberdade.

Os rastros dessas vozes silenciadas inquietam, emergem das lembranças mais antigas, compartilhadas pela oralidade, e, posteriormente, são transformadas em escritos. O rastro de Luísa Mahin é a reminiscência recuperada por Gonçalves (2009) para traçar, nas quase mil páginas do livro, uma versão distinta. Entendemos, nesse sentido, que o rastro representa “[...] essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente.” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Por esse viés, Kehinde emerge, ressurgue nas linhas do romance recuperando a voz da ausência por se fazer presença.

A memória narrada recupera o passado, que “[...] continua ali, longe e esperto, espreitando o presente como a lembrança que irrompe no momento em que menos se espera ou como a nuvem libidinoso que ronda o fato do qual não se quer ou não se pode lembrar” (SARLO, 2007, p. 09). Dessa forma, dialogando com o texto de Sarlo (2007) e o de Gagnebin (2006), entendemos que o passado-memória tão pouco se pode esquecer, é uma constante presença de uma ausência que se recupera para que possa, enfim, existir na escrita literária e, por sua vez, na memória dos leitores.

2. O Processo de Desumanização e Desaculturação

Kehinde foi sexualmente violentada por José Carlos e, a partir dali, percebeu ainda mais a necessidade de tomar consciência da sua condição de escravizada a fim de que pudesse buscar meios de lutar e subverter tal condição. A violência não foi somente pelo estupro, mas também pela condição de não ter direito nem ao seu próprio corpo, sendo tratada como uma coisa, um objeto a mais na fazenda para onde fora levada. O estupro, infelizmente, foi apenas um dos gestos violentos que marcaram a trajetória de mulheres e homens negros no Brasil, visto que, desumanizados, foram tratados de modo animalizado e, para muitos, sequer deveriam ter alma, dada a condição de inferioridade que a violência racista colonial e escravocrata impôs.

Pontuamos, nesse sentido, que, como herança da colonização e da escravidão, ainda na atualidade, pessoas se tornam e perpetuam repetições de ideias de superioridade/inferioridade racial instauradas em nosso continente desde o estabelecimento do colonialismo. *Um defeito de cor* (2009)

possibilita entrever o quanto, nos dias atuais, sofremos com problemas enraizados e estruturados historicamente, seja por episódios racistas que se repetem, seja pelo genocídio da juventude negra, seja pela hiperssexualização e objetificação da mulher negra.

Aníbal Quijano (2005, p. 117), em seus estudos, evidencia que, numa perspectiva racista, a ideia de raça seria “[...] uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros.”. O autor, assim como Lugones (2014), defende que essa conceituação foi muito utilizada para “justificar” a violência, a exploração e a escravidão de corpos negros e indígenas na América. Além disso, supostamente respaldava para a hierarquização social e o desejo de inferiorizar a quem não estivesse no “topo” dessa absurda escala de classificação. Conforme postulado por Quijano (2008), os movimentos colonizadores englobaram as relações de saberes e poderes colonizados, sendo, dessa forma, uma outra via de desumanização, inferiorização e apagamento da cultura e do povo afro-brasileiro.

À perspectiva defendida por Quijano (2008), Lugones (2008) acrescenta a necessidade de nos atentarmos à colonialidade de gênero. Isso a fim de compreendermos historicamente a conjuntura dessas relações de poder instituídas na América.

Investigo la intersección de raza, clase, género y sexualidad para entender la preocupante indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color: mujeres no blancas; mujeres víctimas de la colonialidad del poder e, inseparablemente, de la colonialidad del género. (LUGONES, 2008, p. 57)

Lugones (2008), tal como o fazem as teóricas do feminismo negro, a exemplo de Ângela Davis (2016) e Lélia Gonzalez (1988), destaca como as relações de poder na sociedade afetam sobremaneira as mulheres negras ou, no dizer da feminista decolonial, as mulheres não brancas, incluindo nessa perspectiva as latinas e as indígenas. Dessa forma, o romance de Gonçalves (2009) é, ao mesmo tempo, uma denúncia das abjetas condições históricas impostas às mulheres negras, como também uma subversão dessas condições, ao trazer uma protagonista que, ainda assim, resiste. Ao ocupar o papel de narradora e protagonista, sendo uma mulher negra ex-escravizada, Kehinde mostra-se como uma voz dissonante afrodiaspórica que inspira outras mulheres negras a lutarem e a resistirem.

Segundo Ângela Davis (2016, p. 10), “[...] O sistema da escravatura define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos.”. Kehinde enfrenta essa violência desumanizadora da escravidão, obrigada a trabalhar forçadamente, em condições desiguais, ainda que, ao ser levada para fazer companhia à Sinhazinha Maria Clara, tenha ali a oportunidade de ter contato com os livros e, em meio à hostilidade da escravização, ter acesso à leitura por meio da Sinhazinha, que lhe emprestava os livros e gostava de ajudá-la a aprender. Foi também por meio desse contato que Kehinde entrou em contato com escritos de mulheres, algo que, posteriormente, a incentiva a, igualmente, ser uma mulher que narra a sua própria história.

A protagonista nos mostra suas dores, suas marcas e sua resistência diante do sistema escravocrata-exploratório colonial, na condição de sujeito marcado por um “defeito de cor”, na ótica racista. Retomamos, desse modo, o fragmento da carta-manifesto de Luís Gama (1852) sobre o decreto-lei que transformou a cor em um “defeito”, desumanizando as pessoas negras:

Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime. Mas nossos críticos se esquecem que essa cor é a origem da riqueza de milhares de ladrões que nos insultam; que essa cor convencional da escravidão, tão semelhante à da terra, abriga, sob sua superfície escura, vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade.

Essa cor tida como um “defeito” é a razão da riqueza de inumeráveis homens na história desse país e desse continente. É a cor explorada até as suas últimas forças, bem como a razão de boa parte do que se tem construído na América. Essa cor negada, rejeitada e subalternizada construiu a nação que somos hoje, e, infelizmente, continua sofrendo com os mesmos preconceitos e ideias de inferioridade do cenário da narrativa de Kehinde.

Ainda em relação à inferioridade e desumanização vivenciados no romance de Gonçalves pelos personagens negros, cumpre destacar que o processo de desumanização do corpo negro feminino inicia na obra com os reiterados ataques sexuais e físicos direcionados à protagonista e à sua família desde a infância na África. O embarque no navio negreiro acentua ainda mais esse processo de inferiorização e apagamento da cultura africana, com a negação da cultura negra, o silenciamento dos dialetos africanos e, conseqüentemente, da voz negra. O tratamento a que são submetidos no navio, amarrados como porcos, colocados na escuridão, no fedor e na sujeira, formam mais indícios da condição animalizada imposta aos negros, além de demonstrarem as injustiças cometidas em razão da cor da pele e de um sistema colonial-escravocrata. Na narrativa, Kehinde fala também sobre esses momentos de terror:

Apesar dos breves instantes de claridade que tivemos, pude perceber que o local era pequeno. [No porão o] silêncio que mais parecia um pano escuro, grosso e sujo, que tomava todos os espaços e prendia debaixo dele o ar úmido e malcheiroso, sabendo a mar e a excrementos, a suor e a comida podre, a bicho morto. Carneiros, talvez. Era como se todos esses cheiros virassem gente e ocupassem espaço, fazendo o lugar parecer ainda mais sufocante. (GONÇALVES, 2009, p. 32)

Nesse fragmento do romance, a protagonista, a avó e a irmã escravizadas foram colocadas no navio para a viagem em direção à América. A cena descreve, em detalhes, o estado do porão do navio, no qual os corpos são amontoados, sujeitos a permanecerem sujos, suportando o mal cheiro em espaços pequenos e mal alimentados. A isso, ainda eram acrescidos a fome e a tortura física, que são outras etapas do processo de desumanização representado na narrativa. Os negros passavam tanta fome que chegavam a se esquecer dela, pois, como narrou Kehinde, “[...] ficava dizendo que estava com fome, mas depois esqueceu. Eu também tentava esquecer que tinha fome.” (GONÇALVES, 2009, p. 36).

Por fim, quando o alimento era trazido, a quantidade era sempre insuficiente para todos e de má qualidade. Enfatizamos ainda que a distribuição da comida ocorria de forma desigual, demarcando a diferença de gênero na distribuição dos alimentos. Os primeiros a se alimentarem eram os homens, “[...] sendo que nós, as mulheres, éramos sempre deixadas por último.” (GONÇALVES, 2009, p. 38). Essa lógica adotada nos navios negreiros retoma a análise de Lugones (2008), no tocante a como, em meio às relações de poder, as mulheres são vítimas de um sistema patriarcal e de

privilégios masculinos, ainda que estejam entre os seus iguais e na mesma condição – no caso, os escravizados negros.

Esse processo descrito por Kehinde nos faz também retomar González (1988, p. 17), que fala em desigualdade sexual para se referir às discussões de gênero:

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano. (GONZÁLEZ, 1988, p. 17)

Aliado à denúncia de como as mulheres negras são afetadas frente às desiguais relações de poder, como mostra González (1988), a partir do termo do uso amefricanas, o romance de Gonçalves (2009) também traz uma perspectiva crítica quanto à aculturação imposta. Para o pensador Edouard Glissant (2005), o processo de aculturação tem início no navio também com a mistura de povos diferentes e imposição da língua, cultura e religião dominantes.

[...] os africanos chegaram despojados de tudo, de toda e qualquer possibilidade, e mesmo despojados de sua língua. Porque o ventre do navio negreiro é o lugar e o momento em que as línguas africanas desaparecem, porque nunca se colocavam juntas no navio negreiro, nem nas plantações, pessoas que falavam a mesma língua. O ser se encontrava dessa maneira despojado de toda espécie de elementos de sua vida cotidiana, mas também, e sobretudo, de sua língua. (GLISSANT, 2005, p. 19)

Essa denúncia-crítica feita por Glissant (2005) é perceptível na trajetória das memórias de Kehinde. No contexto do romance, destacamos uma outra passagem que também ilustra essa situação, no momento da chegada ao Brasil, com o batismo e recebimento do novo nome. As religiões africanas foram silenciadas em detrimento da religião católica.

Nós não víamos a hora de desembarcar também, mas, disseram que antes teríamos que esperar um padre que viria nos batizar, para que não pisássemos em terras do Brasil com a alma pagã. Eu não sabia o que era alma pagã, mas já tinha sido batizada em África, já tinha recebido um nome e não queria trocá-lo, como tinham feito com os homens. Em terras do Brasil, eles tanto deveriam usar os nomes novos, de brancos, como louvar os deuses dos brancos, o que eu me negava a aceitar, pois tinha ouvido os conselhos da minha avó. Ela tinha dito que seria através do meu nome que meus voduns iam me proteger, e que também era através do meu nome que eu estaria sempre ligada à Taiwo, podendo então ficar com a metade dela na alma que nos pertencia. (GONÇALVES, 2009, p.44)

Kehinde, como ato de resistência e bravura, rejeita o novo batismo, foge da troca de nome e, ao longo da obra, percebemos suas tentativas de manter a religião e a cultura africana e afro-brasileira vivas em suas memórias, mesmo diante das proibições e imposições da religião católica. Era uma forma de manter consigo as memórias do passado em Savalu e as lembranças dos entes perdidos, como uma espécie de elo que ligava quem era no momento a quem foi em épocas passadas.

3. Exploração, Resistência e Reexistência de Kehinde

O corpo da mulher negra escravizada estava sujeito ao trabalho excessivo, à exploração física e sexual, além da violência simbólica e cultural impostas. Para além dos abusos sexuais sofridos, ainda enfrentavam a retirada do direito de exercer a maternidade e, independente de suas condições físicas, eram igualmente destinadas aos trabalhos que exigiam força física. No romance, um exemplo disso é quando Kehinde é destinada a trabalhar na fundição: “[...] o dia começava a clarear e os homens foram apanhar lenha e colocar embaixo das caldeiras, acendendo o fogo da fundição. [...] as mulheres se dirigiram para lá, também acendendo o fogo debaixo deles” (GONÇALVES, 2009, p. 84).

As crianças, como Kehinde naquele período, também estavam expostas e corriam o risco de serem queimadas: “[...] as vasilhas eram altas e as crianças mais baixas tinham que se equilibrar na ponta dos pés para conseguirem fazer o serviço, correndo o risco de se apoiar na caldeira, ela virar e o óleo fervente escorrer, levando junto a pele, a carne e até os ossos.” (GONÇALVES, 2009, p. 84). Esse trecho da narrativa acentua o lado desumanizador da escravidão, que não considerava característica nenhuma das pessoas negras como digna de cuidado ou proteção, visto que não importava se eram crianças, mulheres, idosos ou doentes. Para o sistema colonial escravocrata, era preciso apenas que esses corpos fossem úteis ou seriam destinados à morte.

Ângela Davis explica, em *Mulheres, raça e classe*, que, em se tratando da escravidão, “[...] as mulheres devem trabalhar com o mesmo afimco e realizar as mesmas tarefas que os homens.” (DAVIS, 2016, p. 23). De acordo com a autora,

[...]como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspecto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravatura começa com a apreciação do papel de trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 10)

Explorada na condição de escravizada, tanto Kehinde deveria ser um corpo útil para o sistema de trabalho imposto, quanto o seu corpo também deveria servir sexualmente ao senhor de escravos. Conforme comentamos anteriormente, a nossa protagonista não escapou do abuso sexual, que culminou com o nascimento do primeiro filho, Banjokô.

[...] o sinhô José Carlos me derrubou na esteira, com um tapa no rosto, e depois pulou em cima de mim com o membro já duro e escapando pela abertura da calça, que ele nem se deu ao trabalho de tirar. Eu encarava os olhos mortos do Lourenço enquanto o sinhô levantava a minha saia e me abria as pernas com todo o peso do seu corpo. (GONÇALVES, 2009, p. 121)

A violência sexual sofrida pela jovem Kehinde é a representação da realidade vivida por inúmeras outras mulheres negras escravizadas no passado, visto que seus senhores se sentiam no

direito de se apossarem sexualmente de seus corpos. Os filhos bastardos recebiam o mesmo tratamento indiferente que as mães, negados e escravizados. A maternidade era um direito retirado das mulheres negras, as quais constantemente passavam pela separação de suas famílias, vendo seus filhos serem vendidos e as suas famílias destruídas. Como afirma Davis (2016, p. 23), “[...] Eram classificadas como ‘reprodutoras’ e não como ‘mães’, suas crianças podiam ser vendidas e levadas para longe.”

Pelos recortes aqui propostos, os quais de modo algum esgotam as violências e as explorações descritas no romance de Gonçalves (2009), podemos perceber que os corpos femininos negros foram explorados ao máximo, tanto nos aspectos físicos, relacionados ao trabalho, como sexuais. Corpos usados, descartados e sem o direito ao exercício da maternidade, ainda que muitas vezes fossem obrigadas a amamentar aos filhos das senhoras de escravos. Todavia, mesmo frente a um cenário tão violento e desolador como esse, entendemos que Kehinde resiste e busca reexistir em meio às formas que cria para sobreviver.

Segundo Bosi (2002, p. 118), a resistência em “[...] seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia.”. Esse opor a força própria contra uma força alheia, seja a escravidão, as peças da vida, a luta pela liberdade ou a recuperação do filho perdido, é que nos leva a observar a resistência de Kehinde nos movimentos afrodiaspóricos que empreende ao longo da narrativa. Destacamos, nesse sentido, que tal como Kehinde resiste, também a cultura afro-brasileira, mesmo com as inúmeras tentativas de silenciamento que sofre, segue resistindo aos apagamentos e silenciamentos impostos, utilizando da sua ancestral força cultural para demarcar seus espaços de cultura.

O primeiro desafio imposto à Kehine é o assassinato violento e brutal de Kokumo e de sua mãe, vendo-a também ser violentada antes de ser assassinada. Restam, a partir dali, somente Kehine, sua irmã Taiwo e sua avó. Elas resistem seguindo rumo à outra cidade, numa tentativa de refazer a vida e encontrar algo que trouxesse sentido para viverem. Em Savalu, após um curto período de paz e alegrias na vida das três, em meio à infância da protagonista, ela e sua irmã são capturadas e escravizadas. A avó busca segui-las, para tentar proteger as netas; contudo, durante a travessia, Kehinde se vê sozinha, após a morte de suas duas companhias.

Num processo alusivo, podemos dizer que, tal como a cultura africana, Kehinde desembarca sozinha no Brasil, sem saber o que lhe ocorreria. Todavia, ambas, mesmo sofrendo inúmeras violências e ataques, buscam se reinventar na nova sociedade que as abriga. Frente às fusões culturais que ocorrem, assim como Kehinde assume características brasileiras, também a cultura afro incorpora características que originam identidades culturais afro-brasileiras, em um constante processo de reinvenção e de reexistência.

A resistência de Kehinde segue ainda diante do estado de escravidão, pois ela busca de todas as formas conseguir a sua liberdade, ainda que trabalhe muito para atingir seu objetivo. Em sua trajetória, depois de perder o filho, vendido pelo pai, ela resiste a deixá-lo para trás e retorna da África à América para encontrá-lo. Já no fim de sua existência, narra suas memórias, a fim de contar para ele que jamais fora esquecido e que ela tampouco desistiu de encontrá-lo. Reiteramos, nesse sentido, que a trajetória completa de existência da personagem Kehinde é marcada pela força da mulher negra, uma força imensurável, similar à força cultural afro-brasileira, que enfrenta todas as adversidades sem desistir de si, da liberdade, de encontrar o filho, em constantes movimentos de uma resiste reexistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Um defeito de cor* (2009), de autoria de Ana Maria Gonçalves, conhecemos a trajetória da personagem Kehinde, desde sua infância em Savalu à sua vinda para o Brasil como escravizada. Em seu percurso de vida, são muitos os movimentos de idas e vindas, em busca do filho perdido e de sua própria reexistência, o que nos permitiu ter como objetivo discutir de que modo a trajetória de resistência de Kehinde evidencia, também, uma resistência da cultura afro-brasileira, e, especialmente, das mulheres negras, em meio à violência da escravidão e da colonização no Brasil. Ao fim do estudo, que traz inúmeras possibilidades de ampliação, defendemos que Kehinde é um exemplo de força e reinvenção, em sua incansável busca pela liberdade, tal como também o são muitas outras mulheres negras brasileiras e, ao mesmo tempo, a própria cultura afro-brasileira.

Muitos trechos desse romance, que inter-relaciona literatura, história e memória, aludem a denúncias de processos históricos colonialistas e escravocratas, sob a égide do patriarcado. São reiterados os episódios de violência física, simbólica e cultural, bem como de violência de gênero e sexual, que atingem sobretudo às mulheres negras, indicando como o racismo, mesmo quando denunciado num tempo passado, ainda se mantém vivo na atualidade. Nesse sentido, a cultura afro-brasileira busca resistir em meio às violências e trânsitos afrodiaspóricos vivenciados por sujeitos negros, os quais almejam o respeito e o direito às suas memórias, identidades, subjetividades e aos seus corpos.

Dessa forma, a escritora Ana Maria Gonçalves alça Kehinde à condição de protagonista em seu romance, colocando-a como narradora do seu próprio corpo negro feminino que não se rende, que não desiste, que é forte e está em um processo constante de resistir para continuar existindo. É uma trama, por si, necessária e inspiradora. Uma heroína negra que nos apresenta o seu passado, suas dores e seus sofrimentos é uma inspiração que, por meio da celebração à cultura afro-brasileira, ultrapassa as barreiras impostas pelo racismo.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118-135.
- DAVIS, Angela. *Mulher, Raça e Classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Bomtempo, 2016.
- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. 4 ed. São Paulo: editora 34, 2006.
- GLISSANT, Edouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Trad. Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. L. Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- KILOMBA, Grada. *Memórias de plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Revista tabula rasa*. v. 9, p. 73-101, Bogotá: 2008.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. DOI: doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Ferreira d'Aguiar. São Paulo: Companhia das letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

A Representação da Mulher Negra na Obra *Clara dos Anjos* do Autor Lima Barreto

La Representación de la Mujer Negra en la Obra Clara dos Anjos de Lima Barreto

The Representation of Black Women in the Work Clara dos Anjos by Lima Barreto

Luisa Gonçalves Monteiro

Resumo: A presente pesquisa analisou o preconceito social, racial e de gênero sobre a mulher negra na obra *Clara dos Anjos*, do autor Lima Barreto, considerado um dos fundadores da literatura negra no Brasil ao lado de Machado de Assis e Cruz e Sousa. O trabalho teve como objetivo analisar como a mulher negra é representada nesta obra que é uma das mais importantes a retratar o preconceito racial, a obrigação social do casamento e o papel das mulheres na sociedade carioca durante o início do século XX. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com metodologia bibliográfica de cunho qualitativo que utilizou teóricos da Literatura Brasileira como Bosi (2015) e Candido (1989), bem como da antropologia, Schwarcz (2019), a qual aprofundou-se na biografia do autor.

Palavras Chave: Lima Barreto. Mulheres Negras. Preconceito.

Resumen: Esta investigación analizó el prejuicio social, racial y de género contra la mujer negra en la obra *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, considerado un de los fundadores de la literatura negra en Brasil junto con Machado de Assis y Cruz e Sousa. El objetivo de este estudio fue analizar cómo se representa la mujer negra en esta obra, que es una de las más importantes para retratar los prejuicios raciales, obligación social del matrimonio y el papel de la mujer en la sociedad carioca de principios del siglo XX. Para ello, se llevó a cabo una investigación con metodología bibliográfica de carácter cualitativo que utilizó a teóricos de la literatura brasileña como Bosi (2015) y Cándido (1880), como la antropología, Schwarcz (2019), que profundiza en la biografía del autor.

Palabras Claves: Lima Barreto. Mujeres Negras. Prejuicios.

Abstract: The present research sought to verify the social, racial and gender prejudice about black women in the work *Clara dos Anjos*, by the author Lima Barreto, considered one of the founders of black literature in Brazil alongside Machado de Assis and Cruz e Sousa. The objective the work was to analyze how black women are represented in this work, which is one of the most important to portray racial prejudice, the social obligation of marriage and the role of women in Rio society during the early twentieth century. For this, a research was carried out with a qualitative bibliographic methodology that used theorists of Brazilian Literature such as Bosi (2015) and Candido (1880), as well as anthropology, Schwarcz (2019), which is deepened in the biography of the author.

Key-words: Lima Barreto. Black Women. Prejudice.

INTRODUÇÃO

Infelizmente, nos dias de hoje, ainda é possível observar resquícios da concepção preconceituosa introduzida, em sua maioria, pelos colonizadores portugueses em nosso país. A partir disso, nasceu a necessidade em compreender quais motivos contribuem para que o racismo e o preconceito existente no Brasil no final do século XIX e início do século XX ainda perdurem nos dias de hoje.

A pesquisa fará uma abordagem sobre a condição social das mulheres negras na sociedade carioca do final do século XIX e início do século XX, tendo em mente que esta era uma sociedade autoritária, aristocrática e extremamente racista. Sendo assim, o objetivo deste estudo é analisar a representação da mulher negra na obra *Clara dos Anjos* (1948), de Lima Barreto, considerando que este foi um dos primeiros escritores a inserir tais pautas em suas obras.

Para organizar o estudo de forma sistematizada, este foi dividido em três seções. A primeira seção – As denúncias contidas na linguagem literária barretiana – traz uma pequena contextualização sobre a vida e obra do autor Lima Barreto, desde sua criação até os primeiros passos como escritor. Ferreira (c2021), Ianni (1988), Marcílio (2014), Schwarcz (2017) e Schwarcz (2019) são autores que contribuíram com seus estudos teóricos para a compressão do perfil de Lima Barreto. As denúncias expressas por meio de sua obra, bem como o estilo literário utilizado, puderam ser analisados através dos estudos de Assis (2018), Bosi (2015), Candido (1989)(2006), Holanda (1978) e Maria (2017).

A segunda seção – A mulher negra no contexto literário de Lima Barreto – aponta a época e a sociedade em que viveu o escritor Lima Barreto, destacando o papel e a condição social impostas às mulheres negras naquele período. Neste momento, autores como Gonzalez (2016), Priore (2013), Silva (2008), Trípoli (1997) e Xavier (2012) nos ajudam a compreender como a mulher negra é estereotipada e estigmatizada na sociedade. Ainda neste capítulo, os trabalhos de Almeida (2020), Davis (2016), Evaristo (2005), Gonzaga (2015), Kilomba (2019) e Silva (2015) são fundamentais para entender as histórias e as experiências vividas pelas mulheres.

Por fim, a última seção – A representação da mulher negra na obra *Clara dos Anjos* de Lima Barreto – busca analisar de que maneira essa representação é apresentada pelo autor na obra, com o enfoque na personagem principal Clara. Com base no autor da obra, Barreto (1948), este capítulo revela em pequenas passagens do texto que evidenciam o preconceito e a discriminação com a personagem principal. Para melhor compreender essa questão, autores como Gileno (2001) e Priore (2013) são de grande importância para complementar esta análise.

1. As Denúncias Contidas na Linguagem Literária Barretiana

Em primeiro lugar, é importante enfatizar que a literatura tem um papel midiático entre a obra de arte e as dimensões da realidade social em que ela está inserida, onde é possível identificar as diversas manifestações de valores sócio-históricos entre os sujeitos envolvidos como o autor e o leitor. Esses pontos específicos ditam a importância da sociologia para a análise da criação literária, o que nos possibilita, portanto, entender as visões de mundo o qual o autor buscou inserir em sua obra literária, já que esta é o resultado de diversas práticas, pressupostos e concepções expressas em sua produção literária.

Antonio Candido (2006) aponta em sua obra, *Literatura e Sociedade*, reflexões que ressignificam a Literatura, já que ela, em sua visão, deve ser a arte que reflete todos os aspectos de uma realidade, e isso pode se exemplificar muito bem com a obra de Afonso Henriques de Lima Barreto.

De acordo com Dilva Frazão (2019), Barreto foi um escritor e jornalista do período pré-moderno, nascido em Laranjeiras, Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1881, filho do tipógrafo João Henriques e da professora primária Amália Augusta, ambos mulatos e pobres.

Lima Barreto, desde cedo, precisou lidar com as adversidades, uma vez que sua mãe faleceu quando ele tinha apenas sete anos, e o jovem passou a ser responsável pelo sustento dos três irmãos, pois seu pai havia enlouquecido. Por ser afillhado do Visconde de Ouro Preto, fez o curso secundário no Colégio Pedro II e ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde iniciou o curso de Engenharia, mas que não chegou a concluir.

Em 1900, segundo Manoel Freire (2014), o escritor deu início aos registros do *Diário Íntimo*, com impressões sobre a cidade e a vida urbana do Rio de Janeiro. Em 1904, prestou concurso para escriturário do Ministério da Guerra, no qual foi aprovado e permaneceu na função até se aposentar. No ano de 1905, Barreto ingressou no jornalismo com uma série de reportagens que escreveu para o *Correio da Manhã*. Posteriormente, em 1907, fundou a revista “*Floreal*”, que lança apenas quatro números.

Eventualmente, é somente no ano de 1909 que Lima Barreto faz sua estreia na literatura ao publicar seu primeiro romance: *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. A obra relata a história de um jovem mulato que, vindo do interior para a cidade, sofre com o racismo e o preconceito constante.

De acordo com Marcílio (2014), a época em que Lima Barreto se desenvolve como escritor é imediatamente posterior à abolição da escravatura. Trata-se, portanto, de um momento no qual a condição social do negro ainda é vista com certa desconfiança, o que, conseqüentemente, fragilizou a liberdade alcançada.

A escrita de Lima Barreto é a escrita de uma literatura que em muito se confunde com a vida pessoal, visto que em toda sua obra é possível notar um tom de crítica ao período de escravização e pós-abolição das pessoas escravizadas no Brasil, como afirma Ianni:

Os tempos de Lima Barreto são diferentes. Ele viveu momentos decisivos da revolução burguesa em curso do Brasil. Está verificando, vivenciado e sofrendo os impactos de uma revolução pelo alto, autoritária. Essa revolução se iniciara, principalmente com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. (IANNI, 1988, p. 97)

Como nos mostra o excerto, Lima Barreto foi um jovem que sofrera com a realidade dura e excludente ante à abolição. Ele estava livre, mas não inserido na sociedade, e os fantasmas da escravidão continuavam a atormentá-lo e a moldá-lo como um jovem crítico e rebelde, fazendo dele um dos primeiros escritores a tratar a temática da discriminação.

Isso é o que destaca a historiadora e antropóloga brasileira Lília Schwarcz (2019, p. 137), ao afirmar que Lima Barreto “foi uma voz aguda, e muitas vezes solitária, no Brasil da Primeira República e no território estendido do Rio de Janeiro, que seguia a linha do trem da Central do Brasil”. Lima Barreto, fazia questão de retratar em seus personagens e seus cenários os lugares por onde

vivia, com maior destaque para os subúrbios cariocas, que não tinham espaço nas outras obras publicadas na sociedade da época.

Assim, mais uma vez, destaca Schwarz:

Lima Barreto foi misturando, pois, gêneros; cruzando limites entre ficção e não ficção, ia desenvolvendo uma obra híbrida, no sentido de não se filiar apenas à novela, mas explorar e cruzar suas novelas com suas colunas, com seus diários e reportagens. Ele também ia virando seus próprios personagens; assinava seus artigos e crônicas com vários pseudônimos, e, dentre eles, o mais frequente era Isaías Caminha. (SCHWARZ, 2019, p. 01)

Ainda assim, esse estilo literário não ficou restrito apenas a uma obra, já que, em 1911, Lima Barreto publica o seu maior sucesso: *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, que inicialmente foi publicado como folhetim em *O Jornal do Comércio*, um jornal de grande circulação na época.

Nesta obra, o autor continua a produzir uma “escrita de si”, já que narra, na primeira parte do texto, a vida de Policarpo Quaresma, funcionário público na cidade do Rio de Janeiro, assim como o próprio Lima Barreto. Desse modo, ao analisarmos os pontos importantes desta obra, percebemos, como aponta Ferreira (c2021), que:

Lima Barreto esboça, organiza um perfil irônico e até mesmo sarcástico do funcionalismo público no Brasil, resultando em uma sequência de metáforas com relação à burocracia brasileira, que na visão do autor, era formada de maneira geral, por pessoas sem perseverança, consistência moral ou profissional para ocuparem seus postos de trabalho. Lima Barreto ridiculariza, de forma muito bem humorada, um Brasil onde prevalece um General que não participa de nenhuma batalha (General Albernaz) e um Almirante que não possui navio para ocupar seu posto (Almirante Caldas). Percebemos o estilo de Lima Barreto como sendo mais realista, quase uma narrativa literária pessoal. (FERREIRA, c2021, on-line)

Atenta-se que Lima Barreto expressa, por meio de sua obra, a sua trajetória na luta contra o preconceito, a discriminação social e a busca dos negros por espaços na sociedade brasileira. O escritor também jamais negou que fazia “literatura de si”. “E com tamanha intensidade, acabava por confundir-se com uma certa história do Brasil que prometeu inclusão, mas entregou muita exclusão social”, como ressalta Frazão (2019, p. 138).

Nesse contexto, já é notório que a literatura de Lima Barreto é uma literatura militante, voltada para os problemas que afligem as pessoas e o quadro social no qual elas estão inseridas. Como destaca Alfredo Bosi (2015, p. 329), “o estilo de pensar e de escrever contra o qual se insurgia o autor de Policarpo Quaresma era o simbolizado por um Coelho Neto ou um Rui Barbosa: o da palavra a servir de anteparo entre homem e as coisas e os fatos”.

Estas reflexões, por si só, coincidem com a constante preocupação do autor em explorar em suas obras novas concepções da literatura brasileira – a literatura dos subúrbios. É por meio desse pensamento que Bosi (2015) ressalta:

O ressentimento do mulato enfermiço e o suburbanismo não o impediram, porém, de ver e de configura com bastante clareza o ridículo e o patético

do nacionalismo tomado como bandeira isolada e fanatizante. {...} Na escrita do autor afloraram todas as revoltas do brasileiro marginalizado em uma sociedade onde o capital já não tem pátria, quanto a própria consciência do romancista de que o caminho meufanista é veleitário e impotente. Tal duplicidade de planos, o *narrativo* (relato dos percalços do brasileiro em sua pátria) e o *crítico* (enfoque dos limites das ideologias) aviva de forma singular a personalidade literária de Lima Barreto, em que se reconhece a inteligência como força sempre atuante. (BOSI, 2015, p. 329)

Lima Barreto foi, aos poucos, introduzindo sua literatura no Brasil, já que nem sempre suas publicações foram aclamadas pelo público, como é o caso de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), que recebeu duras críticas por se tratar de uma escrita muito mais de denúncias.

Consequentemente, o estilo de vida e a produção literária da época eram mais importantes que a própria literatura, ou seja, como destaca Assis (2018), o que importava mesmo era o que o escritor retratava em seus modos de vida e seu papel na alta sociedade.

Diante disso, é importante compreender que a obra de Lima Barreto retrata a realidade do Brasil de sua época, onde ricos e pobres viviam contextos completamente diferentes, essa, por outro lado, muito mais difícil para os negros, já que, mesmo com a abolição da escravidão em 1888, eles continuavam sem oportunidades de ascensão.

A partir disso, Assis (2018) destaca que alguns escritores, como Euclides da Cunha e Lima Barreto, distanciavam-se dos modismos, pois acreditavam que algo deveria ser feito para que o povo brasileiro pudesse sair da condição de miséria e ignorância em que se encontrava. O que é destacado no seguinte trecho:

Por isso, não aceitavam facilmente os modelos franceses. Para eles, um literato não deveria se apegar somente ao belo, mas, necessariamente, deveria realizar uma crítica de base política ou social. {...} uma literatura crítica e empenhada, voltada para a regeneração social. (ASSIS, 2018, p. 126)

A literatura de Lima Barreto, então, considerava em sua plenitude alguns aspectos essenciais como a sinceridade e a clareza, no qual ficção e realidade, se não são a mesma coisa, se parecem muito. Assim, para Candido (1989, p. 39), “talvez o Lima Barreto mais típico, seja o que funde problemas pessoais com problemas sociais, preferindo os que são ao mesmo tempo uma coisa e outra”. Como, por exemplo, a pobreza, que dilacera o indivíduo por problemas da sociedade. Como menciona na passagem abaixo:

Esta concepção empenhada, quem sabe devida às circunstâncias da sua vida, nos leva a perguntar de que maneira as suas convicções e sentimentos se projetam na visão do homem e da sociedade, e em que medida afetam o teor da sua realização como escritor. Porque, se de um lado favoreceu nele a expressão escrita da personalidade, de outro pode ter contribuído para atrapalhar a realização plena do ficcionista. Lima Barreto é um autor vivo e penetrante, uma inteligência voltada com lucidez para o desmascaramento da sociedade e a análise das próprias emoções, por meio de uma linguagem cheia de calor. (CANDIDO, 1989, p. 39)

Entende-se então que suas convicções não são banais, considerando que Lima Barreto foi um dos poucos escritores a sentir na pele o preconceito e a discriminação e tudo o que se põe como negativo para a população negra no Brasil.

O historiador e crítico literário Sérgio Buarque de Holanda já apontava, ao escrever sobre Lima Barreto em *Cobra de Vidro* (1978), que reúne trabalhos escritos e publicados em várias épocas, que é muito difícil escrever sobre os livros de Lima Barreto sem incorrer um pouco no pecado do biografismo. Isso porque, por exemplo, na obra *Clara dos Anjos* (1948), a protagonista mulher, pobre e mulata é um exemplo claro de como as mulheres negras e mestiças eram discriminadas, desvalorizadas, e sofriam com o racismo estrutural constante que insistia em colocar a população negra em situação de inferioridade.

A obra *Clara dos Anjos* (1948) é mais uma de nosso autor no qual predomina a literatura militante, com uma “escrita de si” focada em dar voz ao menos favorecidos que viviam nos subúrbios do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX.

Lima Barreto é hoje um dos principais nomes do pré-modernismo brasileiro, o seu jeito sarcástico e, ao mesmo tempo humorístico em abordar e denunciar as pautas sociais, a investigação incessante e a aproximação do contexto social com a obra literária deram a ele grande destaque na prateleira dessa escola.

Mas há quem diga que todo esse reconhecimento veio tarde, uma vez que Lima Barreto chegou a ser recusado várias vezes pela Academia Brasileira de Letras para ocupar uma cadeira ao lado de nomes importantes do universo literário.

Segundo Felipe Correa, mencionado por Maria Laura (2017), que estuda e escreve sobre o autor, o perfil dele não era parecido com os demais membros da academia, já que, apesar de funcionário público, Lima não se encaixava nessa postura oficial, tanto por sua verve satírica, que atirava farpas contra à elite, quanto por sua vida boêmia e desregrada.

A ideia de que Lima Barreto não tinha o perfil da ABL era internamente defendida por outro grande nome da literatura brasileira: Machado de Assis. Com sua grande influência, o autor acreditava que a Academia deveria ser uma instituição de boas companhias com boas pessoas, e Lima, por viver despreocupadamente, não se encaixava nesse perfil.

Essa recusa e o impedimento de integrar a ABL renderam, de fato, diversas comparações entre Machado de Assis e Lima Barreto, dois grandes nomes da nossa literatura, mas com duas concepções diferentes. Para Schwarcz (2017), há sim uma história de comparar Lima Barreto com Machado de Assis, mas é uma injustiça, já que eles tinham projetos completamente diferentes. Segundo a historiadora, enquanto Machado era um universalista, Barreto era um escritor engajado, que denunciava mazelas e criticava o que via em seu cotidiano. Por isso, certamente, odiava que o comparassem com o outro.

Desse modo, Lima Barreto, que falecera em 01 de novembro de 1922, é hoje inegavelmente um nome importantíssimo da literatura brasileira, e a sua luta contra o preconceito e a discriminação precisam e merecem ser ouvidas, considerando sua trajetória como escritor e como pessoa.

2. A Mulher Negra no Contexto Literário de Lima Barreto

É evidente que a Literatura produzida por Lima Barreto tem um grande teor social, justamente por escancarar as disparidades existentes no Brasil no final do século XIX e início do século

seguinte. O autor, que durante sua vida foi muito engajado em denunciar o preconceito e a discriminação social, em *Clara dos Anjos* (1948), deu ênfase, em especial, à mulher negra.

É importante compreender que, na época e na sociedade em que viveu o escritor Lima Barreto, o pensamento machista e patriarcal¹ que predominava no cenário da época é mais um fragmento do juízo europeu que chegou a discutir a condição social da mulher como parte integrante da sociedade.

O preconceito sofrido pela mulher negra não é uma experiência vivida somente na contemporaneidade, muito menos na Literatura da época, já que, desde os primórdios, ela carrega consigo as marcas do preconceito advindo do período da colonização. Apesar de já haverem africanos no Brasil nas plantações de cana-de-açúcar, o tráfico negreiro só iniciou oficialmente em 1550, como destaca Gonzalez (2016). Os colonizadores portugueses que aqui chegaram precisavam de mão de obra; em razão disso, implementaram o sistema escravocrata. A respeito disso, Trípoli (1997) elucida que:

A escravidão foi um fenômeno histórico que não começou no Novo Mundo, mas que aqui floresceu como planta em solo fértil, produzindo muitos frutos secos e amargos. Sua justificativa primeira, dissimulando o interesse econômico, foi a diferença e a inferioridade do sujeito a ser escravizado. (TRÍPOLI, 1997, p. 11)

A escravidão no Brasil, segundo o autor, veio camuflada por uma capa chamada interesse econômico, tentando justificar o motivo da dominação e apropriação do sujeito escravizado, o qual era considerado diferente e, por este motivo, julgado como inferior. Dado isso, a mulher negra em especial padecia com peso triplicado, já que a visão que se tinha sobre elas era extremamente estigmatizada, ainda entrelaçada ao fardo de ser escrava, que viveu grande parte de sua história na condição de subalterna.

Diante desse contexto histórico-social, nos textos literários, o pensamento em ralação à mulher negra, em muitos casos, não foi diferente, pois se encarregou de retratar nos personagens as realidades vivenciadas pelas mulheres de cor daquele período, como menciona Silvana Aparecida da Silva (2008):

As representações das mulheres negras e mestiças nas obras literárias que foram escritas no final do século XIX, que ainda hoje são lidas, quero destacar o racismo presente, chamando a atenção para o fato de que os preconceitos e estereótipos em tais obras colocam uma enorme parcela da população brasileira, as mulheres negras e as mestiças, dentro de um molde que não lhes cabem, prejudicando a construção de suas identidades e contribuindo para a preservação do racismo. (SILVA, 2008, p. 02)

Entende-se que, tal como a mulher negra é estereotipada e estigmatizada na sociedade brasileira do final do século XIX, assim ela era apresentada nas obras literárias. Segundo Xavier (2012), as mulheres negras, em específico as mulatas, eram descritas e representadas no universo literário

¹ Patriarcal vem de Patriarcalismo, “Termo utilizado para designar uma espécie de organização familiar originária dos povos antigos, na qual toda instituição social concentra-se na figura de um chefe, o patriarca, cuja autoridade era preponderante e incontestável. Esse conceito tem permeado a maioria das discussões travadas no contexto do pensamento feminista, que envolvem a questão da opressão da mulher ao longo de sua história” (BONNICI; ZONLIN, 2009, p. 219).

como prostitutas, amantes, levianas e sem caráter. Revelando mais uma vez, o pensamento preconceituoso que a sociedade da época tinha sobre as mesmas.

Ainda segundo Xavier (2012), a respeito do caráter e do corpo físico da mulher negra, os literatos as consideravam como:

Metáfora da patologia, da corrupção e do primitivismo, configurando o corpo feminino negro como doente e, portanto, nocivo à saúde de uma nação em construção. Dezenas de narrativas ficcionais da época convergem para a mesma direção: o esforço em demonstrar a confluência entre traços físicos "anormais" e o caráter "duvidoso" como a principal marca da mulher "de cor" e do seu corpo. É dentro desse contexto que nasceram tipologias literárias como as da *bela mulata*, da *crioula feia*, da *escrava fiel*, da *preta resignada*, da *mucama sapeca* ou ainda da *mestiça virtuosa*. (XAVIER, 2012, p. 67)

Há vários exemplos dessas tipologias na literatura brasileira. No qual a mulher negra carrega consigo não só as marcas do preconceito pelo fato de sua cor, mas também por seu gênero, ou seja, se, para os negros de um modo geral, o racismo é latente, para a mulher, ele é ainda mais pesado, já que, além do racismo, ela é obrigada a enfrentar também o forte sexismo² presente em nossa sociedade, como destaca Silva (2008).

Lima Barreto cresceu em meio à essa sociedade, vivenciou na pele o racismo e presenciou de perto os preconceitos sofridos pelas mulheres negras, mulatas e mestiças, como menciona Gonzaga (2015), ele buscou desvincular-se da literatura tradicional de sua época e fez isso com maestria.

Ainda conforme Gonzaga (2015), muitos desprezaram seus escritos porque neles não havia uma idealização da vida, muito menos o sentimentalismo populista, pois fazia questão de trazer em suas obras a vida cotidiana tal como ela é, revelando seu chamego pelos personagens mais sofridos e pelas pessoas dos subúrbios.

Barreto deixou de lado, conscientemente, os delírios gregos e os deuses olímpicos dos literatos da época para escrever sobre sua gente humilde, como, por exemplo, funcionários públicos aposentados, jornalistas, tocadores de violão, moças sonhadoras, bem como os que sofrem as injustiças e os marcados pelo preconceito, como, no caso, a mulher negra.

É importante compreender que, no período em que Barreto escreve suas obras, a abolição da escravatura, em 1888, não deu muita margem para que a condição social ocupada pela mulher negra diante da sociedade desse um salto para melhor, uma vez que elas eram vítimas constantes não somente do preconceito racial, mas também de gênero. Assim, a julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias, como menciona Davis (2016):

Neste sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas

² Linguagem ou comportamento que denota discriminação sexual.

de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 25)

Nesta concepção, percebe-se como a tríade da discriminação foi um elemento vivo e constante na vida das mulheres negras, uma vez que a imagem construída e associada a elas se volta para o papel de escrava, inferior ao homem negro e submissa ao senhor branco.

Lima Barreto, um grande defensor das causas sociais, percebia como questões de gênero e raça propiciavam, mesmo que de forma inconsciente, a criação de estigmas acerca das mulheres negras, posto que elas não tinham oportunidades de ascensão, seja no período abolicionista ou no pós-abolicionista.

Naquele contexto, a sociedade machista e patriarcal insistia em colocar homens em situação de poder superiores às mulheres, impedindo a liberdade e a organização social da figura negra feminina no corpo social. Desse modo, tudo o que se põe como questionável para a população negra atinge em especial as mulheres, já que, com o fim da escravidão, as lutas por elas assumidas são mais alguns exemplos de como equidade parecia não existir no dicionário da época; onde a violação contra direitos básicos, sociais e econômicos, são evidências gravíssimas de como a qualidade de vida da população negra feminina era negativa.

É entendível que a atenção de Lima Barreto tenha se voltado para os menos favorecidos, considerando que o próprio escritor também era vítima dessa mesma sociedade e compreendia o preconceito vigente no Brasil. Para ele, era indispensável escancarar a realidade dos subúrbios do Rio de Janeiro e o preconceito que sondava a população que ali vivia; e, assim, o fez ao dar vida a Clara, uma personagem mulher e negra que sentiu na pele o preconceito e a discriminação social.

Lima Barreto, em sua obra *Clara dos Anjos* (1948), evidencia não somente o preconceito vivenciado pela figura negra da época como também a condição da mulher, que, naquele período, era extremamente assujeitada em um sistema opressor, conforme destaca Silva (2015). Se, para a mulher branca, a vida em sociedade era dificultosa, imaginemos para a mulher negra.

Posto isso, surge uma categoria diferenciada do homem negro e da mulher branca: as mulheres negras; pois representam uma parcela exclusiva de nossa história e sociedade. A esse respeito, Almeida (2020) explica:

A história das mulheres negras no Brasil reflete um passado de opressões racistas e sexistas, que ao longo do tempo lhes violaram a dignidade e a cidadania. Apesar dessas violências e exclusões de direitos, trata-se de uma trajetória de resistência, constituída nas lutas abolicionistas, antirracistas e feministas, que culminaram com o surgimento de uma categoria específica de mulheres, a mulher negra. (ALMEIDA, 2020, p. 21)

Nota-se, portanto, que a consolidação de um movimento negro feminino propriamente dito não garantiu a promoção de um legado que considere a historicidade negra feminina, uma vez que a sociedade continuava a designar para elas um lugar de acordo com sua cor, gênero e classe social.

Grada Kilomba (2019, p. 96) já afirmava em seu livro *Memória da Plantação* que “a maior parte da literatura sobre racismo falhou em abordar a posição específica das mulheres negras e as formas

pelas quais questões de gênero e sexualidade se relacionam a questões de raça”. Isso porque a questão racial parece anular as questões de gênero e sexo, resumindo-as apenas em raça.

Diante dessa realidade, Evaristo (2005) destaca que a literatura brasileira, desde a sua formação até a contemporaneidade, apresenta um discurso que insiste em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra. Enfatiza, ainda, que essa representação literária da mulher negra surge ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor.

Por esse motivo, as histórias e as experiências vividas pelas mulheres, em especial as mulheres negras, também merecem ser representadas através de nossa Literatura, visto que elas, desde o período de escravidão, ajudaram a construir a identidade da população negra no Brasil, e lutam incansavelmente por seu protagonismo de ontem e hoje.

3. A Representação da Mulher Negra na Obra *Clara dos Anjos* do Autor Lima Barreto

Após apresentarmos um pouco sobre a trajetória de nosso autor, situarmos a mulher negra no contexto em que suas obras foram produzidas, bem como a visão atribuída a elas na literatura e sociedade carioca do século XIX e início do século XX, passaremos agora para o desenvolvimento da análise do livro *Clara dos Anjos*, publicado em 1948, com objetivo em analisar a representação da mulher negra na obra, com enfoque na protagonista, Clara.

Lima Barreto agarra abertamente a literatura negra, ao se debruçar sobre a produção da obra *Clara dos Anjos*, ainda por volta de 1904, “à mesma época em que o escritor se via às voltas com a redação de *Isaías Caminha* (1909), e com o desejo de escrever um painel da sociedade escravagista do século XIX”, como destaca Lima (2017, p. 03).

Ainda, segundo o autor, a retomada ocorreu em 1920, quando o esboço de romance foi transformado em conto, publicado em *Histórias e Sonhos*, em 1920. A conclusão da obra, porém, só aconteceu entre dezembro de 1921 a janeiro de 1922, ano em que falece o autor, sendo a obra publicada postumamente pela *Revista Souza Cruz* em forma de folhetins, entre janeiro de 1923 e maio de 1924, só obtendo a impressão em livro em 1948, pela Editora Mérito.

Assim, nos debruçaremos em analisar a representação da mulher negra, sobe a ótica da protagonista Clara dos Anjos, considerando o texto integral da 1ª edição (Editora Mérito, Rio, 1948), publicado como 2ª reimpressão pela Editora Autêntica em 2020.

A obra, objeto de nossa análise, narra a história de Clara dos Anjos, que, antagônica ao seu nome, é uma jovem mulata de dezessete anos, segunda e única filha sobrevivente do casal Joaquim dos Anjos, carteiro que gostava de violão e de modinhas³, e Dona Engrácia, sedentária, caseira, mulher de muito fervor religioso e de um exemplar dedicação aos afazeres domésticos.

Ambientada no subúrbio do Rio de Janeiro, a obra é uma tentativa de desvelar o preconceito existente em torno não apenas de um sofrimento individual, mas do sofrimento coletivo vivido pelo negro sem acesso, que via de perto a tentativa de encobrimento do racismo presente no Brasil daquela época.

Lima Barreto enfrentou, por meio da literatura, os argumentos biológicos que inferiorizavam os negros e mulatos em sociedade, fruto da ignorância, a raiz do preconceito que

³Segundo o minidicionário de Língua Portuguesa Sérgio Ximenes, Modinha é uma Cantiga popular brasileira, sentimental, acompanhada por violão; moda. É um gênero musical de origem Portuguesa. Ver em: <https://musicabrasilis.org.br/temas/modinha-entre-o-erudito-e-o-popular>

impôs no país um longo caminho a ser percorrido pelos negros brasileiros, mesmo após a abolição.

A partir disso, a narrativa é mais uma denúncia que trata o desfecho da pobre e inocente moça que se apaixona cegamente pelo modista⁴, sedutor de moças e de mulheres casadas, Cassi Jones, “um rapaz de pouco menos de trinta anos, branco, sardento, insignificante, de rosto e corpo” (BARRETO, 2020, p. 27), o qual Clara conhece em sua festa de aniversário de dezoito anos, realizada em sua própria casa.

Cassi Jones de Azevedo, “Jones”, que na verdade era apenas um apelido Inglês que o jovem sedutor usava desde os vinte e um anos por achar bonito, e pelo fato de sua mãe contar várias vezes, em momentos de pura vaidade, sobre um suposto avô de Cassi que fora cônsul na Inglaterra, Lord Jones. Por esse motivo, Cassi achou “de bom gosto britanizar a firma com o nome de seu problemático e fidalgo avô” (BARRETO, 2020, p. 27).

Filho legítimo de Manuel Borges de Azevedo – homem sério, respeitado, estreito de ideias e de boa moral, tinha um emprego público onde trabalhava cerca de trinta anos – e de Salustiana Baeta de Azevedo – que, diferentemente de seu marido, não era muito querida, pois era vaidosa e se achava superior aos outros da vizinhança. Cassi Jones também possuía duas irmãs, Catarine e Irene, duas jovens que sonhavam em se casar com doutores, bem empregados ou ricos.

De origem humilde, a jovem é seduzida por Cassi Jones, que, a todo custo, busca aproximar-se dela e conquistá-la apenas para satisfazer seus desejos carnis. Avisada várias vezes da conduta duvidosa do rapaz, Clara, de tão apaixonada, insiste em acreditar num amor verdadeiro com o elegante e encantador “modinhoso”, como chama o narrador. A jovem, “com as pretensões que a sua falta de contacto com o mundo e capacidade mental de observar e comparar justificavam, e concluía que Cassi era um rapaz digno e podia bem amá-la sinceramente” (BARRETO, 2020, p.118).

Cassi Jones usa de todas as estratégias possíveis para conseguir o que deseja. Para ele, Clara era vista como um mero objeto de prazer tanto pelo moço quanto pelos seus amigos que a conheciam, pois o mesmo consentiu com os comentários de seus companheiros de vagabundagem, ao compará-la a um torrão de açúcar:

Conheço bem esse carteiro. Ele não trabalha aqui; mas na cidade, na zona dos bancos. Deve ter dinheiro. Tem um pancadão de filha, meu Deus! Que torrão de açúcar! [...] Cassi, que fingira aborrecer-se com a tendenciosa notícia de Timbó e o comentário de Zezé, ficou, ao contrário, muito contente com ela. Tinha resolvido não ir à tal festa; mas, pelo que informara Ataliba, talvez não tivesse nada a perder. Experimentaria.

Mordeu os lábios e seguiu para o clube, com a consciência leve e o coração alegre. (BARRETO, 2020, p. 53-54)

Chegado o tão esperado dia, Cassi foi ao aniversário de Clara, onde foi apresentado à família e à aniversariante, que ainda não conhecia. Nesse momento, o músico convidado sorrateiramente olha para a moça com segundas intenções, “apresentado por Lafões, aos donos da casa, e à filha, ninguém lhe notou o olhar guloso de grosseiro sibarita⁵ sexual que deitou para os seios empinados de Clara” (BARRETO, 2020, p. 58).

⁴Cantador de modinhas.

⁵Segundo o minidicionário da Língua Portuguesa Sérgio Ximenes. Que (m) é dado à vida de prazeres, à voluptuosidade e à indolência, a exemplo dos antigos habitantes de Síbaris que, muito ricos, tinham fama de cultivar esses hábitos; libertino.

Durante o desenrolar da festa, Cassi continua olhar para Clara com olhar malicioso, “até ali, não se falara nisso, e, repinicando as cordas do violão, não deixava o famoso mestre violeiro de devorar sorratamente com o olhar lascivo os bamboleios de quadris de Clara, quando dançava” (BARRETO, 2020, p. 59).

Cassi literalmente não tinha nada a perder, logo, Clara era um “alvo fácil”, não por ela estar a Deus dará no mundo – pois, naquela época, a mulher “fácil” era aquela encontrada nas ruas, as mulatas e mestiças –, mas era um alvo fácil pelo fato dela ser muito ingênua. Essa ingenuidade provinha de sua criação. Seu Joaquim dos Anjos e dona Engrácia criaram Clara isolada do mundo exterior.

Clara era mantida enclausurada dentro de casa. Essa forma de criação trouxera resultados negativos, ocasionando a confiabilidade total de Clara em relação ao Cassi. Essa era uma forma que seus pais tinham para preservar sua filha da desonra. Era um pensamento que, vindo de tempos anteriores, ainda fazia parte da criação de meninas. Eles acreditavam que, mantendo Clara em casa, esta estaria protegida dos males que a sociedade enfrentava, como menciona Mary Del Priore:

A dispersão dos núcleos de povoação reforçou as funções da família, no interior da qual a mulher era mantida enclausurada. Ela era herdeira das leis ibéricas que a tinham na conta de *imbecilitas sexus*: incapaz, como as crianças ou os doentes. Só podia sair de casa para ser batizada, enterrada ou se casar. Sua honra tinha de ser mantida a qualquer custo. (PRIORE, 2013, p.10)

Percebe-se, então, ao traçar o perfil de sua personagem, que o autor se atenta em abordar a proteção acentuada por parte de sua família e amigos próximos, considerando que, naquele período, o sistema patriarcal e conservador ainda era muito forte, o que impedia as mulheres de circularem livremente, sem ter ao lado alguém para acompanhá-las, já que essa ação poderia ser mal vista, pois:

Antigamente, no tempo das avós, era ainda mais complicado. Nem se escolhia o marido; a família decidia pela noiva. Tampouco as mulheres saíam de casa; o trabalho era doméstico. Ao passar de senhorita à senhora, a mulher se tornava uma matrona respeitosa. Tinha de se comportar como uma santa. Os constrangimentos para ganhar dinheiro – coisa de homem – eram enormes. A rua? Lugar de mulher “fácil”. (PRIORE, 2013, p. 05)

O contexto social em que dona Engrácia cresceu era este, onde os papéis impostos à mulher eram somente o trabalho doméstico, por esse motivo, ela era caseira. Não seria diferente com sua filha Clara.

É o que se observa no seguinte trecho da obra:

Clara deixava, às vezes, a casa paterna, para ir ao cinema do Méier ou Engenho de Dentro, quando a sua professora de costuras se prestava a acompanhá-la, porque Joaquim não se prestava, pois não gostava de sair aos domingos, dia escolhido a fim de se entregar ao seu prazer predileto de jogar o solo com os companheiros habituais; e sua mulher não só não gostava de sair aos domingos, como em outro dia da semana qualquer. Era sedentária e caseira. (BARRETO, 2020, p. 22)

A mãe de Clara não saía, vivia ocupada nos afazeres domésticos; por consequência, educava sua filha Clara da mesma maneira. Clara pouco podia sair, se assim fosse, deveria ser acompanhada. Nota-se, então, que Barreto já apontava, ao escrever sobre Clara, as marcas do conservadorismo permanente que sondava as moças naquele período. A jovem era tratada pelos pais “com muito desvelo, recato e carinho, e a não ser com a mãe ou pai, só saía com Dona Margarida, uma viúva muito séria, que morava nas vizinhanças e ensinava a Clara bordados e costuras”, como revela Barreto (2020, p.22).

Em Clara, observa-se o cuidado que o autor tem ao encaminhar a personagem a seguir padrões tipicamente da sociedade burguesa, voltados para a mulher branca. A imagem de uma menina doce e angelical destoava da má reputação que era atribuída às mulheres negras e mestiças na época, fruto da escravização.

A figura de Clara dos Anjos se desenvolve no decorrer da obra validando todos os caprichos com a qual fora criada por seus pais, sempre muito amável e prestativa, a jovem menina estava sempre em casa preparando o jantar e não deixando atrasar o café do pai na tarde de lazer com os amigos, como demonstra Barreto:

De quando em quando, mas sem grandes espaços, Joaquim gritava para a cozinha:

- Clara! Engrácia! Café!

De lá, respondiam, com algum amuo na voz:

- Já vai!

É que as duas mulheres, para preparar o café, tinham que retirar, de um dos dois fogareiros de carvão vegetal, uma panela do “ajantarado” que aprontavam, a fim de aquecer o café reclamado; e isto lhes atrasava o jantar. (BARRETO, 2020, p. 22 - 23)

Lima Barreto diverge do que era descrito na literatura até então ao não descrever Clara de uma maneira sexualizada, com um corpo sedutor como era de praxe, associado às mulheres negras e mestiças. Pelo contrário, a jovem deslumbrava o conceito de inocência e pureza carregados consigo em seu próprio sobrenome, “Dos Anjos”. Assim, a imagem de inocência associada à Clara aos poucos se desfaz quando a jovem se deixa seduzir por Cassi.

Cassi Jones, nome que viera ali na conversa entre Joaquim e seus amigos, mudaria do avesso a vida da jovem menina. Conhecido por seu caráter duvidoso, a presença de Cassi chegou a ser questionada por Marramaque, padrinho de Clara, que achava um desfeito a presença do músico no aniversário da afilhada.

O autor se aproveita bem de seus personagens para transmitir o seu próprio posicionamento. Para ele, o preconceito e a estigmatização impostos sobre às mulheres de cor era mais um fragmento da sociedade preconceituosa figurante naquele período.

Diante dessa realidade, a filha do carteiro recebeu uma criação um tanto quanto exagerada por parte de seus pais, já que raramente ia aos lugares sozinha, e, quando saía, era sempre a contra gosto da mãe.

Essa proteção exacerbada pode ser observada no seguinte trecho:

Habituada às musicatas do pai e dos amigos, crescera cheia de vapores de modinhas e enfumagara a sua pequena alma de rapariga pobre e de cor com os dengues e o simplório sentimentalismo amoroso dos descantes e cantarolas populares.

Raramente saía, a não ser para ir bem perto, à casa de Dona Margarida, aprender a bordar e a costurar, ou com esta ir ao cinema e a compras de fazendas e calçado. A casa dessa senhora ficava a quatro passos de distância da do carteiro. Apesar de ser uso, nos subúrbios, irem as senhoras e moças às vendas fazer compras, Dona Engrácia, sua mãe, nunca consentiu que ela o fizesse, embora de sua casa se avistasse tudo o que se passava, no armazém do "Seu" Nascimento, fornecedor da família.

Essa clausura mais alanceava sua alma para sonhos vagos, cuja expansão ela encontrava nas modinhas e em certas poesias populares. (BARRETO, 2020, p. 52- 53)

Lima Barreto nos leva a refletir que a grande reclusão da personagem Clara fora, em parte, criada por sua mãe, dona Engrácia, já que é ela quem desperta na jovem o sentimento de indignação. Uma vez que Clara via todas as moças saírem com seus pais, com suas mães, com suas amigas para se divertirem, mas com ela era tão diferente, como destaca Barreto (2020).

A reclusão e a vigilância constatem por parte do pai e da mãe fizeram Clara se questionar o porquê de tanta proteção, já que ela não entendia quais perigos podia correr uma jovem como outra qualquer. Para ela, era injustificável a forma grosseira e ignorante com o qual os pais tratavam Cassi, pois os mesmos não aceitaram o relacionamento dos dois, e chegou a considerar que tudo o que lhe faziam era para o seu sofrimento, como pode se observar na seguinte passagem do texto:

Avaliou em algum ressaibo de revolta o procedimento dos pais. O que queriam fazer dela?

Deixá-la ficar para "tia" ou fazê-la freira? E ela precisava casar-se? Era evidente; sua mãe e seu pai tinham, pela força das coisas, que morrer antes dela; e, então, ela ficaria pelo mundo desamparada?

Cochichavam que Cassi era isto e era aquilo. Dona Margarida e o padrinho eram os que mais mal falavam dele: que era um devasso, um malvado, um desencaminhador de donzelas e senhoras casadas. Como ele poderia ser tanta coisa ruim, se freqüentava casas de doutores, de coronéis, de políticos? Naturalmente havia nisso muita inveja dos méritos do rapaz, em que ela não via senão delicadeza e modéstia e, também, os suspiros e os dengues de violeiro consumado. Uma dúvida lhe veio; ele era branco; e ela, mulata. Mas que tinha isso? Havia tantos casos... Lembra-se de alguns... E ela estava tão convencida de haver uma paixão sincera no valdevinos, que, ao fazer esse inquérito, já recolhida, ofegava, suspirava, chorava; e os seus seios duros quase estouravam de virgindade e ansiedade de amar. (BARRETO, 2020, p. 70 -71)

É notório nas falas da personagem Clara, que ela pouco conhecia sobre sua real situação dentro da sociedade, em parte pela educação que recebera de seus pais. A ingenuidade com a qual fora criada a impediram de reconhecer de antemão que, naquele período, as mulheres negras não eram bem vista para o casamento, ainda mais em se tratando de um homem branco. Isso é o que destaca Priore (2013), no trecho abaixo:

Estudos comprovam que os gestos mais diretos e a linguagem mais chula eram reservados a negras escravas e forras ou mulatas; às brancas se direcionavam galanteios e palavras amorosas. Os convites diretos para fornicção eram feitos predominantemente às negras e pardas, fossem escravas ou forras. [...] Afinal, a misoginia – ódio das mulheres – racista da sociedade colonial as classificava como fáceis, alvos naturais de investidas sexuais, com quem se podia ir direto ao assunto sem causar melindres. (PRIORE, 2013, p. 34)

Cassi usou de atitudes opostas ao que Priore menciona. Como as famílias de negros livres buscavam adequar-se aos moldes europeus, Clara era tratada como uma moça branca. Não foi à toa que se chamava “Clara” e “dos Anjos”. Nome que traz um certo teor de pureza. Mas essa criação, ou melhor, essa busca pelo “embranquecimento” não vinha exclusivamente de seus pais, mas da própria sociedade da época, como destaca Priore:

A partir da segunda metade do século XIX, em nome da “civilização e da modernidade”, “pobres e desfavorecidos” passaram a ser alvo do Estado imperial. Queria-se adaptá-los aos padrões culturais europeus. Enquanto as cidades eram reurbanizadas, a população passou a ser disciplinada, reeducada. Daí a preocupação com a conduta moral, a saúde, a vida sexual dos casais e, como veremos mais à frente, dos solteiros. (PRIORE, 2013, p. 18)

Cassi a tratou, inicialmente, como um verdadeiro príncipe encantado, trocavam cartas apaixonadas, convencia de que com ela casaria. Mas a verdade era que ele não a via para casamento amoroso, pois era apenas uma mulatinha qualquer, um mero objeto a ser usado e descartado após o uso. Assim, “Clara dos Anjos reúne em sua estrutura o arquétipo da mulher, sob o ângulo de uma sociedade machista, agravado, de maneira rotunda, por ser mulata e pobre, desprovida de grande inteligência”, como destaca Gileno (2001, p.135).

Essa descrição crítica quanto à formação da personagem é feita pelo próprio autor em diversas passagens do texto, chegando a descrevê-la como amorfa e pastosa e que precisava de mãos fortes para ser modelada, culpando, mais uma vez, a idade, o sexo e a falsa educação que tinha recebido.

4. Metodologia

Esta pesquisa foi realizada com base em 31 trabalhos divididos entre livros, artigos científicos, revistas, sites e dissertações de mestrados retirados do Google Acadêmico. Assim, adotou-se, como estratégia metodológica, a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo que, segundo Marconi e Lakatos (2006), preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece ainda uma análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento e etc.

Assim, Minayo (2001, p. 14) destaca que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais.

Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Já Macedo (1994, p. 13) des-

taca que a pesquisa bibliográfica “Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação”.

Desta forma, segundo os autores acima, juntamente com os autores que contribuíram para a fundamentação teórica como Assis (2021), Barreto (2020), Bosi (2015), Candido (1989), Holanda (1978), Schwarcz (2017) entre outros, este trabalho teve como objeto de pesquisa analisar a representação da mulher negra na obra *Clara dos Anjos* do autor Lima Barreto, sob o ponto de vista masculino, e chegou a conclusões inovadoras sobre o assunto, não apenas repetindo o que já foi dito, mas abordando um novo olhar sobre a temática, que teve como enfoque a personagem principal Clara dos Anjos.

Foi possível compreender que a estigmatização que recai sobre as mulheres negras em nosso país é, em parte, fruto do que se idealizou com a literatura, no qual as histórias repassadas de geração em geração ainda insistem em colocar sobre às mulheres negras uma imagem inferior e sexualizada.

A partir disso, a pesquisa bibliográfica orientou todas as etapas seguidas na realização deste trabalho, em especial na escolha da temática, o que possibilitou o acesso ao contato direto com tudo o que já foi pesquisado sobre o assunto, engrandecendo o levantamento de livros, artigos, dissertações e revistas científicas.

5. Análise e Discussão dos Resultados

Este trabalho foi produzido seguindo os dados de diversos trabalhos de grande relevância para a área estudada. Durante o processo de análise, foram retirados alguns trechos da obra *Clara dos Anjos* (1948), do autor Lima Barreto, que serviram de base para compreender como o autor abordava a representação da mulher negra em sua obra.

Nesta etapa da pesquisa, utilizou-se como estratégia metodológica a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que nos permitiu contato com materiais já elaborados acerca do assunto pesquisado.

Assim, é importante destacar que *Clara dos Anjos* (1948) é uma obra de cunho social que expõe o papel feminino e os preconceitos que a mulher sofria naquela época, como a submissão, o abandono, a violência e o constrangimento público. É uma narrativa que denuncia os problemas cotidianos do início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, que sofria com graves problemas sociais e de saúde pública. Além de ser uma sociedade carregada de conceitos sexistas e racistas sobre a população negra, principalmente sobre as mulheres negras, representada na obra através da personagem central Clara do Anjos.

Diante disso, após uma leitura minuciosa da obra, considerando todo seu contexto social, foi possível perceber que Lima Barreto a todo momento quis ressaltar a fragilidade na criação da jovem Clara. Ao utilizar-se do adjetivo “amorfa”, Barreto infere que os pais da menina já não seriam capazes de trazê-la para o mundo real, uma que vez não fizeram isso no decorrer da criação de sua filha.

Como destaca o autor:

A mãe não tinha caráter, no bom sentido, para o fazer; limitava-se a vigiá-la caninamente; e o pai, devido aos seus afazeres, passava a maioria do tempo longe dela. E ela vivia toda entregue a um sonho lânguido de modinhas e descan-

tes, entoadas por sestrosos cantores, como o tal Cassi e outros exploradores da morbidez do violão. (BARRETO, 2020, p. 117)

Clara não levava a vida muito a sério e não fazia questão de mudá-la; toda entregue a um sonho lânguido de modinhas e descantes, como descreve o próprio autor, a jovem vivia a vida na espera de um grande amor, sem saber que, naquele período, a condição machista, racista e opressora limitava a ascensão das mulheres negras em nossa sociedade.

Por viver em meio a uma vulnerabilidade, a jovem foi presa fácil para Cassi Jones, o vilão mais perverso existente até então nesta obra barretiana. Ele, apesar de viver no subúrbio, carrega consigo um ar de superioridade, muitas vezes, alimentado pela mãe, dona Salustiana de Azevedo.

Lima Barreto apresenta a mãe do rapaz com um profundo preconceito em relação às moças pobres e negras, transmitindo isso a seu filho, sempre o protegendo quando desonrava alguma moça, fazendo-o escapar do compromisso de casar-se com a jovem desonrada. Naquela época, como destaca Priore (2013, p. 23), “havia punições rigorosas para os homens que engravidassem as moças à força. Eles eram obrigados a se casar ou a indenizar a “virgindade perdida?”. No entanto, Cassi Jones sempre escapava das duas opções por ser homem e branco e por ser protegido por sua mãe.

Infere-se, portanto, que Barreto expõe um assunto pouco abordado no Brasil República, que, em grande parte, era empurrado para debaixo do tapete: o racismo estrutural, considerado de pouca importância para a elite da época. O autor, ao traçar o destino da personagem principal, nos revela como o descrédito acometido às mulheres negras e mestiças poderia ser cruel, e isso pode ser observado nas passagens abaixo, quando Clara descobre que seu amado havia partido e a deixado:

Estava irremediavelmente perdida; ele a abandonava de vez. [...] Agora, é que percebia bem quem era o tal Cassi [...] A inocência dela, a sua simplicidade de vida, a sua boa-fé, e o seu ardor juvenil tinham-na completamente cegado. Era mesmo o que diziam... Por que a escolhera? Porque era pobre e, além de pobre, mulata. (BARRETO, 2020, p. 164 - 165)

Lima Barreto, ao consagrar o destino previsível da filha de Joaquim dos Anjos, nos revela também como a estigmatização devido a cor e a falta de suporte econômico influenciavam na escolha das vítimas de Cassi Jones. Uma vez que o jovem galanteador é o retrato mais vivo de como a classe dominante exercia seu poder sobre quem tinha pouco, ou quase nada, para se defender.

Em um dos momentos mais impactantes da obra, Dona Margarida, amiga da família, ao descobrir a gravidez da filha do carteiro, resolve levá-la à casa da família de Cassi, a fim de encontrar uma solução ou, quem sabe, uma prestação de contas. Porém, se deparam com um grande gesto de preconceito vindo de Dona Salustiana, que as trata com toda forma de desprezo existente:

[...] - Que é que a senhora quer que eu faça? (Salustiana)
- Que se case comigo. (Clara)
Dona Salustiana ficou lívida; a intervenção da mulatinha a exasperou. Olhou-a cheia de malvez e indignação, demorando o olhar [...]
Por fim, expectorou:
- Que é que você diz, sua negra? (BARRETO, 2020, 171)

Clara dos Anjos é mais uma vítima não só da situação mas também da sociedade, a partir daquele momento, a jovem cai em si e passa a compreender a verdadeira situação vivida pelas mulheres pobres e negras, concluindo e declarando à sua mãe “nós não somos nada nesta vida” (BARRETO, 2020, p. 174).

O caráter social da obra literária de Lima Barreto foge do padrão de comportamento da época ao não encarregar a desgraça de Clara apenas para ela mesma, mas também para Cassi Jones, uma vez que fora ele quem a enganou e se aproveitou de toda sua ingenuidade. É nítido, portanto, que Barreto arremessava severas críticas diante da sociedade ao não considerar a filha do carteiro culpada, uma vez que a jovem sequer deveria sofrer com tanta repressão apenas por ser mulher, pobre e mulata e por não receber a educação que merecia.

É possível perceber que, para o autor, questões de gênero, classe, e raça não deveriam influenciar na forma como a sociedade julgava as pessoas, considerando que Clara já crescera vítimas dos estigmas impostos à ela, e estaria sempre marcada, por outro lado, Cassi, por ser homem, branco e viver em uma boa família, estaria sempre protegido por não precisar provar seu caráter e sua conduta apenas por ser quem era.

É por meio de seus escritos que Lima Barreto inseriu de forma brilhante esta importante obra em pleno século XX, tornando-a uma das mais importantes da literatura brasileira. Como destaca Holanda (1978, p. 132), “a obra de Lima é, em grande parte, uma confissão mal escondida, confissão de amarguras íntimas, de ressentimentos, de malogros pessoais, que nos seus melhores momentos ele soube transfigurar em arte”.

Essa confissão, vista em grande parte da obra de Lima Barreto, se apoia muito nas circunstâncias com a qual o autor de *Clara dos Anjos* (1948) precisou lidar. Para ele, a literatura constitui quase uma forma de denúncia e manifestação contra todos que insistiam em invalidar as experiências íntimas que serviam de base para a sua criação literária.

O então escritor e jornalista e, acima de tudo, militante, escreveu diversas obras, entre elas, contos, romances, sátiras, textos jornalísticos e críticas que serviram para apresentar o ponto de vista do oprimido, se transformando no precursor da literatura de temática negra no Brasil.

Inflado de críticas e atualidade, é em *Clara dos Anjos* (1948) “que Lima Barreto deixa melhor entrever os caminhos de seu espírito e de sua arte” (HOLANDA, 1978, p. 141). Onde a arte anda enlaçada à vida e a ficção povoa a vaidade humana.

Desse modo, os aspectos particulares que contornam a trajetória do autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915) e tantos outros, nos permite compreender, em *Clara dos Anjos* (1948), a essência histórica que o percurso traçado pela personagem Clara apresenta: a exclusão, a luta, o preconceito e a crítica. Um romance honrado pelo caráter de sua protagonista e, acima de tudo, pela excelência de seu autor.

Lima Barreto é, sem dúvidas, a voz que ecoou no passado e que faz barulho até hoje. Um escritor atormentado pela pobreza, o preconceito, o alcoolismo e a depressão, mas que explorou de forma majestosa todo talento que o acompanhou durante a vida. Tornando-o único e incomparável. Para sempre na história da literatura brasileira.

Diante disso, a presente pesquisa se faz intimamente necessária ao meio científico, pois proporciona um conhecimento profundo acerca de uma das obras pouco conhecidas pela população brasileira. Traz um reconhecimento a mais de uma obra tão importante para a comunidade negra,



especialmente para as mulheres negras. Revelando que, no período em que Lima Barreto viveu, houve, por parte dele próprio, o desejo de representar a sua raça por intermédio da literatura, fazendo dela o palco perfeito para mostrar as qualidades, a força, a beleza e, sobretudo, as lutas e resistências das mulheres negras, que por muito tempo lutaram contra o preconceito e a injustiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões sociais, raciais e de gênero que envolvem a trama que constituiu os pontos os quais o presente trabalho tentou focar, revelam que Lima Barreto foi o escritor dos oprimidos, que deu voz ao subúrbio e aos excluídos ao insistir na temática da denúncia social.

Em *Clara dos Anjos*, Barreto nos revela toda sua inconformidade com a sociedade brasileira, e especialmente carioca, que viviam carregadas de preconceito e dominação. Nos fortaleceu o entendimento de que, para o autor, a Literatura era o caminho para lidar com a sua condição enquanto mulato pouco ou quase nada inserido em sociedade.

Este trabalho nos possibilitou compreender sob quais circunstâncias as mulheres negras eram apresentadas na Literatura. Algumas, sendo moradoras dos subúrbios, viviam em meio a uma sociedade rodeada de machismo, preconceito e discriminação, evidenciando, na figura de Clara dos Anjos, o desejo de Barreto de trazer à tona também a forte mágoa e rancor que ele tinha em grande parte pela sociedade, especialmente pelo homem branco.

A sua denúncia literária fez de *Clara dos Anjos* um grande palco para demonstrar de forma artística as angústias sofridas pelos desfavorecidos no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Revelando que a sua manifestação a favor de homens e mulheres negras é uma maneira de apresentar suas convicções e sua própria visão de mundo.

Concluimos que esta pesquisa traz o reconhecimento para um escritor negro que, durante sua existência, lutou para representar em suas obras a realidade de um Brasil diversificado em cultura e raça, que desnudam as injustiças e coloca nos holofotes aqueles que eram desprezados na arte, na música e na Literatura e que foram, de forma brilhante, introduzidos por Lima Barreto.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ceila Sales de. *Feminismo: a luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil*. Belo Horizonte: Dialética, 2020.
- ASSIS, Lúcia Maria. Literatura e militância na belle époque: o caso de Lima Barreto. *Revista Anthesis*. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/anthesis/article/view/1934/1145>>. Acesso em: 01 de julho de 2021.
- BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos: revisão e atualização ortográfica Cristina Antunes*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50ª ed. São Paulo: Cultrix, 2015.
- CANDIDO, Antonio. *A Educação Pela Noite & Outros Ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. [recurso eletrônico]. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.
- EVARISTO, Conceição. Da representação a auto apresentação da mulher negra na literatura brasileira. *Revista Palmares*, 2005. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf>>. Acesso em: 06 de abril de 2021.
- FRAZÃO, Dilva. *Lima Barreto: escritor e jornalista*. E-Biografia. 2019.
- FREIRE, Manoel. A motivação autobiográfica em Lima Barreto. In: *Manuscrita* (São Paulo), v. 26, p. 90, 2014.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
- GILENO, Carlos Henrique. Clara dos Anjos: Uma Reflexão sobre o status da mulata no Brasil do início do século XX In: *Ciência & Trópico*, Recife, n.º. 01, v. 29, jan. – jul. 2001, p. 124-146. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 12 de julho de 2021, p. 135.
- GONZAGA, Sergius. *Curso de literatura brasileira*. 6ªEd. Porto Alegre: Leitura XXI, 2015.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político- econômica. In. RODRIGUES, Carla Et al. *Ensaios brasileiros contemporâneos*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Em torno de Lima Barreto. In *Cobra de vidro*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.
- IANNI, Octavio. Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil. [Entrevista]. *Estudos Avançados* [S.l: s.n.], 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/3MbV9sNNtfNchV7F7JdVkBH/?lang=pt>>. Acesso em: 12 de julho de 2021.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244p.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 4ªed. Revista ampliada. São Paulo. Atlas, 2006.



LIMA, Marcos Hidemi de. *Pobre, mulata e mulher: a estigmatização de Clara dos Anjos*. Literafro - O portal da literatura Afro-Brasileira. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br>>. Acesso em 05 de julho de 2021.

MACEDO, Neusa Dias. *Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.

MARCILIO, Fernando. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Educação Globo. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/literatura/assunto/resumos-de-livros/recordacoes-do-escrivao-isaias-caminha.html>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

MARIA, Laura. *Lugar merecido, mas negado*. O Tempo. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/lugar-merecido-mas-negado-1.1494948>>. Acesso em: 02 de julho de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, José Fernando Saroba. *Modinha: entre o erudito e o popular*. Musicabrasilis. Disponível em: <<https://musicabrasilis.org.br/temas/modinha-entre-o-erudito-e-o-popular>>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

PRIORE, Mary del. *Histórias e Conversas de Mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

SCHWARCZ, Lilia. *Lima Barreto - Triste Visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. Lima Barreto e a escrita de si. *Estudos Avançados*. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0009>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

SILVA, Ana Gabriella Ferreira da. *Representações do negro em Clara dos Anjos de Lima Barreto*. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Pau dos Ferros, 2015. Disponível em: <http://www.uern.br/controledepaginas/defesas-2015ppgl/arquivos/3856dissertacao_de_ana_gabriella_ferreira_da_silva.pdf>. Acesso em: 06 de julho de 2021.

SILVA, Silvane Aparecida da. *Racismo e Sexualidade nas Representações de Negras e Mestiças no final do século XIX e início do XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Puc-Sp, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/13054>>. Acesso em: 08 de abril de 2021.

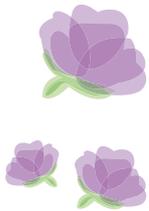
TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. *Imagens, Máscaras e Mitos: o negro na Literatura brasileira no tempo de Machado de Assis*. 1997. Dissertação (Mestrado em Letras) Instituto de Estudos da Linguagem-UNICAMP, São Paulo, 1997.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (orgs). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

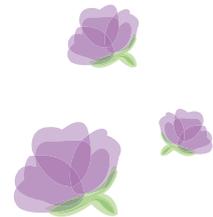




Seção



E



Entrevista



ENTREVISTA COM A DRA. ANA CRISTINA ÁLVARES GUZZO

Mestre em Saúde Coletiva (Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia-PPGSAS/UFPa), com Especialização em Saúde Pública (UEPA) e em Gestão do SUS pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, é servidora pública concursada (1998), ocupando, desde 2007, a Coordenadoria Estadual de Saúde da Criança, desenvolvendo atividades voltadas para a saúde infantil no âmbito da gestão pública. Nesse aspecto, e integrando-se ao processo da maternidade, é interessante conhecer a argumentação da Dra. Ana Cristina Guzzo nessa área.

Saúde Materna e Saúde Infantil: Um Plano Integrado

RGA – Sua opção, na área de estudos da ciência médica, sua busca pela profissão no serviço público favoreceram o reconhecimento das práticas e saberes na gestão da Coordenadoria Estadual de Saúde da Criança, integrando-se à observação das mulheres mães no período gravídico?

AG – Minha história com a área da saúde e medicina vem de uma família com pai, tios e primos médicos. A opção por seguir essa carreira estava decidida desde muito garota, como se fosse o curso natural da vida.

Entreí na Faculdade de Medicina/UFPa em 1982 e concluí em 1987.

Embora simpatizasse mais com a ginecologia e obstetrícia, logo após a formação passei a atuar na assistência hospitalar e ambulatorial voltada à pediatria. E, entre casamento, filhos e profissão, atuei na assistência e gestão municipal, mas somente após 10 anos foi que efetivamente conheci a gestão pública da saúde e senti necessidade de ampliar meus conhecimentos sobre o Sistema Único de Saúde – SUS e suas normas e instrumentos que possibilitam sua efetivação. Para tanto, busquei realizar uma Especialização em Saúde Pública. Nesse período, já atuava como técnica da Coordenação Estadual onde estavam centralizadas a gestão da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. O Estado havia aderido ao Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna (2004) e participei da construção do Plano Estadual elaborado para atender as diretrizes desse Pacto. Assim, vivenciei um momento de grandes discussões e evoluções na atenção à saúde das mulheres e das crianças, com a publicação de diversos documentos como a lei do acompanhante, lei da vinculação da gestante à maternidade, entre outros. Em 2011, fui indicada para a coordenação do Grupo Condutor da Rede Cegonha, numa perspectiva de organização da rede de atenção à saúde das mulheres e das crianças, com foco na atenção obstétrica e neonatal e mudança do modelo de assistência ao parto e nascimento.

Construímos 12 Planos Regionais com a participação de trabalhadoras e trabalhadores da saúde dos Centros Regionais, municípios e serviços, desenhando as propostas de Redes Regionalizadas, considerando a situação de saúde do território, a capacidade instalada e a necessidade de ampliação que contemplasse a população assistida.

Considero que esse, além de ter sido um momento de grande crescimento profissional, foi de fundamental importância para todos os envolvidos (ministério, estado e municípios) que vivenciamos a potência que é a construção coletiva no SUS.

RGA – Sendo sua formação de graduação na área da Medicina, quando e como você inicia a desenvolver os estudos sobre Saúde Pública, identificando a situação da saúde da criança, considerando que você optou pela pós-graduação sobre o tema da violência obstétrica? Houve algum fato que a conduziu para esses estudos?

AG – Esse interesse surgiu em 2011, ao integrar-me na Rede Cegonha. Passamos, naquele momento, da perspectiva anterior de buscar estratégias para mitigar as mortes evitáveis de mulheres e crianças, para uma dimensão mais ampla, ou seja, perceber que não bastava evitar o óbito, mas era necessário mudar o modelo de assistência ao parto e nascimento! Era preciso mudar a forma de nascer, era preciso garantir a utilização das Boas Práticas de parto e nascimento definidas desde o ano 2000 pela Organização Mundial de Saúde - OMS, ou seja, era preciso garantir um cuidado humanizado e de qualidade a todas as mulheres, enfrentando um cenário onde o parto havia se tornado um “procedimento” extremamente instrumentalizado e medicalizado, que retirava da mulher o protagonismo e acabava por lhe impor sofrimento desnecessário, incluindo o maior risco de morte em algumas situações. E ela, que era a principal personagem desse momento, passava por diversas violências disfarçadas de práticas da assistência!

Uma pesquisa Nacional realizada em 2011/2012 entrevistou mais de 25.000 usuárias do SUS em todo o país e expôs a triste realidade desse momento da vida de um grande número de mulheres brasileiras. Nesse contexto, desenvolvi minha dissertação de mestrado sobre a Violência Obstétrica Perinatal.

RGA – O mapa estadual de partos vaginais tem sido superior aos partos cesáreos? No Pará, há um marco sobre a opção das mulheres pelo parto vaginal ou essa avaliação só é possível com o atendimento regular da gravidez?

AG – É importante ressaltar algumas situações para o entendimento de que a realização da cesariana é um procedimento médico, que foi desenvolvido para salvar vidas de mulheres e crianças quando NECESSÁRIA! Ou seja, estamos dizendo que há indicações precisas para sua realização e elas precisam ser consideradas pelo profissional!

O Pará, assim como ocorreu no Brasil, na tentativa de reduzir as mortes maternas e neonatais, desviou a assistência ao parto para o interior dos hospitais. No entanto, as mortes “evitáveis” continuaram (continuam) a ocorrer (o que ficou conhecido como o Paradoxo Perinatal Brasileiro) e as taxas de cesarianas acabaram superando o número de partos vaginais.

A interferência dos profissionais na opção da mulher pela cesariana é um fato confirmado em trabalhos científicos, como o desenvolvido pela Dra. Maria do Carmo Leal, que demonstram a mudança do desejo das mulheres, anteriormente decididas por parto normal, para a cesariana, no decorrer do pré-natal.

Muitas são as questões que envolvem esse volume de cesarianas eletivas, como o desejo de oportunizar a realização da laqueadura tubária no mesmo ato operatório (embora isto ocorra, muitas vezes, contrariando a Lei da laqueadura¹), o tempo disponível (ou indisponível) do profissional para acompanhar a evolução do trabalho de parto, entre outras “justificativas”, grande parte das vezes sem bases científicas que as respalde.

Com a Rede Cegonha e o movimento do parto humanizado, apoiado e incentivado por movimentos de mulheres e de profissionais da saúde, houve uma grande discussão nacional sobre a

¹ Lei federal nº 9.263/96 - que Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

importância do parto vaginal, os riscos da cesariana sem critério e as boas práticas de parto e nascimento, potencializando as ações em prol da Humanização do Parto e obrigando o cumprimento da Lei do Acompanhante (Lei Federal nº 11.108/2005), por exemplo. Isto tudo, no entanto, voltou a ser superado por nova elevação das taxas de cesariana após 2014.

RGA – Como eventos sociais, a gravidez e o parto são processos que integram a vida reprodutiva de mulheres e homens além do envolvimento familiar e da comunidade. Nesse caso, no seu período de coordenação nessa área, sua observação em torno desse envolvimento é tendente a uma vivência somente das mulheres? Ou todos participam?

AG – O que se observa, num contexto histórico, é que a participação do pai e da família foi se perdendo à medida que o parto foi sendo transferido para dentro dos hospitais. Nesses espaços, as mulheres acabaram isoladas, tendo que suportar suas dores sem o conforto do colo familiar. Seus corpos foram, muitas vezes, coisificados; perderam a privacidade e passaram a ser submetidas a diversos tipos de procedimentos e violências institucionais (violência obstétrica). Mas, em 2005, com a publicação da Lei Federal nº11.108, o direito da gestante a um acompanhante de sua livre escolha impôs aos serviços que realizam o parto a obrigatoriedade de garantir a presença de um acompanhante de livre escolha da mulher durante todo o processo de parturição. Entendendo que estar com alguém de sua confiança, além de lhe trazer conforto, também tem um efeito de proteção contra qualquer violência (é mais difícil alguém agredir uma mulher na presença de seu marido, mãe, irmã etc.).

A partir da Rede Cegonha (2011), é também proposto o programa de Pré-natal do parceiro, quando se concretiza a proposta que vinha crescendo no país – e já existia em outros – de que havia a necessidade de participação e responsabilidade do homem desde o planejamento reprodutivo até o compromisso do cuidado com a criança.

RGA – Você considera essa experiência da vida reprodutiva da mulher um importante campo de estudos atuais sobre diversidade social e a conexão com outras áreas das ciências médicas e demais áreas? Pode explicar?

AG – Tenho certeza de que é um momento de fundamental importância para todas as áreas. Até porque não se trata apenas de um evento médico, mas pode repercutir as questões de gênero, raciais, do direito, das populações, da própria engenharia/arquitetura, que precisa redefinir os espaços hospitalares no contexto da humanização, de garantir conforto e o acompanhamento dos familiares etc.

RGA – Sobre sua contribuição na área desses estudos da violência obstétrica, o que você destacaria num enfoque sobre as práticas do parto?

AG – Considero que esse trabalho que realizo conseguiu mostrar, através da percepção do profissional de saúde (ou a falta dela) sobre a violência obstétrica, que a palavra “violência” ainda parece ofensiva para grande parte desses profissionais, quando não conseguem entender por que as práticas/procedimentos aprendidos e utilizados nas academias podem ser considerados violentos, já que a intenção precípua é salvar vidas.

Por outro lado, entendo que será sempre necessário que mais mulheres sejam esclarecidas sobre o assunto e consigam questionar as práticas utilizadas nessa assistência, obrigando seus executores à reflexão e mudanças necessárias.

A violência marcou e se institucionalizou nas práticas obstétricas e, nesse contexto, é uma violência de gênero. Uma violência cruel, mesmo que muitos ainda deixem de considerá-la assim. Estamos falando de uma mulher, em situação de grande vulnerabilidade e, na maioria das vezes, no momento que deveria ser de alegria pelo nascimento de seu filho, mas que acaba sendo tratada com desrespeito, tendo seus direitos negados, submetida a afastamento de seu bebê (nos casos em que não há indicação para isso) e passando por procedimentos sem bases científicas que os indique ou tendo negados os que a beneficiariam.

Como registrado em artigo da pesquisa “Nascer no Brasil” (<https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/0>), quando alguém afirmava que, mesmo ciente de que as mulheres sofreriam ainda mais quando tivessem conhecimento das violências obstétricas (que antes achavam se tratar de procedimentos normais) e acabavam não conseguindo evitá-las, ainda assim não se poderia permitir que ficassem no desconhecimento, para que o movimento de mudança do modelo se fortalecesse.

RGA – No seu ponto de vista, há avanços de mudança de olhar as mulheres sobre esse aspecto da violência? Nesses avanços, na prática, como alterar posturas arraigadas e introduzir uma abordagem humanizada?

AG – Penso que grande número de mulheres conseguiu ser beneficiado com a ampla discussão sobre o assunto dirigida pela Rede Cegonha, mas a pandemia reconduziu muitos passos dados a um estágio atrás do que já se havia avançado e as mulheres atualmente têm enfrentado mais frequentemente o descumprimento de seus direitos e a apropriação de seus processos.

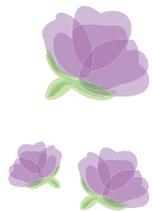
Não sou pessimista e acho que muitos profissionais da saúde também lutam pela causa das mulheres e crianças e estão dispostos a enfrentar estas barreiras novamente impostas. Entendo que será necessário retornar às discussões nos Fóruns Perinatais e reformular as disciplinas ainda na academia, como havia sido iniciado com o projeto *Apice On*². No entanto, o que observo em relação à gestão federal da saúde é um reforço a passos largos para a normalização de práticas ultrapassadas (episiotomia³ e Kristeller⁴ na nova caderneta da gestante), além de certo desinteresse em estimular a mudança de modelo de assistência ao parto e nascimento!

Como disse a escritora Simone de Beauvoir: *“Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”*.

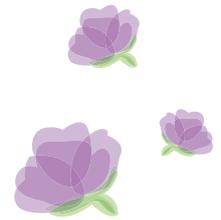
² O projeto **Apice On – Aprimoramento e Inovação no Cuidado e Ensino em Obstetrícia e Neonatologia** foi uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com a EBSEH, ABRAHUE, MEC e IFF/ FIOCRUZ, tendo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como instituição executora.

³ Procedimento cirúrgico que consiste em uma incisão no períneo da gestante — a região entre o ânus e a vagina.

⁴ A manobra de Kristeller é uma pressão externa sobre o útero da mulher, com o objetivo de diminuir o período expulsivo.



Normas de Publicação



A **Revista Gênero na Amazônia** (www.generonaamazonia.com/www.generonaamazonia.ufpa.br) é uma publicação semestral (janeiro-junho; julho-dezembro) do GEPEM/UFPA, indexada no International Standard Serial Number (ISSN). Com o objetivo de fomentar o debate sobre mulher e relações de gênero em diferentes manifestações e enfoques teórico-metodológicos, numa perspectiva inter e multidisciplinar; a revista recebe trabalhos **inéditos** sob a forma de artigos e/ou resenhas bibliográficas, assim também traduções, entrevistas, dossiês temáticos e outras manifestações intelectuais de autores/as brasileiros/as ou estrangeiros/as.

Neste sentido:

1 - Os textos devem ser enviados para: generonaamazonia@gmail.com no formato de arquivo “.doc”, sem exceder a 1MB, incluindo as imagens.

2 - Os trabalhos submetidos à publicação serão avaliados pelo Conselho Científico e analisados por pares (especialistas reconhecidos e de notório saber, de diferentes instituições e países), todos pareceristas *ad hoc*, os quais arbitrarão sobre a conveniência, ou não, de sua aceitação. O texto encaminhado aos avaliadores não terá identificação da autoria. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo serão comunicadas ao/a(s) autor/a (es/s), com prazo para reapresentação.

3 - A informação sobre a origem do trabalho deverá ser fornecida pelos autores (apresentação em encontros e publicação em Anais) e será repassada aos pareceristas quando iniciar o processo de revisão por pares. Se o artigo for aceito para publicação, a informação será disponibilizada aos autores.

4 - O/a(s) autor/a (es/s) e co-autores/as (se for o caso) de texto selecionado assinarão termo de cessão de direitos autorais, permitindo a publicação.

5 - No caso de artigos que mencionem o nome social de pessoa (física ou jurídica) e/ou depoimentos **ipsis litteris/ipsis verbis**, deve ser enviada uma declaração assinada pela pessoa citada no texto ou pelo/a seu/sua representante legal, autorizando a menção a quaisquer das exposições públicas referidas. As imagens originais só serão publicadas com autorização da fonte (autor/a) e das pessoas que eventualmente possam ser identificadas nas fotos.

6 - No caso de artigos e resenhas, o texto deve ser redigido em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, inglês) e formatado de acordo com as seguintes orientações:

5.1 - Artigos:

a) oito a vinte páginas (incluindo anexos) no tamanho A4; texto justificado, margens 2,5cm e parágrafos a 1 cm da margem; entrelinhamento 1,5; resumo/resumen/abstract (cada um em torno de **130 palavras/ 860 caracteres**, com espaço – tradução especializada em espanhol e inglês, incluindo os títulos do artigo), contendo três a cinco palavras-chave (substantivos citados no título e/ou no texto do resumo); nome(s) do/ a(s) autor(es)/a(s) e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;

- 
- b) fonte Garamond: 12 (texto, título de seções e de tabelas); 11 (citações com mais de 3 linhas) e 10 (legendas e notas);
 - c) citações e figuras (máximo de 10) de acordo com as normas ABNT específicas;
 - d) referências: ao longo do texto, usar remissão ou sistema autor/data; ao final do artigo, listar segundo a ABNT (NBR 6023);
 - e) notas bibliográficas e/ou explicativas, em rodapé;
 - f) usar letras maiúsculas para indicação de anexos (Ex: Anexo A; Anexo B etc.);
 - g) exige-se severa revisão gramatical.

5.2 - Resenhas Bibliográficas:

- I) tratar de livro publicado nos últimos dois anos (considerar a edição da revista);
- II) não exceder a cinco páginas tamanho A4;
- III) digitalizado em fonte Garamond 12 (texto e seções); justificado com margens de 2,5cm e parágrafos a 1cm da margem; entrelinhamento 1,5;
- IV) conter os seguintes tópicos, respectivamente:
 - a) referências editoriais do livro, segundo a ABNT;
 - b) nome do/a resenhador/a e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;
 - c) resumo informativo = descrição/enumeração sucinta da estrutura da obra: divisão e assunto dos capítulos;
 - d) resumo do conteúdo da obra = assunto tratado, abordagens essenciais e ponto de vista do/a autor/a do livro (perspectiva teórica, método, linguagem etc.);
 - e) comentários avaliativos = apreciações/percepções do/a resenhador/a sobre o enfoque, a qualidade do conteúdo, o modo como o texto está formulado/elaborado/constituído (recomenda-se evitar, ao longo do texto, inserções de trechos (citações diretas) da obra resenhada.

OBS: é recomendável que os itens **c**, **d**, **e** sejam apresentados em seção com título específico.

